

CONDEPHAAT

Volumes I, II e III

PROCESSO N.º 25464/84

Ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT

Senhor Presidente,
Estão estabelecidas as seguintes características para o processo identificado pelo número acima.

Data de abertura	<u>06/02/91</u>	Técnico responsável	<u>DEA. Juliana W. M. Bastos</u> <u>DEA. Sonia Maki / DEA. Marcos</u>
Posse atual da documentação	<u>Condephaat</u>	Setor	<u>S/A</u>

Data Prevista para Encerramento

Processo apensado ao processo n.º	<u>38101/99</u>	Processo de referência	
-----------------------------------	-----------------	------------------------	--

INTERESSADO

<input type="checkbox"/> Pessoa Física.	<input type="checkbox"/> Pessoa Jurídica.	<input checked="" type="checkbox"/> Poder Público.	
Nome	<u>Gabinete do Secretário</u>		
RG / CNPJ	Telef.	CEP	
Ender.	Bairro		
Mun.	<u>São Paulo</u>	UF	<u>SP</u>

LOCAL

Ender.	<u>Parque do Ibirapuera</u>		
Bairro:	<u>Ibirapuera</u>	N.º do contribuinte	
Município	<u>São Paulo</u>	Município cód. n.º	

SITUAÇÃO

<input type="checkbox"/> Denúncia	<input type="checkbox"/> Solicitação de regularização	<input type="checkbox"/> Pedido de Certidão.
<input type="checkbox"/> Solicitação de informações	<input checked="" type="checkbox"/> Pedido de tombamento	<input type="checkbox"/> Retorno de informações (inf. Processo)
<input type="checkbox"/> Solicitação de aprovação	<input type="checkbox"/> Pedido de qualificação como Estância	<input type="checkbox"/> Outra
Outra:		

ASSUNTO

<input type="checkbox"/> Projeto	<input type="checkbox"/> Informações Gerais	<input type="checkbox"/> Cartazes / Painéis / Anúncios	<input type="checkbox"/> Alteração Ambiental.
<input type="checkbox"/> Obra	<input type="checkbox"/> Reforma	<input type="checkbox"/> Diretrizes	<input type="checkbox"/> Pesquisa Mineral
<input type="checkbox"/> Serviços de Conservação	<input checked="" type="checkbox"/> Tombamento	<input type="checkbox"/> Demolição.	<input type="checkbox"/> Extração Mineral
<input type="checkbox"/> Alteração do Sistema Viário	<input type="checkbox"/> Mudança de Uso	<input type="checkbox"/> Restauração	<input type="checkbox"/> Outro (especificar abaixo)

Outro:	
--------	--

N.º Processo CADAN (Somente para Cartazes / Painéis / Anúncios)	
---	--

OBJETO

<input checked="" type="checkbox"/> Área natural.	<input type="checkbox"/> Sítio Arqueológico	<input type="checkbox"/> Área envoltória de Edificação tombada.
<input type="checkbox"/> Edificação.	<input type="checkbox"/> Bem Móvel.	<input type="checkbox"/> Área envoltória de Núcleo Histórico tombado.
<input type="checkbox"/> Núcleo Histórico.	<input type="checkbox"/> Patrimônio Imaterial	<input type="checkbox"/> Área envoltória de Sítio Arqueológico tombado.
<input type="checkbox"/> Segmento Urbano.	<input type="checkbox"/> Área envoltória de Área Natural tombada	<input type="checkbox"/> Outro.

São Paulo, 01 de Agosto de 2001

SECRETARIA DA CULTURA

1983

CONDEPHAAT

DE TOMBAMENTO

GUICHÊ Nº 00057

INTERESSADO GABINETE DO SECRETARIO

A 09/02/83

DESCRIÇÃO Estudo de tombamento do "Parque Ibirapuera-CAPITAL

PROPRIETÁRIO



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

São Paulo, 03 de fevereiro de 1983

Ofício GS - 0116/83

Senhor Presidente

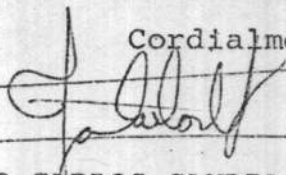
Abriu guichês para
cada caso utrodo, de acordo
com o especificado no Rf's'as.

SP 7/2/83

AZIZ NAGIB AB'SÁBER
PRESIDENTE

Colaborando com as medidas de proteção e defesa de áreas naturais e parques públicos da região metropolitana de São Paulo, e, cumprindo um dever de homem público voltado para as expectativas das comunidades esclarecidas de São Paulo, solicito ao Conselho Deliberativo do CONDEPHAAT providências para abertura de processo de tombamento para as seguintes áreas e logradouros da Metrôpole: 1. Parque da Água Funda; 2. Parque da Aclimação; 3. Parque Morumbí; 4. Parque Ibirapuera; 5. Parque Fernando Costa (Água Branca); 6. Parque da República; e, 7. Praça Buenos Aires, através processos desdobrados, sujeitos a estudos, diretrizes e tratamento específicos.


Cordialmente,


JOÃO CARLOS GANDRA DA SILVA MARTINS
Secretário Extraordinário da Cultura

- 1 - À SAC a. e p. na forma de Guichê.
- 2 - Em seguida à Presidência do E. Colegiado.

CONDEPHAAT/SE, 08 de fevereiro de 1983.

Excelentíssimo Senhor
Prof. AZIZ NACTB AB'SÁBER



S.E.

Senhor Diretor

Fare instrução

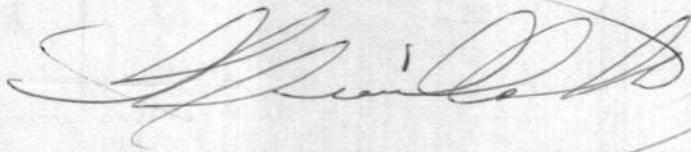
Compartilhando os processos

20 294/77, 00285/73 e

00487/74 para eventual

complementação dos estudos;

22 II P3



MURILLO MARK
Vice-Presidente

Sociedade "AMIGOS DA CIDADE" - São Paulo

Fundada em 25 1-1934

RUA XAVIER DE TOLEDO, 140 — 10.º ANDAR — TELEFONE: 34-0316

São Paulo, 14 de fevereiro de 1963

Exmo. Sr.

Professor AZIZ NACIB AB'SABER

DD. Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado-CONDEPHAAT.
SÃO PAULO

Senhor Presidente.

A Sociedade "Amigos da Cidade", associação de finalidades comunitárias, que há 49 anos colabora, espontaneamente, com as autoridades de todas as esferas na busca de soluções para os problemas de interesse da Coletividade Paulista, vem, mui respeitosamente, à presença de V.Exa. para passar às suas mãos cópia de carta recebida da Exma. Sra. Dona MARIA PRESTES MAIA - Viuva do grande e inesquecível Prefeito Prestes Maia - atinente ao tombamento, para preservação, do Parque Ibirapuera.

Dado conhecimento da recomendação apresentada pela distinta Dama ao plenário da Sociedade "Amigos da Cidade", esta assembléia aprovou-a por unanimidade e com aplausos. Por tal motivo, reafirmando integral apóio à proposta, encaminhamos com esta o documento ao Colendo Colegiado que V. Exa. com tantos méritos preside, esperando que seja suscitador de exame conducente à solução que propicie benefícios maiores à população paulistana, tão carecente de áreas para o lazer.

Dada a forma completa, escorreita e clara que a ilustre missivista imprimiu ao seu escrito, cremos desnecessário adir qualquer novo argumento relacionado com o apelo.

Com agradecimentos antecipados pelo apreço que o assunto merecer e apresentando cumprimentos aos componentes do grande órgão cultural que V. Exa. dirige, subscrevemo-nos

atenciosamente.

SOCIEDADE "AMIGOS DA CIDADE"

Secretário Geral.

S.E.
Leandro Duarte

3/1/63
Prezado Prof. Aziz Nacib Ab'Saber
Um homem de honra e de bem
as suas mãos mais este
solicitações feitas
por intermédio
do Soc. Amigos
da Cidade
antiga
Prof. Nacib



Meu prezado Amigo Sr. Lavelli

Alquando o diplome conferido pela Sociedade Amigos da Cidade a meu falecido marido no final lhe é conferido o titulo de Amigo nº 1 da cidade, tomo a liberdade de vir a sua presença, pedir, rogar e suplicar que convoque uma reunião dos sócios desse Benemerite e Ilustre sociedade, para tomarem e retomem uma resolução que impeça por todos os meios legais, a destruição, as diacões e o retalhamento dos parques e áreas arborizadas ou arborizadas de nossa querida Capital. Vivi 35 anos com o homem que mais amou ao trabalho, que a tratou com amor, dedicando todas as horas de sua vida ao seu embelezamento. Não pense, caro amigo, que exagere, prove o que digo, centenas de documentos que possuo em meu arquivo.

Não haverá possibilidade de conseguir o tombamento pelo Estado, das áreas tão cubricadas? Não se o Urupuera como o Jardim de Aclimação e tantas outras se não forem defendidas em breve desaparecerão ou diminuirão diante de fraca visão de administrações pouco atentas ao respeito que elas merecem por serem de cidade e do Povo e se o Povo tem o direito de usal-as não permitindo que sejam doadas ou dadas a particulares. Assim sendo. 10. 11.

das feições de nossa cidade como o
foi sempre Prestes Maia, esse grande
cidadão, honesto e íntegro, orgulho de
todos os brasileiros, sócio fundador e
penso que primeiro Presidente de gloriosa
Sociedade Amigos da Cidade.

Tombar essas áreas será a única forma
de salvar a nossa cidade de ambições pes-
soais, ou mesmo vaidade de inimigos do con-
forto do Povo, único dono delas.

Peço-me desculpe o atrevimento deste
carte, mas sou apenas movido pelo
amor que tenho à cidade pelo qual meu
coração deu a sua vida e que amou
até seu derradeiro suspiro. São Paulo: única
rival que teve em 35 anos de vida
comum.

Com meus respeitosos cumprimen-
tos, seja-me amiga íntima
e dedicada

Maria Prestes Maia

São Paulo, 5 de Fevereiro de 1983 —



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º 6 / 18

do SECRETARIA-COND. n.º 057, (a).....

Interessado: CABINETE DO SECRETARIO

Assunto: ESTUDO DE TOMBAMENTO DO PARQUE IBIPAPUEIRA - CAPITAL

Ao STCR
para instrução, informando que
os processos referidos de fs. 2 (versos)
estão nos respectivos arquivos.

Uly Visconti

23-2-83

GISELDA VISCONTI
Diretora Técnica Subst.
Secretaria Executiva
CONDEPHAAT

aos ARQUITETOS

MARCO, LUCILENO e Sônia P/

PARQUE

J. G. de C.
28/2/83

Segue , juntad..... nesta data, documento rubricad... sob n.º 7/8
folha... de informação



ABAP
Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas
Al. Franca, 579
01422 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (011) 283-0407

São Paulo, 7 de março de 1983.

Ilmo. SR.
Prof. Dr. Aziz Ab'Saber
MD Presidente do Conselho do CONDEPHAAT
R. Libero Badaró 39/11º andar
São Paulo - SP

*S.E. Senhora Diretora
gentileza ao quidê
Parque do Parque
Ibirapuera
8 III 83
MURILLO MARX
Vice-Presidente*

Prezado Senhor:

A ABAP, Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, vem, por intermédio desta, solicitar ao CONDEPHAAT providências no sentido de se verificar a possibilidade do tombamento do Parque Ibirapuera que vem sendo vilipendiado através de intervenções inadequadas a seu caráter de parque.

O fato mais chocante que nos chegou às mãos, documentado pelas fotografias anexas, é a construção do que se convencionou chamar de Geroparque que, na verdade nada mais é do que uma edificação de porte que, segundo informações da imprensa, chega a ocupar 900m².

A defesa de nossas áreas verdes e de nossa paisagem é uma bandeira assumida por nossa Associação e neste sentido nos colocamos à disposição deste Conselho.

Aguardando pronunciamento de Vs.Ss., subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Rosa Grena Kliass
Rosa Grena Kliass
Presidente

*A SAC para juntar ao
quidê? respectivo
Carrefeant em 10/31/83*

Gisela Visconti
GISELA VISCONTI
Diretora Técnica Subst.
Secretaria-Executiva
CONDEPHAAT



COUDEPHAAT	TÍTULO FOLHA DE SÃO PAULO - I - Em estudos o Tombamento do Ibirapuera Ibirapuera pode ser tombado - pag. 11 DATA 31/8 /81	DOCUMENTO NR
------------	--	---------------------

**Em estudos o
tombamento
do Ibirapuera**

O Parque do Ibirapuera, um dos maiores da cidade, com 1,5 milhão de metros quadrados, poderá ser tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat). Inaugurado em 1954, dentro das festividades do 4.º centenário da cidade de São Paulo, o parque é frequentado por mais de 100 mil pessoas nos fins de semana.

Segundo o presidente do conselho, arquiteto Rui Otake, os estudos fazem parte de uma nova filosofia da entidade, de preservar também bens contemporâneos. O programa prevê ainda o tombamento de outras praças e áreas verdes localizadas na periferia.

PAG. 11

Ibirapuera pode ser tombado

O objetivo é garantir a preservação de uma das maiores áreas verdes de São Paulo

LELIA CHACON
Da Agência Folhas

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), órgão subordinado à secretaria da Cultura do Estado, concluirá, nesta semana, um estudo sobre o tombamento do parque Ibirapuera, visando a preservação de uma das maiores áreas verdes da cidade, com 1,5 milhão de metros quadrados, frequentado nos fins de semana por mais de 100 mil paulistanos.

O estudo foi iniciado há cerca de um mês pelo presidente do Condephaat, arquiteto Rui Otake, que preferiu não divulgar maiores detalhes sobre o trabalho, "enquanto a pesquisa que vem sendo desenvolvida sobre o parque não estiver totalmente concluída". Entretanto, o arquiteto adiantou que o projeto de tombamento, além do parque Ibirapuera englobará outras praças e áreas verdes localizadas na periferia da cidade, atendendo à nova filosofia defendida pelo Condephaat de preservação de bens culturais, turísticos ou arquitetônicos contemporâneos, objetivo que levou ao tombamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, segundo explicou Rui Otake.

"IBIRAPUERA"

Embora seja considerado contemporâneo, na verdade, a história do parque Ibirapuera começa em 1680, quando a área, localizada junto ao córrego do Sapateiro, era ocupada por uma aldeia in-

Depois dessa ocupação, a história mais recente do parque data de 1928, quando a área foi cedida a particulares pelo Poder Público, em prejuízo aos bombeiros da cidade que, no local, então conhecido por "Invernada dos Bombeiros", costumavam soltar os animais utilizados para puxar seus carros. Seis anos depois, essa mesma área era cedida ao Regimento de Cavalaria e, nesse ano, o então prefeito de São Paulo, Fábio Prado, determinava a criação do parque e a urbanização da área, projeto que foi suspenso, em 1937.

Após esse período a área foi alvo de constante disputa, entre entidades particulares ou públicas, até 1950, quando Estado e Prefeitura passaram a ser donos do terreno e fizeram um convênio para a criação do parque que seria finalmente inaugurado, em 1954, com as festividades do 4.º centenário de fundação de São Paulo.

ABANDONO

Para as comemorações do 4.º Centenário da cidade, uma comissão foi criada para idealizar um grande projeto de um centro de cultura e de ciência, que deveria representar todo o progresso e desenvolvimento de São Paulo nesses 400 anos. A execução do projeto, que nunca chegou a ser completada, ficou a cargo dos arquitetos Oscar Niemeyer, Carlos Leães, Hélio Uchoa, Zenon Lotufo e Eduardo Knese de Melo. O projeto paisagístico é de Burke Marx. O plano previa a construção de uma plataforma elevada, que permitisse uma visão completa

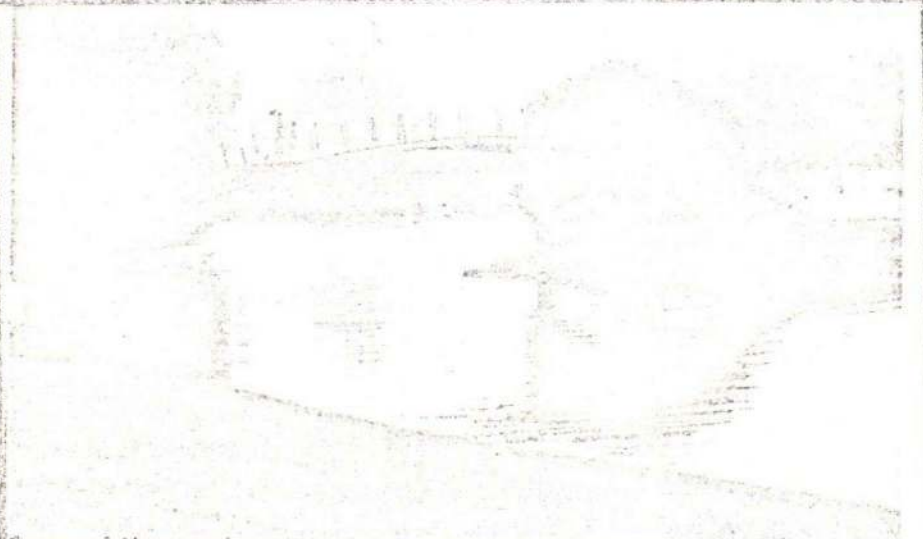
Terminadas as comemorações do 4.º Centenário, começaram as discussões sobre o futuro do parque, o que ocasionou o princípio de seu abandono, por intermináveis polêmicas sobre a responsabilidade de quem deveria administrá-lo e o habitual problema de falta de recursos.

FUNDAÇÃO

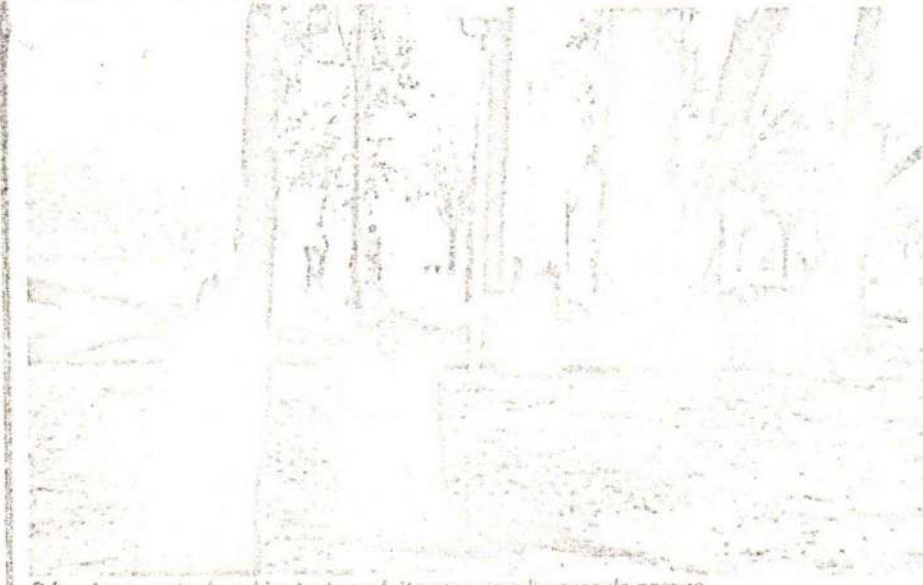
Surgiu a ideia, em 1955, de criação de uma Fundação Ibirapuera, que se responsabilizaria pela manutenção do parque como um centro cultural e científico. A Câmara Municipal aprovou a sugestão, que acabou sendo recusada pela Prefeitura. Os intelectuais da época realizaram um congresso em defesa do parque, que, até 1965, ganha todos os anos as manchetes dos jornais, com promessas oficiais de reformas, limpeza, novas construções e remodelações, sem providências concretas.

Em 1967, organiza-se a Comissão Especial do Parque Ibirapuera, que entrega ao prefeito Faria Lima, um plano de reoculação da área, que teria cinemas, teatros, cancha esportiva, viveiros de pássaros, jardim botânico, e um pequeno zoológico, com animais e plantas, somente das espécies brasileiras. O então prefeito exigiu que as obras se iniciassem imediatamente, dando prazo de 14 meses para a conclusão, mas nada disso aconteceu.

Em 1970, o prefeito Paulo Maluf anuncia o Plano Piloto do Ibirapuera, a recriação da Fundação e uma série de outras mudanças, mas so-



O parque foi inaugurado em 1954, durante os testes do 4.º centonário.



O funcionamento do gabinete de prefeito garante a limpeza do parque.

Frequentadores improvisam

A sorte dos usuários do parque Ibirapuera nos fins de semana é que, na segunda-feira, o Prefeito e autoridades municipais precisam encontrar o local completamente limpo, livre de papéis, copinhos de sorvete, embalagens de refrescos e toalhas caídas no imenso gramado. É justamente o funcionamento do Gabinete do Prefeito, durante a semana, que garante a limpeza e os poucos cuidados que o Ibirapuera recebe.

Parece ser essa função (administrativa) a mais importante, sob a ótica da Prefeitura, do grande parque. As múltiplas atividades que se desenvolvem no local foram, geralmente, improvisadas pela criatividade da população, que aos poucos, forçou a ad-

Quando cessam as atividades da Prefeitura, Proim, Corpo Municipal de Voluntários e demais órgãos que funcionam de 2.ª a 6.ª feira, no Ibirapuera, as entidades culturais ali existentes também não abrem. Por isso, permanecem fechadas, nos fins de semana, o Museu de Arte Moderna, o Museu de Arte Contemporânea, o Museu de Aeronáutica e do Fuzileiro e o Pavilhão Japonês.

Até mesmo um jardim específico para cegos, onde uma espécie de corrimão diante das plantas explica, em linguagem braille, as espécies existentes, fica fechado a corrente e cadeado. O único restaurante existente no parque é acusado pelos frequentadores de cobrar caro. Há também uma lanchonete, bas-

CONDEPHAAT	TÍTULO DIÁRIO POPULAR	DOCUMENTO
	Reynaldo de Barros contra o tombamento do Ibirapuera	

Reynaldo de Barros contra tombamento do Ibirapuera

O sigfette Reynaldo de Barros manifestou-se ontem, contrário ao tombamento do Parque do Ibirapuera, com 1,5 milhão de metros quadrados, pedindo proposta pelo Condephaat - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, ligado à Secretaria de Cultura do Estado, afirmando que somente concordaria com a ideia, se ela contribuísse para preservar o local e não para impedir a Prefeitura de realizar qualquer obra no parque, por qualquer que fosse.

Classificando o Condephaat de "altamente simplificado" nas suas análises, o pedista afirmou que "teve o tombamento com restrições. Se ele impedisse a deterioração do patrimônio da cidade, tudo bem, eu deixaria a vontade. Mas se o tombamento, como sempre tem sido feito, for irreal, eu não concordaria, porque sequer considero instalar um banheiro ou um caso de água aqui no jardim em frente ao meu gabinete, sem autorização do órgão".

Reynaldo de Barros lembrou a situação da cidade de São Luís do Paraitinga que, após o processo de tombamento realizado pelo Condephaat, ficou impedida de receber água encanada. "Eu, quando presidia a Sabesp, tentei levar a água para a cidade, mas não pude instalar uma casa porque o Condephaat não deixou. Quer dizer, é preferível a população passar fome, do que instalar um esgoto, pois a cidade foi tombada e estaria "preservada" da deterioração, aplicou o mesmo problema existente em São Sebastião, segundo o pedista, onde a Sabesp estava instalada em um prédio tombado pelo órgão, com potes e copos vazantes e sem qualquer solução, de acordo com o estabelecido no processo de tombamento. "A solução ali foi isolarmos de tudo e pouco tempo depois o prédio tombado completamente", disse.

AVANÇO

Já o arquiteto Paulo Bruna, diretor do Planejamento da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), em sua responsabilidade pela elaboração do projeto de revitalização da área central da cidade, considerou não ter a ideia do tombamento do Parque do Ibirapuera, acrescentando, porém, ser "lamentável que uma pequena área seja tombada para ser preservada da deterioração".

Paulo Bruna, assessor, frequentador do Ibirapuera, elogia a medida também porque ela impedirá o comércio sobre as áreas do parque e conservação de novas áreas de prédios ou conjuntos de galpões, remanescentes dos existentes, ou então a instalação de clubes, que já transformaram o local "numa sala de pedra".

CONDEPHAAT	TÍTULO: DOLEA DE SÃO PAULO O "GRANDE BOSQUE" IBIRAPUERA É O MAIS ATINGIDO DE TODOS. PAG. 15 DATA 23/01/83.	DOCUMENTO Nº
------------	--	--------------

O "grande bosque" Ibirapuera é o mais atingido de todos

Construído em 1954 para as comemorações do quarto centenário da fundação de São Paulo, o parque do Ibirapuera (de Ybyra-Puera, que significa, na língua Tupi, madeira velha ou pai-pai) é, 29 anos após a sua inauguração, "um projeto inacabado", conforme opinião de muitos críticos, "a, sem dúvida nenhuma, o parque mais degradado da cidade".

Planejado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo paisagista Burle Marx, para ser "um grande bosque encaixado em plena cidade e local de lazer, diversão e cultura do paulistano", com o decorrer do tempo passou a ser o que já previa, em 1957, um secretário do então prefeito Ademar de Barros: "Um imenso pedaço de chão que pertence ao Município".

Segundo a ideia inicial, após as comemorações de 50 anos Ibirapuera seria um lugar de encontro, um centro permanente de diversão e cultura. Seus pavilhões seriam transformados em locais de exposições, para incentivar manifestações de caráter educacional dos diferentes setores dos conhecimentos humanos.

Acabadas as festividades do quarto centenário, porém, o que se viu foi uma constante agressão ao parque, iniciando uma rotina que se processa até hoje, com a decisão do prefeito Antônio Salim Curitiba de construir o Gero parque, ocupando uma área de cinco mil metros quadrados.

Em 1966, por causa dos grandes desentendimentos e opiniões contrárias da forma como o parque deveria ser utilizado, foi criada a Fundação Parque do Ibirapuera. Nessa época, Estado e Prefeitura programam soluções diferentes para a área.

Como estava difícil encontrar uma solução intermunicipal, o então prefeito Lino de Matos ocupou um pavilhão construído para o quarto centenário e ali instalou seu gabinete. A república do Estado não demorou e o governador da época mandou ocupar outro prédio — o pavilhão da Agricultura — transformando-o em sede do Departamento de Trânsito.

Dali para frente ninguém mais se en-

tendeu e os dois milhões de metros quadrados do Ibirapuera foram sendo ocupados pelos museus de Aeronáutica, das Artes, do Folclore, de Arte Moderna, de Arte Contemporânea e de Astronomia, o Planetário, o Pavilhão Japonês, os prédios da Bienal, o Monumento aos Bandeirantes e o Obelisco aos Heróis de 32, estes dois últimos já localizados fora atual área do parque.

TUDO ERRADO

Na última visita que fez ao Ibirapuera, em 1976, o paisagista Burle Marx comparou a transformação que o parque sofreu desde 54, com a clássica transformação de um piano de cauda em uma máquina de escrever. "Não será de admirar muito que o Ibirapuera nunca tenha sido bem-utilizado — disse na ocasião —, pois de certa maneira ele nasceu totalmente errado."

Para Burle Marx, a primeira coisa que deveria ser feita para fazer voltar o parque à ideia original, seria remover do núcleo local todas as repartições públicas e transformar aquela área exclusivamente para lazer e uso público.

Ainda em 1976, a Prefeitura quase fez uma reforma total do parque, demolindo cerca de 15 edifícios para aumentar a área verde. Devido a uma série de problemas, porém, o projeto não foi levado adiante.

Antes desse período, o Ibirapuera já havia perdido várias partes de sua área com a instalação do prédio da Assembleia Legislativa, o 2.º Exército, o Monumento dos Bandeirantes e o Obelisco aos Heróis de 32. Foi cedido espaço do parque também para a construção do Conjunto Esportivo Consórcio Vaz Guimarães e o zoológico. Outra parte do Ibirapuera foi cedida ao Centro Acadêmico Uniza de Agulha, que instalou ali seu campo de futebol (próximo ao Detran).

Na criação do parque, junto à pista de cooper, uma área ficou a título precário, para a Sociedade dos Cães Pastores, que instalou ali sua sede. E mais recentemente, houve a decisão de controlar o Gero-parque, cujas obras já foram iniciadas.



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º

do G. CONDEPHAAT n.º 00057/83 (a).....

Interessado : GABINETE DO SECRETARIO

Assunto: Estudo de tombamento do "Parque Ibirapuera- Capital

São Paulo, 20 de março de 1983

pg 9

Shopping News - City News

Marcelo Leite

Cidade

Tem gente querendo despejar o prefeito do Ibirapuera

Quinta-feira próxima, no auditório da Folha de S. Paulo, a cidade vai iniciar a discussão sobre sua área verde mais importante, o Parque do Ibirapuera. Da parte do novo governo, foram convidados José Luis Portella Pereira (secretário municipal de Serviços e Obras), João Dória Júnior (Paulistur) e Fábio Magalhães (secretário municipal de Cultura).

Representando o meio cultural da cidade estarão presentes Sérgio Prado, arquiteto; Rosa Kliass, da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, e Rodolfo Geiser, também paisagista. O debate dá continuidade a um movimento surgido na Capital pela retomada do projeto original do parque, que já conta com o apoio de mais de mil personalidades artísticas e culturais, além de entidades como o Masp, o Sindicato dos Arquitetos e a União Brasileira de Escritores.

Na opinião de Sérgio Prado, um dos iniciadores do movimento, o parque tornou-se uma espécie de "favela burocrática", numa referência à ocupação de pavilhões pela administração. E isso está desvirtuando a destinação verdadeira do Ibirapuera, caracterizada pela cultura, lazer e áreas verdes. "Por sua área imensa e central, pelo raro potencial de seu equipamento, o Ibirapuera é por natureza a sede cultural de São Paulo", sentencia o arquiteto.

Para ele, esta vocação cultural acompanha o parque desde sua inauguração, no IV Centenário (1954). As comemorações incluíram a vinda do quadro *Guernica*, de Picasso, a premiação do arquiteto Walter Gropius, criador da Bauhaus, a encomenda de

O Palácio da Agricultura, repartição pública de alguma forma relacionada com a função ambiental da área, cedeu lugar ao Detran - até hoje. O Pavilhão das Artes Plásticas passou a abrigar a Prefeitura, enquanto a área total diminuía com a construção da Assembleia Legislativa, QG do II Exército, Obelisco de 32 e o Conjunto Esportivo Vaz Guimarães.

O Ibirapuera ia encolhendo, até chegar aos atuais 1,5 milhão de metros quadrados, num processo que o paisagista Burlle Marx comparou à transformação de um piano de cauda em máquina de escrever. Com isso, a cidade perdia o seu parque, como gosta de dizer Sérgio Prado:

— Uma cidade pode ter vários parques, mas sempre tem um Hyde Park, um Bois de Boulogne, um Central Park. O Ibirapuera é a estrutura poética de São Paulo, sua personalidade.

Como prova disso, ele recorre à origem histórica do parque: já em 1887 a Câmara Municipal de São Paulo solicitava ao Império suspender as vendas de terras na Várzea do Ibirapuera, para tornar o local um "campo para o povo". Mas só na década de 20 a função de área verde tornou-se irreversível, com a criação do viveiro de plantas "Manequinho Lopes".

TELÃO TRANSPARENTE

A perspectiva do movimento, agora, é cobrar do novo governo as promessas eleitorais de participação. "Mas é preciso fugir da relação paternalista entre Estado e artista, como foi até agora", explica Prado. Para tanto deverão ter participação ativa na discus-

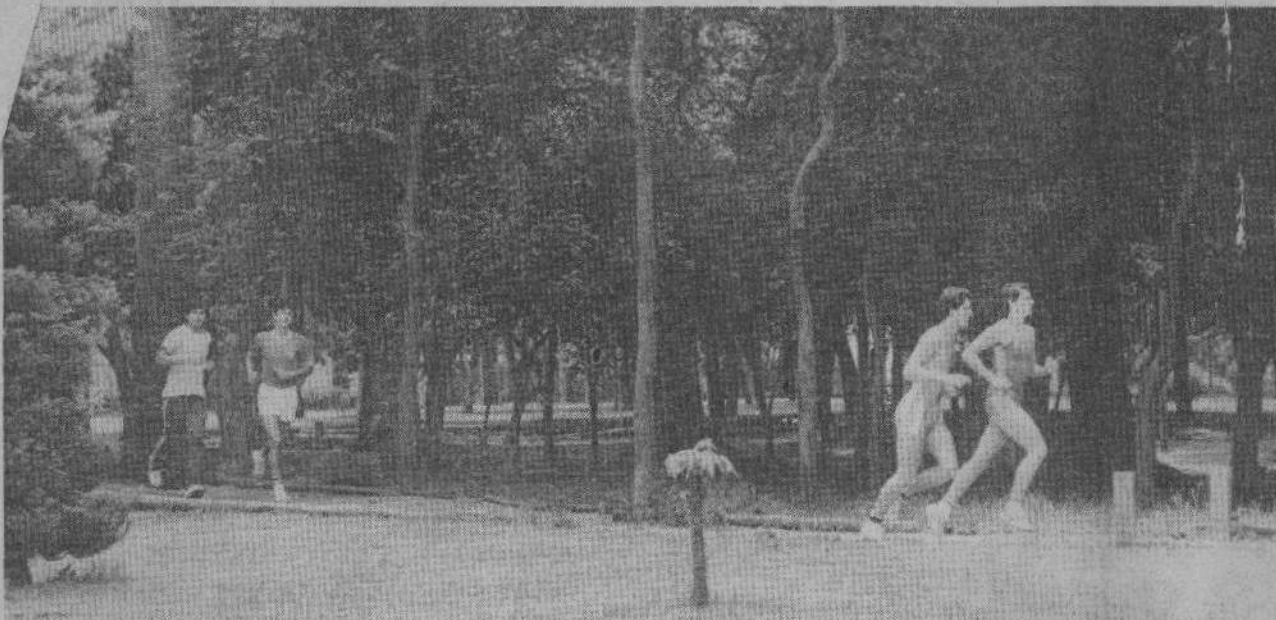


Um movimento de arquitetos, artistas plásticos, paisagistas, intelectuais e frequentadores quer devolver ao Ibirapuera a fisionomia original do projeto de Oscar Niemeyer - um espaço destinado à cultura e à criatividade. A principal reivindicação é a retirada da burocracia municipal, que começou a invadir o parque logo após sua inauguração, no IV Centenário da cidade.



Prado: "Estão confundindo o Ibirapuera com um shopping center."

Uma de suas sugestões é a construção de um palco ao ar livre, para abrigar uma programação constante de música, dança e teatro. Outra: uma gi-



Sugestão principal do debate: elaboração de um plano diretor que defina a política para o Ibirapuera e outros parques da cidade.



Uma das sugestões: proibir tráfego de carros e motocicletas.

Cidade quer o parque de volta

Muitas propostas práticas surgiram no debate da "Folha" para devolver o Ibirapuera à população

"O que fazer pelo Ibirapuera, amanhã?" A questão formulada pela mesa teve resposta imediata dos debatedores, convidados especiais e outros participantes do debate "A Cidade Quer o Ibirapuera de Volta". Muitas propostas práticas surgiram e podem ser implantadas a curto prazo. Outras, mais polêmicas, vão exigir investimento, estudos e projetos. Contudo, todas envolveram o estabelecimento de uma política para as áreas verdes, através de um plano-diretor aprovado como lei. Mais: as questões levantadas serão discutidas na Câmara Municipal, conforme promessa dos vereadores Marcos Mendonça, Andrade Figueira, Luis Tenório de Lima e Eurípedes Sales, presentes ao encontro, que assumiram o compromisso de eliminar possíveis entraves.

O secretário dos Serviços e



José Luiz Portela.

"O que fazer pelo Ibirapuera amanhã?" A questão formulada pela mesa teve resposta imediata dos debatedores, convidados especiais e outros participantes do debate "A Cidade Quer o Ibirapuera de Volta". Muitas propostas práticas surgiram e podem ser implantadas a curto prazo. Outras, mais polêmicas, vão exigir investimento, estudos e projetos. Contudo, todas envolveram o estabelecimento de uma política para as áreas verdes, através de um plano-diretor aprovado como lei. Mais: as questões levantadas serão discutidas na Câmara Municipal, conforme promessa dos vereadores Marcos Mendonça, Andrade Figueira, Luis Tenório de Lima e Eurípedes Sales, presentes ao encontro, que assumiram o compromisso de eliminar possíveis entraves.

O secretário dos Serviços e obras do Município, José Luiz Portela, anunciou o cumprimento de algumas medidas que começaram a ser tomadas na gestão passada, quando foi criada a Comissão do Ibirapuera, para ele pouco representativa e que deverá sofrer algumas alterações, com maior participação dos usuários. Entre as medidas práticas, ele anunciou que o viveiro Manequinho Lopes, será aberto ao público num prazo de 30 dias. Pretende também melhorar os equipamentos do parque, concluindo a construção de oito bebedouros e sete compartimentos de sanitários, ampliando o sistema de sinalização e estendendo a segurança do parque até as 22 horas. Além disso, vai analisar os serviços e preços do restaurante do parque, bem como melhorar a pista de Cooper e o sistema de iluminação.

O presidente da Paulistur, João Dória Jr., colocou à disposição o trabalho de formação de imagem da cidade, através de campanhas institucionais. Rodolfo Geiser sugeriu estudos sobre a vegetação e o solo do Ibirapuera, avisando que possivelmente o gramado deverá ser refeito, contando com o apoio do secretário de Serviços e Obras.

Rosa Kliass, além do plano diretor, apresentou uma proposta que chamou mais "objetiva, contra a agressão que foi a construção do Geroparque", pedindo sua implosão imediata. Nesse sentido, o secretário afirmou que verá o que é possível fazer diante das obras já adiantadas.

Entidades como a Corpore e muitos usuários presentes ao debate pediram a imediata regulamentação do uso de veículos no parque (carros e motocicletas) apesar do presidente da Federação dos Motociclistas de São Paulo, Wilson Abdalla, defender seu uso até como alternativa de segurança aos usuários. E a questão do estacionamento de veículos no Ibirapuera, tida como precária, também mereceu atenção, embora nenhuma sugestão mais objetiva tenha sido apresentada.

O secretário Fábio Magalhães propôs a demolição do prédio da Fundação Bienal, no Ibirapuera, mantendo suas estruturas e formando um grande vão livre onde poderiam ser desenvolvidas atividades culturais. Concordeu também com o grupo Tapete Mágico, que atua em parques, na definição de uma política cultural e posterior ocupação dos equipamentos existentes. E sugeriu ao secretário José Luiz Portela que se contrate monitores especializados para mostrar o viveiro Manequinho Lopes ao público.

O problema da integração da comunidade nas discussões sobre o destino do Ibirapuera e das áreas verdes foi uma das questões mais polêmicas do debate, levantada pelo advogado Fábio Feldman, da Oikos. E foi Sérgio Prado quem colocou a questão que para ele deve ser encarada como um projeto com endosso popular, contando assim com o esforço de todas as parcelas da sociedade. A questão das áreas verdes, na sua opinião, deve ser



No auditório da "Folha" completamente lotado, a discussão sobre o futuro do Ibirapuera.

Em 60 dias, avaliação de resultados

Não é fácil devolver o maior parque de São Paulo aos seus habitantes. Em seus 29 anos de existência, foi impossível ao parque Ibirapuera cumprir o destino de área de cultura e lazer. Sem respeito ao meio ambiente, prevaleceu a política de edificações, com os prédios da Prefeitura, Prodam e Detran ocupando parte de sua área. Mas, com a demanda crescente de áreas verdes na cidade, a população começou a fiscalizar o uso de seus parques e praças, pressionando os órgãos responsáveis para obter melhorias. Essa atitude, porém, não tem sido suficiente. No caso do Ibirapuera, a população reivindica sua ocupação total. E a sugestão principal do debate realizado no auditório da "Folha", na última quinta-feira, foi a criação de um plano diretor que se responsabilize por uma política de atuação, até hoje inexistente.

O parque Ibirapuera, nesse caso, se tornaria um símbolo, centralizando as mudanças a serem depois estendidas a outras áreas verdes de São Paulo. Surgiram também outras propostas de aplicação imediata, que podem suavizar os problemas da área, durante o debate. "A Cidade quer o Ibirapuera de Volta", desde a proibição de tráfego de veículos no local até a implosão do Geroparque. Participaram do debate, coordenado pelo jorna-

lista Odon Pereira: Fábio Magalhães, secretário municipal de Cultura; José Luiz Portela, secretário de Serviços e Obras do Município; Rosas Kliass, da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas; Rodolfo Geiser, da Sociedade Brasileira de Paisagismo, e Sérgio Prado, do Grupo do Ibirapuera.

Como convidados especiais, participaram o presidente do Condephaat, Aziz Ab'Saber; Fábio Feldman, da Oikos — União dos Defensores da Terra; José Antônio Meireles, da Corredores Paulistas Reunidos (Corpore); Caio Luís de Carvalho, coordenador de Turismo da Secretaria de Esportes do Município; Ana Maria Leitão, do Grupo do Ibirapuera; o vereador Marcos Mendonça; João Dória Jr., presidente da Paulistur; e Wilson Abdalla, da Federação Paulista de Motociclismo.

Uma das decisões desse encontro foi a realização de novo debate, dentro de 60 dias, quando se pretende avaliar o que foi feito para o Ibirapuera voltar a ser da população. Da parte do secretário de Serviços e Obras do Município, José Luiz Portela, ficou estabelecido o compromisso de transformar o Ibirapuera e os outros 16 parques da cidade em "reais centros de lazer e cultura da população". Para o secretário, o que desvirtuou o Ibirapuera de sua vocação foi uma visão

arbitrária, aliada à falta de uma política voltada para os interesses da população, acabando por fazer do parque um centro de órgãos públicos.

Frequentado por cerca de 100 mil pessoas nos fins de semana, o Ibirapuera conta com equipamentos — de banheiros a sinalização — incapazes de atender os visitantes. "Se as gestões anteriores mantiveram-se passivas quanto ao parque, sabemos que a Secretaria tem obrigação de realizar estudos, recuperar o parque e devolvê-lo à população, atendendo à sua vocação de cultura e lazer", garantiu Portela.

O Ibirapuera conta com equipamentos de lazer, ainda que insuficientes, mas o secretário municipal de Cultura, Fábio Magalhães, lembrou que um dos resultados do desleixo em relação à administração do parque — "uma verdadeira tradição" — foi não dotá-lo de equipamentos culturais. Desenvolveu-se uma política de realização de eventos, que ele considerou demagógica, resultando até em depredações de suas instalações. Na sua opinião, qualquer política cultural deve deixar os eventos de lado e adotar uma forma coerente para revitalizar os equipamentos lá existentes.

"Árvores aleijadas e decrépitas"

Foi Fábio Magalhães quem levantou o principal entrave para que as mudanças a nível cultural não se processem nesta área verde, pelo menos a curto prazo: o destino dos órgãos públicos. "O prédio da Prefeitura sofreu reformas, com custo elevado para a população, há dois anos. Será muito oneroso deixar o local agora, em curto espaço de tempo. Esta é uma herança que o PMDB recebe, graças à mania de se usar os espaços abertos pelos órgãos públicos", disse. Em resposta ao secretário, a única sugestão partiu do arquiteto Sérgio Prado, do Grupo do Ibirapuera. Ele lembrou a possibilidade de a Prefeitura voltar ao bairro de Campos Eliseos, cuja vocação tem sido a de acolher órgãos públicos.

No debate sobre o destino do parque Ibirapuera, o aspecto da decadência da vegetação foi ressaltado por Rodolfo Geiser, da Sociedade Brasileira de Paisagismo. Para ele, o parque está com seu grama-

do destruído e precisa ser removido; além disso, as raízes das árvores plantadas desordenadamente têm dificuldades para se desenvolver. "O parque se transformou num repositório de árvores aleijadas e decrépitas." Geiser acredita que enquanto o Ibirapuera não se constituir em símbolo de respeito ao meio ambiente, será símbolo da depredação.

Chamado de santuário, um dos marcos da cidade e sua imagem verde durante o debate, o Ibirapuera, segundo lembrou Sérgio Prado, sofreu nos 29 anos de existência um esvaziamento na proposta de ser um centro de cultura e lazer. E sua ocupação, agora, deve se processar através do uso dos espaços existentes, de forma progressiva, por grupos com propostas específicas, até que uma política de ocupação seja definida.

O presidente do Condephaat, Aziz Ab'Saber, convidado especial,

por sua vez lembrou que as áreas verdes das cidades são seu maior patrimônio, daí ser de fundamental importância o estabelecimento de tipos de parques urbanos para evitar intromissões entre eles. Isto aconteceu no caso do Ibirapuera, um parque metropolitano voltado ao lazer e cultura, que o ex-prefeito Salim Curiati quis transformar também em parque para idosos, com o início da construção do Geroparque. "Essa intromissão é inadmissível", afirmou.

Mas, não adianta promover mudanças na vocação e destino dos parques de São Paulo, em especial o Ibirapuera; se não existir uma consciência do cerne da questão, afirmou Rosa Kliass, da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, durante o debate. "O que nós assistimos nesses últimos anos foi o tratamento das áreas verdes como espaços vazios a serem ocupados e não como espaços abertos à população".

Dentro dessa visão, escolas, bibliotecas municipais e públicas, e outros órgãos foram construídos nas áreas verdes da cidade. Aliado a esse fato, até hoje não existe "um dono" que se responsabilize por tais áreas, já que o Departamento de Áreas Verdes (Depave) divide a tarefa com as administrações regionais e diversos órgãos que projetam e executam, como é o caso da Emurb no centro da cidade ou a Companhia do Metropolitano de São Paulo, faltando uma coordenação entre eles. "A



José Luiz Portela.



Fábio Magalhães.



Rosa Kliass.



Sérgio Prado.



TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes.
Ibirapuera. São Paulo, Secretaria Municipal
de Cultura, 1967. 208 p.

O NOVO BAIRRO DO IBIRAPUERA E
SEU MODERNO PARQUE

Ao longo dos trilhos de bonde, as paradas foram se transformando em centros de povoamento. Além do centro urbano de Vila Mariana multiplicaram-se os bairros à medida que foram sendo loteadas as antigas chácaras.

Entre Vila Mariana e Santo Amaro localiza-se o sub-districto de Ibirapuera, separado do Parque do Ibirapuera pelas terras do sub-districto de Indianópolis.

O atual sub-districto de Ibirapuera corresponde ao antigo districto policial de Brooklyn Paulista, com as mesmas divisões deste, elevado à categoria de districto de paz com o nome de Ibirapuera, pelo decreto n.º 2538, de 28 de junho de 1934, pertencendo ao então município de Santo Amaro.

Quando Santo Amaro, por decreto n.º 6983, de 23 de fevereiro de 1935, expedido pelo então interventor Dr. Armando Salles de Oliveira, deixou de ser município, para tornar-se sub-prefeitura subordinada diretamente à Prefeitura de São Paulo, ficou estipulado que

"seu limite com o sub-districto de Ibirapuera começa na confluência do Ribeirão Pirajussara com o Córrego Pires, segue pelo espigão que deixa, à direita, as águas deste último córrego, passa pelo alto do morro do Morumbi e continua pelo espigão até atingir a cabeceira do córrego de Paul Arcado, pelo qual desce ao rio Pinheiros e por este ainda até formar o eixo da Rua Bela Vista, que percorre em toda a sua extensão até o cruzamento com a rua General Osório, vai em linha reta até a ponte do rio Irapua sobre o Córrego do Cordeiro ou Cupecê, pelo qual sobe até sua cabeceira mais meridional."

criado o distrito de Ibirapuera, em 1934 por decreto do interior de Barros (decreto n.º 6518, de 28 de junho de 1934), tinham os seguintes limites:

Comçam no rio Jurubatuba, na foz do ribeirão da Traição, bem este ribeirão até as suas vertentes, e daí em linha reta o seu galho setentrional à Estrada da Conceição, dividindo com Capital, e daí seguem pela referida estrada, dividindo com a Capital e São Bernardo até encontrar as nascentes do ribeirão Apicé ou Cordeiro, descem por este até encontrar a ponte existente nas proximidades de Benedito Camargo e Dr. Lane, e deste ponto, em linha reta até o marco divisorio na Estrada do Circo do bairro do Taboão e daí em linha reta pelos marcos visórios com o município da Capital até a foz do ribeirão da Traição, onde tiveram começo."

de março de 1938 o Ibirapuera torna-se 35.ª zona distrital do de São Paulo.

Em 30 de novembro de 1938 estabeleceu, para o Município de São Paulo, um distrito de paz (São Paulo), subdividido em 43 bairros, sob o título de distritos, o antigo município de Ibirapuera e o antigo município de Santo Amaro, com a denominação de Sub-Prefeitura. Esta era formada pelos distritos da Capela Ibirapuera e Santo Amaro.

Santo Amaro e Ibirapuera serão sub-distritos, denominados até hoje, desaparecendo as Sub-Prefeituras, substituídas por Administrações Regionais. Uma parte do sub-distrito de Ibirapuera pertence à Região de Santo Amaro, mas outra está subordinada ao Município de São Paulo.

As diversas zonas de Ibirapuera do primeiro século, isto é, do século XVIII, começaram a povoar o Município de São Paulo do Campo, o distrito de Ibirapuera de 1934, a 35.ª zona distrital criada em 1936, o sub-distrito de Ibirapuera, de número 30. Ou ainda o Distrito de Ibirapuera, criado pela pesquisa realizada por De Lorenzo Neto e Lebrét. Este, com a denominação de Ibirapuera temos, oficialmente,

O sub-distrito que corresponde mais ou menos ao antigo Município de São Paulo;

Um bairro no sub-distrito de Santo Amaro (remanescente

denominação ainda existente no antigo Ibirapuera de Anchieta e Caubi);

3. Uma avenida Ibirapuera, cujo prolongamento é a avenida Rodrigues Alves e o

4. Parque Ibirapuera, onde estão instaladas a Prefeitura do Município de São Paulo com suas diversas repartições, a Assembléia Legislativa, além do Departamento de Trânsito e outros edifícios destinados a realizações culturais ou com fins de lazer.

Passados tantos anos, vive-se em Santo Amaro e não no Ibirapuera, nem mesmo na sua forma moderna de Ibirapuera. Trabalha-se no Ibirapuera, isto é, no Parque Ibirapuera, ou procura-se distrações em diferentes setores do Parque do Ibirapuera. E, em torno do Parque, formou-se um novo bairro, já conhecido sob a denominação de Ibirapuera, surgida naturalmente, aceita e apreciada por todos. E o que é hoje o sub-distrito de Ibirapuera já não constitui um bairro, mas está todo dividido em vilas, bairros e jardins, com denominações próprias, sem que se dê muita ênfase à tradicional denominação que identifica o aldeamento indígena do século XVI, ou a sesmaria dos padres da Companhia de Jesus.

Na realidade, o Ibirapuera de hoje, em última análise, não tem muito que ver com o Ibirapuera. De fato, as terras que o formam estão no Caminho de Ibirapuera, e fazem parte de antigas sesmarias e datas de terras.

Alguns moradores das elegantes residências em torno do Parque Ibirapuera costumam acrescentar a seu endereço a indicação Ibirapuera, como que acentuando uma localização importante, capaz de indicar exatamente aquilo que se deseja. Talvez poucos se lembrem de acrescentar Vila Mariana, ou Indianópolis, ou mesmo Vila Clementino ou Jardim América, quando se trata de endereços em ruas próximas às avenidas IV Centenário e República do Líbano. Muito mais sugestivo será Ibirapuera, como acontece também em relação a residências nas proximidades do Horto Florestal. Não é mesmo verdade muito mais interessante viver no Horto Florestal ou no Parque Ibirapuera, denominações que imediatamente sugerem área verde, ar puro, silêncio e paz?

Nos anúncios de imóveis à venda ou para alugar, muitas imobiliárias adotam a mesma norma, e Ibirapuera torna-se, assim, uma das vantagens do negócio. Então podemos comprar uma casa em rua próxima à avenida IV Centenário, no Ibirapuera, ou junto à avenida República do Líbano, Parque Ibirapuera, ou na Vila Lustrana, no Ibirapuera.

Mesmo em documentos oficiais, para maior facilidade de identificação, já se vai adotando a norma de identificar escolas, hospitais, repartições em geral, acrescentando-se ao endereço, a indicação de bairro de Ibirapuera.

17

lustras, organizados especialmente para uso interno em dete-
rminadas áreas, também já estão sendo feitos com essa indicação.
decreto nas Listas Telefônicas, também trazem em alguns
o de Ibirapuera como bairro. E até convites para casamentos,
número, trazem, à guisa de esclarecimento, o nome do bairro
não o sub-distrito de Vila Mariana.

na do século XX não é, para muitos moradores da zona Sul,
na dos habitantes da Cidade de São Paulo, residentes em
tem o Virapuera do século XVI, nem o antigo Santo Amaro,
nto de Ibirapuera (antigo Brooklyn Paulista), ou qualquer
essas unidades, mas apenas o Parque de Ibirapuera que cons-
ministração própria, seu conjunto arquitetônico e paisagis-
adjacentes, um bairro especial, diferente dos demais bairros,
parques paulistanos, reunindo funções bem definidas e de

údo, sua própria essência, fazem do Parque de Ibirapuera
dial", na História dos Bairros de São Paulo.

história do Distrito Sul de São Paulo, mas suas condições, sua evo-
m aspecto todo especial que mesmo não sendo o "Distrito
Florenzo e Lebrei merece um estudo especial, com suas
idgo São Paulo. (*)

iro de Vila Mariana e seus arredores, o Parque Ibirapuera
o antigo Parque de Vila Mariana e arredores. O moderno Parque
sentava para os moradores do bairro do Brás. Ou o que foi,
o Jardim da Luz, no caminho do Guaré.

ic Ibirapuera, valorizada sob a denominação de Parque do
senta os pulmões de Vila Mariana e arredores. É o verde,
eleza. E morar numa das ruas de Ibirapuera chega a ser até

oramentos e melhoramentos substanciais nas antigas ruas, a
de esgoto a Vila Mariana (1912), a proibição da passagem de
inadas ruas (1916), o estabelecimento de pontos de estacio-
móveis de aluguel (1921 e 1922), com as duas artérias mais
argueiro e Domingos de Moraes — convenientemente enlaçadas
5 de setembro de 1908) e novo tipo de edificações de padrão
o fazem Vila Mariana muito diferente dos bairros vizinhos,
iso, embora com menores atividades comerciais.

ca-Administrativa do Município da Capital — R.A.M., CLXX.

Na verdade, Vila Mariana é um prolongamento do bairro da Liberdade,
e diferenças sensíveis na sua população só surgirão mais tarde, quando em
ruas muito próximas ao Centro irão instalar-se numerosos integrantes de
origem oriental o que não acontecerá logo com Vila Mariana.

Embora seu povoamento continue a espalhar-se em todos os sentidos
na Várzea de Ibirapuera ainda existe um grande vazio, a contrastar com a
densidade de população de outros trechos do bairro. Esboça-se apenas o que
será o bairro de Ibirapuera, vizinho ao Instituto Biológico, que fora criado
em 1928, por Dr. Fernando Costa, quando secretário da Agricultura do
Estado de São Paulo. Com sessenta metros de frente e quarenta e cinco de
fundo, criado especialmente para investigações no terreno da patologia de
todos os seres vivos, situado à Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, o Ins-
tituto Biológico fica dentro de um parque de 332.000m².

A fundação do Instituto Biológico coincide com o lançamento do que
será o futuro Parque de Ibirapuera.

O mapa topográfico da Cidade de São Paulo, de 1930, consigna o local
do Parque de Ibirapuera, atravessado pelos edifícios Boa Vista ou Caguapé e
do Matadouro, também conhecido por Sapateiro ou do Costume. Com a
Invernada dos Bombeiros nas proximidades das ruas Manuel da Nóbrega e
Abílio Soares, o Hospital Zoológico e a Estação Elevatória RAE, na rua França
Pinto, e o Instituto Biológico, na Avenida Rodrigues Alves, o Parque de
Ibirapuera, limitado pela Auto-Estrada e pela linha do Tramway de Santo
Amaro, não é mais do que um vazio, um vasto espaço deserto no mapa da
Cidade.

As terras da Várzea de Santo Amaro foram motivo de disputa, por
muitos anos, entre a Municipalidade de São Paulo e particulares. De acordo
com a lei n.º 16, art. 38, §1, de 13 de novembro de 1906, que passou a ser
o §1 do art. 19 da lei n.º 1038 de 19 de novembro de 1906, ambas estaduais,
o município de São Paulo é proprietário de um milhão e meio de metros
quadrados na Várzea de Santo Amaro. Esta afirmação foi feita pelo sub-pro-
curador da Prefeitura, em seu Relatório ao prefeito Dr. Pires do Rio em
1926².

Essas leis transferiram para os municípios paulistas, para a formação
de suas cidades, vilas e povoados "as terras adjacentes às povoações de mais de
mil almas, em raio de círculo de seis quilômetros, a partir da praça central".

Ora, a questão de terras entre a Municipalidade de São Paulo e parti-
culares quanto à posse da Várzea de Santo Amaro, está ligada ainda à elama-
da "Lei de Terras", lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada
em 1854, e que dispunha sobre o registro e legalização de terras, procurando
depois de extinta a Lei dos Morgados com a Lei das Partilhas (1835), evitar
os frequentes litígios e estabelecer, claramente o direito de antigos sesmeiros e

art. 3, §2, da lei n.º 601, são terras devolutas as que não são particulares, por qualquer título legítimo, nem foram e outras concessões do governo geral ou provincial,

As terras da Várzea de Santo Amaro pertence à Município e é objeto de reivindicações. Além disso, há uma reivindicação por Olympio Monteiro e sua mulher. Alegam que são proprietários de todo o imóvel, sob fundação fora domínio privado, como parte do sítio Iberava, e o córrego do Sapateiro, Cortume ou Matadouro, e o córrego de estrada velha de Santo Amaro e a ruína dos vales divisórios dos campos Realengos. Numa atada pelos apêntes destacam-se algumas que são mais diretamente como contribuição, pelos nomes da povoamento que constituirá, posteriormente, o sítio de Vila Mariana, que é o Parque do Iberapueira. Numa atada, teria sido propriedade do coronel Francisco

Uberava ou Iberava, com terrenos pertencentes aos seus sesmeiros Braz Arão, Garcia Velho, Fernão outros”

os entre os antigos moradores do *Caminho de Virago* das Pedras, atual do Sapateiro, com os campos da Caguaguá, também conhecidos por Campos da Nação, depois estabelecer-se o cônego Joaquim do Monte tecedor de Antonio e Custódio da Costa Nascimento, e atualmente a Invernada do Corpo dos Bombeiros; a velha de Santo Amaro ou caminho que de Caguaguá de Santo Amaro, com os antecessores de Dr. Leopoldo Magalhães; e pelos vales — hoje Rua Nova de Vila com os campos conhecidos por Campos Realengos, am à Real Fazenda da Capitania”.

de 1803 o Tribunal da Relação, depois Casa de Suplicação de um recurso interposto pelo Cel. Francisco

Pinto Ferraz da sentença contra si proferida em São Paulo pelo juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda da Capitania, numa justificação e manutenção de posse promovida pelo mesmo Ferraz contra a Real Fazenda da Capitania, relativamente ao mesmo imóvel, com oposição do cap. Gabriel José Rodrigues e sua mulher — deu-lhe provimento, para declarar que os terrenos da questão não eram da coroa, e sim, de propriedade e posse do apelante, tudo nos termos da carta de sentença passada em 29-9-1813, e constante dos títulos e Documentos Particulares, e de uma reprodução fotográfica.”

“Por escritura particular passada nesta Capital em 22-6-1831 pelo punho de José da Cunha Paes, o Cel. Pinto Ferraz doara o imóvel, pelo valor de 50\$000 à sua nora D. Francisca de Assis Duarte, casada com Manuel Pinto Ferraz, escritura essa assinada por José da Silva Marceana, a rogo do doador, em presença das testemunhas pe. Bento Antonio de Barros e Ezequiel de Moraes Santos, e aceita por Luiz Bernardo Pinto Ferraz, na ausência do donatário, tendo sido paga a respectiva soma, na importância de 3\$000, em 13-6-1860, por seu sucessor Inocencio Machado de Barros.”

A pedido de Francisco Machado de Barros essa escritura teria sido transcrita, em 18-7-1895, no Livro de Notas n.º 5, fls. 97v, 5.º Tabelionato de São Paulo.

Uma parte do imóvel, a essa altura, já tinha sido vendida por 100\$000, por D. Francisca de Assis Duarte e seu segundo marido Antonio Vaz de Almeida, a Inocencio Machado Ferraz de Barros, segundo uma escritura particular de 1-1-1854, passada em Ribeirão Pires, pelo procurador dos mesmos, José Pinto Ferraz. No mesmo ano, por escritura particular ainda, venderam a Amaro Antônio de Moraes, por 75\$000, parte do imóvel que “vertia para o córrego das Pedras, em comum com terras vendidas a Inocencio Machado de Barros”. Assim, o sítio Uberava passa a pertencer, em comum, a Inocencio Machado de Barros e Amaro Antonio de Moraes.

Em 1860, Amaro Antonio de Moraes e sua mulher venderam sua parte, por 100\$000, segundo escritura passada em Santo Amaro, a Delfino Moreira que, por sua vez, vendeu-a a Pedro Rodrigues Pereira Caidas Filho, por 150\$000, em 1880, a quem, por sua vez, Inocencio Machado de Barros e sua mulher venderam a sua parte por 200\$000.

Já em 1879 Pedro Rodrigues Pereira Caidas Filho contratara com Lino José dos Santos, a guarda e a conservação do imóvel por quarenta anos, prazo este a findar em 21 de setembro de 1919. Este contrato é apresentado, no processo, por reprodução fotográfica, e certidões do 1.º e 2.º Cartórios de Registro de Títulos. Com a morte de Pedro Rodrigues Caidas Filho, seu filho, de igual nome, entra em pleno uso e gozo da propriedade, vendendo uma parte do sítio Uberava por 10 contos de reis a D. Elvira Magro, e outra parte a Rasmínio F. Favero, em 31 de maio de 1923. No mesmo ano D. Elvira

a parte do seu terreno, por 50 contos de reis, a Dr. João Odolândia, e Raminário Favero vende 20% do seu a Olympio

1 de outros argumentos de menor interesse para o nosso municipais argumentos apresentados contra as pretensões da e São Paulo.

seu Departamento Jurídico contesta o valor dos documentos, zencgo valor como prova de domínio, afirmando que a Municipal terras na Várzea de Santo Amaro, incorporada a seu patri- o estadual n.º 2669 de 17 de maio de 1916.

o, ao qual se refere o Relatório apresentado pelo prefeito Pereira de Souza à Câmara Municipal de São Paulo, na parte nos da Várzea do Ibirapuera inclui ao patrimônio municipal rrentes na Várzea do Ibirapuera, caminho de Santo Amaro, io vale dos ribeirão das Pedras, Uberaba, Traição, Água lesde a linha da Estrada de Ferro São Paulo e Santo Amaro ". correspondendo a uma área de 1641.332m² e outra de

apresentos da Municipalidade salientamos particularmente os enotações dadas ao local e nos acidentes.

ocumentos apresentados há referência ao "córrego das a eta que o mesmo ainda era conhecido pelos nomes de zuçuçava (1820-1846). Estas eram denominações dadas a em só recentemente conhecida como *Ibirapuera*(²) afirma Câmara em seu Relatório. Tais discrepâncias invalidariam e moço que o sub-procurador da Câmara, Dr. João Octa- reira -- não obstante o parecer do desembargador Dr. Poli-) que "examinando a documentação", afirma que "toda o mostra, com toda evidência, que as terras referidas nunca chamam-se no domínio particular há mais de um século" -- ao latório, espera que "tanto o Dr. Polycarpo de Azevedo, a e Silva e Pinto de Toledo, sejam contrários às pretensões

o sítio Ibirapuera fora requerida por Olympio Monteiro e ro de 1924, tendo a Municipalidade contestado a ação, le dos títulos em que os promoventes fundam o seu do-

s de reivindicação foram movidas pela Municipalidade várzea do Ibirapuera mas como alguns documentos estão toso, salientando, portanto, que o *Ibirapuera* de hoje na realidade tio de índios de Anchieta.

relacionados com os da ação proposta por Olympio Monteiro, E. Elvira Magro e outros nada se decide de positivo nesse ano.

Além dessas, foram iniciadas, em dezembro de 1926³ oitenta e cinco reivindicações de posse. Das quais onze referem-se a terrenos na várzea de Santo Amaro, compreendendo área e aproximada de 58.869,91m², abrangendo as questões do Ibirapuera, inclusive a citada divisão, uma área de cerca de 1.500.000m² e.

Ao apresentar seu Relatório (1926) à Câmara Municipal de São Paulo, o prefeito Dr. Pires do Rio refere-se à necessidade absoluta que a população de São Paulo tem de mais áreas verdes. "Impunha-se a iniciativa de um vasto parque, útil à hygiene da população urbana", diz ele, lembrando que a menos de dez minutos da Liberdade ou de Higienópolis, nas vizinhanças da Vila Mariana e do Jardim Aclimação há uma vasta extensão de terreno público, vazia de construções", situada na planície que começa no som da colina da avenida Paulista, entre o fim da Rua Brigadeiro Luis Antonio, a Estrada de Santo Amaro, o Córrego de Uberaba, a cuja margem esquerda fica Indianópolis, limitados por Vila Mariana e Vila Clementino".

"Tais terrenos -- Invernada dos Bombeiros e Chácara do Ibirapuera -- precisam-se admiravelmente, à construção de um jardim ou parque, com área igual à do Hyde Park de Londres, ou metade da área do "Bois de Boulogne" de Paris".

As tentativas de reivindicação de posse dessas terras contribuem para retardar a execução do plano do prefeito Dr. Pires do Rio. Entretanto, ele vê, com satisfação, que o processo toma rumo favorável à Municipalidade, de modo que, se não houver, na sua gestão, tempo para a construção do Parque, ao menos ficará, para o futuro, uma área de 3.000.000m², livre e desimpediada. Na sua opinião, na cidade em plena expansão, a posse de terrenos ainda por construir, é o passo mais difícil e demorado.

Outras vantagens ainda são lembradas pelo prefeito:

"o projeto particular de construção de uma estrada de rodagem pavimentada, entre São Paulo e Santo Amaro. Essa via de comunicação, revestida de concreto, ao atingir a margem do córrego Uberaba, que separa Indianópolis de Vila Clementino, na vizinhança do pontilhão da linha de bondes de Santo Amaro, bifurca-se: um dos ramos segue para Vila Mariana, pela avenida Conselheiro Rodrigues Alves, e outro procura o fim da rua Brigadeiro Luis Antonio. Esses dois ramos abrangem precisamente o terreno da Invernada dos Bombeiros e da Chácara do Ibirapuera, que deverão constituir o grande parque futuro".

20
JE

momento, na Várzea do Ibirapuera, o que realmente a apenas o depósito de lixo, compartimento fechado, onde fermentação, distribuído depois a chacareiros, para utilizá-lo e tornar-se residencial, pois logo será fechado o Mata-ana⁷, cuja instalação fora tão elogiada no século passado, seu modo, constituiu um dos fatores do desenvolvimento do Sapateiro, tais instalações são impróprias e precárias, e", segundo as palavras do **Relatório**.

A instalação, junto às margens do ribeirão, de uma rudimentar, prejudicava bastante o bairro, afastando eventuais construídas residências.

A Mariana, pelo norte, cercava o local dos currais, a que perto de duzentas reses. No seu caminho para o Mata-oladas de Osasco ou da estação ferroviária do Ipiranga. prefeito Washington Luis pediu à Câmara Municipal andar, em concorrência pública, alguns lotes da Várzea

sem estabelecidas pequenas granjas com o intuito de aumentar medidas complementares, o desenvolvimento dos na pequena cultura para barateamento da vida".

o município, para ter alguma terra, ainda disputando, a recente doação do Estado, num raio de seis quilômetros principal, restos inundáveis da várzea do Tietê, pedaços das de Santo Amaro, ou incertas heranças de aldeias de nantidas ainda nesse estado de ignorância e pelo temor radores vizinhos, solicita aprovação para divisão dos lotes e autorização para venda deles em hasta pública, mínimo de 800 rs. o metro quadrado."

arte das terras limitadas pela estrada de ferro (avenida tes Aíves), linha perimétrica, estrada velha de rodagem córrego do Sapateiro ou do Matadouro, foi dividida em dois mil e poucos metros quadrados".

compradores foram Rosa Nastari, Antonio Santinoni, Isaac A. Borba e Francisco Giordano, tendo sido lavradas

as escrituras no 8.º Tabelião.

Uma segunda concorrência deveria ser feita imediatamente, mas foi adiada por causa da epidemia de gripe que atingiu São Paulo com extrema violência, em 1918, a tal ponto que a renda do patrimônio não atingiu a quantia orçada na lei do orçamento desse ano.

A Municipalidade vendera, pois, parte dessas terras, mas conservara a posse das terras entre a avenida França Pinto e o Córrego do Sapateiro. Por permuta com o Governo do Estado adquirira a zona compreendida entre esse Córrego e o do Caguapé, isto é, a parte maior da Invernada dos Bombeiros. Também adquirira o terreno entre esse córrego e o fim da rua Abílio Soares.

O Governo do Estado de São Paulo, em 1914, já concluiu a discriminação dos terrenos situados nos bairros do Matadouro e Saúde, fixando a linha que separa a zona municipal da estadual. Pelo decreto 2669, de 17 de maio de 1916, declarou incorporados ao patrimônio municipal os terrenos devolutos contidos naquela zona.

Em virtude desse decreto, combinado com as leis n.º 16 e 1038, são do domínio municipal os terrenos que constituem uma área aproximada de 1.500.000m².

"cuja linha divisória começa no cruzamento da rua Nova com o córrego do Sapateiro, onde existe um valo; segue esse valo até a estrada velha de Santo Amaro; por esta, na direção sul, até o marco cravado na beira da estrada, junto à chácara do coronel Piedade; desse ponto, acompanha a linha perimétrica do córrego com raio de seis quilômetros, até o Ribeirão Uberaba, segue por este até seu afluente, córrego das Águas, até alcançar a Rua Nova, e, por esta, na direção norte, até o ponto inicial, confrontando, ao Norte, com a Invernada do Corpo dos Bombeiros, a Este, com Vila Clementino, ao Sul, com a Cia. Territorial Paulista, Antonio de Andrade e outros, a Oeste, com Dr. Bento de Camargo e outros".⁸

Segundo o Relatório apresentado ao Prefeito Dr. Pires do Rio por Dr. J. Octaviano P. Lima, a maior parte desses terrenos acha-se sob posse do município, com área aproximada de 1.200.000 metros quadrados, da qual 76.905 foram definitivamente reivindicados a Antonio Francisco de Salles, Manuel dos Santos Canada, Manoel João do Rego, Rosário de Napoli, Augusto Gomes Teixeira e João Miguel dos Santos. Outra parte ainda estaria sendo reivindicada pela Prefeitura.

Referindo-se às ações reivindicatórias, pretendendo que parte do sítio Ibirava, situado entre o ribeirão, Uberaba e o Córrego do Sapateiro, constitua:

21
JK

I. J. O. Pereira Lima estende-se sobre o assunto apresentando os trabalhos periciais mostrando a falsidade dos se verificou comparando-se as assinaturas nels contidas, provavelmente autênticas, encontradas nos papéis de

antos continham rasuras e foram apagados quimicamente, do Laboratório da Polícia Técnica, datado de 12 de abril do chefe do Laboratório, Carlos A. de Saupazzo Viana, ¹⁹ *os Marx.*

a idêa da situação dos terrenos em litígio por um clichê planta do terreno compreendido pela estrada velha de separativa da zona municipal, ribeirão Uheraba (verdadeiro das Águas, rua Nova e Córrego do Sapateiro", de divisão requerida por Olympio Monteiro e sua mulher, preceito as áreas de reivindicação contra Damião Barretti ²⁰ *mpio, João Rodrigues e outros.*

is terrenos e já no fim de uma demanda vitoriosa sobre dois milhões de metros quadrados, a Prefeitura enceta grande parque, iniciando em 1927 o amanho das terras e iras árvores.

de tal parque iria triplicar a superfície dos jardins da ra uma população de perto de um milhão de habitantes, ²¹ *enas 926.839 metros quadrados de parques e jardins.*

quanto o Prefeito pensa em transformar o Ibirapuera o, transformando a Várzea em belo parque, na Câmara lo discute-se um projeto de lei que autoriza a Prefeitura para transferência do Jockey Club para os terrenos do

ofredo Telles, pelo artigo n.º 1, "a Prefeitura é autorizante acordo de direito, a transferência do Jockey Club os do Ibirapuera e Invernada dos Bombeiros".

tal transferência, transformar o Prado da Mooca em sário a uma população a que falta tal benefício. E, o vereador salienta que a oportunidade nasce com a processo, em virtude do qual a Prefeitura "merece de o esforço, incorporou os terrenos do Ibirapuera ao

1927, apresentado à Câmara, o prefeito Dr. Pires do de estar já fechado o Matadouro de Vila Mariana e

"A cidade espalhava-se para o sul. Além do Matadouro já se edificava o bairro de Vila Clementino, cujos terrenos foram vendidos pela Municipalidade. O bairro de Vila Mariana cercava, pelo norte, o local dos curraes a que chegavam diariamente perto de 200 reses."

Como o Matadouro está situado à margem do Córrego do Sapateiro, córrego de fraca vazão, o seu fechamento foi aplaudido pelos bairros prejudicados pela passagem das boiças e pelos que tinham como vizinho um tanto incômodo o córrego mal-cheitoso.

Percebe-se o estado de euforia do prefeito Pires do Rio, pois, fechado o Matadouro, os terrenos da Várzea do Ibirapuera poderiam ter um destino mais glorioso do que um obsoleto Matadouro.

O projeto, que tem o n.º 90, apresentado em 1925, na Câmara Municipal, chega a ser aprovado em segunda discussão, mas a iniciativa de Dr. Pires do Rio é vencedora na disputa entre a Câmara e a Prefeitura, e o viveiro de plantas, pertencentes à Divisão de Matas, Parques e Jardins, futuro viveiro Manequinho Lopes¹⁹, irá se tornar o embrião do futuro e magnífico Parque do Ibirapuera.

Para tal, a Prefeitura de São Paulo revoga, na gestão Prestes Maia, o plano de loteamento de terrenos municipais na Várzea do Ibirapuera, que tinha sido autorizado pela lei n.º 2122 de 12 de março de 1918, no trecho compreendido entre a rua França Pinto, a avenida Conselheiro Rodrigues Alves e a avenida Indianópolis.

Em seu Relatório, o prefeito Prestes Maia lembra que o processo reivindicatório de posse de terras da Várzea do Ibirapuera não se iniciara nos últimos três anos que correspondem à sua administração e nem tinha sido dada ainda uma decisão final, mas tinha certeza da vitória do Município na Ação de Divisão do sítio Ibirapuera.

Em livro denominado Ibirapuera, Imenso Grilo, foram publicadas as razões da Prefeitura em tão importante ação judicial.

Pelo decreto-lei n.º 31, de 7 de maio de 1940, a Prefeitura é autorizada a adquirir, mediante permuta, áreas vizinhas, necessárias à regularização do perímetro do Parque do Ibirapuera. Em 1942, três áreas de terrenos na Várzea do Ibirapuera, são declaradas de utilidade pública.

Muito significativamente, já em 1936²¹ tinha sido escolhida a entrada do futuro Parque, na Avenida Brasil, como local ideal para o monumento às Bandeiras. A entrada do Parque que deveria ser um monumento ao bom gosto em matéria de paisagismo, só poderia caber uma obra monumental que simbolizasse o verdadeiro espírito paulista. E nada mais, portanto, que se situasse esta no Caminho de Virapoeira, pois muitos foram os bandeirantes

já tinha apresentado, em 1929, a maquete do Monumento, só posteriormente ele foi executado, após alguns ajustes, que foi, "finalmente realizado com base nas simplificações e geometrizadas, de físico ideal em sua massa, uma grande massa de granito, maciçamente fixada no Amarel¹² a propósito de uma exposição das obras do Armando Álvares Penteado, em novembro de

1928, do 6 de agosto de 1949, o Executivo Municipal, no Parque do Ibirapuera, na parte central da praça de rolagem da avenida Brasil, a mil e cem metros de distância da Avenida Luís Antônio, do Monumento aos Heróis do Estado.

No mesmo ano, pelos decretos n.º 677 e 702, são declarados de utilidade pública o terreno necessário ao alargamento do trecho da avenida Ibirapuera e os "imóveis situados no Ibirapuera, necessários ao estabelecimento de uma via de trânsito rápido e ligação entre as ruas Caravelas, Curitiba e Joinville.

Em 1954, a Comissão do IV Centenário, criada como autarquia, a Comissão compunha-se de sete membros nomeados pelo Prefeito, dos quais três deveriam, obrigatoriamente, ser indicados pelo Governador do Estado. Havia também, um Conselho Consultivo composto de cinco membros nomeados pelo Prefeito.

A lei estadual n.º 1546, de 28 de dezembro de 1951, autoriza a celebração de um convênio entre o Estado e a Prefeitura para utilização dos próprios estaduais, seus órgãos técnicos e administrativos, pessoal, material, máquinas e pertences, aparelhos, instalações e equipamentos necessários à realização das comemorações do IV Centenário da Cidade. Nessa época era

criada como autarquia, a Comissão compunha-se de sete membros nomeados pelo Prefeito, dos quais três deveriam, obrigatoriamente, ser indicados pelo Governador do Estado. Havia também, um Conselho Consultivo composto de cinco membros nomeados pelo Prefeito.

A lei estadual n.º 1546, de 28 de dezembro de 1951, autoriza a celebração de um convênio entre o Estado e a Prefeitura para utilização dos próprios estaduais, seus órgãos técnicos e administrativos, pessoal, material, máquinas e pertences, aparelhos, instalações e equipamentos necessários à realização das comemorações do IV Centenário da Cidade. Nessa época era

com a glória de abrigar as cinzas dos heróis que se bateram pela volta da nação ao regime constitucional, o Parque do Ibirapuera será também como um incentivo ao civismo, um estímulo à juventude para o culto a seus heróis e o respeito ao passado. Dentro do Parque do Ibirapuera, o Monumento deve trazer sempre viva a chama do respeito aos direitos do Homem, do amor à Liberdade e aos princípios da Democracia.

O planejamento do Parque só será feito, de fato, às vésperas das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo.

Mas antes disso, ainda na gestão Prestes Maia, o bairro de Ibirapuera vai se modificando.

O decreto n.º 623 de 18 de maio de 1945 declara de utilidade pública um imóvel situado à avenida Conselheiro Rodrigues Alves, necessário à abertura de uma praça em frente à parada Ibirapuera, de propriedade de Raphael Antunes, com 905,56m², medindo 101,00 metros de frente e dividindo com terrenos do Município e da Companhia Mauá.

No mesmo ano, pelos decretos n.º 677 e 702, são declarados de utilidade pública o terreno necessário ao alargamento do trecho da avenida Ibirapuera e os "imóveis situados no Ibirapuera, necessários ao estabelecimento de uma via de trânsito rápido e ligação entre as ruas Caravelas, Curitiba e Joinville.

A Comissão do IV Centenário¹³

Em 1954, a Comissão do IV Centenário, criada como autarquia, a Comissão compunha-se de sete membros nomeados pelo Prefeito, dos quais três deveriam, obrigatoriamente, ser indicados pelo Governador do Estado. Havia também, um Conselho Consultivo composto de cinco membros nomeados pelo Prefeito.

A lei estadual n.º 1546, de 28 de dezembro de 1951, autoriza a celebração de um convênio entre o Estado e a Prefeitura para utilização dos próprios estaduais, seus órgãos técnicos e administrativos, pessoal, material, máquinas e pertences, aparelhos, instalações e equipamentos necessários à realização das comemorações do IV Centenário da Cidade. Nessa época era

criada como autarquia, a Comissão compunha-se de sete membros nomeados pelo Prefeito, dos quais três deveriam, obrigatoriamente, ser indicados pelo Governador do Estado. Havia também, um Conselho Consultivo composto de cinco membros nomeados pelo Prefeito.

devolutos, perrencia, após longo litígio, a Prefeitura do Município de São Paulo, praticamente sem benfeitorias, a não ser a sede do viveiro Manequinho Lopes, e uma ou outra pequena construção como galpões, garagens, estufas, e um enorme barracão de madeira onde residia o escultor Victor Brecheret, que ali mesmo estava esculpindo em granito o monumento às Bandeiras, obra que foi montada no terreno em eclipse, no trecho em que a avenida Brasil se bifurca, já no Parque Ibirapuera.

A fixação das atenções da Comissão do IV Centenário na região do Ibirapuera deve-se também à circunstância de que para ali estavam convergindo as construções de grandes museus, eis que os chamados Jardins já estavam completamente lotados, e do Morumbi não existia sequer a ideia.

Por outro lado, onde encontrar um terreno com dimensões tamanhas a não ser a grandes distâncias ou rodoados de favelas?

O que havia, nesse sentido, está documentado em fotografias, na seção de Iconografia da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal, como se pode avistar pelas cópias anexadas a este trabalho (Ilustrações, 1 e 2)

A região em tela era conhecida tanto como Ibirapuera como por Manequinho Lopes. Por essa época, os moradores da mesma cividiavam-se em residentes no Manequinho Lopes, tendo como eixo principal a avenida República do Líbano, e residentes no Ibirapuera que eram aqueles que moravam na baixada limitada pela Avenida Brasil e bairros chamados Jardins.

Convém salientar aqui a razão do nome de Manequinho Lopes para tais terrenos. Manoel Lopes de Oliveira, ocupando elevado cargo na Prefeitura, e conhecedor profundo daquela baixada, recebeu-se um grande administrador quando, para evitar que a área caísse em mãos de posseiros, fosse favelada, teve a ideia de sacá-la e aproveitá-la para um grande viveiro de plantas ornamentais tanto nacionais como exóticas, destinadas à arborização urbana, não só das ruas da Capital, como também dos parques e jardins, tanto municipais como particulares.

Em primeiro lugar, Manequinho Lopes cuidou do saneamento da área: baixada caracterizada por terrenos turfosos e até mesmo pantanosos, era imprópria para qualquer tipo de arborização. Assim, sua primeira iniciativa foi a plantação de milhares de eucaliptos, espécie australiana adequada àquele tipo de terra, provocando a eliminação do excesso de humidade e saneamento da área. Sua iniciativa trouxe dois proveitos: recuperação do solo, e, mais importante, manutenção da posse daqueles terrenos pela Prefeitura.

Mantida a posse, Manequinho Lopes organizou o grande viveiro de espécies nacionais e exóticas, somando milhões de Pau ferro, Ipê, Pau Brasil, Pau Jacaré, Tipuana, Flamboyant, Ligustrum, Platanus, Magnólia, Canela, e até mesmo Eucaliptus. De início, a nossa beíssima Sibiriruna que enfeitava hoje as ruas e logadouros da Cidade, eram pouco conhecidas para arborização

O BAIRRO DO IBRAPUERA

de São Paulo o Sr. Lucas Nogueira Garcez, sendo Armando Arruda Pereira.

A regulamentada pelo decreto municipal n.º 1572, de

Executiva foram nomeados os srs. Francisco Matante; Joaquim Canuto Mendes de Almeida; Carlos Joazeiro Pacheco Fernandes; José de Melo Moraes, e José Horta¹⁵.

Almeida na Comissão, a presidência passou ao poeta Almeida (24 de março de 1954) e novos membros Comissão Executiva¹⁶.

na Comissão Executiva concluir as principais obras e inaugurar a Exposição do IV Centenário e a Feira do

Almeida na presidência, foi criado o Órgão Oficial Centenário, editado pela Editora Abril¹⁷. O primeiro : 1954, traz as seguintes palavras de Guilherme, na Parque do Ibirapuera:

se os portões do Parque Ibirapuera -- quer dizer; ao Paulo a promessa que há quatro séculos fizera ao este revelar o tesouro de seu labor -- forçoso é que bebem as folhas de um caderno de assentamentos, em registrar o dia a dia das realizações comemorativas ses finais da grande Festa Paulista. to aqui está a Revista do IV Centenário. Levando a Autarquia a qual incumbe a séria responsabilidade) oficial da data histórica, será este periódico, a izada e viva de tudo o que foi São Paulo neste seu ica consciência da própria grandeza. pteensão dos que o folhearem terá este documen- ilio maior e melhor."

São Paulo, agosto, 9, 1954

ero da Revista do IV Centenário é rico em infor-) Ibirapuera, apresentando um mapa com a relação ndicados, além de destacar as principais obras do escríção¹⁸.

o de um arrojado conjunto arquitetônico para a is estudos preliminares concentraram-se no Ibra- notivos: a área, outrora constituída por terrenos

24
JP

riormente foram feitos ali, viveiros dessa maravilhosa planta que hoje já é comum nos grandes jardins particulares não só da cidade do interior.

limitou Manequinho Lopes apenas a essências arbóreas, mas a foi inundada por viveiros de plantas arbustivas e rasteiras, floríferas. O viveiro Manequinho Lopes tornou-se ponto de atração, aberto ao público com seus festivos canteiros de flores. Lá, as mudas eram fornecidas gratuitamente com o intuito de propagar o amor às plantas, chegando mesmo aquela repartição a oferecer, também gratuitamente, jardins e arborização em geral, para os moradores.

Desaparecimento de Manuel Lopes de Oliveira o cargo passou a ser exercido por Arthur Eitzel, seu continuador por mais de 50 anos.

As mudas cuja memória deveria ser reverenciada com ternura e carinho hoje, quando o problema da poluição do ar está a ser estudado, mais, uma solução, que ambos encontraram multiplicando os viveiros.

Exemplos de amor à Natureza, que deveriam ser seguidos e imitados em nossas Escolas para incentivar, entre nossas crianças, o amor à natureza.

Por isso, difícil a escolha do local, e a Comissão do IV Centenário foi nomeada pelo Ibirapuera, para uma grande realização. Acreditava-se que iria valorizar, em muito, a região, já com todas as condições para um pequeno "bairro" do mais alto gabarito, e muito próximo ao metrô.

Em 1954 -- o que fez parte das primeiras comemorações do Centenário -- obtida a concessão do necessário crédito pela Prefeitura de São Paulo, a Prefeitura obrigou-se a contribuir para a realização do projeto com a importância correspondente à metade do montante necessário. O acordo com a lei n.º 1475, de 26 de dezembro de 1954, deu origem aos recursos financeiros para a grande obra, ao iniciar o projeto do IV Centenário tomou as primeiras medidas para a realização do Ibirapuera e ao mesmo tempo se entrosava com o Município de São Paulo para a realização das obras urbanísticas indispensáveis.

Em 1952 foram feitos os primeiros trabalhos de sondagem para levantamento necessários para a localização dos edifícios, a formação de lagos artificiais, plataformas, galerias de

água pluviais e de esgotos, rede de água potável e de energia elétrica, etc., seguindo-se o serviço de arquitetura paisagística.

Para essa tarefa, que devia tornar o Parque do Ibirapuera "um dos maiores centros do gênero do mundo, e que, duradouro na sua construção de concreto e aço, e indestrutível na beleza e harmonia de suas linhas, permaneceria como um marco das homenagens dos paulistas aos quatrocentos anos da Cidade", a Comissão do IV Centenário solicitou a colaboração de um grupo de arquitetos que "constitui a mais alta expressão da engenharia brasileira: Oscar Niemeyer Filho, Uchêa Cavalcanti, Zenon Lotufo, Eduardo Kneese de Melo, Octavio Augusto Teixeira Mendes e Icaro de Castro Melo."

Oscar Niemeyer e sua equipe apresentaram o projeto para o conjunto arquitetônico, cuja descrição será feita em Anexo (Anexo III)

Os arquitetos paisagistas Burle Marx e Octavio Teixeira Mendes também apresentaram os seus planos, tendo sido escolhido o deste último, engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, com vários cursos de paisagismo realizados nos Estados Unidos.

Para a execução do plano paisagístico que iria colocar o Parque do Ibirapuera como o coração e o centro do bairro do mesmo nome, o arquiteto Octavio Augusto Teixeira Mendes procurou estabelecer o envolvimento do conjunto arquitetônico Niemeyer por um traçado de ruas harmonioso de amplas perspectivas, sem prejuízo do aspecto funcional e sempre procurando dar realce àquele majestoso conjunto que iria inspirar Niemeyer, segundo a reportagem de Luiz Gonzalez e José Maria dos Santos, em Manchete (21-8-1973), "a conceber os ministérios que seriam construídos na nova capital", podendo se dizer que "Brasília é um desdobramento das idéias lançadas no Parque Ibirapuera".

A primeira providência foi o levantamento altimétrico e planimétrico da área, em seus mínimos detalhes, incluindo toda a arborização ali existente, bem como das adjacências: o Parque Ibirapuera teria que se incorporar ao próprio bairro de Ibirapuera, senão seria um intruso com seu belo conjunto arquitetônico tão avançado, em meio às belas e majestosas mansões, em estilo convencional, que estariam esboçando o verdadeiro bairro Ibirapuera, continuação e a versão mais avançada dos chamados Jardins.

Os moradores daquela área que, até então, se diziam residentes, ou no Ibirapuera, ou no Manequinho Lopes, com o evento da Comissão do IV Centenário passaram esta última denominação para segundo plano, dando preferência à de Ibirapuera.

O viveiro Manequinho Lopes, aos poucos, tornando-se pequeno para suas funções, foi praticamente desaparecendo, tornando-se apenas um viveiro abastecedor de mudas ornamentais para São Paulo, paulatinamente transferido

ria em Cotia. O Ibirapuera se avolumava como zona residencial de alto nível, tendo como propulsor o grande ceratônio que seria o ponto de partida para a construção de um novo bairro. A consideração dos característicos locais e o acentuado estilo de Niemeyer, as vias de acesso e respectivas entradas, principais e subsidiárias, os estacionamentos, a formação, e para os pavilhões que seriam construídos mas que não foram. Niemeyer e sua equipe, destinados a mostrar as possibilidades de locais para a construção, tudo isso dificultava enormemente a consideração da preservação da vegetação existente, na sua maioria, por densos bosques de eucaliptos.

O traçado de arreamento do Parque, que é o atual, áreas de acesso a construções não previstas na fase inicial, ou cerca de duzentas perspectivas entre longitudes e secundárias, levando sempre em consideração a vegetação; deveria ser preservada a todo custo. Todavia, assim como a remoção de árvores, para que não se reduzisse perspectivas essenciais.

Foram sacrificados. Havia essências, entretanto, poucas: embora adultas, havia possibilidade de sua conservação a vegetação existente, o paisagista planejou a formação de bosques, tendo como fundo da paisagem, os eucaliptos; as árvores que pudessem ser removidas foram de novos bosques, tudo dentro do plano paisagístico podiam ser aproveitadas nos seus lugares adequados com essa possibilidade, pois os terrenos estavam totalmente construídos, e toda sorte de materiais.

Se em entendimento com o Departamento de Estradas de São Paulo para uma atividade pioneira na área de rodovias. O Departamento de Estrada de Rodagem obra e transporte, e o engenheiro agrônomo paisagista das árvores a serem removidas, bem como a sua localização. Foram transplantadas inúmeras árvores entre as daquela importante rodovia.

Construções monumentais surgiram depois, como o Pavilhão do conjunto Niemeyer não podia ser sacrificado, isto é, julgou da sua beleza e funcionalidade, houve um entendimento do IV Centenário e a Secretaria da Agricultura,

à qual pertence o Instituto Biológico. Este cederia parte de sua gleba situada na baixada ao lado do Parque Ibirapuera, junto à avenida Brasil. A Comissão do IV Centenário, com sua própria verba, construiria ali o Palácio da Agricultura, o qual, ao término das comemorações, seria incorporado ao patrimônio da Secretaria da Agricultura. Interessante é que tal não se deu. Terminadas as comemorações do IV Centenário, o Palácio da Agricultura foi ocupado pelo Departamento do Serviço de Trânsito, onde permanece até hoje.

O Palácio da Agricultura foi também projetado pelo grupo Niemeyer e o paisagista Teixeira Mendes ampliou o seu traçado envolvendo-o de maneira a incorporá-lo ao conjunto, sempre levando em consideração o todo formando pelo Parque Ibirapuera em si e o bairro Ibirapuera com seus parques-jardins estruturados com ampla vegetação.

Infelizmente há, como teremos oportunidade de verificar, como uma permanente angústia, a idéia de se limitar a área do Parque do Ibirapuera, cercando-o com grades de ferro. É a anti-concepção da paisagem, ou talvez ainda a concepção desumana das funções do Parque dentro de uma moderna Metrópole.

Contra tal idéia, sempre se bateu o autor do projeto original do belo Parque.

Entretanto, ainda que um dia se façam as grades, estas jamais poderão se incorporar o Parque do Ibirapuera de seu bairro. Cercado ou não por grades, exerça a função que exercer no complexo urbano de São Paulo, o Parque do Ibirapuera há de ser sempre o coração propulsor do bairro do Ibirapuera.

O Bairro de Ibirapuera

A ocupação da área que corresponde hoje ao Parque Ibirapuera e adjacências foi relativamente lenta, quando considerados pelo menos trezentos anos de História do Colégio de São Paulo de Piratininga, mas extremamente rápida quando se toma por base o desenvolvimento do novo bairro de Ibirapuera, já no século XX, quase às vésperas do quarto centenário.

Se tomarmos por base o mapa de 1912 já citado em capítulo anterior encontraremos Vila Clementino e Vila Mariana, ribeirão Uberaba e ribeirão Uberabinha, mas não a palavra Ibirapuera nessa área.

Já no mapa de 1930 (A) da Capital de São Paulo, executado quando era engenheiro de Obras o Dr. Saboia, encontramos com o nome de Ibirapuera, uma enorme área despovoada, com a Invernada dos Bombeiros ao norte, regada pelos córregos Boa Vista ou Caguaçu, Matadouro, Cortume ou

irão Uberaba, cortada pela rua França Pinto e pelo Amaro. Ali, apenas o Instituto Biológico, o Hospital Levatória RAE. Entre esta e o Largo do Matadouro, um ruas ainda sem nome, mas com várias casas. A rua França ruidosa, da rua Domingos de Moraes até as proximidades b, e, daí em diante, é apenas um traçado, o mesmo se

14 de setembro de 1933 aprova planta e discrimina os reservatórios do Instituto Biológico de Defesa Agrícola pertencendo ao Estado, no Invernada dos Bombeiros. e, o decreto n.º 6696, de 21 de setembro de 1934, Região Militar uma faixa de terreno situada na mesma ser instalado o Centro de Preparação de Oficiais da

ida não incriminadamente urbanizada, os adeptos da Revolu- sta de 1932 reuniam-se para os preparativos do mo- idir a 9 de Julho.

s, liderados pelo engenheiro Dr. Antonio Carlos de meses antes de eclodir a revolução, dedicavam-se à incendiárias. Os trabalhos, que tinham sido iniciados donado no Jabaquara, continuaram em outros locais. rança, e depois dos trágicos acontecimentos de 23 de alizar-se em um campo do Brooklyn Paulista, onde, ram o General Marcondes Salgado e o Capitão Mar- de Julho o Grupo passou abertamente a fabrica grana- Invernada dos Bombeiros, no Ibirapuera:

dois acidentes. Um foi a detonação de uma espua- onando vários feridos, tendo um deles perdido vários mão. O outro foi um incêndio numa mesa cheia de em consequência. Foi motivado pela retirada de cartu- pala de canhão que não estavam sendo usados, pois i canhões daquele calibre. Inicialmente tiraram a am todo o cuidado, mas depois com displicência, até usaram. Foi quando se deu o acidente.

il eram fabricadas bombas para aviação, de três tama- entes: de 12, 40 e 60 quilos. Uma destas últimas foi o de Moji Mirim, contra as forças mineiras que inva- itado, já no fim da Revolução¹⁹.

i torno desses terrenos vai se formando o bairro de

Ibirapuera: as ruas Curitiba, França Pinto, Caravelas, Bento Andrade, Afonso Ferreira e outras aos poucos são designadas como pertencentes ao bairro do Ibirapuera.

Nos anos que se seguem, pouco a pouco, a Prefeitura vai regularizando o perímetro do Parque Ibirapuera, individualizando-se o "novo" bairro de Ibirapuera, do qual já se fez referências a propósito também do viveiro Manequinho Lopes.

Assim, o mapa do Município de São Paulo, organizado pelo Instituto Geográfico e Geológico de acordo com o decreto-lei nacional n.º 311 de 2 de março de 1938, traz não apenas a indicação do "Parque", como a do Ibirapuera, sub-distrito criado alguns anos antes.

Se não é ainda O Parque do Ibirapuera, já é um Parque assinalado no mapa.

À medida que foram se desenvolvendo as obras do Parque e a posterior instalação de unidades administrativas ou recreativas, também as artérias abertas no bairro tornam-se amplas e modernas avenidas, como a avenida República do Líbano e a avenida IV Centenário, com espaçosas residências, lindamente arborizadas. Tão lindamente que, porventura, possuem áreas arborizadas ou arborizadas maiores do que as do próprio Parque.

no quase triângulo formado pelas avenidas República do Líbano, Brasil e Ibirapuera, as ruas apresentam traçado mais ou menos irregular, o mesmo acontecendo com as novas ruas contidas na área formada pelas avenidas Ibirapuera, Indianópolis e Rubem Berta. (B).

Algumas ruas são relativamente antigas, com arruamento mais ou menos reto, formando ângulos retos como nos antigos bairros da cidade, contrastando com os novos traçados dos Jardins.

Mas as linhas modernas das grandes vias expressas com seus viadutos de linhas também avançadas e funcionais, dão ao bairro de Ibirapuera um aspecto absolutamente moderno, de acordo com o traçado do Parque e o magnífico conjunto arquitetônico realizado por Niemeyer e sua equipe.

As novas avenidas, as quais já aos referimos em capítulo anterior, trans- formaram o Ibirapuera em um centro de irradiação de tráfego, com viadutos e vias expressas ligando o centro da Cidade ao aeroporto e aos bairros da zona sul.

As obras relacionadas com os problemas do tráfego, estacionamento e outros, ficaram a cargo da Administração regional de Vila Mariana, mas a administração do Parque Ibirapuera passou diretamente para a Coordenação das Administrações Regionais.

Em 1955, já inaugurado o Parque Ibirapuera, a Prefeitura decide tomar providências para preservar o aspecto residencial de suas vizinhanças, estabelecendo condições de zoneamento para os prédios e terrenos lindeiros aos

O BAIRRO DO IBIRAPUERA

públicos situados dentro de um perímetro que corresponde a Clementino, Jardim Lusitânia e vizinhanças²⁶.
maneira, as vizinhanças do Ibirapuera não destoam, no conjunto já existentes nas avenidas.

o que parece, o estabelecimento, por lei, pela primeira vez, de a área construída nos lotes paulistanos, foi pela n.º 5261 de em vista a preservação de antigos ou aberturas de novas áreas ulso para a criação de novos pulmões para a capital paulista. morte pela poluição foi dado por Faria Lima quando uma quietes chefiada por Miranda Martinelli Magnoli e Rosa Klus ásão de Parques e Jardins, o que Francisco Chagas de Moraes a de "radiografia dos pulmões de São Paulo, que estavam e estão idos".

idade, o projeto aprovado pela Comissão do IV Centenário rado em parte, e em muitos pontos onde se planejara plantar as, o terreno se apresentava pobremente gramado, às vezes e despido de vegetação, ou coberto de asfalto ou cimento. odreeram, as águas se contaminaram e até as lindas árvores ão Paulo pelo Governo Japonês tinham sido vergonhosamente

to de 1971, o então prefeito Salim Maluf manda abrir con- i execução do levantamento planialtimétrico e cadastral do terra. Este seria, segundo a reportagem d'O Estado de São Paulo, imo quarto ou décimo quinto projeto de reforma e embele- alfadada área que a Prefeitura ganhou em litígio judicial, mas merce-la²².

dezembro do mesmo ano a Câmara Municipal de São Paulo ae institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de ano seguinte foi aprovada a "Lei do Zoneamento". a de um equilíbrio perdido na cidade, entre as diferentes is - habitar, trabalhar, recrear, circular, segundo a Carta de objeivo básico da lei proposta pelo prefeito Figueiredo Ferraz, que "o uso do solo deve representar um fator de integração re essas quatro funções, e não de arcos e antagonismos"²³. Zoneamento dispõe sobre a divisão do território do Muni- i de uso e regula o parcelamento, uso e ocupação do solo. ípico fica dividido em oito zonas de densidade variada.

Z-1 é estritamente residencial, com densidade demográfica A Z-2 é predominantemente residencial, com a mesma den- ica, 100 h/ha. Já Z-3, embora ainda seja predominantemente

residencial admite outros usos, com densidade demográfica de 150h/ha. Uma zona de usos especiais, a Z-8, será objeto de planos especiais e específicos, elaborados pela Coordenadoria Geral do Planejamento — COGEP — no prazo de três anos para cada um de seus perímetros.

Somente as duas primeiras e a última interessam a este rápido estudo, por isso não se faz referência às outras zonas.

A maior parte do território urbano de São Paulo corresponde à Z-2. É como se houvesse um fundo Z-2 sobre o qual fossem distribuídas as “manchas” correspondentes às outras zonas.

E, se distribuímos todas sobre Z-2, veremos que para Z-8 não haveria muito espaço, e que, segundo a Lei de Zoneamento, o Parque Ibirapuera corresponde à Z-8, e, em torno dele, os bairros Z-1 e Z-2. Pertencendo à Z-1, de um lado, a Vila Paulista, com a avenida República do Líbano, e do outro lado, o Jardim Lusitânia com a avenida IV Centenário.

Na própria área do Parque Ibirapuera, ligando-a à avenida IV Centenário, as ruas Dr. Sarmento, Dona Adelina e outras, pertencem à Z-8, assim como a praça Cidade de Milão. Os outros vizinhos — Vila Nova Conceição, Vila Uberabinha, Vila Mariana, Paraíso e Vila Primavera — pertencem à Z-2.

Vê-se, pois, que, administrativamente, em torno do Parque Ibirapuera, alguns bairros subordinam-se ao Jardim Paulista, outros a Indianópolis, e outros ainda a Vila Mariana.

Evidentemente, não se pode dizer que todos esses pequenos núcleos “estritamente residenciais” ou “predominantemente residenciais”, formem o bairro de Ibirapuera, embora dentro de sua esfera de influência.

Mas é inegável que o Parque Ibirapuera e parte das ruas que o cercam constituem o bairro de Ibirapuera, assim conhecido por muitos dos antigos e novos moradores entrevistados por nós no decorrer de nossa pesquisa. Alguns ainda falam do *Viveiro Manequinho Lopes*, mas já não vivem nele, e sim simplesmente no Ibirapuera.

O Jardim Lusitânia foi o antigo Jardim Ibirapuera, tendo se tornado Jardim Lusitânia quando a área foi loteada pelos proprietários da Loja da China na década dos cinquenta, mais ou menos em 1952, tendo as ruas então abertas, recebido nomes portugueses ou ligados à História de Portugal, como: ruas Douro, Timor, D. Henrique, Nun'Álvares, Santelmo, Ceura, Açores, D. Diniz, Moçambique e Largo Mestre d'Áviz.

Sua igreja, no Largo da Batalha, tem Santo Ivo como padroeiro e foi fundada em maio de 1962, por frei Casto Santos Gonzalo, quando foi lançada a primeira pedra, em terreno comprado graças aos esforços do fundador e de seus paroquianos. A 15 de maio de 1966 foi criada a Paróquia de Santo Ivo.

Na entrevista com frei Gonçalo e seu amigo e auxiliar sr. Augusto Leite Praça, foi possível colher alguns dados sobre o antigo Ibirapuera, antes

fundação do Parque.

Morador antigo da rua Fez de Queiroz, Augusto Leite Praça, lembra-se tempo, lá por 1946 ou 47, que jogava futebol nos campos do bairro da zona do Ibirapuera numa época em que a "Portuguesa de Desportos" ali inava, mais ou menos na altura da rua Afílio Soares. Lembra-se das duas oas - "uma foi aterrada e aí foi construído o Palácio da Assembléa, e outra é um dos lagos do Parque".

No fim da década dos vinte só havia ali, nos arredores da avenida Brasil, icaras de portugueses e italianos, que vendiam suas verduras no mercado Praça Fernando Prestes. E o bonde Jardim Paulista, vindo de Largo São incisco, fazia balão na Parada Ibirapuera, onde, então, só havia chácaras, oltava para a cidade.

Bairro moderno, como já se viu, não tem lojas e comércio em geral, o estar incluído na zona residencial. Apenas um pequeno mercado de tas, dois bares e uma farmácia colocam pequena parte na zona 2.

Na década dos trinta, os moradores do bairro de Ibirapuera, ainda artiam-se com as corridas na Auto-Estrada de Santo Amaro. Assim, por impio, Giacomo Ivaldi, pela "Opera Nazionale Dopolavoro" pede neça para realizar, no dia 16 de setembro de 1937, "uma prova de regatade em motocicletas no circuito compreendido pela auto-estrada de to Amaro e a Estrada Municipal que conduz àqueia localidade. Os correntes deviam sair da Auto-Estrada com intervalo de um minuto um ácia até Santo Amaro, voltando pela Estrada. Municipal até o cruzamento duas estradas na avenida Brigadeiro Luiz Antonio. Os concorrentes am fazer três vezes o circuito num total de 69 km"²⁴.

Ainda nessa época, em ocasiões especiais, a Prefeitura Municipal solici- á Light "Iluminação festiva" para o Ibirapuera, principalmente em frente edifício onde se encontrava o Esquadrão de Cavalaria, na rua Manoel da rega, mas normalmente, a iluminação ainda deixava muito a desejar, o próprio Parque era muito mal iluminado, embora já gozasse das van- ns de possuir um telefone que, diga-se de passagem, viera transferido do ue do Ipiranga, e só fora ali instalado depois de insistentes pedidos da eitura à Companhia Telefônica²⁵.

Funções

Ao se inaugurar o Parque Ibirapuera, no programa das comemorações V Centenário da Cidade de São Paulo, em agosto de 1954, já se pode ter idéia do que seria o bairro de Ibirapuera, vinte anos depois, quando,

então, estariam abertas as grandes vias expressas anunciadas ou projetadas. Criado o Parque com *função social e recreativa*, devendo ser, essen- cialmente um centro de lazer, com suas exposições, feiras, museus, restau- rantes, jogos e folgedes, e, acima de tudo, *área verde*, aos poucos foi se desvirtuando, diante das novas pressões que irão transformá-lo rapidamente, levando-o a exercer com muito maior ênfase a *função administrativa* do que lazer.

Já no ano seguinte, menos de um ano depois de sua inauguração, um vereador leva o fato à Câmara Municipal, afirmando que o Ibirapuera está sob a ameaça de se transformar em Diretoria do Trânsito, e, como é um dos poucos lugares da Cidade onde se pode respirar livremente, deve ser preser- vado contra as pretensões de repartições públicas.

Entretanto, clamou no deserto, pois no dia seguinte mesmo, em reunião nos Campos Elísios, do Governador com o Secretário da Segurança Pública, e outras autoridade, ficou decidida a mudança da Diretoria do Trânsito para um dos edifícios do conjunto Ibirapuera. O edifício escolhido foi o Palácio da Agricultura, onde se esperava, em última análise, a instalação da própria Secretaria de Agricultura, visto que fora construído, como já vimos, em terreno do Instituto Biológico, embora sob protesto de agrônomos e pes- quisadores.

De nada valeram argumentos e protestos. Lá se instalou o DETRAN, que é o atual DET, em completo desacordo com a própria "filosofia" que orientou os trabalhos da Comissão do IV Centenário.

E, aos poucos, várias repartições públicas municipais foram se transferindo para o Parque Ibirapuera, à medida que alguns Pavilhões foram se desocupando após as comemorações do IV Centenário, ou foram sendo doados ao Executivo Municipal.

A 23 de agosto de 1955 é entregue ao Museu de Ciência o pavilhão construído pela Ford Motor Company, onde havia se realizado uma grande exposição dos produtos daquela empresa norte-americana. Com uma área externa coberta, um grande salão para exposições de veículos, um auditório para conferências e exibição de fitas, e um saguão, o Pavilhão Ford foi logo utilizado pelo Museu de Ciência para uma exposição de História dos Trans- portes.

Até aí, salvo no caso do Detran, não fugia muito aos propósitos ini- ciais da Comissão do IV Centenário, mas, com o decorrer dos anos também foi se desvirtuando, deixando de ser *cultural* ou *recreativo*, para se tornar sede da Supervisão Central de Uso e Ocupação do Solo (desde 1970), um dos setores da Secretaria de Serviços Municipais subordinado à Administração Geral do Parque Ibirapuera.

O Viveiro Manequinho Lopes, cuja denominação não deixa dúvida

ALGUNS ASPECTOS DA ZONA SUL NO SÉCULO XX

de peças de brônze, miniaturas de monumentos, quadros, imagens e fotografias.

Durante várias semanas, com exceção das segundas feiras, o Museu de Arte Moderna expôs todo o acervo, apresentado por tendências, suas coleções de pintura, esculturas, desenhos e gravuras.

No Pavilhão da Marinha Mercante, onde se encontra plantado o mastro de um dos navios torpedeado nas costas do Brasil por submarinos nazistas, comemorando a Semana da Vitória, foram expostas peças conquistadas pelas unidades do Exército Brasileiro que participaram da II Guerra Mundial, na Itália.

Ocupando dois pavimentos do Palácio das Exposições, a Exposição de História de São Paulo foi dividida em nove seções, apresentando documentação em grande parte inédita, desde a época dos grandes descobrimentos marítimos até o período republicano. Na elaboração dos roteiros, escolha de peças e montagens, os historiadores paulistas foram dignos auxiliares do professor Jaime Cortezão.

No dia 16 de abril de 1955, no Ibirapuera houve grande concentração de professores e estudantes, para receber o sr. presidente da República, sr. Café Filho, que viera a São Paulo para a inauguração oficial da Refinaria de Cubatão, fato bastante auspicioso no âmbito da política relacionada com os assuntos relativos à produção de petróleo, e que naquela época constituiria verdadeiro pioneirismo, sem que se tenha verificado muito progresso, passa-dos estes últimos vinte anos...

Visitando a Exposição de História, o Presidente da República recebeu, das mãos de Guilherme de Almeida, a medalha comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo. A visita, considerada muito significativa, principalmente pelo fato que trouxe o presidente a São Paulo, foi encerrada então, como um dos fatos mais importantes do ano.

Alguns meses depois, é homenageado também o professor Jaime Cortezão, quando fez a entrega dos originais do Catálogo da Exposição de História de São Paulo no Quadro da História do Brasil, a Fernando Millan, diretor do Serviço de Comemorações Culturais da Comissão do IV Centenário.

Continuam, no Ibirapuera, outras atividades de fundo cultural, acen-tuando-se, dessa maneira sua importante *função cultural*, ao lado da *recrea-tiva*.

De caráter nacional foram as manifestações folclóricas nos festejos do IV Centenário, com um grande Festival Brasileiro de Folclore e Exposição de Artes e Técnicas Populares. No Festival exibiram-se dezesseis grupos do interior e do litoral do Estado de São Paulo, além de alguns grupos repre-sentando outros Estados. Assim, Atibaia apresentou Congadas; Piracicaba,

O BAIRRO DO IBIRAPUERA

finalidade — um dos mais caros projetos ligados à gestão do pre-sbido — tornou-se a sede do Departamento de Parques e Jardins e a Secretaria de Serviços Municipais.

o Manuel da Nobrega (antigo Palácio das Nações) está ocupado te do Prefeito e todo o seu corpo de funcionários. Também af denação das Administrações Regionais, a Secretaria de Educação O Departamento de Cultura que esteve também instalado no algum tempo, passou, em 1974, para a praça da República), a i Higiene e Saúde Pública (alguns de seus setores), a Secretaria Internos e Jurídicos, a Secretaria de Obras, além de Aurariquis to de Estradas de Rodagem do Município de São Paulo e doviário do Município).

ilhão dos Estados está a Secretaria de Finanças, com o Centro Computação de Dados.

O Parque Ibirapuera exerce, atualmente importante função 4, abrangendo não apenas a administração municipal, como a is, com instalação, primeiro, do DETRAN, naquela época ao governo estadual, depois, com a construção e instalação a Assembléia, sede, portanto, do Legislativo Estadual, passa ortante função administrativa que ultrapassa os próprios limites São Paulo, ampliando-se nos quadros políticos não só estaduais is.

de admitir, entretanto, que as funções primeiras — *centro e turismo, recreação e cultura* — foram se cumprindo no decor-Passados os meses de comemorações do IV Centenário da Paulo, continuam muitas das exposições programadas.

sição do IV Centenário compreendia, além da mostra da ista, mantida no Palácio das Indústrias e no Pavilhão Verde, andas" de vinte e seis países, que foram montados no Palácio

cio dos Estados foram armados, além dos "stands" oficiais Municipal de São Paulo, os "stands" de vários Estados (Ama-tarina, Distrito Federal, Mato Grosso, Paraná, Espírito Santo, ca do São Francisco, além do Distrito Federal). Os Estados is e Rio Grande do Sul fizeram construir dois grandes pavi-siões representativas da indústria e da agricultura.

o Katura, em abril de 1955 abre-se a quinta e última série periódicas que a Comissão Colaboradora japonesa Pró Feste-iterário apresenta desde agosto de 1954. É uma coleção de cas procedentes do Japão, das regiões de Tóquio e Kioto, além

raça, Caiçós; Taruf e Sorocaba, Fandango; Cunha e Aparecida Mogambiques; Tietê, Laranjal Paulista e Capivari. Barroque; Rio Sul, com seus Tropicais da Tradição, chimarrita; Estado do Rio Corço, Itumbi. Bumba meu Boi; Alagoas, reisado e guerreiros; na, o Vilão; e o Distrito Federal, que era, ainda o Rio de Janeiro. Escola de Samba do Portela.

Exposição de Artes e Técnicas Populares, inaugurada em agosto de o Congresso de Folelore, depois de fechada por algum tempo, em abril de 1955, para atingir seu ponto culminante com as es de agosto, o que se tornou um dos grandes anais do Parque durante todos estes últimos anos. Como costumam ser, também, i de Junho com as brincadeiras próprias dos dias de São João e

Exposição de Arte Moderna (BIENAL) foi a primeira grande artística das comemorações do IV Centenário. Montada nos Nações e dos Estados, apresentou quatro mil obras representil, a ONU e trinta e oito países. Continuaram as exposições todos os seus altos e baixos, pontos negativos e positivos, com irações, mas sempre motivando uma parte da população paulisrealizações artísticas.

da História do Ibirapuera muitas Histórias diferentes poderiam A das Bienais talvez fosse uma das mais fascinantes pelo que ela itar no campo das artes plásticas, não apenas em São Paulo, o artístico nacional e internacional. E ainda no sentido humano ivendo personalidades complexas e versáteis, com um interior ob.

na época da II BIENAL, no Palácio dos Estados realizou-se i internacional de Arquitetura, nela tomando parte importante ietelos estrangeiros, vindos da América do Norte, da Europa Para essa mostra a Fundação Andrea e Virginia Matarazzo ternio São Paulo", sendo premiado Walter Gropius, fundador le denominada Bauhaus.

os anos que se seguiram, pois, o Ibirapuera continua a cumprir *cultural*, dentro do espírito que norteava as atividades da t Centenário.

deve, porém, deixar totalmente de lado, outras realizações missão, por isso é bom lembrar que sob o signo do Ibirapuera, le, foram realizadas em outros recintos, centenas de atividades itivas e esportivas, envolvendo Congressos de Ciência e Arte, Portivas, espetáculos de arte em geral, como os de "Bailet irio" ou as peças musicais criadas por artistas como Vila Lobos,

Francisco Mignolo e Camargo Guarnieri.

Cada ano que passa, com modificações, sucessos ou frustrações, o Ibirapuera pode se apresentar sob novos ângulos, inclusive com comemorações efêicas, como as que se realizam todos os anos, de caráter nacional, em datas paulistas ou nacionais, como as que se realizam no aniversário da Cidade ou em torro do Mausoléu 9 de Julho, ou ainda de caráter sócio-religioso, como as Exposições de Presépios.

Os que visitam o Ibirapuera podem divertir-se, tomando parte em cornpeições realizadas pelo Centauro Moto Clube ou simplesmente passando de barco. Podem praticar esportes como o futebol, ou tomar parte em exibições de ginástica ou assistindo a determinados espetáculos como, por exemplo, o Carnaval no Gelo. Ou simplesmente, passar pelo Parque, tomar refecição num dos restaurantes, ou sentar-se à sombra das árvores.

Assim se define também a função recreativa, que, com a de "área verde", deve constituir o Ibirapuera e suas adjacências como um dos orga nismos mais importantes — envolve não apenas o campo cultural e social, mas também o âmbito muito importante da Saúde Pública — da grande Me tropóle que tende a se desumanizar cada vez mais, cada vez mais poluída e menos saudável.

Segundo o Coordenador das Administrações Regionais entrevistado pela "Folha de São Paulo" no dia 10 de março de 1974, "quando as reparações públicas saírem do Parque ele será transformado em centro de cultura e de lazer muito importante para a Cidade".

Na realidade, as funções do Parque Ibirapuera fazendo dele o centro do bairro, dão ao bairro um conjunto de funções um tanto desequilibrado, quando se considera que algumas dessas funções se avolumam e crescem num ritmo rápido, enquanto outras são mais ou menos apagadas.

Uma destas funções um tanto apagadas, comparada com as de outras seria a *função residencial*, visto que de fato a área utilizada como residência abriga uma população fixa relativamente pequena quando comparada com a massa de visitantes que o Parque recebe ou o numero de funcionários que ali trabalham, mas residem em outros bairros.

Nas mansões que rodeam o Parque Ibirapuera, ou nas casas de outras ruas nas suas proximidades vive uma população mais ou menos restrita, considerando-se a área por ela ocupada, pois não existem muitas famílias numerosas entre as que habitam as grandes residências com seus lindos jardins.

Uma Visão do Ibirapuera de Hoje

Embora se mantenham suas funções principais, aos poucos o Ibirapuera

O BAIRRO DO IBIRAPUERA

estando totalmente, deixando de ser aquilo para o qual fora permanentemente de lazer, cultura e turismo.

Em 1969, com restaurantes de funcionamento precário, fontes luminosas mal conservadas ou danificadas por intempéries, e águas tratadas pelo prefeito Faria Lima, quase em fins de seu mandato, a Prefeitura iniciou a remodelação do Parque Ibirapuera, enquanto apossava as áreas adjacentes.

No tempo que milhares de operários trabalhavam dia e noite nos jardins, o Parque Ibirapuera adquiriu novo aspecto, o que é salientado quase diariamente.

E referiu ao Parque, "O Estado de São Paulo" de 3 de abril de

"O Parque Florido"

Ibirapuera está todo mudado. Desde o início, perto da Brigada, notam-se dezenas de jardineiros da Prefeitura aparando a terra, remodelando tudo. As palmeiras, plantadas há algum tempo, já se firmaram na terra, e estão abrindo as folhas. Quando os gramíneos vão sendo arranjados como azulejos, sobre o terreno adubado. Depois de pronto cada canteiro, uma planta é colocada: "Mantenha verde a nossa cidade".

A volta do Obelisco não há mais plantas. Tudo está arado, preparado para receber folhagens novas, gramas novas. E agora, as grandes eucaliptus foram cortadas, as velhas palmeiras floríferas maiores, dão um tom cor de rosa ao Ibirapuera. O jardim, até um lagunho foi colocado, de efeito, novinho, esverdeado, como uma primeira rosa."

É muito o que reformar ou restaurar, ou mesmo eliminar nesse parque a ser o maior centro cultural e recreativo de São Paulo. Os referências ao fato de um funcionário municipal ter uma residência instalada no Parque, podendo criar até porcos na Avenida IV Centenário considerada uma das mais belas de Ibirapuera. Ciãram contra o fato de estarem lado a lado, o Kennel Clube e ainda a Sociedade Paulista de Cães

mais salientam que, se o Parque Manequinho Lopes, com a Prefeitura do Lbano, que abriga a Divisão de Parques e jardins transformado em Jardim Botânico, é a única repartição que tem a finalidade do Parque Ibirapuera, nas suas proximidades.

ALGUNS ASPECTOS DA ZONA SUL NO SÉCULO XX

121

dados, a Comissão de Construções Escolares deposita carteiras, balancetes e outros materiais de grupos escolares e parques infantis.

Apesar disso, certas atividades culturais e recreativas continuam normalmente. Em abril de 1972, os jornais anunciavam algumas exposições, as sessões do Planetário e os meios de recreação do Parque.

O Planetário não foi inaugurado durante as comemorações do IV Centenário, mas em 1957, no mês de janeiro. De fabricação alemã, ocupa um edifício de forma circular com uma cúpula metálica de 20,06 metros de diâmetro e 13 metros de altura.

A sala de projeções tem acomodações para 374 pessoas sentadas, com visão completa da tela, que é o próprio teto. Nas projeções pode-se ver cinco planetas e oito mil e novecentas estrelas.

Desde que foi inaugurado, o Planetário funciona aos sábados, domingos e feriados, em três sessões, às 16, 18 e 20 horas, e costuma ser um dos grandes atrativos do Parque, pois são comuns as caravanas de estudantes, inclusive do interior do Estado, que o visitam²³.

Num roteiro do Parque, "O Estado de São Paulo" de 21-4-1972 orienta sobre o maior acervo de arte contemporânea da América Latina, exposição no Museu de Arte Contemporânea, situado no Pavilhão Airuda Pereira, atrás da Bienal; o Museu de Artes e Técnicas Populares, mais conhecido como Museu do Folclore, que ocupa, junto com o Museu de Aeronáutica, um edifício semi-esférico, exibe peças folclóricas de todos os Estados do Brasil. O Museu de Aeronáutica, mostrando a História da Aviação no Brasil e no Mundo (aí se encontram o hidro-avião JAU usado por João Ribeiro de Barros em 1927, e as réplicas do "14 BIS" e do "DEMOISELLE", que deram glória a Santos Dumont).

O Museu dos Presépios continua a ser uma das grandes atrações de Ibirapuera. Organizado por Dona Lourdes Milliet, viúva de Sérgio Milliet, foi instalado e inaugurado por Faria Lima em 1969.

Francisco Matarazzo Sobrinho trouxe da Itália em 1949, um Presépio Napolitano, conjunto de arte barroca extremamente valioso. Doando à Prefeitura Municipal de São Paulo, Matarazzo Sobrinho financiou sua montagem na Galeria Prestes Maia, por artistas italianos e brasileiros, de acordo com concepção arquitetônica de Túlio Costa.

Quando se iniciaram as obras da esquadra rolante da Galeria Prestes Maia, o Presépio foi desmontado e assim permaneceu durante doze anos, até que Faria Lima autorizou a adaptação de um local no Ibirapuera e a remontagem do Presépio Napolitano, como núcleo básico de nova Unidade Municipal.

Com a doação de outros conjuntos por particulares e aquisição de alguns pela Prefeitura, o Museu dos Presépios foi, finalmente, inaugurado bem no fim do mandato de prefeito Faria Lima.



33
JB

o Museu dos Presépios, "O Estado de São Paulo" de 3 de
 n se exprimeia:

seu dos Presépios possui peças francesas, polonesas, italia-
 rtuguesas, da Ilha da Madeira, além de presépios brasileiros
 o XVIII — Lepinhas da Bahia — e alguns presépios regio-
 o Vale do Paraíba, mostrando uma arte mais ingênuo e me-
 quintada. Mas a montagem do Museu obedece a uma
 de modo que as pessoas que o visitarem vão encontrando,
 peça, um pente mais elevado, que culminará com o Presé-
 politano, cujas figuras — mais de 300 — impressionam
 ealismo, dando, às vezes, impressão de que poderão
 se, tal a precisão dos detalhes."

ob a grande marquise, o Museu dos Presépios possui cerca
 pios de vários países, cada um dando uma visão mais ou
 o nascimento de Cristo. Aberto diariamente ao público,
 s feiras, costuma não cobrar ingresso às quartas feiras.
 iponesa radicada em São Paulo continua a abrir as portas
 aos sábados, domingos e feriados, com seus salões de
 zontendo objetos datados do ano 200 D.C.

is, o Ibirapuera, cumprindo sua função cultural, e a Secre-
 Turismo e Fomento costuma distribuir e afixar calen-
 lades, com certa antecedência, inclusive de certos cursos
 o Ibirapuera, em diversas áreas de cultura, como, por
 que se realizam todos os anos sobre Folclore.

bém sua *Junção recreativa*, com o Play-ground situado
 ício Internacional, com barras, gangorras, balanços e uma
 . Funcionando normalmente nos fins de semana e feria-
 trezininho atraem centenas de visitantes e fazem a alegria

a reportagem d' "O Estado de São Paulo", são os grama-
 apuera que atraem os paulistanos nos dias feriados, cerca
 pessoas, que continuam a formar a parte flutuante da
 ía conforme os programas e as atrações.

de vista *residencial*, as ruas que formam, em torno de
 vizinhanças, o Bairro do Ibirapuera, provavelmente não
 rações, a não ser talvez, no futuro, um certo aumento na
 te af residem sentem-se perfeitamente felizes em viver no
 uma das poucas áreas verdes da Cidade, que, sendo uma
 oles do Mundo, perde, de muitas, em relação à proporção

de área verde.

Se o Ibirapuera substituiu, por algum tempo, os Jardins, outras opções
 surgiram nos últimos tempos, como, por exemplo, o belíssimo Morumbi,
 com residências do mais alto gabarito, ou ainda o loteamento da antiga
 Chácara Flora, mas não é muito provável um remanejamento de população
 no Ibirapuera.

Entretanto, apesar das muitas vantagens que o Ibirapuera tem ofere-
 cido, e que foram salientadas nos anos sessenta, e mesmo nos primeiros anos
 da década dos setenta, os mesmos jornais que tanto elogiaram e valorizaram
 o belo Parque, chamam a atenção das autoridades para o que tem prejudicado
 o bairro e o próprio logradouro.

Uma reportagem d' "O Estado de São Paulo", assinada por Francisco
 Ornellas²⁹, embora saliente a importância do Jardim dos Cegos, com três
 mil metros quadrados e placas com inscrições em Braille, inaugurado em
 1973, não se mostra muito otimista, quando afirma existir "um roteiro de
 abandono dentro da própria sede oficial da Prefeitura do Município de São
 Paulo".

Agora, todos insistem que é hora de se reformar o Parque Ibirapuera,
 cujo projeto foi considerado símbolo de uma nova era no urbanismo do país.

É evidente que a notícia de qualquer tipo de reforma do Parque Ibra-
 puera provoca os mais descontraídos comentários.

Em meados de 1973, a notícia da instalação de uma cerca no Ibra-
 puera chegou a alarmar alguns paulistas. Contra a ideia da Prefeitura mani-
 festou-se um dos arquitetos da Comissão do IV Centenário, sr. Zenon
 Lotufo, cuja opinião coincide com o ponto de vista do paisagista Teixeira
 Mendes.

Enquanto para a Prefeitura os gradis seriam uma forma de dar "maior
 tranqüilidade às famílias que o frequentam, bem como aos funcionários
 das repartições municipais ali existentes", para Zenon Lotufo a cerca irá
 agravar mais ainda a má utilização do Parque "tornando-o menos comuni-
 cativo no ponto de vista psicológico, quando deverá ser uma extensão natural
 do espaço público". Para ele, essa seria uma das muitas medidas que diluiram
 totalmente os fins para os quais o Parque foi projetado³⁰.

Entrevistado pela Folha de São Paulo³¹, o administrador do Parque,
 Anísio Ribeiro de Luna Filho afirma que:

"O Ibirapuera há muito deixou de ser parque, e disciplinar a
 entrada — seis portões dos oito foram fechados ao trânsito,
 para evitar congestionamento nas avenidas República do Líbano
 e IV Centenário — é uma das primeiras medidas que serão
 adotadas para que possa ser executado o Projeto de Burle Marx,

pretende exatamente isto: um retorno ao conceito de "parque".

o pelo prefeito Miguel Colasuonno, em fins de 1973, Burle um projeto dentro desse espírito.

o de reforma do Parque Ibirapuera apresentado por Burle ipe, está prevista a implantação de mais uma área verde dentro ando-se abrir concorrência para a instalação de novos restau-

seria vedada totalmente a entrada de automóveis no Parque. averia três estacionamentos fora do perímetro do Parque, com quatro mil e quinhentos carros. O meio de circulação no inte- poderia ser um tremzinho ou qualquer outro meio de trans- i com o próprio paisagista.

os anos a reforma foi uma constante nos programas da Prefei-

"parque é um centro de lazer, cultura e recreação",

o Miguel Colasuonno.

ia do projeto de reforma do Parque, pretende-se conservar i uso das crianças, que poderão pisar à vontade na grama. de uma reforma, no amplo sentido da palavra, vão sendo medidas para maior segurança e conforto às famílias que fre- que. Fechadas as guaritas (onde moleques costumavam per- dos os oito sanitários, reformada a rede de esgotos implantada da deficiente no decorrer dos anos, com o serviço de vigi- i por guardas contratados de uma firma particular, enquanto efetivamente as reformas, os portões ficarão abertos aos

oblemas mais graves é o da poluição dos lagos que se torna- los esgotos. A EMURB (Empresa Municipal de Urbanização) os estudos técnicos sobre o assunto.

ão da área do Parque foi objeto do programa do prefeito iz. Para tal, como parte da recuperação total do Parque, foi ilidade pública, para posterior desapropriação, um terreno rua República do Iltano, junto ao n.º 315, e que dá fundo Uma outra área, de quarenta mil metros quadrados, junto à ra, também seria transformada em jardim.

inda e demolição do Palácio Internacional, essa área também ia em jardim.

No Pavilhão Internacional eram realizadas, desde 1954, as grandes feiras exposições e feiras internacionais. Mas o edifício não passava de um barracão feio e destoava do conjunto arquitetônico realizado pela equipe Niemeyer, e, realmente, dele não fazia parte.

Em 1955 a empresa Alcântara Machado obteve exclusividade de seu uso, e aí se instalaram, em diversas ocasiões, o Salão da Criança, o Salão do Automóvel, a Fenit, a Feira de Utilidades Domésticas, a Feira Americana, a Feira Francesa.

Tais exposições e feiras traziam uma movimentação incómoda ao Parque, e só na época de eleições seriam retirados os materiais das exposições e feiras realizadas pela Alcântara Machado. Então, o Parque mudava de aspecto, com uma população completamente diferente dos dias comuns, com fiscais e eleitores a controlar o movimento das apurações e das urnas. Com a construção do Parque Anhembi, em local muito mais amplo para tais exposições e feiras, a própria Alcântara Machado não se interessou mais pelo Pavilhão Internacional, e, em 1971 o contrato não foi renovado, ficando, assim, o Pavilhão disponível para ser demolido, e desocupar uma área de vinte mil metros quadrados.

Antes disso, ainda realizou-se uma quermesse (setembro de 1970), promovida pela Associação Santo Agostinho — última promoção no Pavilhão Internacional — pois no mesmo ano já se realizava o primeiro Salão do Automóvel, no Anhembi.

O projeto de reforma, apresentado pela equipe Burle Marx provoca debates, em virtude, principalmente, do seu alto custo, exigindo novas verbas ou transferências de verbas destinadas a outras finalidades.

Assim mesmo, ao ser apresentada à imprensa, há um clima de otimismo em torno dos comentários. Afinal, todos estão de acordo, pelo menos em um ponto: o Parque Ibirapuera foi desvirtuado em suas finalidades e deve voltar às suas origens.

Um comentarista³³ d' "O Estado de São Paulo" afirma que, se a Prefeitura aprovar o projeto de restauração paisagística, sugerido por Burle Marx, até o fim do ano o Parque Ibirapuera poderá ser remodelado. Então, a vegetação poderá ser conservada. Haverá flores o ano todo. Novos tipos de árvores serão plantados: quaresmeiras, paineiras, mulungus, abipirunas, tipuanas e jacarandás. E, no Parque, só pedestres; carros nos estacionamentos.

No projeto está prevista a transferência do Museu de Arte Moderna para o prédio onde está instalado o Gabinete do Prefeito. A essa altura, a Prefeitura já deveria ter escolhido o novo local para sua sede na zona Leste.

Também seriam transferidos o Viveiro Manequinho Lopes, os gaióps dos Arquivos, a União Protetora dos Animais, a Cinemática. Para Cotia seriam levadas as mudas do Viveiro Manequinho Lopes, cerca de um milhão

Centro Municipal de Campismo.

Em 1955 em diante, a Cidade de São Paulo foi governada por dois prefeitos: o primeiro foi o Sr. Carlos de Campos e o segundo foi o Sr. Carlos de Campos.

Em todos esses anos, o Ibirapuera, como núcleo central do bairro de Ibirapuera, preencheu uma função administrativa para a cidade, em prejuízo evidente da função mais humana e simpática e cultural, prioritária no projeto original.

Normas e ideologias próprias, cada prefeito exerceu sua função em diferentes pontos de vista, sendo o próprio Ibirapuera encarado de diferentes maneiras.

Em suas funções essenciais para as quais fora criado, os últimos prefeitos, sem sucesso, reconduziram-no às suas origens.

Sr. Faria Lima, Paulo Salim Maluf, Figueiredo Ferraz e outros tentaram restabelecer a paisagem onde o verde era a prioridade.

O projeto Burle Marx (mapa D), comentado durante o ano de 1955, pelos jornais que entrevistaram tanto o Prefeito Miguel de Barros quanto o próprio paisagista, noticiou-se que o arquiteto Oscar Niemeyer contratado pela Prefeitura para a recuperação do Parque Municipal de Ibirapuera, em 1955, foi o Sr. Oscar Niemeyer.

Ibirapuera se resume hoje numa série de lotes cortados por ruas e avenidas, os prédios estão adulterados: a maior parte está ocupada; a finalidade da área acabou se desvirtuando, o que é lamentável. O Ibirapuera é atualmente um espaço da cidade com circulação de veículos por todos os lados, sendo a idéia era justamente o contrário, ou seja, a implantação de um grande jardim.

O arquiteto Oscar Niemeyer aos jornalistas, o prefeito Carlos de Campos e o Sr. Carlos de Campos.

razão da preocupação que tenho de ampliar, em alguns pontos de metros quadrados, a área verde existente na Capital, visando a melhoria da qualidade da vida urbana. Com isso, como exemplo, devolvendo o Parque Ibirapuera à população e transferindo a sede do Executivo Municipal para a Vila Hermé.

"Niemeyer irá orientar-nos e dar cobertura profissional quanto à devolução total do Ibirapuera ao povo, como símbolo da humanização da Cidade de São Paulo".

Ao mesmo tempo, o ilustre arquiteto afirma que

"eu e meus colegas — porque meu trabalho é de equipe — temos interesse em ajudar na reconstrução do Parque Ibirapuera, que tanto interessa à nossa arquitetura e muito mais ao povo de São Paulo. Nosso interesse é realmente fazer voltar a área verde que ele constituiu e que se foi desvirtuando com o correr dos tempos."

"O desvirtuamento começou a ocorrer desde o início, quando não se fez o auditório, junto ao prédio do Museu da Aeronáutica, com capacidade para mil pessoas. Isso deu ao parque um aspecto indefinido que eu não sabia como funcionava. Considerei que agora chegou a oportunidade de se refazer tudo."

Inquirido sobre o tempo que se levará para a recuperação do Parque, Niemeyer afirma que

"isso depende das medidas burocráticas, ou seja, da retirada das repartições da Prefeitura que aqui estão instaladas. Não havia razão da vinda delas para cá. O parque se destinava a um grande centro de cultura, com salas para conferências e exposições. Porém, de nossa parte, será fácil fazer um relatório explicando o que deve ser feito e, inclusive, refazer o projeto para a construção do auditório."

O arquiteto também mostrou-se contra as grades projetadas, afirmando ser contra tudo o que é limitação. Assim, uma das primeiras providências será retirar as grades.

Entretanto, as alterações e reformas previstas tanto pelo paisagista como pela administração passada, não chegaram a ser realizadas, não havendo nem mesmo a assinatura de contratos.

Não obstante os gastos com a poluição dos lagos, na gestão Colasuonno, e as medidas tomadas pelo prefeito Figueiredo Ferraz para evitar a frequência de marginais — colocando grades de ferro e obstáculos a outros meios nos portões — o Ibirapuera continuou a apresentar problemas de difícil solução.

O BAIRRO DO IBIRAPUERA

de abril do corrente ano (1975), tomou posse o novo prefeito avc Egydio Setubal.

ano do prefeito Colasnonno transferir a sede do Executivo Municipal do edifício do Montepio em construção na área do Projeto Leslie, vieram ser construídos vários prédios destinados à administração. lo à imprensa o prefeito Setubal afirma que o Hotel Anhembí, a 1967 para ser um moderno e luxuoso hotel, deverá ser a nova administração, e que fariam, então o Parque Ibirapuera voltar à sua ação como área de lazer e cultura, e, ao mesmo tempo, seriam administração estadual os planos de reurbanização do Projeto

ndo se realizado a mudança, foram também adiadas as reformas irapuera.

nto, passados três meses, a Prefeitura toma uma medida que vez tinha sido aventada, combatida, porém, pelos que achavam tra forma de desvirtuamento das funções do Parque: a partir de b, no período de 22 às 6 horas, o Parque Ibirapuera permanecerá i nos últimos dois meses "voltou a ser freqüentado por prosti- nio pela manhã era usado como estacionamento de veículos comerciais. Ao mesmo tempo, é estudada mudança na ministrativa do Ibirapuera, o que deixará de ser subordinado à das Administrações Regionais, passando para a seção de ilins da Secretaria de Serviços e Obras".

mente, tais medidas sejam o início das reformas que, realizadas, a o Parque Ibirapuera a importantíssima função para a qual fora radeiro propulsor do bairro Ibirapuera, centro de lazer e de tempo pulmões e coração, pulmões a oxigenar como área verde vital de São Paulo, coração de um pequeno e sofisticado bairro

o às suas origens, o Ibirapuera perderá a função administrativa os asfixiarão as funções de área verde, mas tornará mais acen- to residencial, o que melhor definirá a sua denominação de ndo o consenso popular.

CONCLUSÃO

Jornais e revistas dedicaram números especiais ao IV Centenário da Cidade de São Paulo, ilustrados com excelentes fotografias.

Manchete, em seu número especial, com justaposição de um texto em língua inglesa, referindo-se ao Parque Ibirapuera, afirma que

"Esse Parque é hoje nova cidade do Estado. É a cidade de Ibirapuera, constituída em menos de dois anos, para contar a história de uma cidade de quatrocentos anos. Recebendo "uma média de cem mil visitantes aos sábados e domingos", no seu interior *como qualquer cidade de verdade*, se encontra uma Delegacia de Polícia, uma estação de Corpo de Bombeiros, um posto de Pronto Socorro, com Ambulatório, Enfermagem e Ambulância; duas agências bancárias e de câmbio, três agências de turismo e passagens; um Serviço Geral de Informações desdobrado em vários postos com intérpretes em vários idiomas; um Serviço de Guarda de Volumes; cinco bares cobertos e dezesseis externos; quatorze restaurantes e quatro churrascurias; uma Agência de Correios e Telégrafos, e uma administração que funciona como verdadeira Prefeitura."

O mapa do Parque, publicado nesse número especial de Manchete, dá uma idéia do Ibirapuera naquela época. "Cidade de população flutuante, cuja maioria só a habita durante o dia, Ibirapuera viu crescer sua população à medida que se passaram os anos, rodeada de mansões com belos jardins.

É uma população flutuante, composta de uma massa de funcionários municipais e de visitantes que se revezam durante a semana, aumentando nos dias de exposições e festivais, crescendo aos sábados, domingos e feriados. População que não reside, em geral, no bairro de Ibirapuera. Ao contrário dos habitantes das ruas adjacentes, que, normalmente não são funcionários

"O Tupi em São Paulo" — J. David Jorge (Aimoré), in *Revista do Arquivo Municipal*, CLVI, Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria de Educação e Cultura, 1953, p. 53

Ibirapuera (Ybyra-puera) — O pau podre, ex-madeira, árvore antiga, extinta, acabada; o pau ou madeira que foi e agora quase nada resta dela.

De Yby (ibi ou iui) — terra, chão, solo; tomar, receber, nascer, colher, brotar; que surge, que vem, que aparece; que se toma, que se colhe. (Ibirá) — o que se colhe do chão, o que brota, surge, nasce ou aparece na terra, no solo; o vegetal. (Não se confunde Ibirá com Iberá, o mesmo que Uberá: água brilhante, límpida, resplandescente; Iberá ou Uberá é contração de Iberá ou Uberaba).

Existem várias formas de Ibirá (madeira, pau, tronco, vara, árvore, viga, vegetal, toro). Vejamo-las: ybyrá, ivirá, mirá, mará, inirá, birá, ubirá, vará, uará, burá, guirá, guará, mairá, ybá, yua, íb).

Se a madeira ou pau está em forma de lenha para queimar, então recebe o nome de iepéi.

Puera, sufixo tupi que indica o passado dos substantivos, equivalente ao "ex" latino. Em português dizemos: "Ex-embarcação"; no tupi: Igará-puera; "Ex-mulher" no tupi: "Cunã-guera" (Puera ou puira, também significam meúdo, delgado, fino, pequeno).

As variantes de puera são: coéra, cuéra, goéra, guéra, boéra, puéra, poéra, uéra, oéra, quéra, réra, cuér, cué.

Como partícula de pretérito: velho, extinto, antigo, acabado, passado; o que foi, o que existiu, o que não é mais. Ex.: itá-quéra — pedra velha, antiga ou extinta; Ibirá-puera — pau podre, antigo, etc.

Se "cuera" vier posposto ao verbo, dá a este a significação de avisto. Ex.: Muica (costurar), Muica-cuéra (costuraria); se lhe acrescentarmos, porém, o termo "maia" ou "amú", torna-se conjuntivo. Ex.: Mucúna (enguir), Mucúna-cuéra-amú (teria engolido).

O BAIRRO DO IBIRAPUERA

uêra também é usado para designar: duradouro, velhaco, esperto, do. Foi nesse sentido que os selvícolas de Goiás apelidaram o paulista meu Bueno da Silva de Anhanguera (Anhan guera) – o demônio (ou esperto, sabido, entendido, espartalhão, matricito, astuto ou manhoso an – espírito que vaga, gênio malfazejo; demônio; guerra ao invés de o som nasal antecedente (an-nhan) mudou a gutural "C" em "G", de regra no tupi.

ibirapuêra (tupi) deve-se pronunciar em português: Ibirapuêrã. A , com acento tônico na penúltima sílaba, vale pelo ditongo "ei".

ANEXO II

OS MORADORES NO IBIRAPUERA NO SÉCULO XVI

1. **ÁLVARES, Peíro** – Em 1583 toma parte em ajuntamento sobre gado que se pede para a armada de S.M. Em 1585, vereador, com Baltezar Rodrigues. Não comparece a várias sessões "por ter ido ao mar". Citado entre os que devem fazer o caminho de Virapoeira ao Conselho (3-7-1581), devendo fornecer um escravo. Vereador em 1596. Almotacel em 1586. Juiz ordinário em 1588 e 1592. Toma parte em ajuntamento do povo e da Câmara a respeito da construção de uma igreja entre as casas de Diogo Teixeira e André Mendes. Toma parte nas expedições de Jerônimo Leitão em 1583 e 1590. Carvalho Franco refere-se a Pedro Alvares, casado com a filha de Jorge Moreira, tendo falecido entre 1613 e 1620 (Carvalho Franco – Dicionário dos Bandeirantes Paulistas; Americo de Moura – Os povoadores do Campo de Piratininga, in RAM, XXV, p. 21). Encontra-se nas Atas com o nome de Pedraives e Pedraivares.
2. **BURGOS, André** – Estabelecido em São Paulo desde, pelo menos, 1574, quando comprou uma porta do Conselho, lato denunciado pelo procurador, avaliada pelo carpinteiro Gonçalo Fernandes em 250 rs. Com fazenda da "banda do Ibirapuera", casado com Maria Rodrigues. Faleceu antes de 1603 (A. Moura, ob. cit., p. 314)
3. **CANHA, João de** – Citado entre os que deviam "fazer o caminho de Virapoeira", em 1581. Toma parte em ajuntamentos em 1587 e 1592. Neste ano protesta-se quanto à exigência de se "levar farinha ao mar e entregá-las na procuradoria". Segundo A. de Moura, pertencia a família de origem castelhana (ob. cit., p. 320)
4. **CARVALHO, Diogo Teixeira de** – Citado entre os que deviam "fazer o caminho de Virapoeira" em 1581. Almotacel em 1582 e 1586. T...

40
JB

Grande Marquise

Esses quatro pavilhões, que constituem o núcleo central do Parque Ibirapuera, são ligados entre si por uma grande marquise de forma irregular, 620 metros de comprimento e largura variando entre quinze e oitenta metros. A área total construída é de 28800 metros quadrados, tendo nele usada a maior taxa de ferro já empregada na América do Sul. Cento e sete colunas, calculando-se que entre as lajes estejam aproximadamente oitenta mil metros cúbicos de material.

Com o objetivo de atender às necessidades imediatas da mostra da Feira Paulista (o maior parque industrial da América do Sul) e da Feira Internacional de São Paulo, foram construídos dois grandes pavilhões de caráter provisório: o Pavilhão Verde e o Pavilhão da Feira Internacional de São Paulo.

Pavilhão Verde

Complemento do Palácio das Indústrias, esse pavilhão, de estrutura metálica de ferro M.E.M. e com onze arcos, ocupa uma área de 5610 metros quadrados. Constitui-se de apenas um vão, coberto de chapas de alumínio em lanternim coberto de vidro, e com fechamento lateral de placas de cimento e janelas de concreto. O seu teto é sustentado nas próprias paredes laterais, existindo, apesar de sua grande área, nenhuma coluna interna. Construiu-se na sua construção 2500 metros cúbicos de cimento, sendo dispensados, para a sua realização, 6781500 cruzeiros. É facilmente desmontável.

Pavilhão da Feira Internacional de São Paulo

Esse pavilhão, também de caráter provisório, ocupa uma área de vinte mil metros quadrados, tendo duzentos de comprimento e cem de largura. Erguido sobre sapatas de concreto, sua estrutura é metálica, composta de três arcos atirantados e facilmente desmontável. Compõe-se de dois vãos laterais de trinta metros cada um e de um central de quarenta metros. Seus fechamentos laterais são de placas de cimento, até uma altura de dois metros, sendo os 2,50 metros restantes ocupados por janelões também de concreto. No teto, que é de alumínio, existem lanternims com cobertura de vidro. Na sua construção foram gastos dez mil sacos de cimento e seu valor eleva-se a 15.553.000 cruzeiros.

Palácio da Agricultura

Compõe-se o edifício de três blocos, assim distribuídos: um central com portão e nove pavimentos; um anterior com um pavimento e um posterior com dois pavimentos. Possui vários salões, "hall" público, secretarias, salas de exposições de conferências, etc.

Ginásio de Esportes

O ginásio possui forma circular, com 94,40 metros de diâmetro de base, com cobertura formada por uma cúpula de concreto armado, com 107 metros de diâmetro. Comporta vinte mil espectadores.

Velódromo

O Velódromo do Parque Ibirapuera, inaugurado no dia 6 de novembro de 1954, possui forma elíptica, apresentando-se com uma raia de 500 metros de desenvolvimento por nove de largura, com entrada especial para as competições de longo percurso. Uma arquibancada medindo 67 x 10 metros, coberta, com cadeiras especiais reservadas à imprensa e acomodações populares, proporciona ao público cômoda visibilidade. Primeiro existente no país, o velódromo foi construído visando ser equiparado aos mais modernos de todo o mundo, obedecendo detalhes técnicos importantes, como os acendidos planos inclinados colocados nas quatro curvas, permitindo aos participantes das provas melhores resultados e maior segurança.

Planetário

Obedecendo as linhas arquitetônicas do Parque Ibirapuera, o Planetário possui uma cúpula de 20,06 metros de diâmetro por 13,03 de altura. Primeiro da América Latina, abriga o aparelho, adquirido na Alemanha, e que reproduz um céu artificial com estrelas, planetas e constelações. Segue as novas normas técnicas estabelecidas para a reprodução dos fenômenos siderais, acompanhando o movimento dos astros, observando-se na abóbada artificial e em poucos minutos a posição dos astros nos dois hemisférios como se estivesse fazendo uma viagem do Polo Norte ao Polo Sul. Tem a capacidade para comportar 500 pessoas.

Lagos

Embelezando o Parque Ibirapuera, existem, em vários pontos do logradouro, três lagos artificiais interligados numa área total de 157.000 metros quadrados e uma extensão de 1500 metros. Comportam 250 mil metros cúbicos de água, num perímetro de três mil metros. Na sua construção foram escavados, ao todo, cem mil metros cúbicos de terra e despendidos 3.500.000 cruzeiros. O primeiro dos três lagos ocupa uma área de 70.800 metros quadrados; o segundo, de setenta mil e o terceiro de dezesseite mil.

Pontes

Cortando vários pontos desses lagos, existem sete pontes de concreto armado, em cuja construção foram empregados mais de um milhão de cruzeiros.

O BAIRRO DO IBIRAPUERA

Ajardinamento

ajardinar-se em todo o Parque Ibirapuera os espaços ajardinados, a granelada de quatrocentos e trinta mil metros quadrados.

Arruamento e Terraplanagem

Parque Ibirapuera a área pavimentada é de cem mil metros quadrados. Existe uma área de duzentos mil metros quadrados destinada ao estacionamento de carros. Vinte e um milhões de cruzeiros foram gastos na execução dessas obras. Nos serviços de terraplanagem cujas despesas se elevam a sete milhões de cruzeiros, foram escavados nada menos de 400 mil metros cúbicos de terra.

As cercas levantadas no Parque Ibirapuera ocupam uma extensão de 111 metros, sendo mil de tela de arame e dois mil de arame farpado. Foram gastos 300.000 cruzeiros.

Fontes Luminosas

Com um jorro de água que alcança trinta e cinco metros de altura, a fonte iluminada em nuances multicores, as fontes luminosas impressionam por sua beleza.

ANEXO IV

A Lei n.º 4636, de 12 de abril de 1955 estabelece condições de zoneamento em terrenos vizinhos ao Parque Ibirapuera (Vila Clementino, Jardim Lusitânia e proximidades).

Pelo seu artigo 1.º:

Ficam sujeitos às condições de zoneamento estabelecidas nesta Lei, os prédios e terrenos lindos aos logradouros públicos situados dentro do perímetro descrito:

“Começa no cruzamento da rua França Pinto com a avenida Indianópolis; segue por esta até a Alameda dos Tupis, até encontrar a avenida Jaquã; segue por esta até a rua Loefgren; segue por esta e pelas ruas 3 de Maio, Luiz Goes, Domingos de Moraes, Sena Madureira, prolongamento da avenida França Pinto, e por esta até o cruzamento com a avenida Indianópolis, onde começa.”

§ único:

As restrições da presente lei são extensivas aos lotes lindos dos lados fronteiros aos logradouros públicos que formam o perímetro descrito, até a profundidade de quarenta metros.

Art. 2.º:

Na zona delimitada pelo artigo 1.º, nenhum prédio poderá ser construído, reconstruído ou reformado essencialmente, e nenhuma edificação ou terreno poderá ser utilizada a não ser por um ou mais dos seguintes fins: I) habitações isoladas; II) templos; III) jardim de infância ou escola primária; IV) biblio-

43
JB

O BAIRRO DO IBIRAPUERA

tecas e museus; V) clubes recreativos, ou desportivos, sem fins de lucro; VI) chácaras; VII) consultórios, escritórios ou estúdios de uso profissional ou pessoal anexo à residência respectiva.

.....

Art. 3.º:

Na zona delimitada pelo artigo primeiro a edificação principal não poderá ocupar área superior a um terço da área do lote.

.....

Art. 4.º:

Deverão observar os seguintes recuos: 4 metros de frente; 1,60 metros lateral, exigível com relação a uma das divisas do lote; recuos laterais equivalentes a um terço de altura do edifício, ou seja, um sexto em relação a cada divisa lateral, para as construções de três ou mais pavimentos; oito metros de fundo.

.....

Parágrafo:

A Lei só permite núcleo comercial nos lotes de frente à Pedro Toledo, as ruas Ottonis e Embaú.

ILUSTRAÇÕES

- a) Construções cobertas de telhas ou folhas de lata, no Ibirapuera, em 1951.
- b) Favelas no Ibirapuera, construídas com madeira e cobertas com folhas de lata, à altura do início da atual avenida Rubem Berta, 1951
- c) Represa, no Parque Ibirapuera, em fase de remodelação em novembro de 1952.
- d) Avenida Ibirapuera - Passagem de nível junto à avenida Ibirapuera e Parque Ibirapuera, novembro de 1952.
- e) Retratos de prefeitos da Cidade de São Paulo com sede no Parque Ibirapuera.
- f) Fotografias do Ibirapuera de hoje.

Observação:

As fotografias foram obtidas junto ao setor de Iconografia da Prefeitura Municipal de São Paulo.

44
JB

DEPARTAMENTO DE PARQUES E ÁREAS VERDES
DIVISÃO DE PROJETOS E FISCALIZAÇÃO

DEPAVE-1

P. M. S. P.

REFERÊNCIA: LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO

LOCAL: PARQUE IBIRAPUERA

DIRETOR DIVISÃO TÉCNICA ARQ. SÉRGIO FRANCISCO DE FÉO

REGIONAL: AR-VM

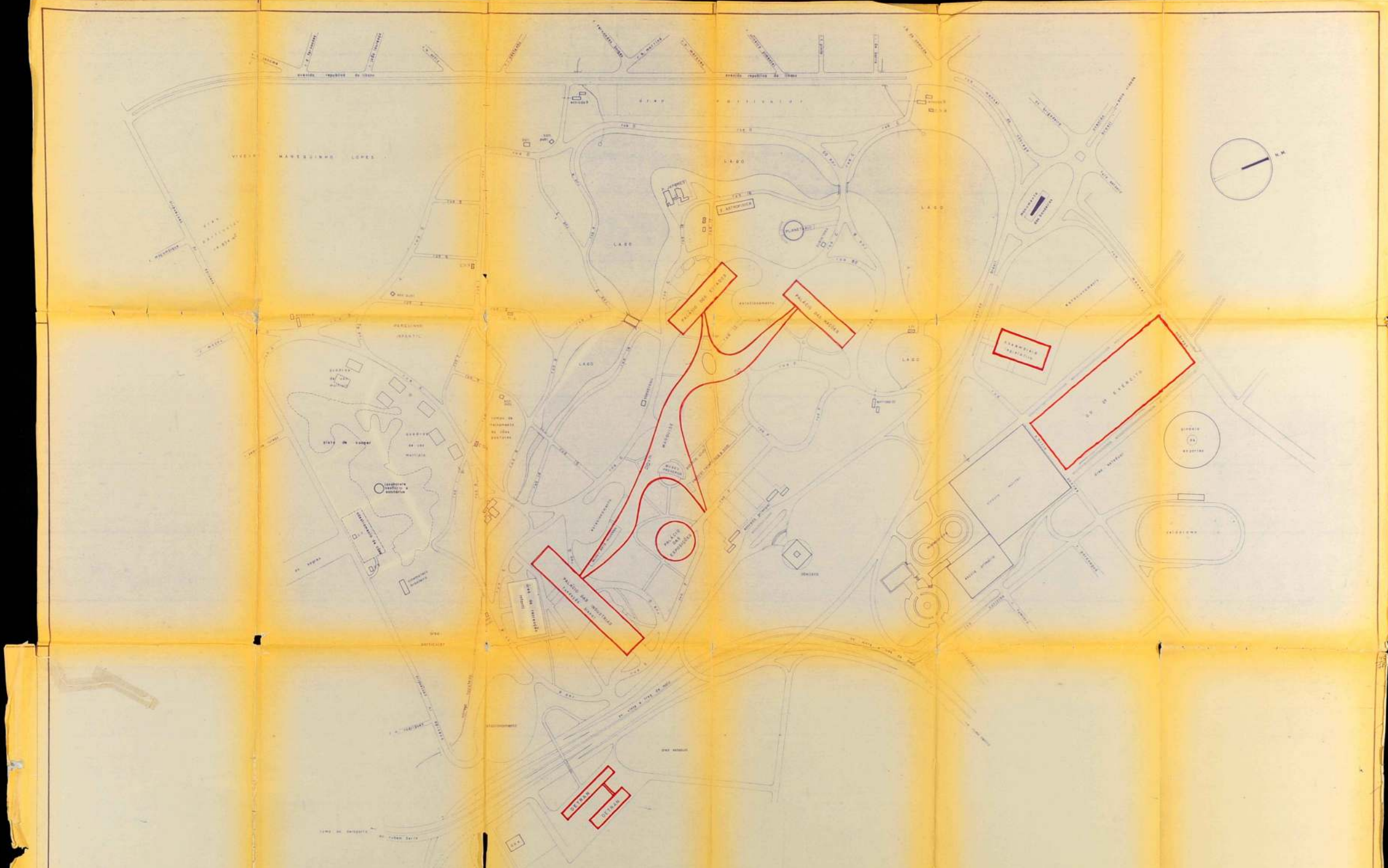
Nº ARQUIVO:

CHEFE DE SEÇÃO TÁC. DE PROJETOS ARQ. MITUSHI KAGOHARA

ESCALA: 1:2000

DATA: AGOSTO/78

1





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º

do G. CONDEPHAAT n.º 00057 / 83 (a)

Interessado : GABINETE DO SECRETARIO

Assunto : Estudo de tombamento do "Parque Ibirapuera"-CAPITAL



47
JB



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º

do G. CONDEPHAAT n.º 00057 / 83 (a).....

Interessado : GABINETE DO SECRETARIO

Assunto: Estudo de tombamento do "Parque Ibirapuera-"CAPITAL





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º

do G. CONDEPHAAT n.º 00057 / 83 (a).....

Interessado : GABINETE DO SECRETARIO

Assunto: Estudo de tombamento do "Parque Ibirapuera"=CAPITAL



PALACIO DAS NAÇÕES E DOS ESTADOS
ATUAL GABINETE DO PREFEITO E SECRETARIA DAS FINANÇAS





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º

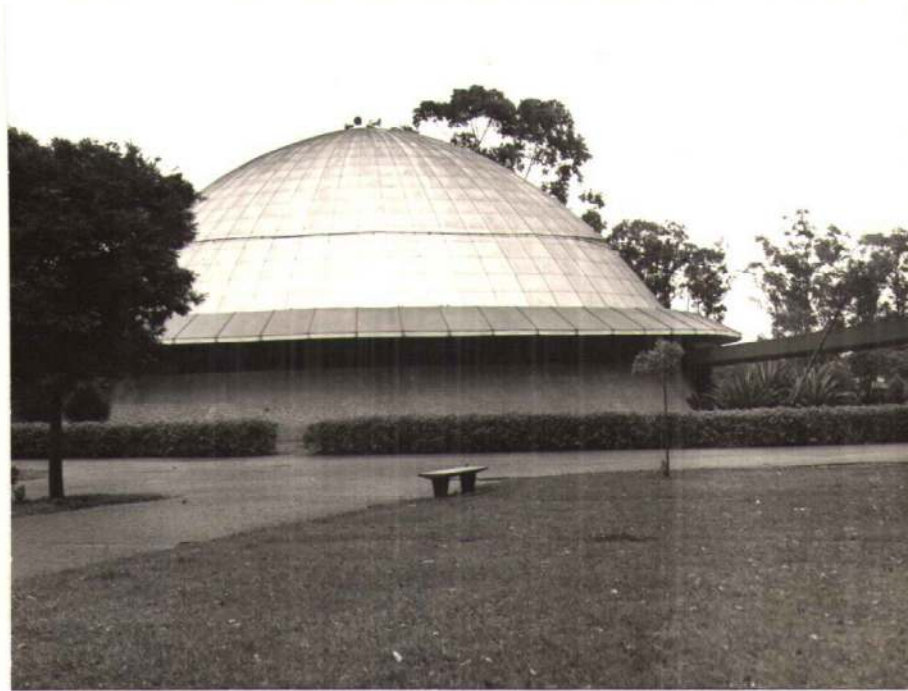
do G. CONDEPHAAT n.º 00057 / 83 (a).....

GABINETE DO SECRETARIO

Interessado :

Estudo de tombamento do "parque Ibirapuera"-CAPITAL

Assunto:





SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º

do G. CONDEPHAAT n.º 00057 / 83 (a).....

Interessado :

GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto :

Estudo de tombamento do "parque Ibirapuera- CAPITAL

senhor Diretor Técnico

Atendendo a solicitação do STCR relativa à instrução do Guichê nº 00057/83 para estudo de tombamento do Parque Ibirapuera - São Paulo, estamos encaminhando as seguintes informações:

1. Recortes de Jornais:

- . Folha de São Paulo - 31/08/81
- . Diário Popular - 01/09/81
- . Folha de São Paulo - 23/01/83
- . Shopping News - 20/03/83
- . Folha de São Paulo - 26/03/83

2. Monografia Histórica

Torres, Maria C.T. Mendes

O Novo Bairro do Ibirapuera e Seu Moderno Parque.

3. Levantamento ~~plani~~-altimétrico

DEPAVE - PMSP

4. Levantamento fotográfico realizado em 25/03/83 por Marcos A. Osello

Acentuamos a necessidade do ~~tomb~~tombamento em questão, entre outros, pelos seguintes motivos:

- Pela sua importância como uma das únicas áreas



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º

do G. CONDEPHAAT n.º 00057/ 83 (a)

Interessado :

GABINETE DO SECRETARIO

Assunto :

Estudo de tombamento do "Parque Ibirapuera" CAPITAL

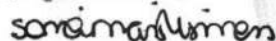
- Pela importância arquitetônica dos edifícios ali localizados, especialmente os prédios construídos para a comemoração do IV Centenário da cidade, marco significativo da arquitetura paulistana; a Assembléia Legislativa e o quartel do II Exército ambos vencedores de concursos nacionais de arquitetura, concursos estes que na década de 60 contribuíram para o desenvolvimento da nossa arquitetura.
- Pelo risco de depredação e retalhamento a que o parque está constantemente exposto como por exemplo, a recente edificação do Gero-parque, conforme documentado pela carta denúncia da ABAP em anexo.

Sendo só para o momento reclamamos providências urgentes e colocamo-nos à disposição para qualquer informação adicional.

STCR, em 29 de março de 1983


MARCOS ANTONIO OSELLO

Arquiteto.



SONIA MANSKI SIMON

Arquiteta

A S.E.
SOLICITAÇÃO ENCOMENDAMENTO A
APRECIÇÃO DO E. CONSELHO UNO
UBZ ATENDIDO O DEPARTAMENTO 36330
SECRETARIA A FL. 6

J. J. da C.
11/4/83

Devidamente instruído pelo STCR à fls. 9/51,
encaminhe-se o presente Guichê à apreciação
do E. Colegiado.

CONDEPHAAT/SE em, 20 de abril de 1983.


JUDITH MONARI
Diretora Substituta
Secretária Executiva
CONDEPHAAT

Ao Snr. Conselheiro

Dr. Mário Savalli

para relatar

S. Paulo 06/05/83

Antônio Augusto Arantes Neto

ANTONIO AUGUSTO ARANTES NETO
Presidente

Segue juntad a nesta data, documento rubricad a sob n. 52 a 54
folhas de informação



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º 52
do G. CONDEPHAAT n.º 00057/83 (a)

Interessado: GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: Estudo de tombamento do Parque Ibirapuera - Capital

PARECER

O Guichê nº 00057/83 foi motivado pelo ofício GS-0116/83, de 3 de fevereiro de 1983, dirigido pelo então Secretário de Cultura, Prof. João Carlos Gandra da Silva Martins, ao Presidente do CONDEPHAAT, Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber - documento pelo qual foram solicitadas ao Conselho Deliberativo do órgão cultural providências para abertura de processo de tombamento "para as seguintes áreas e logradouros da Metrôpole: Parque da Água Funda, Parque da Aclimação, Parque Fernando Costa (Água Branca), Praça da República e Praça Buenos Aires, através de processos desdobrados, sujeitos a estudos, diretrizes e tratamentos específicos." Já no dia 7 de fevereiro, o Presidente do CONDEPHAAT apunha à margem do citado ofício despacho, determinando abrir Guichês para cada caso citado.

Em coincidência com a determinação do Senhor Secretário, recebeu o Senhor Presidente do Colegiado ofício de Sociedade "Amigos da Cidade", órgão de natureza comunitária que há meio século atua proficuamente a serviço da coletividade paulista na, encaminhando cópia de carta datada de 5 do mesmo mês da Exma Sra. Maria Prestes Maia, com sugestão de tombamento de áreas verdes (das quais São Paulo é extremamente pobre) a fim de evitar a destruição, as doações e o retalhamento de parques e locais arborizados ou ajardinados de nossa querida Capital, referindo-se especialmente ao Parque Ibirapuera. Num significativo adensamento de recomendações preservadoras, o Presidente do CONDEPHAAT recebeu ofício datado de 7 de março de 1983 a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas reclamando providências protetoras do Ibirapuera em termos can



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º 548
do G. CONDEPHAAT n.º 00057 / 83 (a) _____

Interessado: GABINETE DO SECRETÁRIO

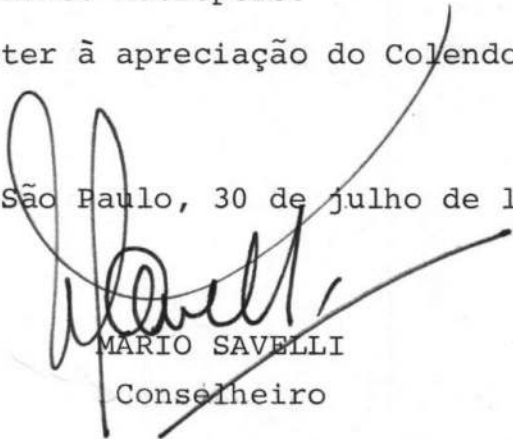
Assunto: Estudo de tombamento do Parque Ibirapuera - Capital

por ameaças constantes de novas mutilações - ^{no}precioso bem público, que, com seus 1.600.000 m², deve ainda ser considerado insuficiente como principal mancha verde de um colossal centro urbano que acusa carência de logradouros dessa natureza.

É imperioso, pois, que, para eliminar de vez esse risco de novas interferências, seja o imóvel Tombado em sua integral dimensão presente e, tão de pronto quanto o permite a atual difícil situação financeira do Município, dele sejam removidas todas as instalações referentes a serviços de administração pública, de forma a permitir o retorno à nobre finalidade de origem: a de centro de convívio social e cultural da laboriosa gente paulistana. É evidente que, embora atribuindo sentido prioritário à sugestão atinente ao Parque Ibirapuera, damos integral apóio ao documento suscitado do Guichê em apreço: a recuperação plena de todos os logradouros nele citados, procurando, assim, minorar a deficiência de centros de lazer em nossa estuante Metrôpole.

É o que tenho a submeter à apreciação do Colego Colegiado.

São Paulo, 30 de julho de 1984.


MARIO SAVELLI
Conselheiro



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º 504.
do G. CONDEPHAAT n.º 00057 / 83 (a)

Interessado: GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: Estudo de tombamento do Parque Ibirapuera - Capital

dade nada mais do que uma edificação de porte que, segundo in-
formação da imprensa, chega ocupar 900 m²".

É bem certo que os meios de comunicação escrita ou falada de
frequente tem noticiado o propósito da Administração Municí-
pal de devolver o logradouro às suas funções e imagem de área
verde destinada ao lazer e à cultura, das quais tem sido pro-
gressivamente afastada durante todo o decorrer de seus 30 anos
de existência.

No magnífico trabalho histórico e inventarial de autoria de
Maria Celestina Teixeira Mendes Torres (fls. 16 a 44 do Guichê)
emergem várias referências aos propósitos de plena recupera-
ção do logradouro, reconduzindo-o à nobre função para a qual
fora destinado numa quadra de intensa vibração cívica: a das
comemorações do Quarto Centenário da Cidade.

Informa o valioso escrito que: "O Brigadeiro Faria Lima, Pau-
lo Salim Maluf, Figueiredo Ferraz e Miguel Colassuono tenta-
ram restabelecer a paisagem onde o verde era a essência da be-
leza". O Prefeito Colassuono com a colaboração do paisagista
Burle Marx e consulta ao Arq. Oscar Niemayer intentou fazer re-
tornar o Parque à sua fascinante característica original: um
grande e belo jardim destinado ao lazer e à cultura - com am-
bientes para concertos, mostras de arte e espetáculos de vá-
rios generos. Tinha como plano imediato a transferência da se-
de do Executivo Municipal para o edifício do Montepio em cons-
trução na área do Projeto Leste, até serem ultimadas as obras
destinadas à administração. O projeto Olavo Setubal abandonan-
do essa idéia, planejou utilizar para sede da Administração
Municipal a estrutura em construção do Hotel Anhembi, junto ao
local de Exposições homônimo, na marginal do Tietê. Ressal-



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

55

Folha de informação rubricada sob n.º
do GUICHÊ n.º 00057/83 (a).....

Interessado: Gabinete do Secretário

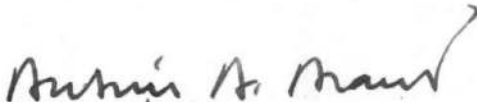
Assunto: Estudo de tombamento do Parque Ibirapuera, CAPITAL

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO
SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE AGOSTO DE 1984
ATA Nº 614

O Egrégio Colegiado aprovou, em princípio, Parecer do Conselheiro Mario Savelli, condicionando a abertura de processo para estudo de tombamento do Parque Ibirapuera a uma de finição do perímetro da área a ser eventualmente preservada.

1. Ao STCR para providências, devendo retornar ao Egrégio Colegiado para re-estudo.

GP, 13 de agosto de 1984


ANTÔNIO AUGUSTO ARANTES NETO

Presidente




SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Folha de informação rubricada sob n.º 56
do Guichê n.º 00057/83 (a) JB

Interessado: Gabinete do Secretário

Assunto: Estudo de tombamento do Parque Ibirapuera - SP.

À Equipe de São Paulo
STCR/., em 21 de 01 de 1984..


MARCOS J. CARRILHO
Diretor Técnico - Substituto

57
JB

Do	Número	Ano	Rubrica
GUICHÊ	00057	83	JB

Interessado: GABINETE DO SECRETÁRIO

Assunto: Estudo de tombamento do Parque Ibirapuera.

Senhora Diretora Técnica,

Conforme solicitação, estamos encaminhando como proposta inicial de definição de perímetro de tombamento do Parque Ibirapuera, a delimitação adotada pela Prefeitura Municipal na Lei nº 9411 de 31 de dezembro de 1981 para a Z8-014 (cópia anexa às fls. 60)

Outrossim, devido à importância do conjunto arquitetônico inserido no perímetro, incluímos os seguintes imóveis assinalados em planta (fls. 45):

1. Conjunto de edifícios construídos para as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, projeto de autoria do Arquiteto Oscar Niemeyer.
2. Edifício da Assembléia Legislativa, projeto de autoria dos Arquitetos Adolfo Rúbio Morales, Ricardo Sievers e Rubens Carneiro Viana, vencedor de concurso público realizado em 1961.
3. Edifício do Q.G. do II Exército, projeto de autoria dos Arquitetos Paulo de Mello Bastos, Leo Bomfim Jr. e Oscar Arine, vencedor de concurso público em 1965.



Do

Número

Ano

Rubrica

GUICHÊ

00057

83

Interessado: GABINETE DO SECRETARIO

Assunto: Estudo de tombamento do Parque Ibirapuera.

Desta maneira, acreditamos que estejam reunidos dados suficientes para que seja julgada a conveniência ou não de abertura de processo de tombamento.

STCR, 20 de Novembro de 86.

Lucilena W. M. Bastos

Arquiteta

Sonia Manski Simon

Arquiteta

Tania Martinho da Cunha

Arquiteta

A
Presidência
Para encaminhamento
ao E. Conselho
STCR 21/11/86
Ana Maria de Jesus

Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal do Planejamento - Sempla

Quadro n.º 8J, anexo à Lei n.º 9.411/81 (continuação)

Fiscal 82 da Planta Genérica de Valores), segmento 9-10 (divisa da Quadra 517 com a Quadra 357 do Setor Fiscal 82 da Planta Genérica de Valores), segmento 11-12 (divisa da Quadra 517 com as quadras 356 e 332 do Setor Fiscal 82 da Planta Genérica de Valores), Rua Armando Shibata, segmento 13-14 (divisa da Quadra 517 com as quadras 519, 377 e espaço livre do Setor Fiscal 82 da Planta Genérica de Valores), Avenida Corifeu de Azevedo Marques, segmento 15-16 (divisa da Quadra 517 com a Quadra 518 do Setor Fiscal 82 da Planta Genérica de Valores), Avenida São Remo, Rua Cipotânia, segmento 17-18 (divisa da Quadra 517 com a Quadra 288 do Setor Fiscal 82 da Planta Genérica de Valores), Rua Aquianes, Avenida Sebastião Eugênio de Camargo, Rua Cipotânia, Rua Pangaré, Rua Aquianes, Rua Pires Brandão, Avenida Corifeu de Azevedo Marques, Avenida Nossa Senhora da Paz e Avenida Engenheiro Billings até o ponto inicial.

Z8-013 - Começa na confluência da Avenida Eusébio Matoso com a Rua Ibiapinópolis, segue pela Rua Ibiapinópolis, Avenida Rebouças, Avenida das Nações Unidas, Rua Ofélia, Rua São Columbano e Avenida Eusébio Matoso até o ponto inicial.

Z8-014 - Começa na confluência da Rua Manoel da Nóbrega com a Avenida Marechal Stênio Albuquerque Lima, segue pela Avenida Marechal Stênio Albuquerque Lima, Rua Curitiba, Avenida Vinte e Três de Maio, viaduto General Marcondes Salgado, Rua Pedro Alvares Cabral, Avenida Doutor Dante Pazzanese, Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, Avenida Ibirapuera, segmento 1-2 (divisa do jardim público com o lote 4 da Quadra 269 do Setor Fiscal 41 da Planta Genérica de Valores), segmento 2-3 (divisa do jardim público com os lotes 3, 7, 8, 9 e 10 da Quadra 269 do Setor Fiscal 41 da Planta Genérica de Valores), segmentos 3-4, 4-5 (divisa do jardim público com o lote 19 da Quadra 269 do Setor Fiscal 41 da Planta Genérica de Valores), Avenida Quarto Centenário, segmento 6-7 (divisa do lote 34 com os lotes 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10 e espaço livre da Quadra 147 do Setor Fiscal 36 da Planta Genérica de Valores), segmento 7-8 (divisa do lote 35 com espaço livre e lotes 24 e 25 da Quadra 147 do Setor Fiscal 36 da Planta Genérica de Valores), segmento 8-9 (divisa do lote 35 com os lotes 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 33 da Quadra 147 do Setor Fiscal 36 da Planta Genérica de Valores), Avenida Quarto Centenário, segmento 10-11 (divisa do lote 6 com os lotes 34, 5, 6, 7 e 8 da Quadra 145 do Setor Fiscal 36 da Planta Genérica de Valores), segmento 11-12 (divisa do lote 1 com os lotes 8, 9, 10, 11, 12 e 13 da Quadra 145 do Setor Fiscal 36 da Planta Genérica de Valores), segmento 12-13 (divisa do lote 1 com os lotes 13, 14, 15, 16 e 17 da Quadra 145 do Setor Fiscal 36 da Planta Genérica de Valores), Avenida Quarto Centenário, segmento 14-15 (divisa do lote 1 com os lotes 8, 16, 15, 14, 13, 12 e 9 da Quadra 249 do Setor Fiscal 41 da Planta Genérica de Valores), Rua Diogo Jacomé, Avenida República do Líbano, segmentos 16-17, 17-18, 18-19 (divisa da Quadra 144 com a Quadra 100 do Setor Fiscal 36 da Planta Genérica de

61
RJ

Do	Número	Ano	Rubrica
GUICHÊ	0057	83	

INT.: GABINETE DO SECRETÁRIO.

ASS.: Estudo de tombamento do Parque Ibirapuera - Capital.

SÍNTESE DE DECISÃO DO EGRÉGIO COLEGIADO
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 1987
ATA n.º 760.

O Egrégio Colegiado deliberou aprovar a abertura do Processo de Estudo de Tombamento do Parque Ibirapuera, cujos limites estão demarcados pela cercadura metálica existente no local. Ficou também decidido que serão estudados com vistas ao tombamento, os edifícios comemorativos do IV Centenário e demais edifícios contemporâneos, no recinto do Parque.

- 1) Oficie-se aos interessados;
- 2) À SA para abrir o respectivo processo.

GP/CONDEPHAAT, 30 de setembro de 1987.


PAULO DE MELLO BASTOS
Presidente



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RUA LIBERO BADARÓ, 39 - SÃO PAULO - CEP 01009 - PABX - 257-1311

62
nr

CONDEPHAAT

Ofício GP-782/87

Guichê nº 00057/83

São Paulo, 26 de outubro de 1987.

Senhor Prefeito

O Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sua sessão ordinária de 28/09/87, Ata nº 760, deliberou aprovar por unanimidade a abertura de processo de estudo de tombamento do Parque Ibirapuera, cujos limites estão demarcados pela cercadura metálica existente no local. Ficou também decidido que serão estudados com vistas ao tombamento, os edifícios comemorativos do IV Centenário e demais edifícios contemporâneos.

Cumpre-nos também informar que a referida área tem assegurada a sua preservação até a decisão final deste Órgão, conforme reza o parágrafo único do artigo 142 e o artigo 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16/03/79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá, portanto, nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência nossos protestos de estima e alta consideração.


PAULO DE MELLO BASTOS
Presidente

Ao Exmo. Senhor



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RUA LIBERO BADARÓ, 39 - SÃO PAULO - CEP 01009 - PABX - 257-1311

63
nd

CONDEPHAAT

Ofício GP-783/87
Guichê nº 00057/83

São Paulo, 26 de outubro de 1987.

Senhor Delegado

O Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sua sessão ordinária de 28/09/87, Ata nº 760, deliberou aprovar por unanimidade a abertura de processo de estudo de tombamento do Parque Ibirapuera, cujos limites estão demarcados pela cercadura metálica existente no local. Ficou também decidido que serão estudados com vistas ao tombamento, os edifícios comemorativos do IV Centenário e demais edifícios contemporâneos.

Cumpre-nos também informar que a referida área tem assegurada a sua preservação até a decisão final deste Órgão, conforme reza o parágrafo único do artigo 142 e o artigo 146 do Decreto Estadual nº 13.426, de 16/03/79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá, portanto, nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossos protestos de estima e consideração.

PAULO DE MELLO BASTOS
Presidente

Ilmo. Senhor
Doutor CESAR DE ARRUDA CASTANHO



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RUA LIBERO BADARÓ, 39 - SÃO PAULO - CEP 01009 - PABX - 257-1311

CONDEPHAAT

Ofício GP-784/87 -
Guichê nº 00057/83

São Paulo, 26 de outubro de 1987.

Senhor Delegado

O Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sua sessão ordinária de 28/09/87, Ata nº 760, deliberou aprovar por unanimidade a abertura de processo de estudo de tombamento do Parque Ibirapuera, cujos limites estão demarcados pela cercadura metálica existente no local. Ficou também decidido que serão estudados com vistas ao tombamento, os edifícios comemorativos do IV Centenário e demais edifícios contemporâneos.

Cumpre-nos também informar que a referida área tem assegurada a sua preservação até a decisão final deste Órgão, conforme reza o parágrafo único do artigo 142 e o artigo 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16/03/79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá, portanto, nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossos protestos de estima e consideração.


PAULO DE MELLO BASTOS
Presidente

Ilmo. Senhor
Doutor JOSÉ GUILHERME ISMAEL
DD. Delegado Titular do 36º Distrito Policial



65
real

Do	Número	Ano	Rubrica
PROCESSO	25767	87	

INT.: GABINETE DO SECRETÁRIO.

ASS.: Estudo de tombamento do Parque do Ibirapuera-Capital.

1- Ao STCR para prosseguir os estudos.

GP/CONDEPHAAT, 04 de novembro de 1987.

Paulo de Mello Bastos
PAULO DE MELLO BASTOS
Presidente

LCA/mcsc

P. 25767/87

66
20

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME DO DESTINATÁRIO JANIO DA SILVA QUADROS

ENDEREÇO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

CEP 04098 CIDADE São Paulo ESTADO SP

NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE) 114451

VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) Cr\$ _____

NATUREZA DO OBJETO OFÍCIO

DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO OFÍCIO CP782/87

DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO) 28.10.87

UNIDADE DE POSTAGEM Centro

PREENCHIDO NO DESTINO

RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"

LOCAL E DATA S. Paulo 29/10/87

ASSINATURA DO DESTINATÁRIO [assinatura]

ASSINATURA DO EMPREGADO [assinatura]

GARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO

S. G. V. CLEMENTINO

29 OUT 29 10 87

Recebido em nome de [assinatura]

PAULO-SP

7530-006-0410 A6-105x148mm

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME DO DESTINATÁRIO Cesar de Almeida Castanho

ENDEREÇO Rua de Figueira Nº 77

CEP 01301 CIDADE São Paulo ESTADO SP

NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE) 114953

VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) Cr\$ _____

NATUREZA DO OBJETO Ofício

DECLARAÇÃO SUMÁRIA DE CONTEÚDO ofício GP 783/87

DATA DO REGISTRO (OU EMISSÃO) 28.10.87

UNIDADE DE POSTAGEM Centro

PREENCHIDO NO DESTINO

RECEBI O OBJETO A QUE SE REFERE ESTE "AR"

LOCAL E DATA SP - 29/10/87

ASSINATURA DO DESTINATÁRIO [assinatura]

ASSINATURA DO EMPREGADO [assinatura]

GARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO

BRAS

*29 OUT 87

PAULO-SP

7530-006-0410 A6-105x148mm

PELO REMETENTE

NOME DO DESTINATÁRIO Jose Guilherme Somaes

ENDEREÇO Rua Dutra nº 921

CEP 04007 CIDADE São Paulo ESTADO _____

NÚMERO DO REGISTRO (OU DO VALE) 114452

VALOR DECLARADO (OU IMPORTÂNCIA DO VALE) Cr\$ _____

GARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO

VILA MARIA

*30 OUT 87

CA
11547
CN
116740+
106.1824

R VM PM 740
125043SECT BR

DLX. 128/87

B).9. SENHOR DOUTOR
ANTONIO CARLOS FERNANDES DE LIMA JUNIOR

ADMINISTRACAO REGIONAL DE VILA MARIANA
RUA PEDRO DE TOLEDO, 1333
CCEP: 04039

Secretaria de Estado da Cultura
Assessoria de Imprensa

RECEBI ESTA COPIA TELEX

Data: / / hora

Nome: Cepo:

Assinatura:

SAO PAULO, 06 DE NOVEMBRO DE 1987.

TOMANDO CONHECIMENTO PELAS NOTICIAS ESTAMPADAS NOS JORNAIS DESTA DATA DO INICIO DE OBRAS DE TUNEIS PROJETADOS PELA PREFEITURA DE SAO PAULO, INCLUSIVE SOB O PARQUE IBIRAPUERA, EM PROCESSO DE TOMBAMENTO POR ESTE ORGAO PUBLICO, CUMPRE-NOS O DEVER DE SOLICITAR A APRESENTACAO A ESTE CONDEPHAAT DO RESPECTIVO PROJETO, COMO CONDICAO PARA A CONTINUACAO DAS OBRAS, QUE FAZEMOS COM FUNDAMENTO NO ART. 142, PARAGRAFO UNICO, E 146 DO DEC. EST. 13.426, DE 16/03/1979, QUE PROTEGE O BEM TAO LOGO INICIADO O RESPECTIVO PROCESSO DE TOMBAMENTO, CONFORME JA EXPOSTO A PREFEITURA PELO OFICIO GP 782/87, DE 26/10/1987. ADEMAIS, O REFERIDO PARQUE SE CONSTITUI EM AREA ENVOLTORIA DE BEM TOMBADO, O MAUSOLEU DO SOLDADO CONSTITUCIONALISTA DE 1932, E O MONUMENTO AS BANDEIRAS, DE VICTOR BRECHERET, QUE POR SI SO IMPEDE, CONFORME O ART. 137 DO REFERIDO DIPLOMA, A CONSTRUCAO DE OBRAS NO LOCAL, SEM NOSSA AUTORIZACAO EXPRESSA.

O NAO ATENDIMENTO DA PRESENTE, OBRIGARA ESTE ORGAO A TOMADA DE MEDIDAS COMPETENTES JUNTO A CURADORIA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL, EM DEFESA DOS INTERESSES DO INSTITUTO DO TOMBAMENTO E EM ESPECIFICO DOS BENS REFERIDOS.

CERTOS DE SUA ATENCAO, APRESENTAMOS NOSSAS SAUDAÇÕES CORDIAIS.

PAULO DE MELLO BASTOS
PRESIDENTE

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMONIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO (CONDEPHAAT)

RUA LIBERO BADARO, 39 - 11. ANDAR
TEL. 257.1311 - R. 251 OU 255

CÓPIA TLX. 128/87

8) 9. SENHOR DOUTOR ANTONIO CARLOS FERNANDES DE LIMA JUNIOR

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VILA MARIANA

RUA PEDRO DE TOLEDO, 1333

CCEP: 04039

SÃO PAULO, 06 DE NOVEMBRO DE 1987.

TOMANDO CONHECIMENTO PELAS NOTÍCIAS ESTAMPADAS NOS JORNAIS DESTA DATA DO INÍCIO DE OBRAS DE TUNELIS PROJETADOS PELA PREFEITURA DE SÃO PAULO, INCLUSIVE SOB O PARQUE IBIRAPUEVA, EM PROCESSO DE TOMBAMENTO POR ESTE ORGÃO PÚBLICO, CUMPREMOS O DEVER DE SOLICITAR A APRESENTAÇÃO A ESTE CONDEPHAAT DO RESPECTIVO PROJETO, COMO CONDIÇÃO PARA A CONTINUAÇÃO DAS OBRAS, QUE FAZEMOS COM FUNDAMENTO NO ART. 142, PARÁGRAFO ÚNICO, E 146 DO DEC. EST. 13.426, DE 16/03/1979, QUE PROTEGE O BEM TÃO LOGO INICIADO O RESPECTIVO PROCESSO DE TOMBAMENTO, CONFORME JÁ EXPOSTO A PREFEITURA PELO OFÍCIO GP 782/87, DE 26/10/1987. ADEMAIS, O REFERIDO PARQUE SE CONSTITUI EM ÁREA ENVOLVIDA DE BEM TOMBADO, O MAUSÓLEU DO SOLDADO CONSTITUCIONAISTA DE 1932, E O MONUMENTO AS BANDEIRAS, DE VICTOR BRACHERET, QUE POR SI SO IMPEDIRIA, CONFORME O ART. 137 DO REFERIDO DIPLOMA, A CONSTRUÇÃO DE OBRAS NO LOCAL, SEM NOSSA AUTORIZAÇÃO EXPRESSA.

O NÃO ATENDIMENTO DA PRESENTE, OBRIGARIA ESTE ORGÃO A TOMAR DA DE MEDIDAS COMPETENTES JUNTO A CURADORIA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL, EM DEFESA DOS INTERESSES DO INSTITUTO DO TOMBAMENTO E EM ESPECIAL CÍFICO DOS BENS REFERIDOS.

CERTOS DE SUA ATENÇÃO, APRESENTAMOS NOSSAS SAUDAÇÕES CORDIAIS.

PAULO DE MELLO BASTOS
PRESIDENTE

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E JURÍDICO DO ESTADO (CONDEPHAAT)

RUA LIBERO BADARO, 39 - 11. ANDAR
TEL. 257.1311 - R. 251 OU 255

CÓPIA TLX. 128/87 E A CÓPIA DO TELEGRAMA N. 128/87
AO DESTINATÁRIO COM URGENCIA. *****

EXTREMA



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RUA LIBERO BADARÓ, 39 - SÃO PAULO - CEP 01009 - PABX - 257-1311

40
JE

CONDEPHAAT

São Paulo, 09 de novembro de 1987.

Ofício GP - 840/87

P.Condephaat nº 25767/87

Douto Coordenador

1 - Cumpre-nos comunicar a Vossa Exce^lência, o que estamos fazendo em caráter de absoluta prioridade, que muito ao contrário do que seria de esperar, a Prefeitura do Município de São Paulo, através da Administração Regional de Vila Mariana, prosseguiu, conforme foi constatado nesta data, a realização das obras dos túneis sob o Parque Ibirapuera, que se encontra em processo de tombamento neste Órgão, na conformidade do que consta do processo em epígrafe, do que foi expressamente notificada pelo ofício GP - 782/87, de 26.10.87.

2 - A prática, de todo irregular, torna-se ainda mais gravosa, pois implica em injustificado desatendimento do solicitado pelos telex nºs. 128/87 e 129/87, dirigidos respectivamente à Administração Regional de Vila Mariana e ao Senhor Secretário de Vias Públicas do Município, em 06 do corrente, no mesmo dia em que foi constatado o início das obras.

3 - Como se constata pela leitura dos dois telex em anexo, referidos supra, a renitência da Prefeitura se constitui em expressa e injustificada inobservância dos arts. 142, § único, e 146 do Dec. est.13.426, de 16.03.79, bem como do art. 137 do mesmo diploma, pois o local se situa em área envoltória de bens tombados, quais sejam os Monumentos ao Soldado Cons-



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RUA LÍBERO BADARÓ, 39 - SÃO PAULO - CEP 01009 - PABX - 257-1311

4 - Assim sendo, vimos representar junto a essa Coordenação contra tal prática no sentido de serem embargadas as referidas obras dos túneis projetados, a bem da preservação da visibilidade dos bens tombados e do bem em processo de tombamento, sem prejuízo da representação contra mais um ato de desobediência, até por incitamento, da Lei por parte do Senhor Prefeito Municipal o que estamos comunicando, outrossim, em resposta, ao Senhor Deputado Federal Fábio Feldmamm (vide telex anexo).

5 - Continuamos ao inteiro dispor de Vossa Excelência para qualquer outro esclarecimento, o que deixamos de prestar, desde logo, dada a urgência que o caso requer.

6 - Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos da mais alta estima.

Atenciosamente.


PAULO DE MELLO BASTOS

Presidente

Exmo. Sr.

Dr. Édis Milaré

MD. Coordenador das Curadorias Especializadas
de Proteção ao Meio Ambiente

Fórum João Mendes Júnior, 15º andar

E.M.


ESJXsp



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha de Informação
Rubricada sob n.º

72
JE
05
JB

Do Telex Número Ano Rubrica

Interessado: Deputado Fábio Feldman
Assunto: Informações sobre a área envoltória do Mausoléu do Soldado Constitucionalista

Senhora Diretora Técnica

Em resposta ao telex enviado pelo Deputado Fábio Feldman, solicitamos que sejam encaminhadas ao interessado as seguintes informações sobre o Mausoléu do Soldado Constitucionalista, bem tombado por este Condephaat através da Resolução 23 de 09/07/81, publicada no D.O.E. de 11/07/81:

1. De acordo com o Decreto Lei nº 13426 de 16/03/79, todo bem tombado cria ao seu redor uma área envoltória, a qual passa a sofrer controle urbanístico por parte do Condephaat, nos termos do Artigo 137:

— "Nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300 (trezentos) metros, em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo a visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação."



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha de Informação

Rubricada sob n.º

73
JE
08
JB

Do Telex Número Ano Rubrica

Interessado: Deputado Fabio Feldman
Assunto: Informações sobre a área envoltória do Mausoleu do Soldado Constitucionalista.

ta da coisa tombada, como a modificação do ambiente ou da paisagem adjacente, a diferença de estilos arquitetônicos, e tudo mais que contraste ou afronte a harmonia do conjunto, tirando o valor histórico ou a beleza original da obra protegida." *

3. Quanto à área envoltória do Mausoleu do Soldado Constitucionalista, estamos anexando cópia xerox de seu perímetro.

Éra o que tínhamos a informar.

STCP, 05 de novembro de 1987

Lucile White de Mello
Arq. Luciana WM. Bastos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DO PREFEITO

Ofício JQ.572/87

São Paulo, 10 de novembro de 1987

Senhor Presidente:


Declarei, hoje, pela manhã, que não admito tombamento do Ibirapuera. Aliás, este Parque só existe porque eu existo, ou estaria transformado em estádio de futebol. Procure os jornais da época, os Anais da Câmara Municipal, quando exercia o mandato de Vereador, se o desejar.

Espere V.Sa. o fim do meu Governo, para fazê-lo, Irei aos extremos judiciários, administrativos e políticos, para impedi-lo. Se V.Sa. o desejar, tombe o Palácio do Morumbi.

No que concerne aos monumentos das vizinhanças, que mandei iluminar, ajardinar e limpar, nunca foram vistos no estado atual de beleza indizível.

Estou convencido de que V.Sa. promove uma provocação e decidi aceitá-la.

Peço transmitir o teor deste ofício a Sua Excelência a Secretária de Estado da Cultura, Bete Mendes, com a qual tenho mantido, até o presente, as melhores relações de cordialidade e respeito.


J. QUADROS
Prefeito

Ilustríssimo Senhor
Dr. PAULO DE MELLO BASTOS
Presidente do CONDEPHAAT
Nesta



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RUA LIBERO BADARÓ, 39 - SÃO PAULO - CEP 01009 - PABX - 257-1311

CONDEPHAAT

Ofício GP-782/87
Guichê nº 00057/83

São Paulo, 26 de outubro de 1987.

Senhor Prefeito

*Resolução
Signatário
10-XI-87*

O Egrégio Colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, em sua sessão ordinária de 28/09/87, Ata nº 760, deliberou aprovar por unanimidade a abertura de processo de estudo de tombamento do Parque Ibirapuera, cujos limites estão demarcados pela cercadura metálica existente no local. Ficou também decidido que serão estudados com vistas ao tombamento, os edifícios comemorativos do IV Centenário e demais edifícios contemporâneos.

Cumpre-nos também informar que a referida área tem assegurada a sua preservação até a decisão final deste Órgão, conforme reza o parágrafo único do artigo 142 e o artigo 146 do Decreto Estadual 13.426, de 16/03/79. O eventual infrator do mencionado dispositivo incorrerá, portanto, nas sanções previstas no artigo 166 do Código Penal Brasileiro.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência nossos protestos de estima e alta consideração.


PAULO DE MELLO BASTOS
Presidente

Ao Exmo. Senhor

77
rel



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Folha de Informação
Rubricada sob n.º

Do	Número	Ano	Rubrica
Ofício JQ	572	87	

INT.: JÂNIO DA SILVA QUADROS

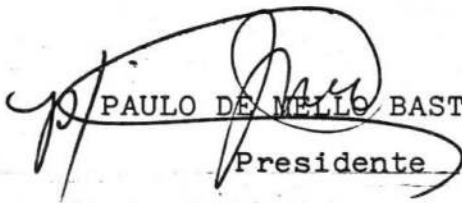
ASS.: Ref. ao tombamento do Parque Ibirapuera.

INFORMAÇÃO GP - 61/87

Senhora Secretária

Permitimo-nos anexar à presente, atendendo à própria solicitação do signatário, o Prefeito Jânio Quadros, o ofício JQ-572/87, desta data, a cujos termos nos reportamos.

GP/CONDEPHAAT, 10 de novembro de 1987.


PAULO DE MELLO BASTOS
Presidente

*11-10-87 em
07. n. f.*

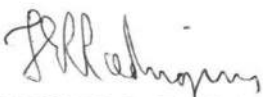
18
d

ILMO. SENHOR
PAULO DE MELLO BASTOS
DD. PRESIDENTE DO CONDEPHAAT
NESTA

A Oikos - União dos Defensores da Terra,
por seu Procurador abaixo- assinado, vem respeitosamente à presença de
Vossa Senhoria, solicitar certidão em que conste a situação em que se
encontra o Parque do Ibirapuera, perante este Egrégio Conselho, com a
finalidade de instruir Inquérito Civil em trâmite perante a E. Curado-
ria de Meio Ambiente da Procuradoria Geral de Justiça desta Capital.

E. R. M.

São Paulo, 06 de novembro de 1987


JOSÉ EDUARDO RAMOS RODRIGUES

Atencioso e respeitoso



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RUA LÍBERO BADARÓ, 39 - SÃO PAULO - CEP 01009 - PABX - 257-1311

CERTIDÃO

Certificamos que na sessão ordinária de 28/9/87, o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT, deliberou aprovar a abertura de processo de estudo de tombamento do Parque do Ibirapuera com limites/demarcados pela cercadura metálica existente no local, abrangendo todos os edifícios comemorativos do IV CENTENÁRIO e demais edifícios a eles contemporâneos existentes no recinto do Parque.

Cumpre-nos ainda certificar, que o referido bem está sob proteção legal, nos termos do parágrafo único do Artigo 142 e 146 do Decreto Estadual nº 13.426 de 16/3/79.

São Paulo, 06 de novembro de 1987.


PAULO DE MELLO BASTOS
Presidente

20

TELEGRAMA RÁPIDO E
CONFIAVIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

ECT

TELEGRAMA RÁPIDO E
CONFIAVIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

14 NOV 06 00 002092

CET- -ED. AG. CENTRAL

STT EACU89/SP
13 1911 313
FSS10817 1311 1907 STT/SP(019)
SAOPAULO/SP

TELEGRAMA PD14/11/87
ILMO SR. PAULO BASTOS
PRESIDENTE DO CONDEPHAAT
R. LIBERO BADARO 39
SAOPAULO/SP(01009)

APOIAMOS E EXIGIMOS TOMBAMENTO PARQUE IBIRAPUERA
ATENCIOSAMENTE
CEACON-CENTRO DE ESTUDOS E ATIVIDADES DE CONSERVACAO
DA NATUREZA

STT EACU89/SP

ECT

TELEGRAMA FONADO
E CÔMODO. TELEFONE PARA A
ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

ECT

TELEGRAMA
E CÔMODO. TELEF
ECT HOJE E PAG

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

ANO 32

SÃO PAULO - SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1987

NUMERO 213

GABINETE DO PREFEITO

Pav. Padre Manoel da Nóbrega - Pq. Ibirapuera - FAX: 549-0055

TRANSCRIÇÃO do of. JQ. 576/87, de 12.11.87, encaminhado pelo Senhor Prefeito ao Governador do Estado de São Paulo. **DESPACHO:** Publique-se no DOM. 12.11.87. J. QUADROS, Prefeito

Excelência

Já afirmei que na minha Administração - que graças aos céus se encerra no próximo ano - não admitirei o tombamento do Ibirapuera, onde se encontram a sede da Prefeitura, o Edifício da Bilenal e o Planetário, entre outros, comprados e pagos por mim quando então Prefeito. O Par que hoje se encontra sob raros cuidados e com beleza espetacular.

Até uma Tribuna Livre foi retirada, porque não admito manifestações públicas, sobretudo, políticas, em seu interior. Ainda agora está sendo construído um monumental chafariz luminoso, sobre o lago.

A impertinência do CONDEPHAAT não será por mim tolerada e, se levada a cabo, terá consequências sumamente desagradáveis.

Veja Vossa Excelência que esse processo foi iniciado há 3 meses. Lutarei com todas as forças contra ele, e já estou tomando providências com o propósito de evitar situações irreparáveis.

Fiz um apelo ao Governo Municipalista, para que o Prefeito, eleito pelo Povo, não seja desautorado por forças subterrâneas, que desejam quebrar, de vez, a credibilidade de que existe entre Vossa Excelência e a Direção Municipal. Renovo o apelo.

Qual a pressa que impele os cavalheiros desse órgão ao drácula, que vem tombando a Cidade ao azar, impedindo, muitas vezes, obras fundamentais, que só recomendaria a mim e a Vossa Excelência?

Entre no último ano de meu mandato e espero respeito a quem já serviu como Vereador, Deputado, Governador, Presidente da República e Prefeito por duas vezes, sempre pelo voto colhido nas urnas livre.

Receba Vossa Excelência as expressões do meu respeito, ob servando que em todos os setores da Prefeitura nunca faltou solidariedade ao Governo do Estado.

J. QUADROS, Prefeito

DECRETO Nº 24.924, DE 12 DE Novembro DE 1.987

Dispõe sobre a criação do Centro de Educação Municipal Profissionalizante - CEMPRO, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e CONSIDERANDO a necessidade de que se promovam cursos de formação profissionalizante, destinados a alunos que, tendo ou não completado o ensino de 1º Grau, devam ser encaminhados à vida profissional devidamente qualificados; CONSIDERANDO a relevante importância de se proporcionar a esses alunos formação para ocupações que não exijam escolarização prévia acima de 1º Grau completo; CONSIDERANDO ainda a possibilidade de utilização de prédio oferecido pela COHAB-SP, sito à Estrada Velha de Itaquera nº 241, para o fim especial de instalação de uma unidade profissionalizante, nos moldes aqui objetivados;

D E C R E T A :
Art. 1º - Fica criado o Centro de Educação Municipal Profissionalizante - CEMPRO, de ensino profissionalizante não formal, destinado à formação para ocupações que não exijam escolarização completa de 1º grau.
Art. 2º - A unidade escolar ora criada ficará, técnica e administrativamente, subordinada à direção da Escola Municipal de 1º Grau mais próxima, a ser indicada pela respectiva Delegacia Regional de Educação.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Educação dotará o CEMPRO dos recursos humanos e materiais necessários ao seu pleno funcionamento, bem como baixará, mediante portaria, normas complementares visando à sua organização e aos cursos a serem ministrados.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de Novembro de 1.987, 4349 da fundação de São Paulo.
JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO
CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos
CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças
PAULO ZINGG, Secretário Municipal de Educação
ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de Novembro de 1.987.
FRANCISCO BATISTA, Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 24.925, DE 12 DE Novembro DE 1.987

Dispõe sobre denominação de Escola Municipal de Educação Infantil, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e CONSIDERANDO que às unidades escolares da rede municipal de ensino devem ser conferidas denominações que sirvam de exemplo dignificante à infância e à juventude; CONSIDERANDO a relevante importância da obra literária realizada por João da Cruz e Sousa, o "Poeta Negro", figura central do simbolismo brasileiro, tendo-se destacado ainda nas lutas pela Abolição, quando dirigiu o Jornal abolicionista "Tribuna Popular";

D E C R E T A :
Art. 1º - Fica denominada "Escola Municipal de Educação Infantil Cruz e Sousa" a Escola Municipal de Educação Infantil do Jardim Cunha-Bueno, localizada na Administração Regional do Jabaquara - 1ª Delegacia Regional de Educação.

Art. 2º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de Novembro de 1.987, 4349 da fundação de São Paulo.
JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO
CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos
CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças
PAULO ZINGG, Secretário Municipal de Educação
ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de Novembro de 1.987.
FRANCISCO BATISTA, Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 24.926, DE 12 DE Novembro DE 1.987

Introduz alterações no Quadro de Pessoal do Serviço Funerário do Município de São Paulo, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e com fundamento no artigo 20 da Lei nº 8.383, de 13 de abril de 1.976;

D E C R E T A :
Art. 1º - Ficam extintos, no Quadro de Pessoal do Serviço Funerário do Município de São Paulo, os seguintes cargos, constantes do Anexo integrante do Decreto nº 21.857, de 13 de janeiro de 1.986:

DENOMINAÇÃO	RESPONDÊNCIA	PARTE DA TABELA	Nº DE CARGOS A SEREM EXTINTOS
FISCAL DE CEMITÉRIOS	DA-8	PP-I	10
FISCAL DE SERVIÇOS	DA-3	PP-I	03
CONTROLDADOR DE AGÊNCIAS	DA-3	PP-I	04
MAQUILAR DE GABINETE DE DIRETOR	DA-1	PP-I	03

Art. 2º - Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Serviço Funerário do Município de São Paulo, integrantes do Anexo referido no artigo anterior, 20 (vinte) cargos de Fiscal de Serviços, Referência DA-8, de livre provimento pelo Superintendente.

Parágrafo Único - Os cargos ora criados serão distribuídos dentre os setores da Autarquia, na seguinte conformidade, com horários e plantões a serem estipulados:

FISCAL DE SERVIÇOS	NÚMERO DE CARGOS
DEPARTAMENTO DE CEMITÉRIOS	06
SEÇÃO DE PRODUÇÃO (FÁBRICA)	02
SEÇÃO DE TRÁFEGO	02
DIVISÃO TÉCNICA DE SEGURANÇA	02
DIVISÃO ADMINISTRATIVA (LIMPEZA, MANUTENÇÃO E PONTO DE FREQUÊNCIA)	02
DIVISÃO SERVIÇOS SOCIAIS (AGÊNCIAS E VELÓRIOS)	02
SEÇÃO DE OFICINAS E POSTO DE LUBRIFICAÇÃO	02
SEÇÃO DE COMPRAS E CONTROLE DE ESTOQUE (GERAL)	02

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de Novembro de 1.987, 4349 da fundação de São Paulo.

quarenta decímetros quadrados), delimitada pelo perímetro 1-3-4-5-6-7-1, na planta anexa nº P-25.720-C1, do arquivado do Departamento de Desapropriações, a qual rubricada pelo Prefeito, fica fazendo parte integrante desta decreto.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações próprias, consignadas no orçamento de cada exercício.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de Novembro de 1.987, 4349 da fundação de São Paulo.
JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO
CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos
CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças
ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de Novembro de 1.987.
FRANCISCO BATISTA, Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 24.928 DE 12 DE Novembro DE 1987

Dispõe sobre oficialização e denominação de logradouro público.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei nos termos do artigo 39, itens XVIII e XIX, do Decreto-Lei Complementar Estadual nº 9, de 31 de dezembro de 1969, e à vista do constante no Processo nº 10-013.713-87/58;

D E C R E T A :
Artigo 1º - Fica oficializada e denominada de logradouro público.

Artigo 2º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de Novembro de 1987, 4349 da fundação de São Paulo.
JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito
CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos
JOÃO APARECIDO DE PAULA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano
ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de Novembro de 1987.
FRANCISCO BATISTA, Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 24.929 DE 12 DE Novembro DE 1987

Dispõe sobre oficialização e denominação de logradouro público.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei nos termos do artigo 39, itens XVIII e XIX, do Decreto-Lei Complementar Estadual nº 9, de 31 de dezembro de 1969, e à vista do constante no Processo nº 10-015.772-87/58;

D E C R E T A :
Artigo 1º - Fica oficializada e denominada de travessa LAURINDA TOMÉ LINGUETTE - Código CNRLO 05.953-6 - a travessa conhecida por "Diva" (Setor 059 - Quadras 189 e 296/AR-PE), que começa na Rua Mandú, entre as Ruas São Quintino e das Províncias e termina na Rua Diva, no 3º Subdistrito - Penhe de França.

Artigo 2º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de Novembro de 1987, 4349 da fundação de São Paulo.
JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito
CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos
JOÃO APARECIDO DE PAULA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano
ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de Novembro de 1987.
FRANCISCO BATISTA, Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 24.930 DE 12 DE Novembro DE 1987

Dispõe sobre oficialização e denominação de logradouro público.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei nos termos do artigo 39, itens XVIII e XIX, do Decreto-Lei Complementar Estadual nº 9, de 31 de dezembro de 1969, e à vista do constante no Processo nº 10-015.772-87/58;

D E C R E T A :
Artigo 1º - Fica oficializada e denominada de travessa LAURINDA TOMÉ LINGUETTE - Código CNRLO 05.953-6 - a travessa conhecida por "Diva" (Setor 059 - Quadras 189 e 296/AR-PE), que começa na Rua Mandú, entre as Ruas São Quintino e das Províncias e termina na Rua Diva, no 3º Subdistrito - Penhe de França.

Artigo 2º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Obras viárias podem comprometer orçamento da Prefeitura para 88

Da Reportagem Local

Durante pelo menos dois anos, numa previsão otimista, os paulistas irão conviver com interdições de ruas, tapumes, escavações de túneis, construção de passarelas e desvios de trânsito em diversos pontos da cidade. Este cenário se deve ao plano de obras viárias que o prefeito Jânio Quadros idealizou para São Paulo e que começou a desencadear-lo em maio último, a apenas dezenove meses para o término do seu mandato. O pagamento total das contas, que chegam a US\$ 350 milhões (cerca de Cz\$ 20 bilhões ao câmbio oficial) também ficará de herança para o próximo prefeito, já que o prazo para as construções são de seiscentos a 690 dias e Jânio deverá entregar o cargo em 1º de janeiro de 1989.

Considerado pelos críticos como uma idéia faraônica, o projeto contém obras polêmicas, como o corredor sudoeste-centro (ligação entre o Morumbi, na zona sul, e o centro, através de túneis sob o rio Pinheiros e o parque Ibirapuera, e bulevares na avenida Juscelino Kubitschek) e a reurbanização do vale do Anhangabaú (na região central), onde será construído novo túnel para fazer a ligação das zonas norte e sul.

As interferências no trânsito serão inevitáveis, principalmente no vale do Anhangabaú, onde circulam nada menos do que dez mil veículos por hora. Ali, até o final do mês, será iniciada a escavação de um túnel entre os viadutos Santa Ifigênia e do Chá. O Departamento de Operações do Sistema Viário (DSV) vai realizar inúmeras alterações na área, como remanejamento de semáforos, pontos de ônibus e desvios. "Por enquanto estamos na fase de preparativos, mas a situação tende a se agravar com o início das obras", diz o diretor do DSV, Issa Kono.

Comércio

Se a fase preparatória ainda não está causando efeitos muito nocivos ao trânsito no Anhangabaú, exceto um pouco mais de morosidade por causa dos inúmeros desvios e canteiros, o mesmo não ocorre com os comerciantes locais, que viram as fachadas de suas lojas invadidas por enormes tapumes. "As vendas caíram 75% desde que começaram estas mudanças", queixa-se Dirce Rodrigues, 51, que trabalha há 29 anos num posto de conserto de eletrodomésticos, no nº 65 da praça Pedro Lessa, totalmente interditada ao trânsito e com tapumes que chegam até a calçada.

O secretário municipal de Vias Públicas, Walter Bodini, reconhece os transtornos, mas diz que a cidade sofre uma verdadeira cirurgia. "É impossível evitar sequelas num processo cirúrgico". A reurbanização do Anhangabaú, que o prefeito promete entregar à população em dezembro do próximo ano, prevê a construção de duas passarelas interligadas por uma plataforma. A primeira será construída sobre a av. 23 de Maio, ligando as ruas do Ouvidor e Riachuelo. A passarela atual, de madeira, vai ser eliminada. A outra partirá da estação Anhangabaú do Metrô, passando pela avenida Nove de Julho.

A passagem de desnível sob a av. São João, conhecida como "buraco do Adhemar" será transformada em mão única e haverá abertura de uma segunda passagem na direção contrária, mas em curva e sob a rua Formosa.

Túneis polêmicos

É, sem dúvida, a construção do corredor sudoeste-centro, que ligará o Morumbi à av. 23 de Maio, o ponto mais polêmico do projeto viário de Jânio Quadros. Com custos orçados em US\$ 167 milhões, esta ligação vai começar na praça Américo de Moura, no Morumbi, com um túnel, e seguirá até a av. Juscelino Kubitschek, passando embaixo do rio Pinheiros.

Será construído um novo túnel na altura do cruzamento da avenida República do Líbano com a rua Antônio Joaquim de Moura Andrade, que terminará na av. 23 de Maio, passando sob o parque do Ibirapuera, uma das maiores áreas verdes da cidade. A Juscelino Kubitschek, seu-

PROJETOS DE JÂNIO PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

Obras	Valor do contrato	Prazo*
Execução de túnel duplo e viadutos, na zona sul, que ligarão as avenidas Afonso d'Escagnolle Taunay, Tancredo Neves, Juntas Provisórias, do Estado, Prof. Luiz Inácio de Anhaia de Melo e Tatuapé, integrantes do mini-anel viário da cidade; o mini-anel interligará as regiões sul, central e leste	US\$ 50 milhões (cerca de Cz\$ 2,9 bilhões)	690 dias
Implantação de avenida ao longo do vale do córrego Água Espriada (zona sul), entre a marginal Pinheiros e a av. Washington Luís	US\$ 46 milhões (cerca de Cz\$ 2,7 bilhões)	690 dias
Túnel entre as avenidas Lineu de Paula Machado, Oscar Americano e Juscelino Kubitschek, com travessia sob o rio Pinheiros (zona sul)	US\$ 85 milhões (cerca de Cz\$ 4,930 bilhões)	690 dias
Túnel ao longo das avenidas Juscelino Kubitschek e Antônio Joaquim de Moura Andrade, até a av. 23 de Maio, passando sob o parque Ibirapuera (zona sul)	US\$ 30 milhões (cerca de Cz\$ 1,740 bilhão)	690 dias
Construção do primeiro trecho da avenida rebaixada ao longo da av. Juscelino Kubitschek (zona sul)	US\$ 10 milhões (cerca de Cz\$ 928 milhões)	600 dias
Construção do segundo trecho da avenida rebaixada ao longo da av. Juscelino Kubitschek (zona sul)	US\$ 16 milhões (cerca de Cz\$ 928 milhões)	600 dias
Túnel paralelo ao "buraco do Adhemar": construção de passarelas e reurbanização do Anhangabaú (centro)	US\$ 20 milhões (cerca de Cz\$ 1,150 bilhão)	600 dias

* O prazo contratual é contado a partir de abril de 1987

Fonte: Secretaria Municipal de Vias Públicas

Impacto ambiental será analisado

O Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) solicitou à Prefeitura apresentação dos projetos do túnel que passará sob o parque Ibirapuera (zona sul), como condição do prosseguimento das obras.

Segundo o presidente do Condephaat, Paulo de Melo Bastos, é preciso verificar o impacto ambiental que o projeto causará ao parque Ibirapuera, cuja abertura de estudos para o processo de tombamento foi iniciada há três semanas.

Bastos disse que também é preciso analisar as eventuais interferências que a construção do túnel poderá acarretar nos monumentos das Bandeiras e do Soldado Constitucionalista, já tombados pelo órgão.

A informação de que o parque poderia ser tombado pelo Condephaat irritou o prefeito Jânio Quadros, que, além de recusar a medida, mandou o

presidente do órgão tomar o Palácio do Governo, no Morumbi (zona sul).

Paulo Bastos afirmou que o motivo da abertura do processo de tombamento do Ibirapuera —que poderá ser aprovado ou não pelos integrantes do conselho— não tem o intuito de prejudicar os projetos de obras da Prefeitura. "O prefeito não pode tomar isso como uma ação pessoal. Queremos apenas preservar o parque e analisar o projeto".

Embargo

A Curadoria Estadual do Meio Ambiente do Ministério Público também aguarda estudos de impacto ambiental, encomendados à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, sobre as obras no Ibirapuera para analisar a questão. Segundo o curador Edis Milaré, se estes estudos comprovarem danos ao parque, poderá haver uma ação embargatória do projeto.

ligação das zonas norte e sul. As interferências no trânsito serão inevitáveis, principalmente no vale do Anhangabaú, onde circulam nada menos do que dez mil veículos por hora. Ali, até o final do mês, será iniciada a escavação de um túnel entre os viadutos Santa Ifigênia e do Chá. O Departamento de Operações do Sistema Viário (DSV) vai realizar inúmeras alterações na área, como remanejamento de semáforos, pontos de ônibus e desvios. "Por enquanto estamos na fase de preparativos, mas a situação tende a se agravar com o início das obras", diz o diretor do DSV, Issa Kono.

Comércio

Se a fase preparatória ainda não está causando efeitos muito nocivos ao trânsito no Anhangabaú, exceto um pouco mais de morosidade por causa dos inúmeros desvios e canteiros, o mesmo não ocorre com os comerciantes locais, que viram as fachadas de suas lojas invadidas por enormes tapumes. "As vendas caíram 75% desde que começaram estas mudanças", queixa-se Dirce Rodrigues, 51, que trabalha há 29 anos num posto de conserto de eletrodomésticos, no nº 65 da praça Pedro Lessa, totalmente interditada ao trânsito e com tapumes que chegam até a calçada.

O secretário municipal de Vias Públicas, Walter Botini, reconhece os transtornos, mas diz que a cidade sofre uma verdadeira cirurgia. "É impossível evitar sequelas num processo cirúrgico". A reurbanização do Anhangabaú, que o prefeito promete entregar à população em dezembro do próximo ano, prevê a construção de duas passarelas interligadas por uma plataforma. A primeira será construída sobre a av. 23 de Maio, ligando as ruas do Ouvidor e Riachuelo. A passarela atual, de madeira, vai ser eliminada. A outra partirá da estação Anhangabaú do Metrô, passando pela avenida Nove de Julho.

A passagem de desnível sob a av. São João conectada como "buraco do Adhemar" será transformada em mão única e haverá abertura de uma segunda passagem na direção contrária, mas em curva e sob a rua Formosa.

Túneis polêmicos

É, sem dúvida, a construção do corredor sudoeste-centro, que ligará o Morumbi à av. 23 de Maio, o ponto mais polêmico do projeto viário de Jânio Quadros. Com custos orçados em US\$ 167 milhões, esta ligação vai começar na praça Américo de Moura, no Morumbi, com um túnel, e seguirá até a av. Juscelino Kubitschek, passando embaixo do rio Pinheiros.

Será construído um novo túnel na altura do cruzamento da avenida República do Líbano com a rua Antônio Joaquim de Moura Andrade, que terminará na av. 23 de Maio, passando sob o parque do Ibirapuera, uma das maiores áreas verdes da cidade. A Juscelino Kubitschek, sentido Ibirapuera-marginal Pinheiros, ficará interditada para retificação das galerias pluviais. Segundo o DSV, as interdições serão graduais.

Verbas comprometidas

Para os críticos da atual administração, estas obras, além de não serem consideradas prioritárias, vão deixar uma incômoda herança para o futuro prefeito, que precisará arrumar recursos para concluí-las uma vez que não será mais possível abandoná-las. "O Jânio vai jogar tudo nestas obras, fazendo remanejamento de verbas e usando recursos de outras pastas, sem conseguir terminá-las", afirma o vereador Arnaldo Madeira, líder do PMDB na Câmara Municipal. Alheio às críticas, Jânio quer tornar mesmo suas obras "irreversíveis" para seu sucessor. "Queixavam-se de que não havia obras públicas, agora vão se queixar de que não se pode andar pela cidade", disse ele.

A disposição do prefeito em concretizar seu plano viário é evidenciada no orçamento para 1988, que deverá ser aprovado até o final do mês pela Câmara. A Secretaria Municipal de Vias Públicas, responsável pelas obras, ficará com quase um quinto das despesas previstas para 1988. Dos Cz\$ 174,8 bilhões, a pasta vai receber cerca de Cz\$ 35 milhões — 8,2 a mais sobre o total do orçamento em relação a 87. Para garantir os recursos às obras, a Prefeitura efetuou cortes de verbas nas áreas social e administrativa. Jânio deixou assegurado no orçamento, segundo Arnaldo Madeira, Cz\$ 9,1 bilhões para o plano viário. (Simone Galib)

Construção do segundo trecho da avenida rebaixada ao longo da av. Juscelino Kubitschek (zona sul)

US\$ 16 milhões
(cerca de Cz\$ 928 milhões)

600 dias

Túnel paralelo ao "buraco do Adhemar": construção de passarelas e reurbanização do Anhangabaú (centro)

US\$ 20 milhões
(cerca de Cz\$ 1,160 bilhão)

600 dias

* O prazo contratual é contado a partir de abril de 1987

Fonte: Secretaria Municipal de Vias Públicas

Impacto ambiental será analisado

O Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) solicitou à Prefeitura apresentação dos projetos do túnel que passará sob o parque Ibirapuera (zona sul), como condição do prosseguimento das obras.

Segundo o presidente do Condephaat, Paulo de Melo Bastos, é preciso verificar o impacto ambiental que o projeto causará ao parque Ibirapuera, cuja abertura de estudos para o processo de tombamento foi iniciada há três semanas.

Bastos disse que também é preciso analisar as eventuais interferências que a construção do túnel poderá acarretar nos monumentos das Bandeiras e do Soldado Constitucionalista, já tombados pelo órgão.

A informação de que o parque poderia ser tombado pelo Condephaat irritou o prefeito Jânio Quadros, que, além de recusar a medida, mandou o

presidente do órgão tomar o Palácio do Governo, no Morumbi (zona sul).

Paulo Bastos afirmou que o motivo da abertura do processo de tombamento do Ibirapuera —que poderá ser aprovado ou não pelos integrantes do conselho— não tem o intuito de prejudicar os projetos de obras da Prefeitura. "O prefeito não pode tomar isso como uma ação pessoal. Queremos apenas preservar o parque e analisar o projeto".

Embargo

A Curadoria Estadual do Meio Ambiente do Ministério Público também aguarda estudos de impacto ambiental, encomendados à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, sobre as obras no Ibirapuera para analisar a questão. Segundo o curador Edis Milaré, se estes estudos comprovarem danos ao parque, poderá haver uma ação embargatória do projeto.

83

A secretária estadual de Cultura, Bete Mendes, que esteve reunida ontem com o prefeito Jânio Quadros, disse que o processo de tombamento do parque do Ibirapuera foi iniciado em 1983, e não agora. A secretária informou que esteve no Ibirapuera depois que o governador Orestes Quécia recebeu um ofício de Jânio protestando contra o tombamento do parque: "O prefeito se opõe ao tombamento do Ibirapuera, só que o processo em andamento na Secretaria foi iniciado em 1983, durante a gestão de João Carlos Martins, e não agora. Estamos tentando entrar em um acordo com o prefeito para resolver a questão, sem atritos", disse.

**Ibirapuera:
Bete Mendes
discute
o tombamento
com Jânio.**

Bete Mendes recebeu na terça-feira cópias dos ofícios que Jânio enviou a Quécia e ao presidente do Condephaat, Paulo de Mello Bastos, protestando contra o tombamento. Se realmente ocorrer o tombamento, a secretária explicou que as obras já iniciadas pelo prefeito naquele local — uma delas prevendo inclusive a passagem de um túnel sob o parque — deverão ser analisadas pelo Condephaat. "Isso não quer dizer que elas estejam proibidas. Quer dizer que os projetos deverão passar pelo Conselho, que dirá se eles são procedentes ou não." O processo de tombamento do parque do Ibirapuera deverá ser examinado na próxima reunião do Condephaat, que será realizada na segunda-feira, dia 16.

Universidade Municipal

O prefeito Jânio Quadros autorizou ontem, por decreto, a elaboração dos planos de organização da Fundação Universidade Municipal de São Paulo (Umusp), que deverá ter personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa, técnica, econômica e financeira. A universidade a ser criada terá, entre seus objetivos, a prioridade de manter cursos de ciências exatas aplicadas às novas tecnologias. Jânio determinou que caberá ao secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento e ao presidente da Emurb a escolha de um imóvel do patrimônio municipal para ser cedido à universidade.

CBTU

Dentro de 15 dias o Ministério dos Transportes e o governo do Estado de São Paulo estarão assinando um decreto criando um consórcio para a transferência do tramo leste da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU) para a Companhia do Metropolitano. Os detalhes deste

12/11/87

pg. 14

80
D

Ibirapuera: Jânio não pode impedir tombamento

O diretor do Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), Paulo de Melo Bastos, disse ontem que, legalmente, o prefeito Jânio Quadros não tem autoridade para impedir o tombamento do parque Ibirapuera. Paulo Bastos afirmou que os tombamentos "são regidos por lei e competem ao Estado", e assegurou que o Condephaat "não tem interesse em hostilizar o prefeito e nem em obstaculizar eventuais obras da Prefeitura".

Para ele, o órgão está apenas preocupado em preservar o parque Ibirapuera. "Se o prefeito está preocupado em ajardinar e embelezar o parque, não há nenhuma contradição entre o interesse dele e o nosso. O tombamento será apenas mais um ato de proteção e, sobretudo, de reconhecimento do valor do bem."

A razão de o Condephaat abrir o processo para o tombamento do parque — que pode ser aprovado ou arquivado, de acordo com o parecer de seus integrantes — não tem qualquer relação com projetos de obras da Prefeitura, como garante Bastos. Os pri-

meiros estudos nesse sentido tiveram início em fevereiro de 1983, por solicitação do então secretário estadual da Cultura, João Carlos Martins. "Esses estudos foram acelerados a partir da decisão do ex-prefeito Mário Covas de tirar as instalações da Prefeitura do Ibirapuera." No entanto, a abertura do processo ocorreu há apenas três semanas.

Ontem a secretária estadual de Cultura, Bete Mendes, foi ao Ibirapuera explicar ao prefeito que o processo de tombamento foi iniciado em 1983, e esclareceu que sua audiência com o prefeito foi marcada depois que o governador recebeu o ofício de Jânio Quadros, protestando contra o tombamento.

Bete Mendes disse, então, que o prefeito se opõe ao tombamento, mas há um processo que foi iniciado em 1983, e "nós estamos tentando um entendimento com ele para resolver a questão, sem entrar em atrito, que não nos interessa". Quanto ao andamento desse entendimento, ela disse que ontem foi apenas a primeira conversa.

Tombamento do Ibirapuera, a nova briga de Jânio.

O prefeito Jânio Quadros abriu ontem nova frente de luta, ao atacar duramente a intenção manifestada pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico) de tomar o parque Ibirapuera. Em ofícios enviados ao presidente do órgão, Paulo de Mello Bastos, e também ao governador do Estado, Orestes Quéricia, Jânio chega a sugerir, ironicamente, que a administração estadual tome o palácio dos Bandeirantes. Como se recorda, o prefeito reiniciou as obras de ligação viária entre o Mourumbi e a avenida 23 de Maio, que incluem uma passagem subterrânea pelo parque.

"Essa é uma *capitis diminutio* (redução de autoridade) que não aceitarei", disparou o prefeito ao referir-se ao projeto de tombamento. E Jânio foi mais longe, ao autoqualificar-se como o responsável pela própria existência do parque — quando foi vereador em São Paulo, ao opor-se à destinação da área à construção de estádios de futebol "para os grandes clubes".

"Espere V. S. o fim do meu governo para fazê-lo", diz o prefeito a Paulo de Mello Bastos, sobre o tombamento. "Irei aos extremos judiciários administrativos e políticos para impedi-lo. Estou convencido de que V.S. promove uma provocação, e decidi não aceitá-la. Peço transmitir o teor deste ofício a S. Excia. a secretária da Cultura Bete Mendes, com a qual tenho mantido, até o presente, as melhores relações de cordialidade e respeito", afirma.

Para Jânio, o parque Ibirapuera nunca esteve tão "bem cuidado" quanto agora. O prefeito anuncia, ainda, sua intenção de construir uma fonte luminosa no local. E volta a advertir: "A menos que ocorra intervenção de V. Excia", afirmou ao governador, "cria-se um caso terrível e insolúvel".

Ação popular

O vereador Marcos Mendonça (PMDB) já tem um argumento para tentar embargar, por meio de ação popular, as obras de ligação entre o Mourumbi e a avenida 23 de Maio. Na segunda-feira, ele encaminhou pedidos à Emurb (Empresa Municipal de Urbanização) e à Secretaria de Vias Públicas, para obter, entre outros documentos, as certidões dos contratos firmados para execução dos túneis sob o rio Pinheiros e o parque Ibirapuera e também do "bulevar" na avenida Juscelino Kubitschek.

"Essas obras não constam no orçamento deste ano e, assim, não poderiam ter sido iniciadas", argumenta Mendonça. Agora, o vereador vai esperar os 15 dias de prazo para obter as respostas, e até lá pretende analisar a possibilidade de dar entrada à

86
O Estado de S. Paulo.

11. 11. 87 p. 8. 9.

Tombamento do Ibirapuera irrita prefeito

A informação de que o parque Ibirapuera poderá ser tombado pelo Condephaat — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado — causou reações de protesto do prefeito Jânio Quadros, que, além de não aceitar a medida, mandou o presidente desse órgão tomar o palácio do Morumbi. Jânio ainda determinou que "restitua-se ao signatário" o ofício que recebeu do presidente do Condephaat, Tomás de Mello Bastos. Nesse ofício, que foi ontem recebido pelo prefeito e tem data de 26 de outubro, o presidente do órgão informa que na sessão ordinária de 28 de setembro foi aprovada por unanimidade "a abertura de processo de estudo de tombamento do parque Ibirapuera, cujos limites estão demarcados pela cercadura metálica existente no local".

O ofício ainda esclarece que "a área tem assegurada sua preservação até a decisão final do órgão" e que o estudo com vistas ao tombamento atingirá também os edifícios comemorativos do IV Centenário e demais edifícios contemporâneos. Na Prefeitura, a impressão que ficou é de que com essa atitude o Condephaat tenta impedir a realização do túnel com que o prefeito pretende fazer a ligação entre as avenidas 23 de Maio e Juscelino Kubitschek, chegando até o Morumbi pelo túnel sob o rio Pinheiros.

atendimento ao que se vem solicitado pela FIESP e pela CEF. Trata-se o processo, em anexo, L. 1.1. e ATL. para a elaboração de estudos e projeto de construção de uma linha de metrô para a região de São Paulo e um da Central Única dos Trabalhadores, na Comissão de Planejamento, de SMT-1.2. à SJ para formação de grupo de Trabalho encarregado de proceder à identificação dos órgãos colecionados da Administração Municipal, em caráter descentralizado, que mantenha parlamentares dentro de seus membros - 2. Determino que, desde logo, todos os órgãos colecionados enquadrados no item 1.2. supra, remeiam relação de seus integrantes ao citado Grupo de Trabalho.

36-008.868-87*01 - Elisabeth Celeste da Silva - Dispensa de ponto, para participar em Congresso no Exterior. DESPACHO: SMS. Excia. Não recebeu bolsa. Curso pago. Indeferido. Necessitamos da servidora. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

06-009.471-87*70 - ANTONIO ALVES DOS SANTOS - Solicita reconsideração de dispensa - Em face do cartão de ponto de fl.10 e dos informes e proposta de fls.11, 11v9 e 12, indefiro o pedido em tela.

28-005.459-84*85 - Walter Carlos de Almeida - Inquérito administrativo - Nos termos da manifestação da AJ deste gabinete, que acolho, entendo configurado, na espécie, a infração disciplinar, para, com fundamento no artigo 188, inciso III, combinado com o artigo 192 da Lei nº 8989/79, aplicar ao servidor Walter Carlos de Almeida, registro nº 460.343, a pena de repreensão.

06-011.183-87*59 - Associação dos Servidores Municipais de São Paulo - Solicita estudos relativos à concessão de proventos integrais a aposentados e pensionistas - Nos termos das manifestações de IPREM, SMA e Assessoria Jurídica deste Gabinete, DETERMINO que os estudos relativos à concessão de proventos integrais a pensão dos servidores municipais de São Paulo, sejam realizados após a disciplina geral da matéria pela nova Constituição Federal.

10-010.429-85*86 - Soc. Amigos do Jardim São Joaquim e Jardim Santa Tereza - Construção de EMEI em terreno municipal - 1. Ante as manifestações de SNE, SEMPLA, SJ e da AJ deste Gabinete, que acolho, defiro o pedido inicial, e autorizo a construção de EMEI na área municipal retratada na planta de fls. 39 e no croqui 57 - UC do Departamento Patrimonial - 2. A construção condiciona-se à disponibilidade orçamentária pertinente e observará rigorosamente as condições estabelecidas por SNE/PLA.

Comunicado do Departamento de Operação do Sistema Viário, ref. aquisição de veículos novos. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

O DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO ESTÁ RECEBENDO OS SEGUINTE VEÍCULOS NOVOS:

a) 15 (quinze) Camionetas, marca Chevrolet, modelo A-10, acionadas por motor a álcool de 88 cv, com capacidade de carga de 545 kg, equipadas com sinalização acústica visual, ao preço unitário de Cr\$ 510.990,00.

As Camionetas serão destinadas aos diversos setores da Engenharia de Trânsito.

b) 7 (sete) Caminhões, marca Volkswagen, modelo 7.90.P., acionados por motor diesel, de 90 cv, equipados com guincho Biselli e sinalização acústica visual, ao preço unitário de Cr\$ 1.320.000,00, sendo o custo do caminhão Cr\$ 1.060.000,00 e do guincho Cr\$ 260.000,00.

Os autos-guincho serão destinados ao policiamento de trânsito.

Trata-se das últimas sete unidades recebidas de um total de 15 (quinze).

O preço total dessa remessa é de Cr\$ 16.904.850,00.

TRANSCRIÇÃO da informação oferecida pelo Secretário das Finanças ao Senhor Prefeito, no memo JQ 3681/87. DESPACHO: De acordo. Publique-se no DOM para ciência da COSESP. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

Senhor Prefeito Tomamos ciência da determinação contida no presente e relativa à contratação dos seguros obrigatórios, exclusivamente com a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo-COSESP.

Permitimo-nos ressaltar, contudo, a inviabilidade do cumprimento do quanto disposto no item 2 deste expediente.

Com efeito, sob a vedação expressa do Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966 (arts. 73 e 125 e parágrafo único, combinados), não possuem, as companhias seguradoras, entre elas a COSESP, corretoras próprias.

Assim, considerando a atual centralização dos negócios financeiros do Município junto ao Banco do Estado de São Paulo S/A, tomamos a iniciativa de propor que a contratação dos seguros em questão seja avançada com a DANESP S/A Corretora de Seguros.

CARLOS ALBERTO MANNHÃES BARRETO, Secretário das Finanças

TRANSCRIÇÃO da informação oferecida pelo Secretário dos Negócios Jurídicos ao Secretário do Governo Municipal. DESPACHO: SJ. Prof. Lembo. Excia. Rigor e presteza. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

SGM - Sr. Secretário

Encaminho a Vossa Excelência o presente com as informações relativas às providências levadas a efeito, em face da notícia consignada no ofício inaugural, em especial em razão do r. despacho de fls. 35 verso, do Excelentíssimo Senhor Prefeito.

De acordo com os documentos acostados à peça inicial, verificou-se que há construção clandestina e irregular no imóvel sito à Alameda dos Nhamiquaras nº 1372, Moema.

Constata-se tais circunstâncias, foram tomadas as providências que o caso requer, lavrando-se muitas, auto de intimação, auto de embargo, e, por último, o auto de embargo com auxílio policial.

Apesar das medidas supra referidas, a obra teve prosse

TRANSCRIÇÃO da informação oferecida pelo Secretário de Vias Públicas ao Senhor Prefeito, ref. canalização do Córrego Soquinho. DESPACHO: Publique-se no DOM e devolva-se a SVF. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

Senhor Prefeito De atenção ao despacho de inicial cumpre-me informar que o Córrego Soquinho não consta da atual programação desta Secretaria.

O projeto hidráulico existente para o local encontra-se desatualizado precisando ser reformulado de acordo com normas e critérios atuais.

O trecho de galeria "mal dimensionada", conforme reclamação dos moradores das Ruas José Modesto de Godoy e Estevão Franceschini, foi executada há muitos anos para atender a travessia das referidas vias, obedecendo a critérios hidráulicos em vigor à época, hoje totalmente superados.

A solução para o presente caso seria a contratação de novo projeto para a canalização do Córrego, para posterior execução da obra, razão pela qual solicitamos de V. Exa. a devolução do presente para prosseguimento.

WALTER PEDRO BODINI, Secretário de Vias Públicas

TRANSCRIÇÃO de telex encaminhado pelo Senhor Prefeito ao Deputado Ulisses Guimarães. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

Espanta-me a rejeição do aumento numérico de representação paulista no Congresso. O Governador Odebrecht, transigindo, entendeu que oitenta deputados exprimiriam essa representação. Em ato de boa vontade, S. Exa. abriu mão de representação superior a cem representantes.

Não obstante, a Comissão de Sistematização insistiu em sessenta representantes, com vários Deputados paulistas, inclusive um Senador da Bancada Paulista, ausentes no momento da votação.

V. Exa. e eu fomos companheiros de Academia e estudamos, com as grandes figuras jurídicas que lá pontificaram, que a representação na Câmara dos Deputados é o resultado da expressão demográfica de cada Unidade da Federação.

O que aprendo, agora, é o seguinte: todos os Estados-membros têm direito a essa norma, isto é, a demografia indica o peso da representação popular. Exceto São Paulo.

Esse o tratamento que o nosso Estado recebeu. Corresponde a transformá-lo em Território, porque a desigualdade implica essa desigualdade afrontosa.

J. QUADROS, Prefeito

TRANSCRIÇÃO do of. JQ.572/87, de 10.11.87, encaminhado pelo Senhor Prefeito ao Presidente do CONDEPHAAT. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

Senhor Presidente

Declaro, hoje, pela manhã, que não admito tombamento do Ibirapuera. Aliás, este Parque só existe porque eu existo, ou estaria transformado em estádio de futebol. Procure os jornais da época, os Anais da Câmara Municipal, quando exercia o mandato de Vereador, se o desejar.

Espero V.Sa. o fim do meu Governo, para fazê-lo. Irei aos extremos judiciários, administrativos e políticos, para impedi-lo. Se V.Sa. o desejar, tome o Palácio do Morumbi.

No que concerne aos monumentos das vizinhanças, que man de iluminar, ajardinar e limpar, nunca foram vistos no estado atual de beleza indizível.

Estou convencido de que V.Sa. promove uma provocação e decidi aceitá-la.

Pego transmitir o teor deste ofício a Sua Excelência a Secretária de Estado da Cultura, Betta Mendes, com a qual tenho mantido, até o presente, as melhores relações de cordialidade e respeito.

J. QUADROS, Prefeito

TRANSCRIÇÃO do of. JQ.573/87, de 10.11.87, encaminhado pelo Senhor Prefeito ao Governador do Estado de São Paulo. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

Excelência,

Imediatamente após ter telefonado a Vossa Excelência recebi do "CONDEPHAAT" ofício no qual o Presidente dessa ostantra Entidade ameaça tomba o Parque Ibirapuera.

Essa é um "capitis diminutio" que não aceitarei. Sugeri àquele órgão que tombasse, também o Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi.

O Parque existe porque como Vereador, impedi a construção de Estádios de Futebol, destinados cada um a grandes clubes. Isso, bem antes de qualquer um sequer cogitar dele. Refiro-me aos integrantes do chamado "CONDEPHAAT".

Nunca o Ibirapuera esteve tão bem cuidado. Nunca! Ainda agora determinei a construção de uma fonte luminosa que está sendo instalada cruzando o lago existente.

A menos que ocorra intervenção de Vossa Excelência, cria-se um caso terrível e insolúvel. Essa intervenção é que desprezo do Governador municipalista.

J. QUADROS, Prefeito

TRANSCRIÇÃO da informação oferecida pelo Secretário de Vias Públicas ao Senhor Prefeito no of. GJA/Lar/704/87. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

Senhor Prefeito

A canalização do Córrego Jaquirã, objeto da solicitação inicial, não consta do programa de obras de SVF e ainda não foi projetada.

Tratando-se de córrego afluente do Córrego Jacú, depende, previamente, da canalização deste último.

Por outro lado, as obras do Córrego Jacú e da Estrada do Pésseno já estão contratadas, com recursos do orçamento de 1988, devendo a Ordem de Início ser expedida muito em breve.

A canalização do Córrego Jaquirã será tratada quando se iniciarem as do Córrego Jacú.

WALTER PEDRO BODINI, Secretário de Vias Públicas

TRANSCRIÇÃO da HSC 880/GAB/87, de 10.11.87, encaminhada pelo Senhor Prefeito à SMT. Lendo o despacho, o

Senhor Prefeito Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para formar que a vista do grande sucesso alcançado junto à população pela Campanha de Alimentos Baratos, autorizamos a prorrogação da referida Campanha pelo período de 30 a 31 de novembro corrente. Serão comercializados o feijão catuquina a Cr\$ 33,00 o kg., em embalagens de 1 e 2 quilos, café torrado, moído e embalado a vácuo, a Cr\$ 19,00 o pacote de 250 g. e a Cr\$ 18,00 o pacote de 500 g., e a Cr\$ 5,00 o quilo, em rodinhas contendo 2 kg. de feijão preto a Cr\$ 29,00 o kg., e alho, a Cr\$ 45,00 a embalagem de 500 g.

Esses produtos estarão à venda no horário das 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, e das 8:00 às 14:00 horas aos sábados, nos seguintes locais:

- AR/SÉ - Praças do Patriarca, Ramos de Azevedo, da São deira, Pedro Lessa, Julio Prestes e da República, Largo São Bento e Cambuci, Parque Dom Pedro II e Jd. da Luz.
- AR/SA - Largo 13 de Maio
- AR/PI - Largo da Batata
- AR/JA - Metrô Jabaquara
- AR/SJ - Metrô Santana

CELSO T. MATSUDA, Secretário Municipal de Abastecimento

TRANSCRIÇÃO do ofício 1667/87-SMT.GAB, encaminhado aos 6.11.87 pelo Secretário Municipal de Transportes ao Senhor Prefeito. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87 - J. QUADROS, Prefeito

Senhor Prefeito,

Em cumprimento à determinação de Vossa Excelência, informamos que foi providenciada a repintura das faixas de pedestres na confluinte da Avenida Líder com Avenida Maria Luiza Americana.

FRANCISCO ANTONIO COUTINHO E SILVA, Secretário Municipal de Transportes.

TRANSCRIÇÃO do ofício 1672/87-SMT.GAB, encaminhado aos 9.11.87 pelo Secretário Municipal de Transportes ao Senhor Prefeito. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87 - J. QUADROS, Prefeito

Senhor Prefeito,

Em cumprimento às determinações de Vossa Excelência, as postas nos ofícios 69 e 165/87 do ilustre vereador José Maria Rodrigues Alves (CGP nº 2018-P e 2688-P), informamos que foi implantado projeto de sinalização vertical de orientação junto as principais vias de acesso ao bairro de Vila Guilhermina, bem como orientando suas principais ruas das junto à Avenida Radial Leste.

FRANCISCO ANTONIO COUTINHO E SILVA, Secretário Municipal de Transportes.

TRANSCRIÇÃO do of. 1678/87-SMT.GAB, encaminhado aos 9.11.87 pelo Secretário Municipal de Transportes ao Senhor Prefeito. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

Senhor Prefeito,

Em cumprimento à determinação de Vossa Excelência, após a no ofício 61/A-6/1987 do Quarto Comando Aéreo Regional (CGP 11891), informamos que o evento intitulado "Corrida Santa Dumont", teve o acompanhamento da engenharia de trânsito e do Comando de Policiamento de Trânsito - CPTran.

FRANCISCO ANTONIO COUTINHO E SILVA, Secretário Municipal de Transportes.

TRANSCRIÇÃO da Carta nº/97, de 9.11.87, encaminhada pela Presidente da Junta Administrativa da Fundação Magda Tagliaro ao Senhor Prefeito. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87. J. QUADROS, Prefeito

Senhor Prefeito

A Fundação Magda Tagliaro vem a presença de Vossa Excelência para agradecer as providências tomadas por ocasião da inauguração da praça que leva o nome da insigne pianista Magdalena Tagliaro.

Nessa oportunidade tivemos a honra de ter o Secretário de Cultura o Senhor Doutor Renato Ferrari em nossa Companhia, bem como do Administrador da Regional da S6 Doutor Hans Charib e do Assessor Cultural Professor Doutor Erwin Theodor Rosenthal.

Quaremos ressaltar a beleza da praça e agradecer os cuidados que vem sendo dispensados à mesma. Aproveitamos o ensejo para alargar não somente a Praça Magdalena Tagliaro, mas também as obras de embelezamento que vem sendo realizadas em toda a cidade de São Paulo, que nunca esteve tão limpa e tão bela como agora.

HELENA BEATRIZ GRECO LAGUNA, Presidente

TRANSCRIÇÃO do Ofício 1677/87-SMT.GAB, de 9.11.87, encaminhado pelo Secretário Municipal de Transportes ao Senhor Prefeito. DESPACHO: Publique-se no DOM. 10.11.87 - J. QUADROS, Prefeito

Senhor Prefeito

Em cumprimento à determinação de Vossa Excelência, após a no abaixo-assinado dos moradores da Rua Coronel Manoel Feliciano de Souza e Rua Jaime Barcelos (CGP 8249), informamos que foi implantado redutor de velocidade, tipo rotatória, na confluinte das vias mencionadas, objetivando inibir os excessos de velocidade no local.

Informamos ainda, que foram reordenados os movimentos veiculares junto à Praça José Cardoso de Moura, através de implantação de mão-única de direção nas vias adjacentes à mesma, bem como alterado o itinerário dos ônibus e remanejados os pontos de parada.

Esclarecemos também, que em função das alterações efetuadas, foram implantadas as sinalizações horizontal e vertical devidas, tendo sido excluída a locação de sinalização, uma vez que com a construção da rotatória esse equipamento torna-se desnecessário.

FRANCISCO ANTONIO COUTINHO E SILVA, Secretário Municipal de Transportes

Anaro, da Secretaria Geral das Subprefeituras, do provimento em comissão, constante da Lei 10.376, de 22 de outubro de 1987.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 09 de novembro de 1987, 4349 da fundação de São Paulo.
JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito

TÍTULO DE NOMEAÇÃO Nº 215, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1987
JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Nomear a senhora EUNICE FARIA SILVA para exercer o cargo de Assistente Administrativo, referência DA-9, da Administração Regional de Capão Redondo, da Subprefeitura de Santo Amaro, da Secretaria Geral das Subprefeituras, de livre provimento em comissão, constante da Lei 10.376, de 22 de outubro de 1987.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 09 de novembro de 1987, 4349 da fundação de São Paulo.
JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito

TÍTULO DE NOMEAÇÃO Nº 216, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1987
JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Nomear o senhor RUBENS SEGRE FERREIRA para exercer o cargo de Assistente Técnico, referência DA-11, da Administração Regional de Capão Redondo, da Subprefeitura de Santo Amaro, da Secretaria Geral das Subprefeituras, de livre provimento em comissão, constante da Lei 10.376, de 22 de outubro de 1987.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 09 de novembro de 1987, 4349 da fundação de São Paulo.
JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito

Retificação da publicação do dia 7.11.87

TÍTULO DE NOMEAÇÃO Nº 210, DE 06 DE NOVEMBRO DE 1987
Lela-se como segue e não como constou: ... Nomear a senhora BERNARDETE PEPE para ...

Memº JQ. 3711/87, de 09.11.87

Dr. Renato Tuma - Sec. Particular

1) Peço a V.Exa., excepcionalmente, no meu cargo, comparecer hoje ao sepultamento do Cônego Domênico, conhecido como Padre Domênico, no Guarujá. Aquela Cidade e Estância deve a esse notável sacerdote as obras da "Igreja Mãe-triz", o "Ninho Maternal", o "Hospital da Cidade", a "Fábrica do Dom Domênico", que possui vários cursos superiores, o "Centro Comunitário João Paulo II", a obra "Cape la Cristo Rei", na Praia de Pernambuco, onde também instalou um "Centro Médico". Dificilmente um sacerdote realizou obras sociais de tal vulto;

2) Italiano de Bologna, mas naturalizado Brasileiro, viveu no Guarujá 33 anos, tornando-se lendário pelo seu incomparável pastoreio;

3) V.Exa. me representará, a minha esposa adocentada, e, ainda, o Município de São Paulo. O sepultamento ocorre às 15:00 horas, e vai para a Capela do Hospital;

4) A ATL encontrará rua ou praça, no Município de São Paulo, para dar-lhe o nome, já venerado pela população daquela Cidade e do Estado.
J. QUADROS, Prefeito.

Memº JQ. 3714/87, de 09.11.87

Dr. Walter Bodini
Secretário de Vias Públicas

O Presidente do "OICAS" contesta o túnel sob o Ibirapuera. Ignora que o Ibirapuera existe porque eu existo. Ou teria sido entregue ao futebol profissional. O túnel já foi contratado e as obras iniciadas. S.Exa. pensa que esta é uma Cidade provinciana, e se esquece de que "Manhãtã" e o "Hyde Park" são ocios, tais as passagens e túneis que comportam. Esqueça-se de que esta Cidade terá 9 (nove) ou 10 (dez) milhões de automóveis, ao fim do século, e mais de 20 (vinte) milhões de habitantes. A obra já está contratada e em execução. Que deseja? Um minhocão anti-estético ou o túnel que não tocará no gramado e nas árvores? Aliás, quem já conservou este parque como a atual administração? Qualquer entidade que cause perturbar o projeto em andamento arcará com uma indenização tão grande quanto o próprio Parque e terá de pagá-la.
J. QUADROS, Prefeito.

Memº JQ. 3715/87, de 09.11.87

Dr. Victor David - SEGESP

1. Baixe o Decreto que regulamenta o exercício do comércio e a prestação de serviços nas vias e logradouros públicos do Município. Alí vai, anexo, um pedido da União Paulista de Ambedantes Deficientes". Cumpra-o, com rigor, não admitindo inscrições em bloco. Terão de ser individuais e escolha as AR's os locais onde será permitido. Na Praça da Sé nunca. É o cartão postal da Cidade;

2. Inútil qualquer pedido ou representação a mim;

3. As concessões, a título precário, serão dadas com o máximo rigor. Não se permitirão concessões de ponto, no caso de deficientes, ou em qualquer outro caso para terceiros. A apreensão da banca será imediata. Padronize-as nas medidas e cor impostas;

4. Vamos moralizar essa atividade, da qual se valem os landros sem conta, que transformam a Cidade em verdadeiro Mercado Oriental, impedindo o trânsito de pedestres, além de sujá-la de forma indescritível.
J. QUADROS, Prefeito

Memº JQ. 3716/87, de 09.11.87

Dr. João Mellão Neto - SMA

1 - O "DEMED" dará preferência absoluta aos exames médicos dos novos elementos da Guarda Metropolitana;

2 - Ouço que centenas deles ainda esperam esse exame e, não obstante, destinam-se a proteger escolas, unidades de saúde, praças, viadutos e outros equipamentos públicos;

3 - Pedir ao Sr. Diretor urgência especial.

Memº JQ. 3718/87, de 09.11.87

Dr. Píore W.G. Vito
Secr. de Serviços e Obras

Excelência:

1) Recibi telefonada do Exmo. Sr. Dr. Jorge Wilhelm, Secretário de Estado do Meio Ambiente, segundo o qual, não há nenhum problema para a construção de usinas de compostagem e incineradora, para a Prefeitura.

2) O que V.Exa. verificará na licitação é se os licitantes se comprometem a um mínimo de poluição no meio ambiente;

3) Apressre, pois, os editais, atendido o item 02. Já não podemos desgracar bairros inteiros com os famosos aterros sanitários, focos de roedores e insetos de toda espécie, com gravíssimos riscos para a saúde pública.
J. QUADROS, Prefeito

Memº JQ. 3719/87, de 09.11.87

Ver. Celso Matsuda - SEMAB

1) Demitir a bem do serviço público, os auxiliares de feira Marcio Martins e Antonio Ferreira Sobral, apanha dos em flagrante quando extorquiam dinheiro em feira-livre;

2) Oterecer queixa à Polícia, remetendo inclusive, as quantias extorquidas, que seguem em envelopes fechados, e por mim subscrios.
J. QUADROS, Prefeito

ANEXO AO MEMORANDO SUPRA

São Paulo, 6 de novembro de 1987.

RELATÓRIO Nº 50-SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

Atendendo denúncia formalizada por feirantes do Bairro de Vila São Pedro que, fiscais estavam recolhendo o dinheiro de barracões e marretiros. Deternei que os Agentes Dias, Ireneu e Ivone comparecessem no local e investigassem o comportamento dos Agentes Vistores que operavam em uma das feiras.

Quando na data de hoje, por volta de ... 11.30 horas, na feira situada à Rua Santo Alberto, este Serviço de Informações flagrou os auxiliares de feira, Sr. Marcio Martins Rf: 518.903.9.00, recolhendo a quantia de 50,00 (cinquenta cruzeiros) do feirante Sr. Jorge Chinn Rf. 03.962.495 e o auxiliar de feira, Sr. Antonio Ferreira de Sobral Rf. 543.280.4.00, recolhendo a importância de C\$ 100,00 (Cem cruzeiros) do Sr. Benedito Rodrigues Machado Rf. 484.485.

Informo que o total arrecadado pelo Sr. Antonio Ferreira Sobral totaliza a quantia de C\$ 470,90 (Seiscentos e setenta cruzeiros) e pelo Sr. Marcio Martins a quantia de C\$ 260,00 (Trezentos e sessenta cruzeiros).

Ambe os auxiliares foram levados à presença do Administrador Regional de Santo Amaro e do Chefe imediato, onde foi lavrado Termo de Declaração que segue anexo.

É a informação.

CLOVIS DE OLIVEIRA

TERMO DE DECLARAÇÃO

Eu, MARCIO MARTINS, R.F. 518.903.9.00, portador da Cédula de Identidade nº 10.296.806, lotado em "SEMAB" - na Administração Regional de Santo Amaro, fui flagrado pelo serviço de informações do Gabinete do Prefeito na data de hoje, por volta das 11,30 horas, na feira livre de Vila São Pedro, à Rua Santo Alberto, recolhendo a quantia em dinheiro de C\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), do Sr. JORGE CHINN, R. G. 03.962.495, residente à Rua Barão do Rio Branco, nº 990 - São Paulo - portador da matrícula nº 004226.01.1.

A quantia total arrecadada entre os feirantes foi de C\$ 360,00 (trezentos e sessenta cruzeiros).

Gostaria de constar no presente termo, que me encontro em grande dificuldade financeira, tendo em vista ter em minha família uma filha com problemas de saúde.

Entrego o dinheiro arrecadado entre os feirantes para os agentes do serviço de informações do Gabinete do Prefeito, sendo este / em envelope lacrado e assinado pelo Sr. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DA SILVA - Chefe de Seção - "DICA" - Reg. 153.860.

Assino o presente termo após lido e achado conforme as minhas declarações, sem o uso de coação, violência ou grave ameaça, na presença do Sr. Administrador Regional de Santo Amaro - ALCIDES GOSISPELTI FILHO - juntamente com o Sr. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DA SILVA - Chefe de Seção - "DICA" - Reg. 153.860, e duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 06 de novembro de 1987

Declarante: Marcio Martins

José Maria Teixeira da Silva, Chefe Seção "DICA"

TERMO DE DECLARAÇÃO

Eu, ANTONIO FERREIRA DE SOBRAL, R.F. 543.280.4.00, portador da Cédula de Identidade nº 14.195.184, lotado em "SEMAB", na Administração Regional de Santo Amaro, fui flagrado pelo serviço / de informações do Gabinete do Prefeito na data de hoje, por volta das 11,30 horas, na feira livre de Vila São Pedro, à Rua Santo Alberto, recolhendo a quantia em dinheiro de C\$ 100,00 / (cem cruzeiros), do Sr. BENEDITO RODRIGUES MACHADO, R.G. 4.854.465, residente à Rua Amaro Alves do Rosário, nº 15-A - Paraisópolis, Telefone 520-6135.

A quantia total arrecadada entre os feirantes foi de C\$ 670,00 (seiscentos e setenta cruzeiros).

Gostaria de constar no presente termo que só tomei a iniciativa de arrecadar dinheiro entre os feirantes, pois encontro-me em

Memº JQ. 3720/87, de 09.11.87

Ten. Cel. Rl JOSÉ ÁVILA DA ROCHA

1 - Solicito de V.Exa. aumentar o efetivo da Guarda Metropolitana em mais 500 (quinhentos) integrantes. Deverão ser 350 homens e 150 mulheres;

2 - Sugiro treinamento intensivo. Parte desses no Guardas será destinada a proteger as unidades de SISE parte remanescente, as unidades da Divisão Escolar;

3 - Urgente.

J. QUADROS, Prefeito

Memº JQ 3721/87 de 9.11.87

SEMAB - Ver. Celso T. Matsuda
SEGESP - Dr. Victor David

1. Revogo a proibição anterior, de minha autoria, que pedia a presença de "baianas" vestidas a caráter, ven do comidas típicas do norte e nordeste, preparando artesanalmente;

2. A Secretaria manterá rigorosa fiscalização na higiene da limpeza, destacando para tal fim, 2 (dois) fiscais todos os Domingos. Esses fiscais serão escalados rodízio;

3. Reconsidero pois, minha decisão, mas ninguém mais, além das já estabelecidas anteriormente, receberá uma va licença;

4. As licenças já expedidas serão a título precário;

5. A limpeza permanente dos locais é de obrigação de da banca e será fiscalizada por SEGESP, que manterá (dois) fiscais. Encerrada a feira, SEGESP determinará lavar os espaços, varrendo-os e tornando-os impecáveis
J. QUADROS, Prefeito

Memº JQ 3722/87 de 9.11.87

Dr. Antonio João Pereira - CMTC

1. Determino a V.Exa., no prazo de 10 (dez) dias, verificar se as Empresas de Ônibus particulares, que são misionárias neste Município, estão pagando aos seus toristas e cobradores a remuneração que a CMTC cobra para essas duas categorias;

2. Na negativa, V.Exa. relacionará as referidas Empresas que serão punidas;

3. Duas delas já serão ocupadas por essa mesma CMTC, no início do próximo ano ocupar-se-ão com a Companhia Municipal cobra. Quem, pois, da mesma forma. E, sempre que ocuparmos dessas Empresas, V.Exa. admitirá os respectivos trabalhadores, que passarão a exercer as mesmas funções que ciam nas permissionárias aludidas;

4. Rigor no prazo e na investigação.

J. QUADROS, Prefeito

Memº JQ 3723/87 de 9.11.87

CMTC - Dr. Antonio João Pereira
COHAB - Dr. Francisco E. Quélus
SME - Prof. Paulo Zing

1. Fico ciente de que a COHAB/SP prepara-se para a inscrições para as casas destinadas aos trabalhadores CMTC;

2. A COHAB/SP construirá no conjunto ou conjuntos, S e um pequeno Posto Policial.

SME construirá uma Escola padronizada;

3. Serão atendidos, de preferência, os servidores da Companhia que recebem salários mais baixos, até condutores e motoristas, ou aqueles que tenham família mais numerosa, dentro dessas faixas de remuneração;

4. COHAB dará preferência para essas construções. Co examinar as estruturas metálicas produzidas pela COB
J. QUADROS, Prefeito

Memº JQ 3724/87 de 9.11.87

Dr. Victor David - SEGESP

1. Advertir o Administrador Regional da Casa Verde que os veículos da Prefeitura não fazem transporte materiais para terceiros, qualquer que seja o prete;

2. Enviar circular nesse sentido a todos os Administradores Regionais;

3. Na próxima vez, demito o Regional que não atende esta determinação.
J. QUADROS, Prefeito

DESPACHOS DO PREFEITO

Carta nº 179/87, datada de 27.10.87, encaminhada Sindicato dos Despatchantes do Estado de São Paulo, citando audiência para tratar de assunto referente ação de imóvel. DESPACHO: SJ. Prof. Lembo. Quero fazer doação. Sugira o imóvel. É urgente. Deva, a seguir, ceder audiência. 9.11.87. J. QUADROS, Prefeito

06-011.687-87*32 - Rosa Sandra Caserta, reg. Func. 077 - Afastamento para, durante o mês de setembro de rente ano, participar, em Israel, do IV Curso de mas Educacionais - Considerando que o afastamento a foi pleiteado a destempo, bem como se consumou a prévia autorização da autoridade competente (cf. 17619/81, arts. 2º e 4º, inciso I, respectivamente) DEFIRO-O.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

EDITADO PELO DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Diretor de Departamento de Expediente
JOÃO CARLOS PINKE JUNIOR
Jornalista Responsável
ALVARO L. A. GUERRA



Começam as obras para dois túneis

As empreiteiras Constran e CBPO já começaram as obras dos poços de acesso de 25 metros de profundidade, ponto de partida para os dois túneis que passarão por baixo do parque do Ibirapuera. Os trabalhos iniciais, no canteiro de obras da avenida Pedro Álvares Cabral, em frente ao obelisco do Ibirapuera, foram acompanhados ontem pelo secretário Walter Bodini, de Vias Públicas, que assistiu à preparação dos pré-furos, depois dos quais serão cravadas 134 colunas de 25 metros de profundidade. O processo construtivo a ser usado é o **jumbo special grouting**, pelo qual as colunas, que formarão um círculo de concreto de 18 metros de diâmetro em torno das bocas de cada túnel, serão feitas em solo-cimento injetado à grande pressão, para a consolidação do terreno.

A previsão é de que, terminados os dois poços de acesso, os túneis horizontais comecem a ser perfurados a 25 metros de profundidade em duplo sentido de direção. Um grupo de trabalhadores fará a escavação relativamente curta do Ibirapuera até o entroncamento com a 23 de Maio, enquanto uma outra equipe trabalhará simultaneamente na direção contrária, perfurando por baixo do lago do Ibirapuera para encontrar o túnel que virá pela avenida Antônio Joaquim de Moura Andrade até a avenida República do Líbano.

Já a partir de segunda-feira, a concretagem das colunas passará a exigir 420 sacos de cimento por dia e, por isso, estão estocados no canteiro de obras 72 toneladas do produto.

O túnel sob o Ibirapuera faz parte do corredor Sudoeste—Centro que, saindo da Francisco Morato, altura da praça Jorge de Lima, passará em frente ao Jóquei, por baixo do rio Pinheiros, ao longo da Juscelino Kubitschek, cruzando a Santo Amaro, em desnível, atingindo a República do Líbano através da Antônio Joaquim de Moura Andrade para passar em túnel sob o parque do Ibirapuera

90
A

TELEGRAMA RAPII
CONFIRMAÇÃO SUA DISPO

ECT

TELEGRAMA RAPIDEZ E
CONFIRMAÇÃO DA SUA DISPOSIÇÃO

ECT

2393272

11 NOV 15 33 58 008312

TELEGRAMA FONADO
É COMO TELEFONE PARA A
ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

ECT

TELEGRAMA FON
É COMO TELEFONE
ECT HOJE E PAGUE DE

TELEGRAMA
CONDEPHAAT
DR. PAULO DE MELLO BASTOS
R. LIBERO BADARO 39 11 AND
CENTRO
SAOPAULO/SP(01009)

611

TOMBAMENTO IBIRAPUERA MEDIDA OPORTUNA, DEMONSTRA RESPEITO PELA
CIDADE, NOSSO TOTAL APOIO.
VEREADOR WALTER FELDMAN

MUNICIPAL DE S P

1118.1557

1125043SECT BR
612082CDEF BR

Handwritten signature

CAMARA FEDERAL BRASILIA TLX.54181 181187 \$\$\$JORGE\$\$\$

DEPUTADA BETE MENDES
SECRETARIA CULTURA ESTADO SAO PAULO
SAO PAULO/SP

MANIFESTAMOS NOSSA SATISFAÇAO PELA MANUTENÇAO DO ESTUDO DE
TOMBAMENTO DO PARQUE IBIPAPUEIRA ATENCIOSAMENTE DEPUTADO FABIO
FELDMANN -PRESIDENTE DA CIKOS -UNIAO DOS DEFENSORES DA TERRA.///

1125043SECT BR
612082CDEF BR

27

◆ TELEX ◆ TI

TO

FROM BR
APP BR

FERRAI, PRACITA MY 54047 101107 \$4TORC\$4

C TACOS
NOTA COMERCIAL
PIA DA QUILMIR
T.O/CC

MANOS BOCA SERTORAO DEIA MANHENCAS DO COMIHO DE MOMBAMENHO
HEP TRPARIERA APENCOCAMENTE DEBITADO PARTO REIDMANN
NMB DO CIVOC-UNITAO DOS DEFEENSORES DA TERRA, / / /

BR

FROM BR
APP BR

27

RR
RP

/87

O PACTOS
TE DO CONDEPACT
SP

O DO MOTO AMBIENTE DA COMISSAO DE DIREITOS HUMANOS DA OR-
GADOS DO BRASIL - ORGACAO DE SAO PAULO VEM A PRESENÇA DE
SEU SERVICIO CONSULTIVO SAUDAR A CORAJOSA INICIATIVA DE
DEPAR QUE SE EFETIVAR UMA OBRA TAO NECESSARIA QUANTO O MUNDO
DO TRAPALHEIRA O QUAL SEM DUVIDA ALGUMA CAUSARÁ DA-
VISTA DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL E PAISAGISTICO, A DEER-
RDE QUE SE ENCONTRA UM PROBLEMA DE TOMBAMENTO DESEUS OR-
ANIMAMENTOS DE 1930 E DAS PAVIDERAS, BENS JÁ INTERESSANTES
TO HISTORICO DO ESTADO

RR

O PACTOS CONDEPACT
EM EXERCICIO

RR
RP

XXXXXXXXXX/ DDD MARINGÁ WINDTUSOCK RRVVW DEEJC

25/11/87

Liminar suspende o túnel sob Ibirapuera

Da Reportagem Local

O juiz da 5ª Vara da Fazenda Estadual, Milton Gordo, concedeu liminar paralisando as obras do túnel sob o parque Ibirapuera, na zona sul de São Paulo. A decisão do juiz, tomada sexta-feira última e comunicada ontem, suspende as obras contratadas pela Prefeitura até 11 de dezembro. Neste dia se reúne o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), que analisará os efeitos do túnel sob o parque, uma das principais áreas verdes da cidade.

A liminar foi consequência de uma ação civil movida pela Curadoria do Meio Ambiente porque a Prefeitura iniciou as obras antes de o Consema tê-las aprovado, conforme exige a legislação. O secretário municipal dos Negócios Jurídicos, Cláudio

Lembo, afirmou que a Prefeitura ainda não foi comunicada sobre a medida e que irá solicitar a revogação do ato, "tão logo chegue oficialmente". Lembo diz que o Relatório de Impacto Ambiental, necessário ao parecer do Consema, já está pronto desde a semana passada e que a Prefeitura não esperará até o próximo mês.

Segundo o vereador Marcos Mendonça (PMDB), a decisão do juiz reforça o seu pedido de intervenção no município, feito anteontem ao procurador-geral da Justiça, Cláudio Alvarenga. Ele fundamentou sua solicitação afirmando que Jânio estaria iniciando obras em local que está em processo de tombamento. Esta alegação foi feita pela Curadoria, mas o juiz Milton Gordo só reconheceu as alegações de risco ambiental.

95/

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

26/11/87

Memº JO 3798/87 de 25.11.87
Dr. Walter Bodini - SVP
Dr. Manhães Barreto - SP

1. Falei com o Governador Quêrcia para antecipar a reunião do Órgão chamado "CONSEMA" que, antes, já havia ouvido uma Comissão de Técnicos, quanto ao túnel do Parque Ibirapuera;
 2. O Projeto não interfere com o Ibirapuera, que só não é estádio de futebol, porque eu o impedi. O próprio Secretário Jorge Wilhelm aprovou o projeto em apreço, fundamental para o sistema viário da Cidade;
 3. Projeto alternativo custaria algumas centenas de milhões a mais. Esse desserviço, que alguns Vereadores prestam, movidos pelo ódio pessoal, tem o propósito de desaquecer a política paulista;
 4. Não o conseguirão.
- J. QUADROS, Prefeito



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

São Paulo, 24 de novembro de 1987.

OF. N. 1138/87-PGJ/CMA
PT. N. 7217/87

SENHOR PRESIDENTE:

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia de Ação Civil Pública Ambiental ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face de Prefeitura Municipal de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de real estima e distinta consideração.

EDIS MILARÉ

Procurador de Justiça - Coordenador
das Curadorias Especializadas de
Proteção ao Meio Ambiente.

A Sua Excelência, o Senhor
Doutor **PAULO DE MELLO RASTOS**

Reg. n.º 872, 87Livro n.º 21 / fls. Distr. ao Of. Justiça Jourwal

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA

VARA DA FAZENDA MUNICIPAL

R. e A.

117) Concedo a liminar, para o fim de determinar a suspensão provisória das obras, até 11 de dezembro de 1987, data da reunião do CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, após o que será reexaminada, com possibilidade de ser prorrogada, tendo em vista o que fica de liberado nessa reunião. Cite-se e Int. S. A. 20/11/87

"Em toda parte o homem é um agente perturbador. Onde quer que plante seus pés, a harmonia da natureza é transformada em discórdia". (The Earth Modified by Human Action, George Perkins Marsh, 1874).

O Ministério Público do Estado de São Paulo, por sua Coordenação das Curadorias Especializadas de Proteção ao Meio Ambiente e Curadoria do Meio Ambiente da Capital, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. para propor contra a Prefeitura do Município de São Paulo a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA com PEDIDO LIMINAR, com fundamento na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, pelas seguintes razões de fato e de direito:-

I - DOS FATOS

1) Pelo Edital de Concorrência Pública da EMURB nº CON 13/86, a Municipalidade de São Paulo abriu licitação objetivando a construção de dois túneis paralelos ligando as Avenidas Juscelino Kubitschek e 23 de Maio, sob o eixo da Avenida Antonio Joaquim de Moura Andrade e sob o Parque



MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

2) O fato teve larga divulgação na imprensa (docs. 02/06), pois aquelas obras, por sua própria natureza, poderão interferir com a estrutura do Parque do Ibirapuera, principal pulmão verde da Região Sul da Cidade.

3) A Subcomissão do Meio Ambiente, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo formulou representação à Coordenadoria das Curadorias Especializadas de Proteção do Meio Ambiente, que determinou a investigação do fato, apurando que a Municipalidade de São Paulo cuidou de providenciar a realização do necessário Estudo de Impacto Ambiental (doc. 07), nos termos da Resolução nº 001/86 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, o qual se acha pendente de aprovação pelo CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, cuja reunião está designada para o dia 11 de dezembro de 1987 (doc. 08).

Apurou-se, ainda, a existência de processo de tombamento do Parque do Ibirapuera pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, conforme Ata nº 760, referente à sessão ordinária de 28 de setembro de 1987, daquele Colegiado (doc. 09).

4) Ocorre que, não obstante estarem pendentes de solução providências administrativas a obstarem a execução das obras, a Municipalidade já ordenou o início delas, implantando no parque o canteiro de obras, com a deposição de materiais de construção em grande quantidade, o que poderá colocar em risco a integridade daquela área verde, inestimável para a amenização do meio ambiente urbano e para o lazer da população, com não menos importantes reflexos no patrimônio



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

5) Vale frisar, por oportuno, que o Ministério Público não pretende discutir o mérito da obra projetada pela Municipalidade, com considerações técnicas e críticas, que serão objeto da reunião do CONSEMA de 11.12.87, conforme já esclarecido. Os benefícios sociais que dela poderão advir; a viabilidade técnica; o impacto ambiental não adverso serão considerados quando da futura e eventual apreciação do RIMA pelo CONSEMA.

Clama-se, apenas e tão só, pelo respeito à lei, que determina esteja o EIA-RIMA aprovado antes do início da atividade potencialmente lesiva ao meio ambiente.

II - DO DIREITO

6) A Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, ao estabelecer a Política Nacional do Meio Ambiente, criou diversos instrumentos destinados à avaliação prévia do impacto ambiental das interferências antrópicas de grande vulto, (art. 9º e incisos do mencionado diploma legal).

Dentre estes instrumentos merece especial atenção o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a ser elaborado antes da implantação de qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.

O EIA nada mais é do que "um estudo das



MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

prevenção e de monitoramento dos danos ambientais, que procura reverter o arraigado e peculiar hábito de nosso povo de apenas correr atrás dos fatos, a eles não se antecipando.

7) O Decreto Federal nº 88.351, de 1º de junho de 1983, de seu turno, ao regulamentar a Lei nº 6.938/81, dispôs, em seu artigo 18, "caput", que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do SISNAMA, sem prejuízo de outras licenças exigidas, outorgando, outrossim, ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) competência para fixar os critérios básicos segundo os quais serão exigidos estudos de impacto ambiental, para fins de licenciamento de atividades (cf. art. 18, § 1º), com poderes, para tal fim, de baixar as resoluções que entender necessárias (art. 48).

8) Posteriormente, o CONAMA, através da Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação do impacto ambiental.

Impacto ambiental, segundo a definição dada pelo artigo 1º, da referida resolução, é "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as



MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

302/

Dentre outras, dependem de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA) o licenciamento das seguintes atividades: estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento; ferrovias; portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; aeroportos; oleodutos, gasodutos, minerodutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários; linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230 KV, obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos; extração de minério; aterros sanitários; usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10 MW; complexo e unidades industriais e agro industriais; qualquer atividade que utilize carvão vegetal, derivados ou produtos similares em quantidade superior a 10 toneladas por dia; projetos agro pecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha. ou áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental.

Esse rol de atividades, constante do artigo 2º da Resolução nº 001/86 e complementado pela Resolução nº 011/86, é meramente exemplificativo, de sorte que outros casos podem exigir o estudo, desde que susceptíveis de provocar impactos significativos no meio ambiente.

9) A aprovação do EIA é pressuposto indeclinável para o licenciamento da atividade.

Por via de consequência, não poderia a Municipalidade de São Paulo dar início à execução de vultosa obra, sem a necessária aprovação do RIMA pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).



MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

Releva notar, pois, que a Municipalidade assim agindo violou flagrantemente os dispositivos legais supra enfocados, urgindo imediata coibição por parte do Poder Judiciário.

10) Além do mais, o Parque do Ibirapuera, pelas próprias características já referidas, que determinaram a realização do RIMA, é objeto de processo de tombamento pelo CONDEPHAAT, com o fim de preservar sua integridade paisagística, ambiental e histórica, para as gerações futuras.

11) O artigo 142 § único do Decreto Estadual nº 13.426, de 16 de março de 1979, reza o seguinte:-

Art. 142 - O tombamento de bens se inicia pela abertura do processo respectivo, por solicitação do interessado ou por deliberação do Conselho, tomada "ex-officio".

Parágrafo único - A deliberação do Conselho ordenando o tombamento ou a simples abertura do processo, assegura a preservação do bem até decisão final da autoridade, pelo que o fato será imediatamente comunicado à autoridade policial sob cuja jurisdição se encontre o bem em causa para os devidos fins.
(g.n.)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Art. 134 - Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos, mutilados ou alterados, nem sem prévia autorização do Conselho, reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa a ser imposta pelo mesmo Conselho de até 20% (vinte por cento) do respectivo valor, neste incluído o do terreno, se for o caso, e, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis ao infrator.

Destarte, não bastasse o desrespeito da Municipalidade à legislação ambiental, arranha ela também as normas estaduais pertinentes ao tombamento, em atitude inadmissível num Estado de Direito.

III - DO PEDIDO

12) Diante do exposto, com supedâneo na Lei nº 7.347/85, o Ministério Público propõe a presente ação, requerendo a citação da ré na pessoa de seu representante legal, para responder aos termos do processo, pena de revelia e confissão, acompanhando-o até final decisão, que deverá julgar procedente o pedido, para condenar a Municipalidade ao seguinte:-

a) abster-se de iniciar ou dar continuidade à obra objeto do Edital de Concorrência EMURB nº CON 13/86, até aprovação do EIA - RIMA a ela relativo;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

b) abster-se, por igual, de iniciar ou dar continuidade à mesma obra, até a obtenção de autorização do CONDEPHAAT, tendo em vista o processo de tombamento nº 25.767/87;

c) arcar com as despesas processuais, custas, honorários periciais e demais cominações de estilo.

IV - DA LIMINAR

13) Nos termos do artigo 12, da Lei nº 7.347/85, poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificacão prévia, em decisão sujeita a agravo.

Justifica-se o requerimento liminar no caso vertente, uma vez que as obras cuja sustacão se pretende já foram iniciadas ou estão na iminência de o ser, conforme despacho publicado no Diário Oficial do Município (doc. 11). O risco que elas representam ao meio ambiente já se acha suficientemente encarecido, de sorte a configurar a ocorrência do "periculum in mora", que consubstanciar-se-á em dano irreversível caso o seu andamento não seja obstado cautelarmente por este D. Juízo. Por outro lado, também o "fumus boni juris" foi demonstrado à sociedade pela legislação citada, a ensejar a concessão da liminar pleiteada "inaudita altera pars", necessária para se por cobro às atitudes ensaiadas pelo Senhor Prefeito, que comprometem seriamente e matam em seu nascedouro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

V - DA PROVAS

14) Protesta-se pela produção de todas as provas em direito admitidas, dando-se à presente, para efeitos fiscais, valor inestimável.

São Paulo, 19 de novembro de 1987.

ÉDIS MILARE

PROCURADOR DE JUSTIÇA - COORDENADOR

RONALD VICTOR ROMERO MAGRI

PROMOTOR DE JUSTIÇA - COORDENAÇÃO

ANA LUCIA MOREIRA BORGES COSTA ALVES LIMA
CURADORA DO MEIO AMBIENTE DA CAPITAL

Condephaat desaprova túneis no Ibirapuera

parecer considera a obra do parque e à própria cidade paulista, rejeitando relatório de ambiental da obra — liberado pela empresa da Prefeitura.

per, todavia, não foi tornado como é de praxe. Isso porque o dia 2 a secretária da Bete Mendes, publicou no "oficial" resolução que conside o trabalho do "Condephaat, de Defesa do Patrimônio Arqueológico, Artístico e

Turístico do Estado, além do aspecto técnico de que se reveste, está incluído na execução da política estadual da Cultura". Assim, a secretária determina que "todos os projetos, estudos ou planos deverão, antes de qualquer manifestação externa de viabilização, ser previamente encaminhados ao conhecimento e apreciação da secretária da Cultura, que, apreciando a conveniência e oportunidade dos mesmos, remetê-los-á às assessorias técnica ou jurídica, para ratificação".

Roberto Faustino

Em função da resolução, o Condephaat não poderia revelar o teor da parecer antes da liberação da secretária Bete Mendes. A obra no Ibirapuera foi embargada pelo juiz Milton Gordo, da 5ª Vara da Fazenda Estadual, atendendo pedido da Curadoria do Meio Ambiente. A decisão final sobre a obra será dada no próximo dia 11, durante reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). "Com a resolução de Bete Mendes, certamente o Condephaat não vai poder dar seu voto

contrário à obra na reunião do Consema", disse ontem à noite o advogado José Eduardo Ramos Rodrigues, 27, representante da Oikos — União dos Defensores da Terra. Isso porque a secretária viaja amanhã para o exterior e poderia "não ter tempo para liberar o parecer", segundo Ramos.

Última palavra

Sintomaticamente, o prefeito Jânio Quadros disse ontem que vai realizar os túneis no parque do Ibirapuera,

alegando que o governador Orsário Quercia comprometeu-se a liberar na reunião do Consema. "O governador presidirá a comissão que dará a última palavra sobre a liberação disse Jânio Quadros durante entrevista concedida pela manhã ao Programa Bom Dia São Paulo, da Fgl Globo.

O prefeito ameaçou ainda obstáculos às obras do ramal da do Metrô caso a interdição dos túneis não seja suspensa.

107
R

A última de Jânio: embargar o ramal Paulista.

Segundo ele, a obra põe em risco "milhares de prédios da avenida".

a com uma ação popular con-
Metró na Paulista, "pois a
ode colocar em risco milha-
prédios da avenida".

z algum tempo que o prefei-
vem mostrando insatisfeito
itudes que alguns órgãos es-
s tomaram contra a obra sob
apuera. Em meados de no-
ro — quando soube que o
phaat tinha dado início ao
iso de tombamento do par-
Jânio Quadros demonstrou
a em vários memorandos.
eles, diz que não admitirá o
amento do Ibirapuera" e
um recado ao presidente do
phaat, Paulo Bastos: "Espe-
Sa. o fim do meu governo,
azê-lo. Irei aos extremos ju-
os, administrativos e políti-
ra impedi-lo. Se V. Sa. o de-
tombe o Palácio do Mo-

a ofício enviado ao governa-
Jânio também afirmou não
r o tombamento, e pediu a
enção de Quêrcia. E em me-
do encaminhado ao secretá-
Negócios Jurídicos, Cláudio
o, o prefeito qualifica de "in-
, senão ridículo", o tomba-
"do que já está preservado



Jânio, ameaçando com represálias.

por este município: o parque Ibirapuera".

Obras suspensas

A prefeitura acabou tendo de suspender as obras do túnel sob o parque, no final do mês passado, por determinação do juiz Milton Gordo, da 5ª Vara da Fazenda Municipal, que concedeu liminar à ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado, contra a prefeitura. O juiz só reexaminará a questão depois que o Conselho de seu parecer sobre as obras.

Isso irá acontecer na próxima sexta-feira, quando os 31 membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente estarão reunidos para analisar o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (Rima), elaborado pelos técnicos do órgão. A decisão será pela liberação ou não dos trabalhos do túnel. Apesar de já marcada há umas duas semanas, o prefeitor chegou a pedir para o governador antecipar essa reunião.

Mas, mesmo que ocorra a aprovação da obra pelo Conselho, o túnel deverá merecer ainda a liberação pelo Condephaat. Além do processo de tombamento do parque, entram na questão os monumentos das Bandeiras e do Soldado Consti-

tucionalista de 1932 (o Obelisco que já foram tombados. E, pelo Decreto Estadual nº 13.426, nenhum obra pode ser feita num raio de 30 metros das áreas tombadas.

Apesar de o prefeito ter dito que o Metrô poderá colocar em risco "centenas, milhares de imóveis da avenida Paulista", o secretário dos Negócios Metropolitanos, Gtúlio Hanashiro, rebate: "As técnicas utilizadas para a implantação do Metrô já estão mais do que comprovadas. O melhor exemplo, aqui em São Paulo, é a própria linha Norte-Sul, que atravessou locais mais difíceis do que a avenida Paulista. Usamos técnicas comprovadas em outras cidades, como Londres, que possui uma extensa linha subterrânea. São técnicas que ta to as empreiteiras como os técnicos do Metrô assimilaram. Mas, isso não foi suficiente, esclarecemos que os túneis do Metrô ficarão sob a avenida, portanto distantes dos prédios o bastante para não colocá-los em risco. Todos podem ficar tranquilos, pois a experiência demonstrada que nossos empreendimentos não colocam em risco segurança alguma".

Regina Helena Teixeira

100/12

109/2



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 189/87 SMA.	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE FICHA DO PROTOCOLO - DA
INTERESSADO: Gabinete do Secretário e Assessorias.	
PROCEDÊNCIA:	
ASSUNTO: RIMA-Relatório de Impacto do Meio Ambiente, pa ra a preservação do Parque Ibirapuera.	

119
4

01
-11



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 07 de outubro de 1987

Ofício N.º 3Q.514/87

SENHOR SECRETÁRIO:

Apraz-nos remeter a V.Exa. o incluso Relatório de Impacto de Meio Ambiente, que esta Municipalidade mandou elaborar para a preservação do Parque Ibirapuera, durante e após a execução do plano previsto no Corredor Viário Sudoeste-Centro.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V.Exa. os protestos do nosso elevado apreço.

J. Quadros
JANIO QUADROS
Prefeito da Capital

Exmo. Sr.
Dr. JORGE WILHEIM

01 01



EMURB

Corredor Viário Sudoeste-Centro
Trecho sob o Parque Ibirapuera

Relatório de
Impacto Ambiental (RIMA)

CORREDOR VIÁRIO SUDOESTE-CENTRO
TRECHO SOB O PARQUE IBIRAPUERA
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA
 - 2.1. Antecedentes
 - 2.2. Exigências da Resolução nº001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA
 - 2.3. Outras exigências legais
3. DESCRIÇÃO DO PROJETO
 - 3.1. Coleta de Dados
 - ~~3.2. Descrição do Projeto do Corredor Viário~~
 - ~~3.3. Descrição do Corredor no Trecho do Ibirapuera~~
 - 3.3.1. Organização dos serviços de implantação do túnel
 - 3.3.2. Área de Estudos Considerada
 - 3.3.3. Traçado em planta e Perfil.
 - 3.4. Processos Construtivos no Trecho Sob o Parque
 - 3.4.1. Introdução
 - 3.4.2. Túneis Implantados pelo Sistema de Trincheiras ("cut and cover")
 - 3.4.3. Poços de Acesso

JNS

4. INDICADORES AMBIENTAIS

4.1. Introdução

4.2. Indicadores Utilizáveis

5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO PARQUE IBIRAPUERA

5.1. Descrição Geral do Parque

5.2. O ambiente do Parque

5.2.1. Paisagem

5.2.2. Vegetação

5.2.3. Águas Superficiais

5.2.4. Qualidade do Ar

6. METODOLOGIA UTILIZADA

6.1. Introdução

6.2. Principais Metodologias Utilizadas

6.2.1. Métodos "ad hoc"

6.2.2. Listagens de Controle

6.2.3. Mapeamento e Sobreposição

6.2.4. Matrizes e Interação

6.2.5. Redes de Interação (ou de causa-condição-efeito)

6.2.6. Técnicas de Previsão

6.3. Metodologia Adotada

7. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

JNS

7.2.6. Impactos sobre o Solo como Meio Físico

7.2.6.1. Condicionantes Geológicos e Geotécnicos

7.2.6.2. Avaliação dos Impactos Ambientais decorrentes dos Condicionamentos Geotécnicos

7.2.6.3. Plano de Monitoramento

7.2.6.4. Medidas Mitigadoras

7.2.7. Impactos sobre a Vegetação e Paisagem

7.2.7.1. Introdução

7.2.7.2. Áreas dos Canteiros de Apoio

7.2.7.3. Demais Áreas no Interior do Parque

7.2.7.4. Áreas nas Proximidades do Parque Afetados pelas Obras

7.2.7.5. Listagem das Espécies Cadastradas

7.2.7.6. Monitoramento Proposto

7.2.7.7. Medidas Mitigadoras

7.2.8. Impactos sobre os usos do Parque.

7.2.9. Impactos sobre a qualidade das Águas Superficiais

7.2.10. Impactos sobre a qualidade do Ar

7.2.11. Outros Impactos

7.3. Na Fase de Operação

7.3.1. Introdução

7.3.2. Alteração do Volume e Distribuição do Tráfego

7.3.2.1. Situação Atual

7.3.2.2. Situações previstas com o Túnel em Operação

7.3.3. Impacto sobre a Qualidade do Ar

JNS

8. PLANO DE MONITORAMENTO PROPOSTO

- 8.1. Introdução
- 8.2. Fase de Construção
- 8.3. Fase de Operação

9. MEDIDAS MITIGADORAS DOS IMPACTOS

- 9.1. Introdução
- 9.2. Fase de Construção
- 9.3. Fase de Operação

10. CONCLUSÕES

- 10.1. Conclusão Geral
- 10.2. Situação Durante a Fase de Construção
 - 10.2.1. Impactos Previstos
 - 10.2.2. Monitoramento e Medidas Mitigadoras
- 10.3. Situação após a Implantação do Projeto
 - 10.3.1. Impactos Previstos
 - 10.3.2. Monitoramento e Medidas Mitigadoras

Handwritten marks and symbols in the top right corner, including what appears to be a signature or initials.

JNS

001

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório consubstancia os estudos ambientais realizados pela JNS - ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIAMENTO LTDA para o trecho do Corredor Viário Sudoeste-Centro próximo e sob o Parque Ibirapuera, no presente RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA), em cumprimento ao contrato nº 040/87 firmado por esta empresa com a Empresa Municipal de Urbanização - EMURB.

No Capítulo 2, descrevem-se os antecedentes que deram origem aos estudos de impacto ambiental e elaboração do respectivo RIMA, enfatizando-se exigências legais contidas a respeito na Portaria nº 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA - e aquelas vigentes no Estado de São Paulo relativamente a padrões de qualidade do meio ambiente e padrões de emissão de fontes poluidoras.

No Capítulo 3, procede-se à descrição do Projeto, detalhando-se sobretudo os processos construtivos adotados no trecho sob o Parque Ibirapuera.

O Capítulo 4 relaciona os indicadores ambientais utilizados nos estudos.

O diagnóstico ambiental da área de estudos é apresentado no Capítulo 5.

Nos Capítulos 6 e 7

07
17

JNS

003

2. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

2.1. Antecedentes

A Prefeitura Municipal de São Paulo está ultimando providências para implantação do Corredor Viário Sudoeste-Centro. Esse projeto visa a ligação direta dos bairros além Pinheiros ao Centro e às Zonas Norte e Leste da cidade.

Para tanto, a empresa de consultoria PROMON - Engenharia S/A elaborou o projeto básico das obras e os documentos para pedidos de financiamento e está desenvolvendo os projetos executivos.

A partir do projeto básico, a Prefeitura realizou concorrências públicas que definiram as firmas construtoras responsáveis pela execução das obras, as quais se pretende iniciar com a máxima brevidade.

Mais recentemente, em 6 de maio p.p., a Secretaria Municipal de Vias Públicas recebeu ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SMA, solicitando a apresentação do "RIMA referente ao túnel que se pretende construir sob o parque Ibirapuera".

Ressalta ainda o referido ofício:

"Seria necessário avaliar, seja na obra em si, seja em seu processo construtivo, o que pode ocorrer com a vegetação e com o lago do Parque, em função de eventuais alterações em canalizações, no lençol freático e em raízes de árvores que eventualmente existam ao longo da diretriz projetada.

Além desse estudo e avaliação o RIMA deverá descrever

A SMA enquadró as obras do Corredor Viário Sudoeste - Centro entre aquelas para as quais se exige a apresentação de RIMA segundo o disposto no inciso XV do art. 2º da Resolução nº 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA):

" projetos urbanísticos acima de 100 ha ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental, a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes".

Atendendo essa solicitação da SMA, o Governo Municipal, através da EMURB, contratou a JNS - ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIAMENTO LTDA para a realização dos estudos, dos quais resultou o presente Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

2.2. Exigências da Resolução nº 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - (CONAMA)

Para efeito da Resolução nº 001 do CONAMA, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:

- a saúde, a segurança e o bem estar das populações;
- às atividades sociais e econômicas;
- a biota;
- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e
- a qualidade dos recursos ambientais.

A Resolução estabelece que dependerá da elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo RIMA, a serem apresentados à aprovação do órgão estadual competente (e da SEMA, em caráter supletivo) o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, entre as quais projetos urbanísticos acima de 100 ha, ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental, -a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes. A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA - considerou o Parque do Ibirapuera como uma dessas áreas de relevante interesse ambiental, face à construção do Corredor Viário Sudoeste-Centro.

Cumprе ressaltar que a análise de "impacto ambiental"

De um modo geral, devem ser avaliadas as repercussões causadas sobre o meio físico, o meio biológico, a paisagem e os ecossistemas naturais e o meio sócio-econômico, considerando-se a fase de execução das obras e a fase de operação do sistema já implantado.

Ressalte-se que esta Resolução do CONAMA está voltada, basicamente para o ambiente natural, no qual têm particular importância os aspectos relacionados com a perenidade das características de dados ecossistemas.

Ela é pouco explícita quando se trata de ambientes urbanos ou metropolitanos, nos quais predominam os aspectos culturais e que se caracterizam pela utilização de insumos naturais importados de outros ecossistemas. Fauna e flora têm, assim, significado diverso conforme se considere um grande ambiente natural ou uma metrópole, com sensível predomínio dos aspectos culturais nesta última.

2.3. Outras exigências legais

A partir de meados da década de 70, a preocupação crescente com a questão da proteção do meio ambiente pode ser constatado pelo grande número de diplomas legais instituídos a níveis Federal e Estadual.

Particular interesse apresentam a Lei Estadual 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente e seus decretos complementares.

Esta lei institui o Sistema de Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente; define o conceito de poluição, fixa diretrizes para fiscalização e repressão de agentes poluidores e abre caminho para o estabelecimento de "Padrões de Qualidade", "Padrões de Emissão" e Padrões de Condicionamento e Projeto".

O Decreto 8468, de 8 de setembro de 1976, regulamenta a lei 997 e estabelece os padrões de qualidade e emissão para os meios água e ar conforme mostrado a seguir.

Para as águas classe 4 (caso dos córregos do Sapateiro e do Uberaba), são os seguintes os padrões de qualidade:

materiais flutuantes	-	ausentes
odor e aspecto	-	não objetável
fenóis	-	1.0 mg/l
OD	-	0.5 mg/l

Os efluentes líquidos de qualquer fonte poluidora somente poderão ser lançados direta ou indiretamente nas coleções de água desde que obedeçam às seguintes condições:

pH	- entre 5. e 9
Temperatura	- inferior a 40°C.
Materiais sedimentares	- até 1,0 ml/l
Sistemas solúveis	- até 100 mg/l
DBO 5,20	- no máximo 60 mg/l ou redução de 80% da carga poluidora
Regime de lançamento	- variação horária não superior a 50% da média diária

Segue-se listagem dos limites das concentrações de metais, fluoretos, cianetos e fenóis.

Os Padrões de Qualidade do Ar, de particular interesse para o estudo, ficaram assim estabelecidos:

Partículas em suspensão	80 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (concentração média geométrica anual)
	240 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (concentração média de 24 horas consecutivas)
Dióxido de enxofre	80 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (concentração média geométrica anual)
	365 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (concentração média de 24 horas consecutivas)
Monóxido de carbono	10.000 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (concentração da máxima média de 8 horas consecutivas)
	40.000 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (concentração máxima de 1 hora)
Oxidantes fotoquímicos	160 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ (concentração máxima de 1 hora)

JNS

010

16
17

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

3.1. Coleta de dados

A coleta de dados foi orientada inicialmente para a obtenção de informações sobre o estado atual da arte de estudos de impacto ambiental e para o conhecimento do projeto.

Quanto ao primeiro aspecto, foram feitas pesquisas bibliográficas junto à SMA, a CETESB e a EMLASA. Informações sobre o projeto foram obtidas em reuniões com técnicos da EMURB/ENGER/GEO-TÉCNICA e PROMON.

Dados adicionais de interesse, relativos a métodos e processos construtivos, foram conseguidos junto à PROMON e GEOTÉCNICA e em reuniões conjuntas realizadas com as construtoras CBPO e CONSTRAN. Esses dados foram complementados em reuniões e visitas de técnicos da JNS feitas a obras similares efetuadas pela SABESP (interceptor do Tietê) e Cia. do Metrô (trecho em NATM). Informações complementares foram obtidas consultando-se as propostas técnicas das firmas construtoras, apresentadas na fase de licitação das obras.

Outros dados de interesse, relativos ao diagnóstico ambiental do Parque, foram coletados junto ao DEPAVE, SABESP, EMLASA e CETESB.

Além das informações obtidas junto à projetista, obtiveram-se dados relativos aos fluxos de veículos na CET e no DSV, referentes à cidade e às vias arteriais que circundam o Parque.

Cumprе referir que, no estágio atual de elaboração do pro

Com relação ao sistema de exaustão/ventilação do túnel na fase de operação, a solução indicada pela PROMON ainda se encontra em análise pela EMURB. O projeto deverá atender à legislação ambiental, e em especial as considerações deste relatório.

3.2. Descrição do projeto do Corredor Viário

De um modo muito geral, pode-se dizer que o Corredor Viário Sudoeste-Centro é uma via expressa constituída por um sistema de túneis, via rebaixada e trechos em nível, interligando a Região Sudoeste da cidade com a av. 23 de Maio.

Para fins de descrição, o Corredor inicia na margem esquerda do Rio Pinheiros, por duas alças em-túneis superpostos nas avenidas Lineu de Paula Machado e Oscar Americano, que se encontram sob a praça Américo de Moura. Seguem, em túneis superpostos, sob a av. dos Tajurás até a altura da rua Alberto Silveira, onde as duas vias começam a se destacar, desenvolvendo-se a seguir paralelamente, até transpor o Rio Pinheiros em túneis, emergindo na margem direita da av. Juscelino Kubitschek, próximo à rua Brigadeiro Haroldo-Veloso. Segue em superfície até as proximidades da rua Miriti, desenvolvendo-se a seguir em via rebaixada até a rua Bandeira Paulista onde, por túnel, transpõe a av. Santo Amaro, emergindo na av. Moura Andrade próximo a av. República do Líbano. Volta então a desenvolver-se em túneis, transpondo o Parque Ibirapuera, até aflorar na av. 23 de Maio.

Uma visualização das características básicas do projeto é mostrada nos esquemas nºs 1, 2 e 3, que contêm as seguintes informações:

- traçado em planta
- perfil longitudinal
- para os diversos trechos considerados:
 - tipo de obra (túnel, obra em nível, via rebaixada e transições);
 - método construtivo (trincheira, obra na superfície, NATM);
 - comprimento aproximado do trecho;
 - pista, de acordo com o sentido do tráfego;
 - secções típicas do projeto.

3.3. Descrição do Corredor no trecho do Ibirapuera

3.3.1. Organização dos serviços de implantação do túnel

A execução da obra está a cargo da Empresa Municipal de Urbanização - EMURB.

Para tanto, foram contratadas duas firmas construtoras de grande porte: a CBPO - Companhia Brasileira de Projetos e Obras, e a CONSTRAN - Sociedade Anônima Construções Comércio.

O gerenciamento das obras é feito pela GEOTÉCNICA S/A, que realiza todas as atividades inerentes a esse tipo de supervisão: controle de cronogramas, supervisão tecnológica e que toma, juntamente com a EMURB, as decisões que se fizerem necessárias referentes à

3.3.2. Área de estudos considerada

A área de estudos propriamente dita é constituída pelo Parque Ibirapuera, conforme a solicitação feita pela SMA. Tendo em vista as características da obra, descreve-se o trecho em túnel que vai dos emboques da avenida Moura Andrade até os emboques da avenida 23 de Maio.

3.3.3. Traçado em planta e perfil

A partir do emboque na avenida Moura Andrade, os túneis são construídos pelo método de trincheiras, passando sob a av. República do Líbano.

Dois poços de acesso, construídos pelo método "jet grouting" serão executados no interior dos canteiros de apoio situados no Parque, junto à República do Líbano, para permitir a escavação dos túneis pelo método mineiro.

A seguir, os túneis mergulham até atingir camadas situadas a aproximadamente 14 metros de profundidade, desenvolvendo-se ao longo da área do Parque.

Nas proximidades da av. Pedro Álvares Cabral, simetricamente ao descrito para as proximidades da República do Líbano, serão executados dois poços de acesso (método de "jet grouting") em canteiros de apoio situados no interior e no limite do Parque.

3.4. Processos construtivos no trecho sob o Parque

3.4.1. Introdução

A obra a ser executada sob o Parque Ibirapuera compreende um par de túneis construídos pelo método mineiro. Esta obra exige a implantação de dois poços de acesso em cada túnel, situados nas áreas dos canteiros de obras, nas proximidades das avenidas República do Líbano e Pedro Álvares Cabral (ver esquema 4) Segundo informações dos técnicos da PROMON/EMURB, os poços deverão ser utilizados posteriormente como órgãos de exaustão dos túneis.

A fim de que se possa compreender o processo construtivo da obra como um todo, mas também considerando que as proximidades de trechos de aproximação dos túneis, em trincheira, poderiam influir sobre as condições ambientais do Parque, a descrição feita a seguir alcança desde os emboques na av. Moura Andrade até aqueles situados na av. 23 de Maio.

A descrição apresentada está toda voltada para indicar a existência de possíveis ações que interfiram sobre o meio ambiente.

Após a apresentação dos métodos construtivos empregados - trincheira, "jet-grouting" e NATM (mineiro), descrevem-se as atividades comuns a obras urbanas como implantação e funcionamento dos canteiros de obras, atividades preliminares, desvios de tráfego

3.4.2. Túneis implantados pelo sistema de trincheiras - ("cut and cover")

Este é o mais comum dos procedimentos para implantação de obras subterrâneas de pequena profundidade, desde que a ocupação do solo o permita. Por esta razão, no Corredor Viário foi utilizado nas proximidades dos acessos aos túneis, isto é, onde os mesmos a floram em avenidas (ver esquema 5).

No caso, as trincheiras serão empregadas em dois subtrechos: no lado do Itaim, compreenderá o segmento da av. Moura Andrade entre ruas Colatino Marques e av. República do Líbano; no lado da Vila Mariana, compreenderá o segmento entre as ruas Curitiba e Gotschalk.

Este método construtivo exige a escavação do solo, a céu aberto, em trincheira, desde a superfície do terreno até as fundações da estrutura do túnel galeria.

Tendo-se em conta as restrições de espaço, o terreno lateral precisa ser escorado através de cortinas de arrimo. No presente caso, o terreno lateral apresenta aluviões e o nível freático é relativamente elevado, o que configura a obrigatoriedade do controle do nível d'água, pois o seu rebaixamento poderia afetar uma área muito extensa em torno das trincheiras, com recalques por adensamento dos terrenos e eventuais danos a edificações existentes.

Após a realização das escavações, proceder-se-ão obras de acabamento que não apresentam maiores problemas construtivos nem ambientais.

3.4.3. Poços de acesso

Os poços de acesso têm sua localização mostrada no desenho nº 4. Deverão alcançar profundidades da ordem de 20m e atravessar vários horizontes com elevada permeabilidade, tais como areias aluvionares e solos arenosos terciários, com subpressões devidas ao lençol freático, que poderão chegar a 15 m.c.a. na base do poço.

Para atender essas condições geotécnicas e evitar um sistema que implicasse em rebaixamento acentuado do lençol, a PROMON concebeu e está elaborando o projeto executivo dos poços com emprego de cortinas de estacas secantes, utilizando-se o sistema de colunas injetadas ("jet-grouting").

Deste sistema, resultará a implantação de uma parede circular, de modo que cada estaca funcionará comprimida, como elemento de um arco.

O procedimento construtivo do sistema de colunas injetadas é, esquematicamente, o seguinte:

- (1) - o terreno é perfurado com haste rotativa, que apresenta na extremidade um dispositivo para injeção de água a alta pressão;
- (2) - após a introdução da haste, inicia-se a injeção no terreno; neste estágio, a haste é retirada lentamente, a velocidade constante, ao mesmo tempo que apresenta um movimento rotatório também constante.

133
24

A injeção, tanto da água quanto da calda aglomerante, é efetuada com um dispositivo hidromonitor onde ficam alojados diversos bicos de injeção, com diâmetro de saída em geral de 3 milímetros.

A haste de injeção é dupla, tendo o diâmetro externo 66mm; a tubulação interna, responsável pela injeção da calda aglomerante é conectada a uma bomba de alta pressão (da ordem de 400 kg/cm²). Entre as paredes da haste interna e externa é injetado ar comprimido, através de aberturas que circundam o bico injetor, de tal modo que o jato de ar circunda o jato d'água, constituindo uma barreira que impede o retorno, por reflexão, do material injetado.

O equipamento permite variar tanto a velocidade de retirada da haste (5 a 60 cm/min), quanto a velocidade de rotação (10 a 20 rpm), enquanto a calda injetada pode apresentar fator água-cimento desde 0,75 até 1,25 (geralmente 1,0).

A combinação dessas condições operacionais permite implantar colunas com diâmetros variáveis, desde 150 cm (argilas plásticas), até 250 cm (areias pouco compactas). Entretanto, camadas de solo concrecionadas ou argilas rijas e duras podem reduzir significativamente o diâmetro da coluna.

Já há experiência satisfatória de execução desse tipo de estacas, em terrenos da cidade de São Paulo.

3.4.4. Construção do túnel mineiro

Conforme já exposto, a travessia do Parque pelo Corredor Viário será efetuada por túneis construídos pelo processo mineiro que, neste caso, deve ser entendido como sinônimo do método NATM ("New Austrian Tunneling Method"), desenvolvido por L.V. Rabcevicz.

Este processo, segundo seu autor, conduz a uma estabilização do maciço que envolve o túnel mediante um "alívio controlado de tensões", mediante medição e controle das deformações do terreno, de tal modo que o solo circundante passa a se comportar como colaborante do suporte.

Nos casos de túneis em solo e com pequena cobertura, como os projetados para o Ibirapuera (que apresentam cerca de 15 m de cobertura), o "alívio controlado de tensões" será alcançado mediante o seguinte procedimento construtivo (ver desenhos nºs VX-04-MC-002 e 003, da PROMON, aqui apresentados como esquemas nºs 7 e 8):

1a. Fase:

a) Escavação parcial da frente do túnel, envolvendo somente a meia-seção superior, restrita ao setor periférico correspondente à calota do túnel; com avanço máximo de 0,80m (normalmente dividido em dois passos de 0,40m); o núcleo restante do maciço não escavado é temporariamente mantido para garantir melhor estabilidade da frente de escavação.

b) Logo após a conclusão da escavação parcial periférica, é executado o suporte estrutural da calota, compreendendo: uma primeira camada de concreto projetado (3 a 5cm) - exceto a frente e o núcleo estabilizante; sobre a primeira camada de concreto, instalam-se

2a. fase

Esta segunda fase é autorizada somente após avanços sucessivos da frente de escavação e instalação dos respectivos reforços, de modo que a extensão do núcleo garanta, com folga, a estabilidade da frente e compreende a escavação parcial do núcleo de estabilização na extensão de um avanço (0.80m), de tal modo que a escavação, no piso da meia-seção conformará a geometria de um arco invertido provisório a ser implantado, na extensão de um avanço. Este arco compreende uma peça estrutural formada por concreto projetado, tela metálica inferior, diversas camadas de concreto projetado, até completar a espessura de 20 cm, tela metálica superior e recobrimento de concreto projetado. O arco invertido recebe um recobrimento de terra para permitir o tráfego de equipamentos.

3a. Fase

A terceira fase é liberada de forma que os avanços sucessivos da frente de escavação, bem como a extensão de área protegida pelo arco invertido é suficiente para garantir a estabilidade da escavação da meia-seção inferior.

A sequência de execução dos serviços compreende: (1) - remoção do arco invertido provisório, bem como do aterro sobrejacente; (2) - escavação da bancada correspondente a meia-seção; (3) - execução do suporte correspondente a meia-seção inferior do túnel; (4) - colocação de aterro sobre o "invert" para permitir o tráfego de equipamentos.

3.4.5. Canteiros de apoio

A localização dos dois canteiros de apoio é mostrado no esquema nº 4 e apresentado com maiores detalhes nos esquemas nºs 9 e 10, fornecidos pela GEOTÉCNICA à JNS e adaptados para apresentação neste relatório.

O canteiro próximo à av. República do Líbano tem uma área total de 5750 m². O canteiro próximo à av. Redro Álvares Cabral tem área de 10.102 m² e sua organização interna é em tudo semelhante à do canteiro situado junto à República do Líbano.

Na organização prevista para execução dos serviços, deverão ser ali implantadas as seguintes instalações fixas:

- escritório de campo
- equipamentos para fornecimento de energia (grupo gerador, cabine primária, transformador, cubículos de alta e baixa tensão)
- compressor e reservatório de ar
- guindaste torque

Os canteiros disporão ainda de estacionamento, corredores de acesso e área de circulação para movimentação de caminhão basculante e pá carregadeira e áreas para empilhamento de material escavado.

3.4.6. Atividades preliminares

As atividades preliminares compreendem, nesta exposição os levantamentos topográficos, e a limpeza do terreno. Em geral, incluem a implantação do canteiro de obras, que aqui foi descrito em item separado, por sua íntima conexão com problemas ambientais, durante toda a fase de execução das obras.

Os levantamentos topográficos têm por finalidade proporcionar a locação da obra e não apresentam maior interesse neste estudo.

As atividades de limpeza do terreno exigirão a remoção de exemplares arbóreos existentes no canteiro da avenida Pedro Álvares Cabral e no canteiro da Av. República do Líbano, remoção de gramados e pequena movimentação de terra nos serviços de terraplenagem.

3.4.7. Remanejamento de interferências

Para a remoção e remanejamento de interferências com sistemas de utilidades públicas existentes, já se possui larga experiência em obras urbanas, na cidade de São Paulo, não se devendo esperar maiores problemas.

Segundo a proposta do Consórcio CBPO/CONSTRAN, a cargo do qual se encontra a execução das obras, deverão ser seguidos os seguintes critérios para efetuar os remanejamentos:

- execução de forma a garantir que a população não sofra a interrupção do serviço;
- alocação de equipe experiente, exclusivamente voltada para as obras de remanejamento;
- execução dos remanejamentos sob a orientação das concessionárias, e seguindo suas especificações de obras e serviços;
- aprovação prévia pela EMURB e pelas concessionárias, dos projetos de remanejamento;
- elaboração de desenhos "como construído" dos remanejamentos efetuados.

3.4.8. Interferências com o tráfego

A proposta do Consórcio CONSTRAN-CBPO contém, no planejamento proposto para execução das obras, diretrizes para enfrentar os problemas de interferências com o sistema viário existente, u suais em obras urbanas, que consideram fundamentalmente, três situações:

- garantia de faixas de acesso a edificações lindeiras (4,0 m de largura, usualmente);
- sobrecarga do sistema viário sobretudo por caminhões basculantes que conduzem os materiais de escavação para os locais de bota-fora; *Autores do kima não conhece quais são os locais.*
- desvios de trânsito para sistema viário periférico nas interdições parciais de pistas do sistema arterial principal.

100.000 caminhões de terra no Pq. Ibirapuera.

Ressalte-se que o traçado em túnel do Corredor reduz significativamente a importância desses problemas.

3.5. Cronograma de execução das obras

O cronograma de execução das obras pode ser visualizado especialmente no gráfico tempo x caminho fornecido pela GEOTÉCNICA à JNS e anexado a este relatório como esquema nº 11.

Nele se pode ver que a execução das obras no Parque tem a duração prevista de 690 dias, devendo estar concluída no final de fevereiro de 1989.

A escavação dos túneis, que maiores distúrbios deverão provocar ao ambiente, deverá encerrar-se, no interior do Parque, em julho de 1988, prosseguindo até outubro a escavação do trecho entre os poços de acesso e a República do Líbano.

14/4

JNS

026

4. INDICADORES AMBIENTAIS

4.1. Introdução

Os indicadores ambientais podem ser genericamente entendidos como fatores ou parâmetros cuja alteração pode representar a magnitude do impacto ambiental.

Idealmente, todos os indicadores deveriam ser quantificáveis, passíveis de medição e representáveis por número. Para o ambiente físico (aqui entendido na sua conceituação mais abrangente, ou seja, geobiofísica) os indicadores ambientais quantificáveis são mais frequentemente disponíveis e a prática tem demonstrado que em boa parte podem ser admitidos como representativos das alterações ambientais. Este pode não ser, porém, o caso dos indicadores relativos aos ambientes sócio-econômico e estético. Até o presente estágio, é mais comum ter-se que recorrer a indicadores de caráter descritivo e qualificativo, mais subjetivos que, no entanto servem para estabelecer uma ordenação entre alternativas.

O quadro descrito acima fica patente quando se analisa a legislação ambiental. Em sua quase totalidade os indicadores erigidos à condição de padrões ambientais (e portanto, quantificáveis e mensuráveis) referem-se a componentes do ambiente físico.

Recomenda-se, sempre que possível, utilizar indicadores ambientais constantes da legislação. Além das vantagens óbvias do suporte legal, assim procedendo-se é mais provável

174
39
JNS

4.2. Indicadores utilizáveis

Os seguintes indicadores serão utilizados

4.2.1. Relativos à poluição do ar (Dec. Estadual 8468 de Setembro de 1976)

- monóxido de carbono
- material particulado
- SO₂ e hidrocarbonetos

4.2.2. Relativos à poluição da água (Dec. Estadual 8468 de Setembro 1976)

- poluição por esgotos domésticos
- carreamento de materiais

4.2.3. Relativos a ruídos e vibrações (Port. Federal nº 092/80 do M.I.)

- dB ao nível estatístico L₉₅ (7)

4.2.4. Relativos ao solo

- nível do lençol freático
- recalque, deformação e subsidência

4.2.5. Relativos à vegetação

- extensão e quantificação das ocorrências, diversidade, porte e especificidade dos exemplares
- vulnerabilidade (quanto aos aspectos fito-sanitários e interferências diretas)

4.2.6. Relativos a serviços públicos

- a. tráfego
- b. água, esgotos e drenagem
- c. transporte público
- d. lazer e recreação - acessibilidade, restrições

4.2.7. Relativos à ocupação e uso do solo

4.2.8. Relativos ao ambiente estético-cultural

- criação, ampliação, dano ou perda de sítios de valor arquitetônico, paisagístico, ecológico, cultural ou histórico.
- alterações (positivas ou negativas) de paisagens, visuais e cenários.

45/1

JNS

030

5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO PARQUE IBIRAPUERA

5.1. Descrição geral do parque

Do conjunto de parques municipais administrados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, o Parque Ibirapuera assume, pela sua importância geográfica e arquitetônica, posição de singular relevância. Sua importância atual pode ser avaliada ao se destacar, na atual etapa de desenvolvimento do Município e Metrópole, a extrema carência de espaços abertos para atividades de recreação, principalmente aqueles espaços inseridos no tecido urbano da cidade e portanto, com grande acessibilidade à população, via sistema de transporte de massa existente.

O início de sua implantação data de 1928 quando foi instalado o Viveiro Manequinho Lopes numa gleba de propriedade municipal situada nas várzeas dos Córregos Caaguaçu e Sapateiro e até então utilizada como "Invernada dos Bombeiros". Procedeu-se na época ao plantio de eucaliptos para secagem dos terrenos (aproximadamente 300 hectares) e na década de 30, o Prefeito Fábio Prado determinou sua destinação para a criação de um parque urbano. Somente em 1954 o Parque assumiu fisionomia próxima à que se apresenta hoje, com a execução dos dois lagos e a inauguração de um conjunto de pavilhões construídos para marcar os festejos do IV Centenário de São Paulo. O desenho desses edifícios, interligados por uma grande marquise, é extremamente característico daquele período; seus projetos foram elaborados por uma equipe de arquitetos liderados por Oscar Niemeyer. Projetados para abrigar as exposições da feira comemorativa, sua utilização passou, depois dos festejos, para um uso múltiplo, cultural e institucional. Este fato explica a predominância do partido arquitetônico sobre uma proposta de Parque. Ao longo dos anos, algumas das edificações foram demolidas, tendo sido progressivamente implantada uma ordenação

Atualmente, o parque Ibirapuera está reduzido, em área, à cerca de 150 ha pelos sucessivos desmembramentos de suas áreas periféricas para instalação de clubes recreativos, grandes equipamentos institucionais do tipo hospitalar, esportivo, trânsito, Assembleia Legislativa, etc; este processo foi amplamente facilitado pelo conjunto de avenidas e vias expressas - Av. 23 de Maio, Av. Pedro Álvares Cabral, Av. República do Líbano, Av. Ibirapuera etc, que, ao serem implantadas, na realidade criaram grandes obstáculos ao deslocamento e circulação de frequentadores/usuários do parque e pedestres.

Em consequência deste processo, distingue-se hoje o parque propriamente dito, constituído pela área gradeada, contida entre as avenidas Pedro Álvares Cabral, 23 de Maio, República do Líbano e 4º Centenário e áreas contíguas à Av. Pedro Álvares Cabral.

No Parque, os pavilhões e a marquise dispõem-se ao longo de uma faixa com cerca de 400 metros de largura e 1.100 metros de extensão paralela à av. Pedro Álvares Cabral, na região nordeste do Parque; são hoje ocupados pelo Gabinete do Prefeito (desde 1955), diversos serviços municipais e instituições de interesse cultural como a Fundação Bienal, o Museu de Arte Contemporânea, o Museu de Arte Moderna, o Planetário Municipal, e o Pavilhão Japonês. É nesta porção do Parque, devido à presença destes equipamentos que é permitido o acesso de veículos, proibido no restante da área. A área verde mais significativa fica a sudoeste, entre os lagos e as avenidas República do Líbano e Quarto Centenário. Ali estão instalados os e

lago sul no ponto mais estreito e ligando a Praça da Paz à marquise e aos Pavilhões existe uma ponte metálica projetada pelo arquiteto Sérgio Bernardes.

No extremo sudoeste do Parque continua instalado o Viveiro Manequinho Lopes, onde são encontradas as ocorrências de vegetação mais importantes, pelo porte ou raridade das espécies. Desativado como produtor de mudas, funciona mais para formação de vasos e multiplicação de plantas rasteiras. Parte da área foi recentemente ocupada pela garagem, posto de abastecimento e lavagem de veículos da Prefeitura, com grande prejuízo de seu aspecto original.

A localização privilegiada do Parque, o potencial de lazer oferecido pelos lagos e áreas verdes, a importância cultural e administrativa das instituições nele instaladas fazem do Ibirapuera um polo de atração permanente para a população metropolitana. Seus usuários pertencem a todas as camadas sócio-culturais, grupos etários e níveis de renda. Regularmente durante as Bienais, ou por ocasião de outros eventos promovidos pela Fundação, o Ibirapuera recebe visitantes do mundo todo.

Em resumo, os usos atualmente consolidados e mais significativos no parque são:

- uso para atividades recreacionais e culturais, compreendendo pedestrianismo, contemplação da natureza, especialmente junto aos lagos, prática de esportes e utilização

- uso pela Administração Municipal de edificações previstas inicialmente para atividades culturais, tais como Gabinete do Prefeito, Secretarias Municipais e PRODAM implicando numa movimentação diária média da ordem de 2.000 pessoas e tráfego de veículos no interior do Parque, porém circunscrito às proximidades da av. Pedro Álvares Cabral.
- uso pela Administração Municipal/DEPAVE de área de aproximadamente 25 ha destinada à produção de mudas e de outras espécies vegetais, conhecida como Viveiro Manequinho Lopes.
- outros usos circunstanciais tal como o centro de manutenção de viaturas da prefeitura, contíguo ao Viveiro.

Destaque-se finalmente que, segundo informações do DEPAVE, os equipamentos de apoio aos usuários do parque, especialmente no aspecto sanitário (bebedouros e sanitários), estão extremamente sub-dimensionados, com capacidade total, após remodelação atualmente em curso, da ordem de 8.000 pessoas.

5.2. O ambiente do Parque

5.2.1. Paisagem

A paisagem do Ibirapuera, hoje consolidada e bastante conhecida dos paulistanos, conserva características do sítio original onde o Parque foi implantado. O partido arquitetônico dos edifícios e da marquise projetados na década de 50 preservou em grande medida o sentido horizontal daquela área de várzeas e planícies. A execução dos lagos foi bastante feliz do ponto de vista paisagístico, aproveitando o potencial oferecido pela topografia e pelo lençol freático superficial.

Ao longo dos limites do Parque foram mantidos alguns conjuntos de eucaliptos que funcionam como fechamento visual e amenizam o ruído e a poluição das movimentadas avenidas de contorno.

Lagos, gramados e marquise, entremeados por grupos de árvores muitas vezes notáveis determinam esse plano horizontal, de onde podemos apreciar algumas das linhas estruturais da paisagem paulistana: a nordeste o espigão da Paulista, intensamente verticalizado, e a sudoeste a grande planície da várzea do Pinheiros. Para quem chega ao Parque sua paisagem é facilmente identificável e se diferencia no contexto urbano; dois marcos importantes contribuem para essa caracterização: o Mausoléu do Soldado Constitucionalista (construído na década de 50, segundo projeto do escultor Galileu Emendabili) na perspectiva de quem vem pela av. 23 de Maio, e o Monumento às Bandeiras (projetado por Victor Becheret c. 1921 e inaugurado em 1953) no final da Avenida Brasil.

5.2.2. Vegetação

A vegetação hoje existente no Parque é decorrência direta dos próprios acontecimentos e ações que, ao longo dos anos de sua existência como Parque Público sobre ele agiram.

Das primitivas várzeas existentes na área, não sobrou vestígio da vegetação autóctone, que devia ser caracterizada pelos componentes herbáceo-arbustivos. O amplo espaço aplainado é hoje marcado pelos gramados, onde ressaltam maciços arbóreos mais ou menos isolados, correspondentes aos plantios mais antigos:

- remanescentes dos eucaliptais plantados em 1930 por Ma nequinho Lopes;
- exemplares na área do antigo Viveiro Municipal, constituídos por espécies raras no Brasil, que formam um pequeno Arboretum onde ocorrem: inúmeras figueiras, araucárias, maciço de carnaubeiras, palmeiras imperiais, jatobás, ipês diversos, castanheira-do-Pará e muitos outros;
- exemplares plantados quando da inauguração do Parque, em 1954: a dificuldade de acesso ao projeto paisagístico realizado na ocasião não permitiu sua avaliação correta; mas desta época devem ser os renques e conjuntos de Phoenix canariensis, de Tabebuia avellanadae, de figueiras, de chichás, de cajepute, de palmeiras-reais e jacueiras.

Os plantios mais antigos se caracterizam tanto pela coerência da localização, que denota a preocupação paisagística, como pela notoriedade e diversificação das espécies.

Os plantios realizados nestes últimos 33 anos de uso do Parque só ocasionalmente apresentam uma certa preocupação paisagística.

A vegetação em geral se apresenta em um estado fitossanitário bastante ruim, infestada por nematóides e com grande quantidade de exemplares parasitados pela "erva-de-passarinho", principalmente os espécimes de Tipuana, de Jacaranda, fato generalizado em toda a cidade de São Paulo.

Em 1974 foi elaborado projeto de reformulação paisagística do Parque, mas este projeto não chegou a ser implantado.

Embora exista levantamento cadastral da vegetação, realizado em 1973 por equipe especializada do DEPAVE - Departamento de Parques e Áreas Verdes, os posteriores plantios realizados no Parque tornaram este trabalho obsoleto, não caracterizando a vegetação atual.

Para a avaliação dos impactos provocados pela construção e operação do corredor sobre a vegetação do Parque, foi realizado um levantamento de reconhecimento dentro da área de influência considerada.

Este levantamento revelou que a maior parte dos exemplares arbóreos são indivíduos de espécie de frequente ocorrência no Município e de porte pouco significativo. No trecho considerado encontram-se alguns exemplares notáveis tanto pelo porte como pela raridade da ocorrência.

Outro fato
de importância
é a ocorrência de...

5.1.3. Águas superficiais

As condições de qualidade das águas superficiais no Município e Grande São Paulo, são sobejamente conhecidas: não há, no interior da área urbanizada, um só córrego a salvo de lançamentos de despejos sanitários, industriais ou que deixem de sofrer influências nocivas de lavagem superficial da bacia, por ocasião das chuvas; também é frequente a disposição indevida do lixo, agravando substancialmente este quadro.

Não é diferente a situação do Córrego do Sapateiro, formador principal dos lagos do Parque do Ibirapuera, que tem a bacia contribuinte a montante, com cerca de 6,5 km² de área, na região densamente urbanizada da Vila Mariana e bairros adjacentes.

Os níveis de poluição atingidos pelo Córrego do Sapateiro, na entrada do Parque e próximo à Av. Quarto Centenário, são extremamente elevados, com a permanente falta de oxigênio dissolvido em suas águas. Procurando minimizar as consequências do aporte desta carga poluidora ao lago, promove-se a reoxigenação das águas, mediante a implantação de aeradores mecânicos no lago em frente ao prédio da Bienal.

Mais recentemente, tem-se desenvolvido campanha destinada a encaminhar a totalidade dos esgotos domésticos da bacia às redes coletoras, separando-os das galerias de águas pluviais e realizando obras que propiciem o afastamento desses esgotos para a Estação de Tratamento de Esgotos de Pinheiros existente.

5.2.4. Qualidade do ar

1. Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), devido à sua extensão territorial, apresenta condições atmosféricas bastante diversificadas conforme a região em estudo. Dessa forma, sabemos que zonas industriais têm problemas de óxidos de enxofre e material particulado. Já zonas residenciais, com grande tráfego de veículos, apresentam altos índices de monóxido de carbono, hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio. A RMSP, como um todo, sofre de problemas crônicos de material particulado, dióxido de enxofre, óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos, além de estar sujeita a problemas agudos do monóxido de carbono e de oxidantes fotoquímicos (ozona), este último como decorrência das emissões de óxidos de nitrogênio, hidrocarbonetos e aldeídos. Dessa forma, é necessária uma redução global das concentrações de todos os poluentes, da ordem de 50% para a maioria dos casos, 80% para o monóxido de carbono e 95% para os hidrocarbonetos.

Quanto à qualidade do ar no parque Ibirapuera, podemos observar que consiste numa região praticamente isenta de indústrias, sendo que a quase totalidade dos poluentes atmosféricos emitidos na área, é originária de veículos automotores, em especial os leves (veículos de passeio, motocicletas e táxis). Portanto, os principais poluentes na região são os característicos desse tipo de fonte, ou sejam monóxido de carbono, hidrocarbonetos e óxidos de nitrogênio.

A estação de monitoramento de qualidade do ar, instalada pela CETESB no interior do Parque Ibirapuera, está equipada apenas

1985, ocorreram 15 ultrapassagens do padrão de qualidade diário, sendo que em 5 dias a qualidade má foi atingida. A concentração observada foi 122 ug/m^3 em média geométrica anual, portanto acima do padrão de qualidade para esse poluente, que é de 80 ug/m^3 . O índice de qualidade do ar para material particulado, foi considerado apenas aceitável durante a maior parte do ano, mais especificamente, 252 dias. Como não existem grandes fontes de material particulado nas imediações, esses altos índices provavelmente, de vem-se à poeira suspensa do solo, pelo vento, no próprio parque e, portanto, material inerte. Quanto aos demais poluentes, será feita uma análise relativa, baseada em medições de estações vizinhas ou com características semelhantes.

Nessa linha, o monóxido de carbono (CO) medido nas estações Congonhas e Cerqueira Cezar apresentou valores anuais, em média de 8 horas, durante os anos de 1981 a 1985, entre 23 e 8 ppm., sendo característico o valor de 12 ppm. Na estação da Moóca, foram observados índices máximos entre 5 e 10 ppm., no mesmo período. Dessa forma, pode-se concluir que o valor máximo de CO no parque Ibirapuera, atualmente, deve se situar em torno de 10 ppm., portanto provavelmente dentro do padrão de qualidade do ar que é de 9 ppm. (valor que deve ser ultrapassado no máximo uma vez por ano).

Os oxidantes fotoquímicos, indicados pelo ozona (O_3), nas estações da Moóca, Congonhas e Lapa, apresentaram valores máximos entre 100 e 150 ug/m^3 , concluindo-se, portanto, que nessa região o índice de oxidantes fotoquímicos encontra-se dentro do padrão legal.

Portanto, embora a RMSP seja uma das mais críticas do mundo quanto à poluição atmosférica, a região onde se situa o parque Ibirapuera apresenta condições razoáveis de qualidade do ar.

JNS

042

6. METODOLOGIA UTILIZADA

6.1. Introdução

A complexidade do problema ambiental e o período relativamente reduzido com que os estudos de impacto ambiental vêm sendo feitos de forma sistemática, ainda não possibilitaram a consolidação de uma metodologia de análise de impactos ambientais universalmente aceita e aplicável. Aliás, a própria diversidade de escala e de abrangência e as peculiaridades de cada caso, muito provavelmente continuarão sendo decisivas para que sejam formuladas apenas metodologias genéricas, de aplicação dependente de ajustes mais ou menos profundos para adequá-los às condições de cada projeto.

Agências públicas internacionais e de países em que as análises de impacto ambiental vêm sendo feitas há mais tempo, quando chegam a optar e recomendar uma certa metodologia, consideram-na apenas como um referencial básico. Ainda assim, a utilidade efetiva dessas metodologias costuma ser mais restrita aos projetos cuja natureza mais se aproxima daqueles que serviram de base para a formulação inicial da metodologia e a partir das quais se buscou fazer a extensão da aplicação.

O objetivo fundamental de todos os métodos é o de ser um instrumento que ordene e sistematize a coleta, organização, análise e comparação dos dados e informações das ações decorrentes do projeto em análise e dos componentes (ou fatores) ambientais potencialmente afetáveis.

A adequação ou excelência de uma metodologia está relacionada à maior ou menor facilidade por ela propiciada para o desenvolvimento das atividades principais compreendidas em uma análise de impacto ambiental e que são, em síntese as seguintes:

50
11

- diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;
- identificação dos impactos significativos decorrentes do projeto em suas fases de implantação e de operação, inclusive previsão e mensuração;
- interpretação e valoração dos impactos positivos e negativos;
- definição de medidas mitigadoras dos impactos negativos;
- definição do programa de monitoramento;
- comunicação dos resultados (RIMA).

De um modo geral, em qualquer das metodologias disponíveis, é possível distinguir dois grandes grupos de avaliação dos impactos, conforme sejam os mesmos quantificáveis ou não. No primeiro grupo, situam-se especialmente aqueles relativos ao meio físico; ao segundo, pertencem algumas avaliações referentes aos ambientes estético e sócio-econômico, nos quais se fazem presentes em maior grau a subjetividade e a experiência profissional do analista.

Mesmo no caso mais restrito de impactos diretos que incidem predominantemente sobre componentes físicos do ambiente, como é o caso dos poluentes, o esquema a seguir, adaptado de Estevan Bolea(*) mostra que a verdadeira grandeza do valor desse impacto depende da escala de valores sócio culturais e econômicos da comunidade.

As razões anteriores justificam porque a avaliação de impactos ambientais torna-se crescentemente mais complexa, e necessariamente mais específica e progressivamente mais vulnerável à subjetividade, à medida em que se passa de áreas rurais para áreas de urbanização intensa e de impactos sobre componentes ambientais físicos para os sócio-econômicos e estéticos.

A introdução acima foi considerada indispensável para configurar o cenário em que se faria a opção pela metodologia a ser empregada na avaliação de impactos do Corredor Viário Sudoeste-Centro. Na apreciação das metodologias usuais não se perderá de vista a natureza tipicamente urbana do projeto, devendo-se embasar a análise, interpretação e valoração dos impactos em experiências anteriormente vividas em projetos similares.

Cumprе ressaltar que a maioria dos impactos a serem esperados da implantação do Corredor Viário, conforme se pode depreender do item 4 - Indicadores Ambientais, constantes deste relatório são corriqueiros em obras urbanas diversas em execução na Região Metropolitana de São Paulo, especialmente do sistema viário. Incomodidades temporárias provocadas por tapumes, canteiros de obras, transporte de materiais, cravação de estacas estão presentes no cotidiano da cidade. Claro está que a escala da obra considerada e a duração das incomodidades podem afetar qualitativamente a importância de tais problemas.

6.2. Principais metodologias utilizadas

6.2.1. Métodos "ad hoc"

Como decorre do próprio nome, estes métodos são precípuos e específicos para o projeto que se analisa. Consistem em reunir técnicos e cientistas cujas áreas de especialização estejam de acordo com as características do projeto, particularmente em seus

respostas alicerçadas na experiência profissional e conhecimento científico dos participantes. Particularmente indicado para casos em que há urgência de resposta, é indispensável quando se trata de analisar projetos inusitados ou pouco frequentes, para os quais é exígua, ou inexistente na experiência anterior sistematizada e consolidada. É um método sempre útil para início de análise, se for possível ter acesso e engajar suficientemente um grupo multidisciplinar de especialistas.

Em uma variante de método, conhecida como variante Delfos, quadros e questionários previamente preparados, relacionando componentes ambientais e impactos potencialmente incidentes sobre esses componentes, são submetidos ao grupo de especialistas. Os resultados obtidos no seu preenchimento são processados e encaminhados com os quadros e questionários para novo preenchimento, tantas vezes quanto as necessárias para que seja alcançado um grau de convergência satisfatório entre as várias respostas.

6.2.2. Listagens de controle

Está entre os métodos de emprego mais antigo e ainda bastante utilizado. É particularmente eficaz quando o projeto em análise, por força de sua tipicidade e grande número de ocorrências similares, possibilita a prévia consolidação de listas dos componentes ou fatores ambientais potencialmente afetáveis pelas ações características do projeto. Nas listagens mais elaboradas encontram-se também informações sobre indicadores (ou parâmetros) ambientais mais adequados e até mesmo recomendação de técnicas mais apropriadas para sua medição e precisão. Obviamente, à medida que se intensifica a sua especificidade, restringe-se a abrangência de sua aplicação.

Os esforços feitos para uma solução intermediária que represente um referencial de controle suficientemente circunstanciado sem ser demasiadamente restritivo na aplicação, tem levado à elaboração de listagens para projetos setoriais Energéticos, de Tratamento de Esgotos, de Aeroportos, de Aproveitamento dos Recursos Hídricos de uma Bacia Hidrográfica, de Auto-Estradas, etc. No caso de Vias Expressas, por exemplo, que pode ser considerado o mais proximamente identificável ao Corredor Viário Centro-Sudoeste, o "Environmental Impact Analysis Handbook" (*) relaciona os seguintes fatores ambientais principais para análise de impactos potenciais:

- qualidade do ar
- estética
- circulação e tráfego
- ruídos
- qualidade da água
- sócio-econômicos (indução à alteração e às mudanças de padrão de ocupação e uso do solo, por exemplo).

O referido manual detalha, para cada fator os possíveis indicadores ambientais a serem considerados.

(*) - Environmental Impact Analysis Handbook, ed. por Ran, J.G. e Wooten, D.C., Mc Graw Hill Book Company, U.S., 1980.

Como o método anterior, este também é considerado como um primeiro passo muito eficaz em qualquer análise.

Suas limitações, também como no caso dos métodos "ad hoc", estão na não explicitação das relações de causa-efeito e na dificuldade de utilizá-lo para comparação de alternativas de projeto. Neste último caso, o método pode ser complementado por critérios de relevância e ponderação dos efeitos. Através dos critérios de relevância, procura-se estabelecer valores dos indicadores ambientais a partir do qual considera-se significativo o impacto de uma determinada ação. Através da ponderação dos indicadores ambientais procura-se torná-los comensuráveis, possibilitando assim a valoração globalizada e comparável das várias alternativas. Entretanto, os riscos de subjetividade inerentes à sofisticação e às adaptações são razões que tornam as comparações de utilidade efetiva contestável. Como recurso extremo para preservar seu uso na comparação, reduzindo os riscos de subjetividade, tanto a ponderação como a fixação de critérios de relevância tem sido confiados a equipes de especialistas multidisciplinares, à semelhança da variante Delfos do método "ad hoc".

6.2.3. Mapeamento e sobreposição

Este método consiste na elaboração de uma série de mapas temáticos (tipo de solo, cobertura vegetal, ocupação do solo, custo das terras, declividades, geologia, etc) representados através de classes ou categorias de fragilidade ambiental e de potencial de uso. Através do mapeamento e sobreposição, procura-se visualizar a distribuição espacial dos impactos. São úteis na comparação de

6.2.4. Matrizes de interação

Estes métodos constituem uma evolução das listagens de controle, podendo ser consideradas listagens de controle bidimensionais. Dispondo em coluna e linha os fatores ambientais e as ações decorrentes de um projeto (estas últimas respectivamente em suas fases de implantação e de operação), é possível relacionar os impactos de cada ação nas quadrículas resultantes do cruzamento das colunas com as linhas, preservando as relações de causa e efeito.

Percorrendo-se as filas da matriz correspondentes a cada uma das ações é possível detectar-se as que são potencialmente responsáveis pelo maior número de impactos.

Utilizando-se indicadores que quantificam ou qualificam estes impactos, consegue-se configurar o potencial de impacto de cada ação, de forma útil para fixar medidas mitigadoras de impactos adversos ou amplificadoras de impactos benéficos.

As dificuldades de fixar critérios de relevância e de ponderação dos indicadores ambientais, para torná-los comensuráveis e passíveis de valoração globalizada, fazem as matrizes tão vulneráveis e sujeitas a riscos quanto os métodos anteriores.

Uma das matrizes mais utilizadas foi concebida pelo U.S. Geological Survey e é conhecida como Matriz de Leopold. Do cruza-

6.2.4. Matrizes de Interação

Estes métodos constituem uma evolução das listagens de controle, podendo ser consideradas listagens de controle bidimensionais. Dispondo em coluna e linha os fatores ambientais e as ações decorrentes de um projeto (estas últimas respectivamente em suas fases de implantação e de operação), é possível relacionar os impactos de cada ação nas quadrículas resultantes do cruzamento das colunas com as linhas, preservando as relações de causa e efeito.

Percorrendo-se as filas da matriz correspondentes a cada uma das ações é possível detectar-se as que são potencialmente responsáveis pelo maior número de impactos.

Utilizando-se indicadores que quantificam ou qualificam estes impactos, consegue-se configurar o potencial de impacto de cada ação, de forma útil para fixar medidas mitigadoras de impactos adversos ou amplificadoras de impactos benéficos.

As dificuldades de fixar critérios de relevância e de ponderação dos indicadores ambientais, para torná-los comensuráveis e passíveis de valoração globalizada, fazem as matrizes tão vulneráveis e sujeitas a riscos quanto os métodos anteriores.

correspondem os valores máximos desses atributos. Acrescentando o sinal + ou - à frente dos números, indica-se se o impacto é, respectivamente, benéfico ou adverso.

Como em métodos anteriores, na fixação desses valores está presente o risco da subjetividade. Igualmente para este método cabem muitas das observações, similares às anteriormente feitas, como por exemplo:

- a generalidade da abrangência buscada limita a aplicabilidade caso a caso; deve-se ter esse, como outros métodos, como uma referência;
- frequentemente, mesmo pré-relacionando as ações que mais evidentemente estão presentes no projeto, chega-se a uma matriz com quantidade elevada de quadriculas preenchidas, de difícil interpretação e visualização dos impactos; através de uma nova seleção pode-se eliminar os menos significativos;
- o enfoque sob o qual a matriz foi gerada voltava-se para projetos com impactos estendendo-se por territórios de amplas extensões, daí sua inespecificidade para o caso de projetos urbanos como o que é objeto deste estudo; uma inspeção das listagens da matriz de Leopold, reproduzida a partir de Canter (*), justifica esta observação.

(*) - Canter, L. - "Environmental Impact Assessment", Mc Graw Hill Book Company, NY, 1977

6.2.5. Redes de interação (ou de causa-condição-efeito)

As redes ou árvores de interação surgiram como uma forma de resposta à necessidade de serem identificados os impactos chamados indiretos ou de menor ordem (secundários, terciários, etc), destacando-os dos impactos primários (ou diretos).

Impactos primários ou diretos são geralmente os causados pelos "insumos" do projeto (obras e equipamentos, por exemplo) enquanto os impactos indiretos são causados pelos "resultados" do projeto (redirecionamento, mudança de intensidade e de natureza do tráfego, por exemplo).

Os impactos diretos são de mais fácil análise e medição. Os impactos indiretos, podem, por vezes, serem mais significativos do que os primários, embora sua avaliação seja mais difícil por se tratar de impactos induzidos e dependentes de uma previsão nem sempre lastreada em técnicas confiáveis ou suficientemente consolidadas, por serem de utilização mais recente e por abrangerem maior número de variáveis.

Não obstante as restrições apontadas, a distinção pode ser importante pois, através da identificação da cadeia causa-condição-efeito pode-se mais apropriadamente encontrar formas de minimizar impactos adversos.

Através das redes, é possível retomar, a partir de um impacto, até o conjunto de ações que contribuem para sua magnitude direta ou indiretamente.

6.2.6. Técnicas de previsão

As técnicas de previsão não constituem métodos de análise de impactos ambientais. São mais propriamente suporte ou complementação desses métodos.

Embora existindo modelos físicos, tais técnicas são mais comumente constituídas por modelos matemáticos. Estes procuram correlacionar causas e efeitos, de modo a ser possível a previsão quantitativa das alterações ambientais (impacto), a partir do conhecimento quantitativo das causas que as provocam, utilizando expressões matemáticas que estabelecem a correspondência entre umas e outras.

Quando estes modelos procuram representar matematicamente cada um dos processos intervenientes entre as causas e as alterações ambientais que dela resultam, são chamados modelos matemáticos de simulação ambiental.

No estado atual do conhecimento técnico, os modelos matemáticos, em geral, só tem eficácia comprovada em alguns casos de causas e alterações ambientais geobiofísicas. Mais especificamente, essa eficácia tem sido comprovada mais claramente em casos de poluição do ar, e da água e do solo. Para estes casos, quando o ambiente geobiofísico é suficientemente conhecido através do monitoramento dos seus parâmetros variáveis e coeficientes característicos, dispondo-se de séries de dados amostrais representativos, pode tornar-se viável e conveniente a utilização destes modelos para prever alterações ambientais. Mesmo quando a insuficiência de dados ou as simplificações do modelo não asseguram resultados com maior grau de precisão, o emprego dos modelos poderá ser útil para prever o sentido das alterações e estabelecer comparações entre alternativas ou variantes do projeto.

6.3. A metodologia adotada

As seguintes características do projeto foram determinantes para a seleção da metodologia empregada:

- obra viária tipicamente urbana
- predominância, no projeto, de solução em túnel; em consequência, é de esperar-se que as interações do corredor com o ambiente estejam mais concentradas na fase de construção; na fase de operação, essas interações se darão, de forma direta, apenas nos emboques e em eventuais pontos de exaustão de gases.

Contribuíram ainda para a escolha da metodologia empregada as preocupações específicas da Secretaria de Meio Ambiente-SMA com a vegetação e com o lago do Parque.

As características acima e as limitações de abrangência e especificidade dos métodos de análise usuais somaram-se para que se optasse pela metodologia abaixo sumarizada.

1. Iniciou-se a análise por reuniões com os consultores especializados, solicitando-lhes que fornecessem uma relação dos impactos potenciais presumíveis, a partir de uma primeira inspeção das características do projeto.
2. A partir dos pareceres dos consultores, consolidou-se uma primeira listagem dos impactos potenciais presumíveis.

4. Tendo em conta os pareceres dos consultores, elaborou-se nova listagem de impactos ambientais presumíveis, associada aos componentes ambientais pelas ações previstas, em cada trecho e pontos considerados.
5. Foram elaboradas matrizes de interação para análise dos trechos e pontos específicos (trincheira, poços de acesso e túnel NATM), respectivamente para as fases de construção e operação.

Para as matrizes correspondentes à fase de construção, o eixo das ações potencialmente geradoras de impacto foi definido a partir da análise dos métodos e processos construtivos, de modo a se ter sempre identificáveis as relações de causa-efeito.

Para as matrizes correspondentes à fase de operação, o eixo das ações potencialmente geradoras de impacto foi definido a partir da análise do parecer dos consultores, em particular, quanto a tráfego, ocupação e uso do solo, poluição atmosférica e poluição sonora, também com a preocupação de manter identificáveis as relações de causa-efeito.

6. Completado o preenchimento das matrizes, procedeu-se a uma análise de magnitude e importância dos impactos, fornecendo os elementos necessários para o estabelecimento do plano de monitoramento, das medidas mitigadoras dos impactos e as conclusões indicadas neste relatório.

JNS

055

61
111
11

7. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

7.1. Introdução

De um modo geral, as interferências sobre o meio provocadas pela obra de um túnel urbano escavado em solo não possuem as características contidas, em essência, no conceito de impacto ambiental referidas na Portaria do CONAMA. Como se pode depreender de uma leitura atenta desse documento, o conceito de impacto ambiental está relacionado, de algum modo, a grandes sistemas ecológicos naturais, distintos seguramente de interferências localizadas, algumas rotineiras, no meio urbano, e que incidem sobre um meio dinâmico como é a cidade.

No caso, trata-se de avaliar quais os impactos - por extensão do conceito - que essas interferências podem provocar sobre o ambiente cultural do Parque - de modo a preservar os seus usos rotineiros e esperados, especialmente o de lazer.

Ganham, assim, especial significação os impactos sobre a paisagem, preservação de áreas para lazer e os níveis de incomodidade gerados por ruídos e poluição atmosférica. Não é possível imaginar-se, nesse caso, a preservação de um ecossistema natural, no qual se busca a manutenção de um estado de equilíbrio dinâmico sobre o qual repouse a perenidade das características do ecossistema, como por exemplo, as relações entre biomassa vegetal e biomassa animal ou entre a economia de oxigênio, gás carbônico e

7.2. Impactos na fase de construção do Corredor

7.2.1. Introdução

Para avaliação dos impactos nesta fase, seguiu-se a metodologia já referida de organizar a matriz de causa-condição-efeito, da qual constam, nas linhas, os diversos segmentos ou aspectos do meio ambiente, seguindo-se a Portaria 001 do CONAMA; nas colunas estão lançadas as ações de interesse que originam interferências com o meio. Nas quadrículas de intersecção dessas linhas e colunas, inscreve-se o efeito esperado sobre o meio.

Para organizar as colunas da matriz, seguiu-se o seguinte procedimento:

- organizou-se uma listagem da sequência construtiva das obras, com base nos processos construtivos a serem utilizados, já descritos anteriormente;
- selecionaram-se, nessa listagem, aquelas atividades que poderão interferir, mesmo de forma não significativa, com o meio ambiente.

Para permitir a avaliação da importância dos efeitos esperados, nas quadrículas de intersecção, além de uma descrição sucinta dos impactos, estão indicados os itens deste capítulo nos quais se procede a avaliação de sua importância.

7.2.2. Sequência Construtiva

A sequência construtiva do túnel de transposição do Parque Ibirapuera, naquilo que interessa a este estudo, é apresentada a seguir, estando assinaladas (*) todas as atividades que interferem, mesmo de forma não significativa, com o meio ambiente.

a) Atividades preliminares

(*) a.1. Remanejamento de interferências

(*) a.2. Desvio do tráfego

a.3. Levantamentos topográficos

b) Implantação dos canteiros de apoio (V. esquemas 9 e 10)

(*) b.1. Preparo do terreno

(*) b.2. Colocação de tapumes

b.3. Construção de edificações provisórias

b.4. Instalação de equipamentos permanentes

(*) b.5. Operação dos canteiros

c) Construção dos poços de acesso (V. esquema 6)

(*) c.1. Atividades preliminares - regularização do terreno, remanejamento de interferências e locação das estruturas

(*) c.2. Execução do "jet grouting"

(*) c.3. Execução do sistema de rebaixamento e seu acionamento

c.4. Escavações

(*) c.4.1. Escavação propriamente dita

(*) c.4.2. Estocagem do material escavado

(*) c.4.3. Transporte de material escavado para bota-fora

c.5. Execução de drenos de alívio, reforço provisório para abertura da calota do túnel

d) Construção do túnel (V. esquemas 7 e 8)

d.1. Atividades preliminares

d.2. Escavação

(* d.2.1. Execução propriamente dita

(* d.2.2. Estocagem do material escavado

(* d.2.3. Transporte do material escavado para
bota-fora

d.3. Aplicação de concreto projetado

(* d.3.1. Transporte do concreto

d.3.2. Aplicação do concreto

d.4. Instalação de cambotas e telas metálicas

d.5. Acabamento das paredes do túnel

(* d.5.1. Transporte do concreto

d.5.2. Execução de veda-junta, concreto estrutural, e acabamento para concreto aparente

d.6. Execução do piso do túnel

d.7. Redes e tubos/sistema de drenagem

e) Execução do sistema de ventilação/exaustão

(* e.1. Execução da estrutura de ventilação/exaustão

e.2. Implantação dos equipamentos

7.2.3. Ações que provocam interferências com o meio ambiente

Da sequência construtiva apresentada e de descrição feita dos métodos construtivos, segue-se que serão as seguintes as atividades que poderão repercutir sobre o meio ambiente.

- Desvio de tráfego

- Remanejamento de interferências

- Preparo de terreno

- Delimitação dos canteiros de apoio através da colocação de tapumes

- Operação dos canteiros de apoio

- Execução de "jet-grouting"

- Acionamento do sistema de abaixamento do lençol freático

- Escavação

- o escavação propriamente dita

- o estocagem do material escavado

- Transporte de materiais (material escavado)

7.2.4. Componentes ambientais sujeitos a impactos

É usual, para efeito metodológico, considerar alguma forma de compartimentação do meio ambiente. Assim, a Portaria do CONAMA refere, como já mencionado, o meio físico, o meio biológico, o meio sócio-econômico, a paisagem e os ecossistemas naturais como componentes sobre os quais se devem estudar as repercussões causadas pelos impactos.

8

Já se teceram considerações mostrando que os impactos devem ser avaliados tendo em vista, em especial, sua influência sobre o ambiente cultural do Parque, na perspectiva da preservação de seus usos rotineiros e esperados, especialmente o de lazer.

Por estas razões, tendo em vista ainda o rol já apresentado das ações que interferem sobre o meio ambiente, consideram-se como componentes ambientais os seguintes aspectos:

Solo

- Qualidade do ar
- Qualidade da água
- Poluição sonora
- Vegetação
- Paisagem
- Serviços públicos urbanos
- Disponibilidade de áreas

7.2.3. Matriz de causa-condição-efeito

O quadro apresentado a seguir constitui a matriz de causa-condição-efeito que serve de base para os estudos de impacto ambiental na fase construtiva do Corredor, em um trecho sob o Parque Ibirapuera.

Suas colunas são formadas pelas ações que interferem com o meio ambiente (causas); as linhas apresentam os componentes ambientais sujeitos e impactos; as quadrículas de intersecção das linhas e colunas transcrevem os efeitos esperados.

Para propiciar a compreensão da verdadeira grandeza desses efeitos no contexto do estudo de impacto ambiental, cada um deles é acompanhada de uma observação que remete o leitor para os itens deste relatório nos quais se procede à avaliação do impacto, seu monitoramento e a indicação das medidas para mitigá-lo.

7.2.6. Impactos sobre o solo como meio físico

7.2.6.1. Condicionantes geológicas e geotécnicas

A apreciação feita a seguir das condições geológicas e geotécnicas do terreno na área do Parque Ibirapuera apoia-se nas sondagens à percussão executadas por ocasião do projeto básico do Corredor, complementadas por outras mais recentes, das quais se pode dispor dos relatórios de campo.

Essas sondagens mostram que o túnel a ser construído estará totalmente embutido em camadas do depósito sedimentar terciário da cidade de São Paulo, de tal forma que predominam embutimentos no estrato de argila siltosa, pouco arenosa, rija a dura, elevada pressão de pré-adensamento, baixa compressibilidade e deformabilidade.

ocorrência de lentes confinadas de areias praticamente puras, não coesivas, de média a alta permeabilidade.

Apenas no trecho inicial do túnel, junto aos Poços de Acesso poderão ocorrer condições geológicas e geotécnicas mais desfavoráveis, de vez que o túnel deverá cruzar uma camada de areia do sedimento terciário sobrejacente à camada de argila rija.

O nível d'água subterrâneo se encontra, na região do Parque, a uma profundidade da ordem de 2,5 m no interior do depósito de solo aluvionar, com argila siltosa, orgânica, mole, e estratos de areia basal, que apresenta uma espessura total da ordem de 5,0 m.

Os dados acima mostram que os principais componentes para execução dos túneis compreenderão:

- a) ocorrência das camadas de areia do sedimento terciário na região de aprofundamento dos túneis, a partir dos Poços de Acesso;
- b) ocorrências de lentes confinadas de areia, aleatoriamente localizadas no interior da camada de argila rija;
- c) nível do lençol freático elevado, em casos eventuais de ocorrências desfavoráveis de zonas mais arenosas, porém não detectadas pelas sondagens.

d'água subterrâneo e ao longo de extensa região de influência, tanto para o caso dos poços quanto para as trincheiras.

7.2.6.2. Avaliação dos impactos ambientais decorrentes dos condicionantes geotécnicos

No âmbito deste trabalho, entendem-se como impactos ambientais as alterações no meio físico decorrentes do comportamento geotécnico dos terrenos face às construções das obras subterrâneas na área do Parque Ibirapuera, envolvendo trincheiras, poços de acesso e túneis.

Torna-se necessário analisar as possibilidades dos seguintes impactos:

- a) subsidências do terreno, em decorrência das escavações, com alterações no cenário de distribuição das tensões internas e deformações consequentes;
- b) Rebaixamento do lençol freático face à percolação de águas na direção das aberturas no terreno e/ou decorrentes do esgotamento de águas subterrâneas para estabilização do solo durante a construção.

Por outro lado, o patrimônio ambiental potencialmente suscetível a danos e que deve ser considerado, envolve:

- a) alguns bens edificados, como o conjunto de marquises projetadas por Oscar Niemeyer por ocasião das festividades comemorativas do IV Centenário de São Paulo, que deverá ser cruzado pelos túneis;
- b) o obelisco construído em homenagem aos soldados constitucionistas da Revolução de 1932;

9) No caso dos bens edificados, as preocupações se relacionariam à assentamentos do terreno, particularmente àqueles de caráter diferencial; possíveis danos aos recursos hídricos e da flora estariam relacionados a recalques do terreno (ruptura de raízes, rachaduras nos representamentos com possíveis fugas d'água ao longo de planos de percolação preferenciais) e rebaixamento do lençol freático (suprimento hídrico insuficiente).

A análise desses fenômenos geotécnicos requer o exame das condições geológicas e das propriedades de engenharia de solos.

Já foi mencionado que o Corredor Viário cruzará a área de interesse relativa ao Parque Ibirapuera e tanto em seus trechos em galeria instalada no fundo de trincheiras, quanto no trecho em túnel "mineiro", ficará embutido em solos sedimentares da Bacia Terciária de São Paulo, submersos no lençol freático.

Nos trechos em galerias instaladas em trincheiras e nos casos dos Poços de Acesso, interferirão também os horizontes mais superficiais de depósitos aluvionares, que apresentam estratos de aterros sobre camadas de argila mole orgânica e depósito de areias basais capeando o terreno terciário, de modo que o pacote sedimentar alcança em média 5 m e o nível d'água se encontra praticamente à profundidade da ordem de 2,5 m.

A seguir, são analisados os riscos de impactos e comportamentos esperados para os terrenos do subsolo:

trincheiras, provocaria a depressão do nível d'água subterrâneo em área de grande extensão. Isto poderia acarretar, face ao longo tempo de permanência do rebaixamento, recalques por adensamento e em consequência, recalques e rachaduras nas estruturas das construções ali existentes.

Este problema se encontra superado, conforme informações obtidas junto aos técnicos da PROMON, GEOTÉCNICA, EMURB e firmas construtoras, de vez que o projeto executivo das trincheiras está sendo executado prevendo-se estruturas impermeáveis para impedir a ocorrência de depressão do lençol d'água.

Segundo essa nova orientação, o projeto prevê a implantação de escoramento do terreno mediante o emprego de paredes-diafragmas, armadas, estabilizadas com escoramento metálico interno.

Desta forma, o lençol freático não deverá ser afetado.

Poderão ocorrer somente pequenas deformações na superfície dos terrenos, nas adjacências da parede-diafragma, cuja grandeza e extensão dependerá de pormenores e cuidados construtivos, mas que certamente ficarão circunscritas às áreas de vias públicas, sem qualquer risco para arborizações e edificações.

b) Poços de Acesso

Os poços de acesso que deverão ser construídos no interior do Parque, com diâmetro de 16 a 18 m e profundidade da ordem de 20 m, deverão cruzar os terrenos do solo aluvionar capeado com aterro superficial, numa profundidade de 5,0 m, sendo encravados no terreno sedimentar terciário. O lençol freático deverá ser encontrado a baixa profundidade (cerca de 2,5 m).



SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

FICHA DE REGISTRO DE RIMA

Principais Impactos Potenciais

Atribuição do	Fase de		Consultas
	Implantação	Operação	
etnas / microclima	X	X	
qualidade do ar	X	X	
níveis de ruído	X	X	
estrutura geológica	X	X	
vegetação e relevo	X	X	
características físicas do solo	X	X	
características químicas do solo	X	X	
produção e transporte de sedimentos	X	X	
regime hidrológico	X	X	
Auro, vazão e recarga de aquíferos	X	X	
qualidade das águas (fis., quim. e bact.)	X	X	
comportamento dos sist. marinho e estuarino	X	X	
ecossistemas terrestres	X	X	
ecossistemas aquáticos	X	X	
dinâmica populacional	X	X	
uso e ocupação do solo	X	X	
estrutura fundiária	X	X	
estrutura produtiva	X	X	
estrutura ocupacional	X	X	
dinâmica e qualidade de serviços	X	X	
valores imobiliários	X	X	
organização social	X	X	
saúde da população	X	X	
níveis de percepção e incidência	X	X	
nível de incomodidade	X	X	
condições sanitárias	X	X	
usos da água	X	X	
paisagem	X	X	
Demônios de interesse	X	X	

Identificação do empreendimento

Centro de Apoio Administrativo - C.A.A. - Parque I Lapa - Curitiba

Interessado

PRAGP - Curitiba

Processo Nº SIM/1

Responsável pelo Estudo

JNS - Engenharia Ltda

Município São José

Endereço

Descrição Sucinta do Empreendimento

Descrição Sucinta de Localização

Responsável

O procedimento construtivo previsto pela projetista PROMON, mostrado no esquema nº 6, indica a implantação de cortina impermeabilizante, mediante a instalação de estacas injetadas secantes (técnica construtiva do "jet-grouting", já descrita anteriormente).

Ocorre que as estacas injetadas apresentam bom controle de verticalidade, segundo experiência na região da Grande São Paulo, até profundidades da ordem de 10 m. No presente caso, as estacas deverão alcançar cerca de 20 m e poderão ocorrer desvios importantes aos fustes das estacas, de tal modo que a cortina poderá resultar interrompida em regiões abaixo de 10 m de profundidade.

Para atender a possíveis defeitos no que tange à impermeabilização, prevê-se como é mostrado no esquema 6, desenho da PROMON, uma instalação para rebaixamento do lençol freático durante etapa de escavação no interior dos poços, que duraria cerca de 30 dias.

Esta condições colocará em risco a sobrevivência das espécies arbóreas existentes nas proximidades.

Recomenda-se a adequação do conceito de projeto às exigências ambientais, impondo a implantação de uma cortina garantidamente impermeável, de modo que não ocorram intervenções no nível d'água subterrâneo. Neste caso, poderão ser adotados menores espaçamentos entre centros de estacas, ou então linha dupla de estacas, pelo menos a profundidades superiores a 10 m. De qualquer modo, a eficiência da impermeabilização poderá ser verificada até mesmo antes

base nas condições geológicas e propriedades geotécnicas dos solos.

Entretanto, outros fatores serão relevantes para o comportamento dos terrenos, face à abertura dos túneis, os quais se referem a:

- (1) Conceituações admitidas em projeto e sua materialização durante as obras;
- (2) Pormenores de procedimentos construtivos a serem adotados durante a fase de implantação dos túneis;

Informes de grande importância para uma avaliação mais precisa do comportamento geotécnico não se encontram disponíveis no momento, como sondagens de campo com uso de penetrômetro de cone (CPT), ensaios de campo com dilatômetros, ensaios de laboratório envolvendo pesquisas de parâmetros de resistência ao cisalhamento, adensamento e permeabilidade.

Várias das referências feitas às conceituações de projeto, consideradas indispensáveis para avaliação dos impactos, foram obtidas em reuniões com técnicos da PROMON, GEOTÉCNICA e firmas construtoras.

Liminarmente, admitiu-se, com base nas sondagens atualmente disponíveis, que o túnel "mineiro" deverá ficar embutido completamente em solos de sedimento terciário, geralmente no horizonte de argila rija a dura, com cobertura mínima da ordem de 2 m. Apenas nas regiões mais próximas aos Poços de Acesso é que o túnel deverá cruzar camadas de solos arenosos terciários praticamente incoerentes e permeáveis. O nível d'água subterrâneo deverá se localizar a uma altura da ordem de 18 m acima do "invert" do túnel.

Nos trechos dos túneis adjacentes aos poços de acesso,

tal modo que o terreno resultará impermeável e suficientemente estável para permitir a abertura dos túneis sem a necessidade de rebaixamento do lençol freático.

Nos trechos restantes de abertura dos túneis, o rebaixamento do lençol também será dispensado, de vez que o túnel ficará embutido no horizonte de argila rija a dura, que, para fins de prática construtiva, pode ser considerada impermeável.

Outrossim, caso sejam interceptados, durante a construção dos túneis, novas camadas de areia terciária, ou então lentes arenosas embutidas no interior da argila rija, estes materiais deverão sofrer tratamentos de consolidação e impermeabilização.

Desta forma, não deverão ser executados quaisquer trabalhos relacionados com rebaixamento do lençol freático durante a abertura dos túneis e, portanto, a área do Parque Ibirapuera não correrá risco de ter o seu lençol d'água subterrâneo deprimido.

Relativamente à estabilidade da frente e da superfície anelar, vale lembrar que a questão se relaciona com as propriedades de resistência ao cisalhamento do solo, particularmente com o parâmetro de coesão, obtido a partir de ensaios de compressão simples, ou então com ensaios triaxiais do tipo rápido, saturado.

Neste caso, valores da coesão das argilas duras do sedimento terciário da Bacia de São Paulo normalmente situam-se entre 1 kg/cm^2 e 2 kg/cm^2 .

Recomendações oferecidas por Peck, Ralph (1969) - "Deep Excavation and Tunneling", VII th ICSMFE, México, dão conta de que o solo à frente do túnel será suficientemente estável para valores do "número de estabilidade" :

$$\frac{\gamma \cdot z - p_a}{s_u} \leq 6, \quad \text{onde}$$

γ = peso específico do solo

p_a = pressão de ar comprimido, acima da atmosférica

s_u = resistência ao cisalhamento não drenado da argila

Em nosso caso, considerando valores extremos de s_u entre 1,0 e 2,0 kg/cm², teremos, para $\gamma = 2 \text{ t/m}^3$, $z = 20 \text{ m}$ e $p_a = 0$, no primeiro caso o número de estabilidade 4, e no segundo, 2.

Os resultados acima, embora simplificações teóricas, dão conta de que a região de frente e anel circundante oferecem condições satisfatórias quanto à estabilidade.

No que se refere a problemas relacionados com possíveis recalques do terreno na região da superfície, acima do traçado dos túneis, valem novamente considerações resultantes de simplificações teóricas propostas por Peck (bibliografia já citada).

Segundo esse autor, a curva de recalques à superfície corresponderia aproximadamente a uma curva gaussiana, em que valores de i (abscissa da inflexão da curva) seriam calculados a partir de parâmetros adimensional (i/R'), sendo R' o "raio equivalente" dos túneis, e em função do parâmetro $z/2R'$. Em nosso caso, $z/2R' = 1$.

Entrando com este valor no gráfico fornecido por Peck (op. cit. pág. 242), resulta $i/R' = 1,0$. Portanto, $i = 10 \text{ m}$. (Adotou-se a curva de solos correspondente a argilas de consistência rija).

Outrossim, a faixa de influência de recalques pode ser considerada nula para afastamento do eixo igual a $2i$, isto é, no caso, 20 m.

Já o recalque máximo que corresponderia ao pico da curva de Graus poderá ser estimado, também de forma aproximada, através de correlações semelhantes àquelas propostas por Rezendiz, D. e Rnomo, M (1981) - "Settlements Upon Soft Ground Tunneling: Theoretical Solution" - Soft Ground Tunneling - Failures and Displacements ... Bakelma - Rotherdam.

A partir de um "fator de segurança",

$$F_s = \frac{6 \cdot S_u}{\gamma z - p_a}$$

os autores oferecem curvas indicativas de valores (ρ/D), em porcentagens, sendo ρ o recalque máximo esperado e D a profundidade a meia altura do túnel.

Em nosso caso, para $S_u = 10 \text{ t/m}^2$, o fator de segurança será 1,5 e para $S_u = 20 \text{ t/m}^2$, será igual a 3,0.

Utilizando-se curvas fornecidas pelos autores, obtêm-se:

$$0,1 < \rho/D < 0,05 \text{ e portanto, } 2 \text{ cm} < \rho < 1 \text{ cm}$$

Os resultados acima mostram que os valores de recalque tendem a níveis muito baixos e com faixas relativamente estreita de influência.

Desta forma, vale concluir que os recalques que ocorrerão à superfície do Parque Ibirapuera serão de pequena monta e

7.2.6.3. Plano de Monitoramento

Conforme exposto anteriormente, os fenômenos de origem geotécnica que mais interessam a uma abordagem acerca de problemas de impacto sobre o meio ambiente compreendem aqueles relacionados com depressões do lençol freático e subsidências do terreno.

As análises apresentadas nos itens anteriores mostram que os fatores geotécnicos não deverão ser causadores de impactos ambientais. Estas análises se basearam nos dados disponíveis do projeto básico, em informações colhidas em reuniões com técnicos da PRO MON, GEOTECNICA e construtoras e na hipótese de continuidade das camadas de solos detectados em cada perfil de sondagem individual.

Uma malha de instrumentos de observação permitirá acompanhar o comportamento do terreno, do subsolo e do seu lençol freático, de modo a permitir a verificação das hipóteses de projeto, bem como detectar com adequada antecipação, eventuais comportamentos danosos ao meio ambiente do Parque ou até mesmo às edificações adjacentes.

A instrumentação de monitoramento indicada envolve medidores de nível d'água (para detecção da superfície freática) e peças de referência para medidas de recalque superficiais.

Medidores de nível d'água deverão ser instalados nas adjacências das trincheiras, junto aos poços de acesso e túneis, bem como nas regiões ocupadas por bosques, ou até mesmo junto a construções assentadas em fundação direta ou em estacas de

As medições deverão compreender as etapas anteriores, durante e após a implantação das obras subterrâneas.

7.2.f.4. Medidas mitigadoras

As principais medidas mitigadoras de caráter preventivo derivarão das providências já adotadas pela projetista ou sugeridas neste relatório, de modo a evitar, sobretudo, rebaixamento prolongado do lençol freático.

Caso durante a construção venham a manifestar-se fenômenos geotécnicos desfavoráveis para o meio ambiente, envolvendo depressão do lençol freático e recalques nos terrenos, as seguintes medidas mitigadoras poderão ser tomadas:

a) Caso de rebaixamento do lençol freático

- detecção das causas responsáveis pelo fenômeno e se possível, removê-las;
- infiltração de água através de poços no sub-solo;
- irrigação superficial

b) Caso de subsidências dos terrenos

- detectar as causas e sempre que possível, corrigi-las;

7.2.7. Impactos sobre a vegetação e paisagem

7.2.7.1. Introdução

O item anterior, relacionado aos impactos sobre o solo, tratou parcialmente dos impactos sobre a vegetação, ao dar especial atenção aos problemas que adviriam da depressão do nível do lençol freático, o qual repercutiria diretamente sobre as plantas do Parque.

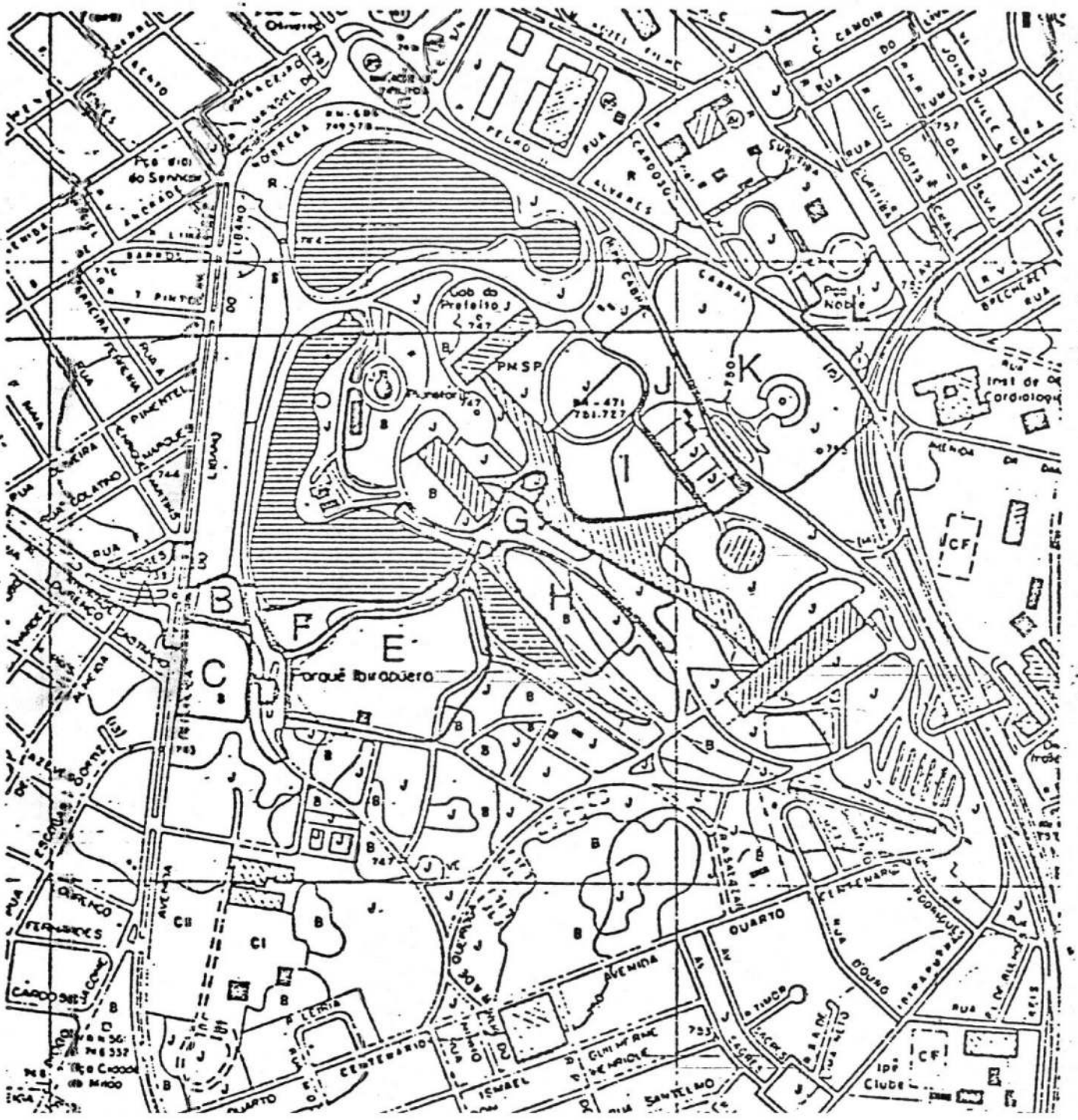
Neste item, a exposição é feita na seguinte ordem:

- destacam-se os problemas relativos aos trechos que sofrerão impacto direto, isto é, as áreas dos canteiros de apoio;
- descrevem-se os resultados do levantamento de vegetação na área de influência considerada (ver esquema nº 12);
- apresentam-se o plano de monitoramento e as medidas mitigadoras dos impactos.

Para simplificar as descrições da vegetação ocorrente, a área de estudos foi subdividida em sete zonas diferenciadas indicadas no desenho apresentado a seguir.

Os resultados desses levantamentos são apresentados no desenho nº 12, onde em escala 1:2000 foram locados todos os exemplares arbóreos, empregando-se um código numérico para cada espécie cadastrada.

192/4
8
58



7.2.7.2. Áreas dos canteiros de apoio

No interior do Parque, as áreas que são diretamente atingidas são as zonas B e J, onde serão implantados os canteiros de apoio e que são a seguir descritas.

Ressalte-se que os exemplares arbóreos destas áreas são indivíduos de espécies de frequente ocorrência no município e de porte menos significativo, razão porque não se considerou nem mesmo a hipótese de um transplante de caráter provisório, optando-se, se for o caso, por novos plantios.

Zona B

Nesta área será implantado um dos canteiros da obra, junto ao poço de partida, uma das frentes de abertura do túnel.

Pode-se considerar que haverá perda completa da vegetação existente; se algum exemplar permanecer, deverá sofrer forte degradação.

Nesta área encontramos 19 exemplares arbóreos:

6 "alfeneiros" (Ligustrum japonicum) de porte médio, ao longo do passeio da via de acesso ao Parque;

1 "alfeneiro", 4 "tipuanas" de bom porte, dos quais 3 infestadas por "erva-de-passarinho", - 2 "jacarandás" (Jacaranda mimosaeifolia) de porte médio, também parcialmente infestados de

Zona J

Área limítrofe aos acessos 1 e 2 do Parque, onde será localizado o outro Poço de partida e canteiro de obra. Nesta área encontramos, ao longo da via interna ao Parque, arborização com "tipuanas" de porte médio e "alecrim-de-Campinas" e; limitando os canteiros e o monumento lá instalado, moita de Pittosporum tobira, dois "alfeneiros", um Phoenix canariensis, uma "amoreira", "tipuanas"; na divisa, dois exemplares de Podocarpus lambertii. Na porção setentrional, dois "flamboyants" continuam a arborização do passeio, feita com "alecrins-de-Campinas", ocorrendo ainda um "ipê-amarelo" (Tabebuia chrysotricha) de pequeno porte. No grama do entre o passeio e o gradil correspondendo à área do canteiro de obras existem dois conjuntos de ciprestes, com dois e seis exemplares respectivamente (Cupressus sp.). Ainda entremeando este grama ocorrem "agaves" (Agave americana) em final de floração, um conjunto de hibiscus (Hibiscus rosa-sinensis) e quatro sibipirunas, dois alfeneiros e uma goiabeira. No passeio externo ao Parque, um exemplar de "jacarandá-paulista" de bom porte e dois exemplares menores, junto às entradas; na área onde o recuo é mais amplo, quatro "sibipirunas" no passeio, um "alfeneiro"; dois "jacarandás-paulistas"; duas "figueiras" (Ficus microcarpa) de porte médio; um grupo compacto de quinze Tabebuia chrysotricha e uma "quaresmeira"; grupo de quatro "paus-ferro"; grupo de Phoenix canariensis e dois exemplares de Caryota urens; grupo de seis Pinus elliotii com altura de 6 - 7 metros; uma "tipuana".

7.2.7.3. Demais áreas no interior do Parque

A vegetação situada nestas áreas não deverá ser removida em função das obras, sendo eventualmente afetada por depressão do lençol freático e subsidências.

Zona C

Área limítrofe ao canteiro de obras, ocupada em sua maior parte por Eucaliptus sp.; numa clareira central encontram-se 3 exemplares de grande porte de "falsa-seringueira" (Ficus elastica), 2 exemplares de "uva-japonesa" (Hovenia dulcis) de porte médio, 4 "jaboticabeiras" (Myrciaria sp.), algumas quaresmeiras (Tibouchina semidecandra e T. mutabilis), uma "nespereira" (Eriobotrya japonica), dois Diospyros sp. e um e outro exemplares sub-espontâneos, não identificados.

Zona D

Este pequeno trecho é marcado pela arborização viária, dominada por 12 majestosos exemplares de Tabebuia avellanadae ("ipês-roxos"), arborização esta que se apresenta com uma certa continuidade em todo o Parque. Além dos ipês, ocorre um "alecrim-de-Campinas" (Holocalyx glaziovii) de porte médio, um "flamboyant" (Delonix regia), de pequeno porte e 1 exemplar de grande porte, não identificado, com a formação deturpada por podas.

Zona E

O gramado imediatamente contíguo a Leste abriga a Praça da Paz; é limitado a Sul por imponente renque de "figueiras" (Ficus

198
485
/

Ocorrem:

- um "eucalipto" de porte médio;
- grupo com três "bisnagueiras" (Spathodea campanulata) (altura entre 2,5 e 3,5 metros) e uma Leguminosae mimosoideae não identificada (altura aproximada de 4 metros);
- moita de Pittosporum tobira com 5 metros de altura;
- grupo de 6 "bisnagueiras" com altura de 5 metros e duas leguminosas;
- 1 "alfeneiro" de porte médio;
- grupo composto por 10 Triplaris surinamensis, um Pilus aff. elliottii, três "jacarandá-paulistas" com 6-7 metros de altura, parasitados pela "erva-de-passarinho";
- duas moitas de Dendrocalamus sp.;
- conjunto de seis "choupos" (Populus nigra) de porte médio;
- grupo com nove "patas-de-vaca" (Bauhinia variegata), duas "bisnagueiras" de pequeno porte e uma de grande porte;
- um exemplar de "falsa-seringueira";
- grupo de Bauhinia variegata com aproximadamente 4 metros de altura;

- grupo de seis Fraxinus aff. americana, de porte médio, bem copadas;
- renque de seis Populus aff. alba;
- dois "carvalhos-europeus" (Quercus sp.);
- um exemplar de alfarroba (Ceratonia siliqua);
- um Ilex sp.;
- uma "oliveira" (Olea europaea) com porte conduzido em topiária;
- grupo espaçado com dez Phoenix canariensis jovens, (só uma de maior porte), uma Caryota urens e um pândano;
- grupo espaçado constituído por uma "tipuana" (com 6 metros de altura), parasitada por "erva-de-passarinho", uma leguminosa não identificada, uma Dillenia indica (com 2,5 metros de altura);
- duas "amoreiras" (Morus nigra) com 2,5 metros de altura;
- duas "falsas-seringueiras" com 4,5 - 5 metros de altura;
- um Ficus microcarpa (com 5 metros de altura);
- leguminosa não identificada (altura aproximada de 4 metros);
- um "alfeneiro" de pequeno porte;
- duas "tipuanas" com altura aproximada de 5 metros, infestados pela "erva-de-passarinho";

- Melaleuca leucadendron com bom porte;
- conjunto com quatro Podocarpus ulei (?) e uma Euphorbia pulcherrima;
- um "ipê-amarelo" (Tabebuia chrysotricha) de pequeno porte;
- grupo fechado com "aroeira" (Schinus terebinthifolius), uma latânia (Latania comersoni), 2-3 "aglaias" (Aglaiia odorata), - todas de porte médio-grande e, um pouco afastadas, 3 latânias espaçadas de menor porte;
- próximo, grupo fechado com 4-5 "aglaias" e bonita "goiabeira" (Psidium quajava);
- dois grupos de "ligustro" arbustivo (Ligustrum ovalifolium);
- uma leguminosa (Sesbania punicea ?);
- um pouco afastadas, quatro "sibipirunas" espaçadas, de pequeno porte;
- oito pinheiros (Araucaria excelsa ?) ainda jovens;
- na extremidade Leste da área, próximo ao lago, muita de Pittosporum Tobira, um "alfeneiro" de bom porte e no passeio, outro de menor porte.

O limite Norte desta zona é constituído pelo caminho que acompanha a borda do lago, cujo passeio justaposto à área é esporadicamente, arborizado com "alfeneiros" de porte ainda jovem.

podas; outro com seis exemplares de porte pequeno e deformado.

Ocorre ainda um conjunto de quatro "flamboyants" de porte médio e uma "tipuana"; quatro moitas de Pittosporum tobira; renque de "palmeira-sifortia" (Archontophoenix cunninghamiana) com altura de 2,5-3 metros. O passeio da via é, deste lado, arborizado por renque quase contínuo de "tipuanas" de bom porte (17 unidades).

Zona G

Esta área se caracteriza por um uso mais intensivo, pela proximidade do edifício que abriga a PRODAM, restaurante e lanchonete abrigados na marquise, circulação de carros ao longo da via. Esta é arborizada com "alecrins-de-Campinas", que neste trecho substituem os "ipês-roxos" que arborizam a via até a entrada principal da PRODAM.

O acesso à ponte é arborizado com "alfeneiros" (cinco exemplares de bom porte. À margem do lago encontra-se um "salgueiro" de porte bastante deturpado e sete moitas de Pittosporum tobira. Próximo à marquise, dois grupos de Melaleuca leucadendron ("cajépute") com um total de nove exemplares; no gramado, Grevillea thelemanniana, exemplares novos de Araucaria sp., azaléias e dois grupos de Coffea sp., com 3 e 4 exemplares, arvoretas de bonito porte e altura de aproximadamente 3 metros.

Junto à marquise encontra-se ainda uma "paineira" (Chorisia speciosa), uma "magnólia" (Magnolia grandiflora), um alfeneiro, bonita moita de Pittosporum tobira; ao fundo, mais afastado, renque de Phoenix canariensis de bom porte e grupos desta e de "palmeira-sifortia" ainda de pequeno porte.

Zona H

Entre a estrada e o lago, mais ou menos até o jardim dos cegos, a área é ocupada por um bosque heterogêneo, com exemplares de grande porte.

Ocorrem:

- dois Phoenix canariensis;
- cinco grandes "paineiras";
- dois-três "jerivás" (Arecastrum romanzoffianum);
- dois "cedros" grandes (Cedrela fissilis);
- inúmeras "figueiras" (Ficus microcarpa), bonitas e grandes;
- moita de "bambú-gigante" (Dendrocalamus sp.);
- "eucaliptos" gigantescos;
- uma "mangueira" (Mangifera indica);
- uma "uva-japonesa";
- moita de "ligustro" arbuſtivo;
- mais próxima ao lago e mais espaçadas, cinco Erythrina speciosa;
- uma "goiabeira", um "jerivá";
- um grupo de quatro Dombeya wallichii podadas para adquirir forma arbustiva;

Zona I

Entre a marquise e o canteiro de obras, a área é marcada pelos extensos gramados com plantio arbóreo heterogêneo onde as espécies raramente ultrapassam os 4 - 5 metros de altura.

Junto à marquise se encontra conjunto notável de várias gêneros Phoenix (P. canariensis, P. roebelinii e outros). Acompanhando a curva da marquise, renque de "magnólia-amarela" (Michelia champaca) regularmente espaçadas, com porte entre pequeno e médio; na extremidade NE da marquise, dois exemplares de "palmeira-real" (Roystonea regia) de porte adulto. Entremendo o gramado, encontramos: grupo de "areca-bambu" (Chrysalidocarpus lutescens); dois conjuntos de arvoretas não identificadas (com cinco exemplares cada conjunto); moitas esparsas de Pittosporum tobira; três exemplares de Tabebuia pentaphylla (?) com altura de 3,5 - 4 metros; grupo com treze Triplaris surinamensis, cinco "quaresmeiras"; duas "bisnagueiras", uma leguminosa não identificada e um pinheiro; grupo com cinco "quaresmeiras" (altura entre 3 - 5 metros) e um Peltophorum vogelianum (?); mudas pequenas, ainda sem formação do estipe, do gênero Phoenix; conjunto de "pata-de-vaca"; conjunto com oito "paus-ferro" (Caesalpinia leiostachya) com altura entre 3 - 7 metros e um "alfeneiro"; um exemplar de "falsa-seringueira"; uma leguminosa mimosoídea; dois "ipês-rosa" (Tabebuia pentaphylla); alguns Triplaris surinamensis esparsos; uma goiabeira; "tipuanas" em conjunto e isolados; conjunto com "pata-de-vaca" com altura de 4 - 4,5 metros; exemplares isolados de "quaresmeiras", "alfeneiro", "alecrim-de-Campinas". Ao longo de caminhos, arborização com "tipuana" e "alecrim-de-Campinas".

7.2.7.4. Áreas nas proximidades do Parque, afetadas pelas obras

Embora se encontrem fora da área do Parque propriamente dito, as zonas A, K e L apresentam interesse quer por sua proximidade, quer por envolverem monumentos como o Mausoléu do Soldado Constitucionalista.

Zona A - Trecho da Avenida A. J. de M. Andrade e sua confluência com a Avenida República do Líbano

Neste trecho ocorre o emboque do Túnel e remanejamento no alinhamento para os acertos com o sistema viário existente. Haverá perda total das árvores do canteiro central e da arborização ao longo do passeio na Avenida A. J. de M. Andrade; perda de alguns exemplares da arborização do canteiro central e dos passeios da Avenida República do Líbano.

Os exemplares encontrados neste trecho são:

- cinco exemplares não identificados, da família Leguminosae (provavelmente Peltophorum dubium), com aproximadamente 6 metros de altura.
- um "ipê-amarelo" (Tabebuia chrysotricha) de porte médio.
- um "ipê-roxo-de-El-Salvador" (Tabebuia pentaphylla) com altura aproximada de 6 metros.
- dois exemplares da Leguminosa não identificada, duas "bisnagueiras" (Spathodea campanulata), um hibisco (Hibiscus

rosa-sinensis) e duas "sibipirunas" (Caesalpinia peltophoroides), todos com porte pequeno, entre 2,5 e 3 metros de altura.

No canteiro entre a Rua F. Borges e A. J. de Moura Andrade encontram-se exemplares de Erythrina fusca de pequeno porte, em péssima condição fitossanitária.

Na calçada da Rua A. J. de Moura Andrade contígua ao desemboque do túnel ocorrem exemplares de Cordia sp. (4, com altura aproximada de 3 metros) e de Bauhinia variegata (2, com altura aproximada de 2,5 metros).

Na calçada oposta, estão duas sibipirunas de pequeno porte.

O canteiro central da Avenida República do Líbano é arborizado com Tipuana tipu, de bom porte, com altura aproximada de 8 metros. Dos quatro exemplares que deverão ser eliminados pelas obras, dois são fortemente parasitados pela "erva-de-passarinho" (Struthanthus sp.).

No passeio oposto ao Parque, encontramos: 1 Cycas circinalis e 1 Phoenix roebelinii, com respectivamente 5 e 4 metros de altura; no lado limítrofe ao Parque, 2 Cassia sp. (altura 1,5 metros) recém plantadas e uma "sibipiruna" (altura aproximada de 2,5 metros).

A perda provavelmente total dos exemplares descritos no trecho trará um forte impacto visual, principalmente pela eliminação das cinco Leguminosas e dos 4 "tipuanas" de grande porte, de difícil transplante.

Zona K

É a área limitada pelas duas pistas da rua Pedro Álvares Cabral onde se encontra o Mausoléu do soldado constitucionalista. No acesso ao Mausoléu, renque de "palmeira-sifortia", com sete exemplares já de bom porte e um exemplar jovem; nas proximidades a Sudeste, grupo de Phoenix rupicola com "palmeiras-de-leque" e "alfeneiros" pequenos.

No entorno do mausoléu e do obelisco encontram-se inúmeras árvores isoladas esparsas no gramado, todas ainda de pequeno porte. Ocorrem "ipê-amarelo" (Tabebuia chrysotricha), "quiri" (Paulownia imperialis), "alfeneiro", Phoenix canariensis ainda sem formação de estipe, "sibipiruna", "falsa-seringueira", "vela-da-pureza" (Yucca sp.), "quaresmeira", "grevilhas" (Grevillea robusta e G. thelemanniana), "goiabeira".

Zona L

Zona abrangendo parte da área onde se encontram as instalações da Federação de Aerodelismo, Tanque, importante escultura de Vieira da Silva e os canteiros de acomodação entre a Avenida 23 de Maio e a rua Pedro Álvares Cabral. Ao longo da calçada, três exemplares de "pau-ferro" com altura aproximada de 7 metros, uma Phoenix canariensis, um "alfeneiro", um Pinus sp., um "jerivá". No resto da área, exemplares arbustivos e um Phoenix sp.

A vegetação neste trecho é particularmente degradada, provavelmente pelo impacto dos gases poluentes e de poeiras provenientes da Avenida 23 de Maio.

7.2.7.5. Listagem das espécies cadastradas

Apresenta-se a seguir a listagem das espécies cadastradas constantes do esquema nº 12.

- | | |
|-----------------------------------|-------------------------|
| 1. Ligustrum japonicum | - alfeneiro |
| 2. Tipuana tipu | - tipuana |
| 3. Ficus elastica | - "falsa-seringueira" |
| 4. Bauhinia variegata | - "pata-de-vaca" |
| 5. Spathodea campanulata | - "bisnagueira" |
| 6. Pittosporum tobira | - pitosporo |
| 7. Salix Babylonica | - salgueiro |
| 8. Delonix regia | - flamboyant |
| 9. Archontophoenix cunninghamiana | - palmeira-sifortia |
| 10. Eucaliptus spp. | - eucalipto |
| 11. Tabebuia avellanedae | - ipê-roxo |
| 12. Holocalyx glaziovii | - "alecrim-de-Campinas" |
| 13. Populus nigra | - choupo |
| 14. não identificada | |

18. *Quercus aff. alba* - carvalho europeu
19. *Ceratonia siliqua* - alfarroba
20. *Ilex sp.*
21. *Olea europea* - oliveira
22. *Ficus microcarpa* - "figueira"
23. *Cassia sp.*
24. Leguminosa não identificada
25. *Dillenia indica* - dilênia
26. *Morus nigra* - amoreira
27. *Araucaria sp.*
28. *Caryota urens*
29. *Phoenix canariensis*
30. *Pandanus veitchii*
31. *Podocarpus lambertii*
32. *Euphorbia pulcherrima*
33. *Tabebuia chryso-tricha* - ipê-amarelo

37. *Aglaia odorata* - aglaia
38. *Psidium guajava* - goiabeira
39. *Ligustrum lucidum* - ligustro arbustivo
40. Legum. mimosoideae não identificada
41. *Jacaranda mimosaeifolia* - jacarandá-paulista
42. *Triplaris surinamensis* - novateiro
43. *Pinus elliotii* - pinheiro
44. *Dendrocalamus* sp. - bambú-gigante
45. *Strelitzia* sp.
46. *Mangifera indica* - mangueira
47. *Tibouchina granulosa* - quaresmeira
48. *Hovenia dulcis* - uva-japonesa
49. *Butia* sp.
50. *Tibouchina mutabilis* - manacá-da-serra
51. *Myrciaria* sp. - jaboticabeira
52. *Eryobotria japonica* - ameixeira

56. *Erythrina speciosa* - suinã
57. *Dombeya wallichii* - dombeia
58. *Chorisia speciosa* - paineira
59. *Arecastrum romanzoffianum* - jerivã
60. *Magnolia grandiflora* - magnolia
61. *Coffea* sp. - cafeeiro
62. *Phoenix roebelinii* - tamareira-anã
63. *Michelia champaca* - magnolia-amarela
64. *Duranta repens* - primavera-do-Rio
65. *Chrysalidocarpus lutescens* - areca-bambú
66. *Roystonea regia* - palmeira-real
67. *Hibiscus rosa-sinensis* - hibisco
68. *Tabebuia pentaphylla* - ipê-roxo-de-El Salvador
69. *Cupressus* sp. - cipreste
70. *Caesalpinia leyostachia* - pau-ferro
71. Leguminosa não identificada
72. *Erythrina fusca*

7.2.7.6. Monitoramento proposto

O monitoramento proposto inclui os medidores de nível d'água e as referências para verificação de subsidências a bordadas no item que tratou dos aspectos geotécnicos.

Além disso será necessário formalizar o registro de alguns eventos de interesse especial, como:

- alteração em exemplares arbóreos contidos em áreas fora dos canteiros de apoio, provocados pela implantação da obra;
- controle do tráfego de veículos de serviço dentro da área do Parque.

7.2.7.7. Medidas Mitigadoras

As medidas mitigadoras são constituídas substancialmente pelo replantio dos exemplares arbóreos afetados, a ser efetuado ao final das obras.

Deve-se ainda recompor as áreas afetadas pelos canteiros de obras e de outras áreas deterioradas, com remoção de entulho, descompactação do solo, reposição da camada de terra e replantio.

Durante as obras, será importante proceder à proteção física dos exemplares localizados nas proximidades da obra.

Finalmente, mas de grande importância: deve-se evitar, o quanto possível, o acesso de equipamentos e máquinas às áreas situadas fora dos canteiros de apoio.

7.2.8. Impactos sobre os usos do Parque

A implantação dos canteiros de apoio, que deverão permanecer nos sítios indicados no esquema nº 4 por cerca de 24 meses, provocará a substituição de áreas do Parque eventualmente utilizáveis para lazer.

Cumprе ressaltar que por suas localizações contíguas a grandes vias arteriais, onde há presença maior de ruídos e ausência de visuais comuns ao interior do Parque, essas áreas não são hoje intensamente utilizadas para lazer. Funcionam mais como pontos de passagem e acesso dos usuários para o interior do Parque.

Essas áreas têm as características mostradas no quadro seguinte:

CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS DOS
CANTEIROS DE APOIO

CANTEIRO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA	
		ha	% TOTAL DO PARQUE
nº 1	Contíguo à av. República do Líbano no interior do Parque e próximo ao atual Portão	0,57	0,3
nº 2	Contíguo à av. Pedro Álvares Cabral no interior do Parque e próximo aos atuais portões	1,01	0,7
TOTAL	-	1,58	1,0

As medidas mitigadoras desses impactos de menor monta compreendem:

- substituição do acesso impedido pelo canteiro de obras junto à av. Pedro Álvares Cabral por acesso provisório
- recomposição das áreas ocupadas pelos canteiros da última fase dos trabalhos, após o término das obras.

7.2.9. Impactos sobre a qualidade das águas superficiais

Os impactos causados à qualidade das águas superficiais decorrentes da implantação da obra não serão significativos, em especial ao considerar que o córrego do Sapateiro tem, a montante do Ibirapuera, uma área de drenagem de cerca de 6,5 km², conforme já referido, sem qualquer controle de qualidade das águas de lavagem superficial.

Eventuais carreamentos de parte do material estocado nos canteiros de apoio, proveniente das escavações, não terão, seguramente, maior significação face ao quadro atual de qualidade das águas.

Apresentam interesse apenas os resíduos originados nas operações de injeção de estacas nos poços de acesso que, caso apresentem volumes significativos, deverão ser coletados, interceptados e dispostos fora da área de contribuição dos lagos.

7.2.10. Impactos sobre a qualidade do ar

Os impactos sobre a qualidade do ar provirão sobretudo de material particulado resultante do transporte e estoque do material escavado.

Os efeitos, extremamente localizados e circunscritos à proximidade imediata dos canteiros de apoio, são comuns às obras urbanas em geral e não podem sequer ser qualificados como impactos ambientais.

De qualquer modo, as especificações da construção elaboradas pela PROMON exigem a manutenção da qualidade do ar adequada durante a fase construtiva, como medida de higiene e segurança do trabalho.

7.2.11. Outros impactos

Além dos impactos já referidos, de maior importância, uma série de outras interferências, comuns as obras viárias em execução na capital se manifestarão, conforme consta da matriz causa-condição-efeito.

Alguns interesses apresentam os desvios de tráfego e remanejamento de interferências. No entanto, há enorme experiência acumulada em São Paulo no trato desses problemas, o que se consubstancia no caso, em documentos como a proposta técnica do consórcio CBPO/CONSTRAN e as especificações de métodos construtivos elaborados pela PROMON.

Conforme já mencionado quando da descrição da obra (Capítulo 3), os desvios de tráfego levam em conta sobrecargas sobre o sistema viário principal calculadas com base na movimentação de equipamentos (sobretudo basculantes) e compreendem medidas para garantir o acesso a edificações próximas e remanejamentos dos sistemas arteriais parcialmente impedidos.

Os remanejamentos de interferências são feitos, como já é rotineiro, segundo orientação e especificações das concessionárias, evitando-se prejuízos para usuários.

Um aspecto adicional que merecerá cuidados refere-se ao problema dos ruídos, que se farão presentes sobretudo na fase de execução do "jet grouting", com duração prevista de 30 dias.

Além do cumprimento dos dispositivos legais e do caráter transitório desses problemas, será possível amenizá-los na medida em que forem realizadas fora do canteiro de apoio, operações que

LOCALIZAÇÃO	EXECUÇÃO DO "JET-GROUTING"	ACIONAMENTO DO SISTEMA DE REBAIXAMENTO DE LENÇOL, FREÁTICO	ESCAVAÇÃO		TRANSPORTE DE MATERIAIS	SISTEMA DE DRENAGEM
			ESCAVAÇÃO PROPRIAMENTE DITA	ESTOCAGEM DO MATERIAL ESCAVADO		
		possibilidade de subsidência (7.2.6)	- subsidência - abaixamento do lençol (7.2.5)	=	-	-
transporte de material particulado (7.2.10)	-	-	- emissão de material particulado (7.2.10)	dispersão de material particulado (7.2.10)	dispersão de material particulado (7.2.10)	-
transporte de material particulado para os cursos d'água (7.2.9)	-	-	-	carreamento de material drenado para os cursos d'água (7.2.9)	carreamento de material drenado para os cursos d'água (7.2.9)	encaminhamento da água residual para o sistema de drenagem de águas pluviais (7.2.9)
ruídos provocados pelo equipamento de injeção (7.2.11)	Ruídos provocados pelo equipamento de injeção (7.2.11)	-	-	-	-	-
ruídos sobre os gramentos por trânsito (7.2.7)	-	possibilidade de interferências nas raízes (7.2.7)	- ruídos provocados pelo acionamento de compressores. (7.2.11)	-	-	-
interferências de máquinas com o fluxo de veículos (7.2.11)	-	-	-	-	-	-
					Aumento do fluxo de veículos (7.2.11)	-

7.3. Na Fase de Operação

7.3.1. Introdução

Conforme já se indicou anteriormente, os impactos ambientais no Parque Ibirapuera, durante a fase de operação do Corredor limitam-se aos três seguintes:

- Ambiente físico - poluição do ar pelos gases de exaustão do túnel
- Ambiente sócio-econômico - acessibilidade ao parque e redução do tráfego no seu entorno
- Ambiente estético - interferências provocadas por eventuais obras de exaustão do túnel

Desde que a alteração do quadro atual de poluição do ar no parque depende do rearranjo do tráfego e dos respectivos volumes previstos, inicia-se a análise deste para, em seguida, apresentar-se a dos dois outros.

7.3.2. Alterações do volume e distribuição do tráfego

7.3.2.1. Situação atual

A fim de caracterizar o volume e a distribuição espacial do tráfego atual no entorno do Parque, utilizam-se as contagens obtidas através de detectores do CET e no Perfil do Trânsito levantado pelo mesmo CET.

PONTOLOCALIZAÇÃO E FLUXO REPRESENTADO

- 1 Av. Pedro Álvares Cabral
Sentido: Ibirapuera - Av. Brasil, em frente à Assembléia Legislativa
- 2 Av. República do Líbano
Sentido: Centro-Bairro, próximo à Praça Armando Sales de Oliveira
- 3 Av. República do Líbano
Sentido: Bairro-Centro próximo à rua Lima de Barros
- 4 Av. Rubem Berta, após a Av. Ibirapuera
Sentido: Centro-Bairro
- 5 Av. 23 de Maio, próximo ao Viaduto Tutóia,
fluxo nos dois sentidos
- 6 Av. IV Centenário
fluxo médio, inferido, nos dois sentidos

No esquema ilustrativo a seguir estão indicados os pontos de contagem, os sentidos e valores representativos dos fluxos estruturados para a hora de pico, em veículos/hora.

Pesquisas efetuadas pela CET indicam (1) que os volumes nos corredores principais variam relativamente pouco ao longo do período entre 7:00 e 22:00 horas.

Assim, por exemplo, nas Av. Pedro Álvares Cabral (sentido Ibirapuera - Av. Brasil) e República do Líbano (sentido bairro-cen

res muito pouco afastados da média de 7,7%. Caracteriza-se, portanto, uma distribuição de cargas ao longo do tempo muito próxima de um quase-patamar, que persiste durante um largo período; ou seja, o tráfego durante algumas das horas que antecedem e sucedem a hora de máxima carga apresenta valores muito próximos do máximo horário.

Considerando-se uma área próxima do Parque, de modo a conter os principais corredores viários que lhe estão em torno, elaborou-se o quadro abaixo, de modo a se estimar o número de veículos x km, que circulam nas imediações do Ibirapuera durante a hora de máxima carga, na situação presente do sistema viário.

TRECHO	EXTENSÃO (km)	FLUXO ESTIMADO NAS DUAS DIRE- ÇÕES (Veic./h)	VEÍCULOS X (km/h)	VELOCIDADE MÉ- DIA (km/h)	PERMANÊNCIA (Veic. h/h)
Av. Rubem Berta	1,0	11.660	11.660	50	233,2
Av. 23 de Maio	1,0	14.415	14.415	50	288,3
Av. Pedro A. Cabral	1,0	8.000	8.000	30	266,7
Av. Repú- blica do Líbano	1,5	8.000	12.000	30	400,0
Av. IV Cen- tenário	1,3	4.000	5.200	30	173,3
			51.275		1.361,5

7.3.2.2. Situação prevista com o túnel em operação

Para avaliação da situação prevista foram consideradas a capacidade do túnel e algumas hipóteses sobre o efeito polarizado do túnel na atração do tráfego que hoje se faz através de outros corredores viários, que ligam o centro ao quadrante sul/oeste. Na impossibilidade de fazer-se uma estimativa mais embasada de cifras que reflitam esse efeito de atração, admitiram-se hipóteses alternativas.

Tratando-se de via bloqueada (com duas faixas de 3,30 m) a capacidade de cada túnel é de aproximadamente 2.000 veículos/hora/faixa, podendo ser reduzida, pelos atritos laterais, a 1.750 veículos/hora/faixa. Para efeito desta análise, o valor considerado foi de 3.500 veículos/hora em cada sentido ou 7.000 veículos/hora nos dois sentidos.

Admitiram-se três hipóteses para o tráfego de carregamento do túnel, em todas admitindo-se que na hora de pico fosse atingida a sua capacidade, ou seja, 7.000 veículos/hora, nos dois sentidos:

- todos os 7.000 veículos/hora em circulação no túnel correspondendo a tráfego exclusivamente proveniente dos corredores do entorno do Ibirapuera;
- 4.900 veículos/hora em circulação no túnel (70% da capacidade) provenientes dos corredores do entorno do Ibirapuera e 2.100 veículos/hora (30% da capacidade) atraídos de outras regiões;
- 2.100 veículos/hora em circulação no túnel (30% da capacidade) provenientes dos corredores no entorno do Ibirapuera e 4.900 veículos/hora (70% da capacidade) atraídos de outras regiões.

cidade máxima durante as horas de pico, em correspondência às três alternativas anteriores, resultam os seguintes números de veículos.km/hora em circulação na região do Ibirapuera, em seguida ao início de operação do túnel:

- 46.725 veículos.km/hora (redução de 4.550, ou cerca de 91% do valor atual)
- 50.925 veículos.km/hora (redução de 350, ou cerca de 99% do valor atual)
- 56.525 veículos.km/hora (aumento de 5.250, ou cerca de 10% além do valor atual)

Para os cálculos acima, considerou-se a extensão média do túnel de 1,35 km. Ressalte-se que a médio e longo prazo, qual quer que seja o crescimento do volume de tráfego nas horas de pico, o efeito do túnel sobre a circulação medida em veículos.km/hora será sempre o mesmo, desde que esteja sempre funcionando no limite de sua capacidade.

Em resumo, pode-se concluir, a partir das hipóteses bastante amplas feitas anteriormente que a execução e entrada em operação do túnel terá influência bastante limitada sobre o volume global de tráfego na região do Ibirapuera. Entre as hipóteses extremas a alteração do número global de veículos.km/hora, nas condições mais críticas, correspondente ao pico horário máximo deverá ficar em torno de 10%. Para menos, caso não ocorra remanejamento de fluxos de outras áreas para o túnel e, para mais, caso haja uma substancial atração de fluxo de outras áreas (de modo a compor 70% do fluxo no túnel) Na hipótese mais provável (70% de fluxo proveniente da própria área e 30% de outras áreas) o número global de veículos.km/hora poderá ficar um pouco abaixo do atual ou praticamente igual ao atual, como resultado da maior fluidez e velocidade de trânsito que o túnel propi-

2227
11/14

pois, admite-se, que a curto prazo ele estará operando a plena capacidade.

Por fim, com o remanejamento de parte do tráfego do entorno do Parque para o túnel, haverá maior fluidez do tráfego à superfície, com redução da permanência dos veículos na área, como consequência do aumento das velocidades médias de escoamento.

7.3.3. Impactos sobre a qualidade do ar

7.3.3.1. Situação Atual

Em item anterior (5.2.4.) já foi caracterizada a situação atual da qualidade do ar no Parque Ibirapuera, de per se, e comparativamente a outras áreas da RMSP. Dessa caracterização é oportuno destacar os seguintes fatos:

- a quase totalidade dos poluentes atmosféricos emitidos na área é proveniente de veículos automotores, especialmente veículos leves;
- nestas circunstâncias os indicadores ambientais que, em tese, correm mais risco de deterioração são o monóxido de carbono (CO), os hidrocarbonetos (HC) e os óxidos de nitrogênio (NOx);
- a estação de monitoramento de qualidade do ar do Ibirapuera não mede nenhum desses parâmetros; sua avaliação depende de inferências feitas a partir de outras estações de monitoramento situadas na malha urbana metropolitana;

223/11/4

gurando condição boa, durante todo o ano de 1985, último disponível; os padrões de M.P. deixaram de ser atendidos várias vezes nesse ano, configurando uma qualidade do ar apenas aceitável, provavelmente por poeira suspensa do solo do próprio Parque;

- as inferências feitas para os demais parâmetros indicadores de qualidade (monóxido de carbono - CO; dióxido de nitrogênio - NO₂; oxidantes fotoquímicos) levam à conclusão de que a qualidade do ar no Ibirapuera está presentemente dentro dos limites fixados pelos padrões existentes.

A partir da caracterização acima resumida, evidencia-se a necessidade de analisar de modo mais detalhado a participação dos veículos automotores na poluição atmosférica nas imediações do Parque, como se faz nos itens que seguem.

7.3.3.2. Participação dos veículos automotores na poluição atmosférica

Os veículos automotores desempenham importante papel no quadro da poluição atmosférica na RMSP, emitindo cerca de 3.600 toneladas por dia de monóxido de Carbono (CO), 540 t/dia de hidrocarbonetos (HC), 550 t/dia de óxidos de nitrogênio (NO_x), 210 t/dia de óxidos de enxofre (SO_x) e 60 t/dia de material particulado (M.P.), além de emissões, em menor escala, de chumbo e aldeídos.

Comparando-se esses valores com as fontes fixas, observa-se que, em relação ao total de poluentes emitidos na RMSP, os veículos leves (automóveis, motocicletas e caminhonetes), são responsáveis por 78% do CO lançado à atmosfera, 60% do HC, 18% do NO_x, 2%

Do exposto conclui-se que os veículos automotores são, hoje, os principais responsáveis pela má qualidade do ar na cidade, visto que emitem a quase totalidade de dois poluentes mais críticos na RMSP (CO e HC).

Em complemento, a emissão de material particulado pelo escapamento de veículos diesel, embora representem apenas 11% do total, é agravada por três fatores. Inicialmente, porque a partícula é de tamanho muito pequeno, permanecendo muito tempo em suspensão no ar e podendo atingir os alvéolos dos pulmões, causando aí dano à saúde. Além disso, a natureza das partículas é muito agressiva, pois estas são compostas de carbono, metais e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, o que lhes confere características cancerígenas e mutagênicas. Finalmente, a emissão é feita diretamente na região respiratória da atmosfera, atingindo a população antes de haver possibilidade para uma boa dispersão.

Portanto, merecem especial cuidado quaisquer medidas que possam alterar, mesmo que em pequena amplitude, as emissões veiculares.

Os veículos automotores emitem, basicamente, monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos (HC), óxidos de nitrogênio (NOx), óxidos de enxofre (SOx), material particulado (M.P.), chumbo e aldeídos.

O monóxido de carbono constitui um dos mais perigosos tóxicos respiratórios para o homem e outros animais. Em face da sua grande afinidade química pela hemoglobina do sangue, ele tende a combinar-se rapidamente com esta, ocupando de certa forma, o lugar que era destinado ao transporte do oxigênio, o que pode causar a morte por asfixia. A presença permanente de baixas concentrações de monóxido de carbono no ar pode ser causa de afecções de caráter crônico e

emitem, como média da frota circulante, 40,5 gramas de CO por quilômetro percorrido, os veículos leves a álcool, 18,8 g/km, as motocicletas 19,8 g/km e os veículos Diesel 17,8 g/km.

Os hidrocarbonetos participam na formação dos oxidantes fotoquímicos na atmosfera, juntamente com os óxidos de nitrogênio. Alguns hidrocarbonetos aromáticos foram identificados como cancerígenos e mutagênicos. O padrão de qualidade do ar, segundo a EPA - Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, é de $160 \mu\text{g}/\text{m}^3$, em média de 3 horas. Os veículos leves movidos a gasolina emitem HC na taxa de 6,52 g/km, os veículos leves a álcool 1,56 g/km, as motocicletas 4,44 g/km e os veículos diesel 2,9 g/km.

Em dias de intensa radiação solar, o NO, embora não seja comprovadamente tóxico, é oxidado a dióxido de nitrogênio (NO_2), que é altamente tóxico ao homem, aumentando a susceptibilidade às infecções respiratórias e aos problemas respiratórios em geral. Além de irritantes das mucosas, provocando uma espécie de enfisema pulmonar, ele pode ser transformado em nitrosaminas, nos pulmões, algumas das quais são conhecidas como carcinogênicas potenciais. Transferido para o sangue, o NO_2 pode ainda constituir causa de metemoglobinemia. Sobre os vegetais, os óxidos de nitrogênio agem como inibidores da fotossíntese e podem também provocar lesões nas folhas. O NO_2 pode ainda exercer ação oxidante sobre tintas, descolorindo pinturas. Os óxidos de nitrogênio, assim como o ozônio, são constituintes do chamado "smog fotoquímico" ou névoa-originada da ação das radiações solares sobre os hidrocarbonetos, aldeídos e outros compostos orgânicos. O padrão de qualidade do ar para este poluente, segundo a EPA, é de

tículas estranhas. Pode aumentar a incidência de rinite, faringite e bronquite. Nas plantas, em concentrações mais baixas ainda, o SO_2 altera o processo fotossintético com lesões e morte das folhas, além de diminuir a resistência às pragas. Na presença de luz solar, o SO_2 pode participar da cadeia de reações fotoquímicas, produzindo ácido sulfúrico, que exerce acentuada ação corrosiva sobre materiais metálicos, mármore, tintas, madeiras, couros, papéis, etc. O padrão nacional de qualidade do ar, para o SO_2 , é de $80 \mu\text{g}/\text{m}^3$ em média aritmética anual, sendo que o valor de $365 \mu\text{g}/\text{m}^3$ em média de 24 horas, não deve ser ultrapassado mais do que uma vez por ano. Os veículos leves movidos a gasolina emitem SO_2 na taxa de $0,16 \text{ g}/\text{km}$, as motocicletas $0,09 \text{ g}/\text{km}$ e os veículos Diesel $5,95 \text{ g}/\text{km}$.

O material particulado, que tem efeito carcinogênico e mutagênico, além de poder provocar lesões nas folhas das plantas e impedir, por obstrução, a respiração foliar, é basicamente composto por carbono, alguns metais e hidrocarbonetos pesados. O padrão nacional de qualidade do ar, para partículas totais em suspensão, é de $80 \mu\text{g}/\text{m}^3$ como média geométrica anual, sendo que o valor de $240 \mu\text{g}/\text{m}^3$ em média de 24 horas, não deve ser ultrapassado mais do que uma vez por ano. Os veículos leves movidos a gasolina emitem M.P. na taxa de $0,21 \text{ g}/\text{km}$, motocicletas $0,07 \text{ g}/\text{km}$ e veículos Diesel $0,81 \text{ g}/\text{km}$.

O chumbo produz danos aos sistemas biológicos, especialmente em crianças, sendo acumulado nos ossos e dentes. Um dos efeitos mais importantes é a interferência sobre a comunicação entre células do sistema nervoso e do cérebro, originando a grave doença classicamente conhecida como saturnismo. O padrão recomendado pela EPA é de $1,5 \mu\text{g}/\text{m}^3$ em média de 90 dias. A emissão deste poluente pelos veículos está relacionada com o fato de a gasolina esteja ou não, aditivada com o chumbo tetraetila. Como a adição do chumbo à gasolina é esporádica, dependendo exclusivamente de ajustes de octanagem que se fizerem necessários na refinaria, é impossível uma determina-

Os aldeídos e álcoois não queimados, são poluentes típicos dos veículos a álcool e participam da formação dos oxidantes fotoquímicos na atmosfera, juntamente com os óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos. Os aspectos toxicológicos de exposições a longo prazo em atmosfera contendo aldeídos ainda não são totalmente conhecidas, razão pela qual ainda não foram determinados padrões de qualidade do ar para estes compostos. Da mesma forma, ainda não foram determinados valores médios, para a frota circulante, da emissão de aldeídos.

Os oxidantes fotoquímicos, que são poluentes secundários, originados indiretamente a partir das emissões de HC e NOx, produzem irritação nos olhos e no trato respiratório superior, aumentando a incidência de tosse, asma, etc. Produzem danos às plantas, extinguindo algumas espécies. O principal oxidante resultante das reações fotoquímicas é o ozônio que, embora tenha origem natural nas camadas superiores da atmosfera, onde exerce importante função ecológica absorvendo as radiações ultravioleta do sol pode, por outro lado, nas camadas inferiores da atmosfera, exercer ação nociva sobre os vegetais, animais, materiais e o homem, mesmo em concentrações relativamente baixas. Nas plantas, ele age como inibidor da fotossíntese, produzindo também lesões características nas folhas. Testes realizados com animais revelaram que, em maiores concentrações, o ozônio pode provocar desnaturação das proteínas e enzimas. O mais conhecido efeito nocivo do ozônio sobre matérias inertes é o da deterioração dos objetos de borracha. O padrão nacional de qualidade do ar estipula que a concentração de 160 g/m^3 de ozônio, em média de 1 hora, não deve ser excedido mais que uma vez por ano.

Devido às sucessivas medidas de controle da poluição do ar, a contribuição relativa das diversas fontes tende a alterar-se. Quanto aos veículos automotores, foi publicada em 1986, a resolução no 18 da CONAMA que criou o PROCONVE - Programa de Controle de Polui

228/18
11/1/18

Contraopondo-se ao fato de ano a ano serem fabricados veículos menos poluentes, existem dois fatores importantes a serem considerados. Os veículos antigos continuam sendo utilizados, de modo que com a entrada em vigor de uma legislação de controle dos veículos novos, inicia-se um processo de substituição da frota circulante, que leva mais de vinte anos. Outro aspecto importante consiste no fato de um veículo sair de fábrica emitindo uma determinada taxa de poluentes que tende a aumentar conforme esse veículo é utilizado, e, conseqüentemente, desgastado.

Levando-se em consideração esses dois aspectos, aliados às incertezas do mercado automobilístico, principalmente no tocante ao crescimento anual das vendas e a relação entre veículos a álcool e a gasolina fabricados, foi realizado um estudo (*) que concluiu que, dependendo das hipóteses de crescimento da frota, em 1999 o total de CO emitido por veículos automotores leves, a álcool e gasolina, deve sofrer uma redução entre 70 e 90% em relação aos níveis atuais. A emissão de HC deve sofrer uma redução entre 70 e 85% e a de NOx entre 15 e 65%.

Portanto, caso o PROCONVE seja devidamente implantado, haverá uma substancial redução na emissão de poluentes por veículos automotores, dentro de alguns anos.

7.3.3.3. Impacto Global na Área do Ibirapuera

Inicialmente aborda-se o impacto sobre a qualidade do ar na área do Ibirapuera em função da operação do túnel de uma forma global, deixando para destacar os impactos específicos decorrentes da exaustão dos gases de seu interior para serem apurados de forma mais detalhada no item imediatamente a seguir.

Como já se mostrou anteriormente, os efeitos da operação do túnel sobre a qualidade do ar na área do Parque estão diretamente ligados às alterações do volume e distribuição do tráfego decorrente da sua entrada em operação. Com a hipótese também já feita e altamente provável de que o túnel deverá operar com capacidade plena, a curto prazo, os seus efeitos sobre o tráfego da área permanecerão desde então inalterados no tempo.

Avaliar qual a variação de produção de poluentes que pode ser atribuída à operação do túnel foi o objetivo buscado.

Para tanto consideram-se:

- a) as estimativas de fluxo global na área medidas em veículos.km/hora, correspondente à hora de pico, para as três alternativas descritas no item 7.3.2.2.
- b) as permanenciadas emissões unitárias médias de cada tipo de veículo anteriormente já citadas e aqui sumarizadas no quadro a seguir.

20/11
119
JP

TIPO DE VEÍCULO	EMISSÕES (em g/km.veículos)				
	CO	HC	NOx	SOx	MP
leve a gasolina	40,5	6,52	1,40	0,13	0,21
leve a álcool	18,8	1,56	1,09	Zero	Zero
pesado a diesel	17,8	2,90	13,00	5,95	0,81
motocicleta	19,8	4,44	0,13	0,09	0,07

c) a existência de uma condição crítica de tráfego que pode ser traduzida pelo pico máximo de uma hora, situação esta que é, porém, sucedida e precedida de cargas horárias menores mas relativamente próximas das de pico máximo (ver item 7.3.2.1.), pelo menos durante o período entre as 7:00 e 20:00 ou 22:00 h;

d) que a atual composição do tráfego representada pelos atuais % de veículos leves, veículos pesados e motos seja mantida após a entrada em operação do túnel;

e) as atuais condições de qualidade do ar no Ibirapuera, já referidas em 5.2.4. e aqui sumarizadas quanto aos principais parâmetros

POLUENTES

SITUAÇÃO ATUAL

sempre dentro dos padrões de qua-

POLUENTESSITUAÇÃO ATUALSO₂

dentro dos padrões de qualidade e bem distante de alcançar os seus limites:

MP

as violações dos padrões como as ocorridas em 1985 não podem ser associadas ao tráfego de veículos; devem-se provavelmente à poeira suspensa do solo

Resultam as seguintes conclusões:

- As alterações máximas esperadas na produção de poluentes são de mesma ordem das estimadas para as alterações de tráfego, ou seja, conforme a alternativa de carregamento do túnel, respectivamente:
 - redução de cerca de 9% em relação à atual, no caso em que o túnel seja utilizado apenas pelo tráfego que hoje circula na área do Ibirapuera;
 - manutenção das condições atuais (ou ligeira redução de 1%), no caso em que o túnel seja utilizado pela composição mais provável de tráfego, isto é, 70%, provenientes dos corredores da própria área e 30% atraídos de outras áreas;
 - aumento de cerca de 10% em relação à atual, no caso em que o túnel seja utilizado por um tráfego composto de 30% proveniente dos corredores da área e 70% atraído de outras áreas.
- É bastante improvável que haja qualquer alteração significativa da atual qualidade do ar na região do Parque Ibirapuera em função da entrada em operação do túnel. A melhoria da qualidade ambiental espe-

• crescente participação dos veículos a álcool na composição da frota, pelo menos nos próximos anos, até mesmo pelo sucateamento mais acelerado dos veículos mais velhos, movidos a gasolina:

• implantação progressiva da Resolução nº 18 do CONAMA que criou o PROCONVE - Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, ainda mesmo que com efeitos menos acelerados que os previstos nos estudos citados em 7.3.3.2.

7.3.3.4 Impactos da exaustão dos gases do interior do túnel.

Para a avaliação dos impactos gerados pelos gases de exaustão do interior do túnel sobre o Parque seria conveniente que se dispusesse dos detalhes do projeto de exaustão e ventilação que atualmente ainda estão em fase de elaboração.

Para que fosse possível fazer uma avaliação desse impacto foram feitas algumas hipóteses simplificadas e bastante a favor da segurança e que foram as seguintes:

- haverá a ocorrência simultânea de picos horários de tráfego, em que o túnel estará operando a plena carga juntamente com condições atmosféricas críticas para dispersão dos poluentes (ausência de ventos);
- nestas condições, a favor da segurança, foram desconsideradas as dispersões provenientes de gradiente de con

- admitir-se que a composição do tráfego dentro do túnel fosse similar à que corre hoje no Ibirapuera, ou seja 98% de veículos leves, sendo 58% a gasolina e 40% a álcool e 2% de veículos pesados, a diesel.

- exaustão dos túneis feitas através de torres situadas nos poços de acesso junto à República do Libano e junto à Pedro Álvares Cabral, de modo que cada um dos túneis terá duas torres, cada uma delas fazendo a ventilação e exaustão de um trecho de no máximo 0,45km (metade aproximada da distância entre os poços).

- emissões unitárias de CO por tipo de veículo de acordo com os valores abaixo,

veículos leves a gasolina 40,5g/km

veículos leves a álcool 18,8g/km

veículos leves a diesel 17,8g/km

- ar introduzido pela ventilação com concentração máxima de $10.000 \mu\text{g}/\text{m}^3$.

Nessas condições a produção de gases no túnel durante a hora de pico no trecho máximo de 0,45km será de 49,4kg de CO por hora ou 13,7 g/seg, resultando a vazão de ar necessária para a ventilação e exaustão, por torre, de

$$13,7 \text{ (g/seg)} \div [0,04 \text{ (g/m}^3) - 0,01 \text{ (g/m}^3)] \\ = 456,7 \text{ m}^3/\text{seg}$$

Com uma velocidade máxima de fluxo de ar, nos dutos, en-

234/18
123
48

Para fixar estas condições será essencial ter presente que nos pontos de intersecção do cone de difusão e dispersão com os elementos ambientais a proteger (vegetação, edificação, terrenos ao rês do chão, etc) não se tenha concentração além daquelas estabelecidas pelos padrões de controle de qualidade do ar, a exemplo do que se fez nos cálculos precedentes, só que trabalhando com condições mais próximas da realidade e não tão simplificadas e a favor da segurança como foram as deste relatório.

Apesar dessa redução de vazão e seção dos condutos, somente a conclusão da fase de detalhamento do projeto de ventilação/ exaustão poderá indicar se ela será suficiente. Eventualmente a otimização por razões de ordem construtiva e de equipamentos poderá somar-se às de qualidade do ar para justificar, ou não, a conveniência de uma torre adicional, em cada túnel, situada a meio caminho das duas acima mencionadas:

Convém destacar que três outros poluentes presentes nos gases de exaustão, especialmente danosos à vegetação, representando pelo óxido de enxofre (SOX), óxidos de nitrogênio (NOX) e material particulado (MP) estão presentes em concentração bastante elevadas na combustão do diesel.

Além disso, destes, o MP emitido pelos motores a diesel é de difícil remoção através dos sistemas de ventilação, tende a depositar-se nas tubulações e luminárias. Sendo, por outro lado, bastante reduzido o tráfego previsto destes veículos no túnel, é possível que o monitoramento venha a indicar no futuro a conveniência de evitar ou restringir o acesso de veículos a diesel.

Por fim, em face dos riscos associados à ocorrência de concentração elevadas de monóxido de carbono, ainda que por prazo

Como conclusão final, a partir de cálculos preliminares da experiência existente internacionalmente pode-se dizer que é possível, mediante soluções adequadas de engenharia, utilizando-se tecnologia e equipamentos disponíveis, fazer a exaustão e ventilação dos túneis sem que sejam ultrapassados os padrões de qualidade do ar do Parque do Ibirapuera ou dentro do túnel.

7.3.4. Impactos das obras de ventilação e exaustão dos túneis sobre o ambiente estético.

Os dois poços de acessos dos túneis, como já referido no item anterior, constituem-se em estruturas ideais para serem as futuras torres de ventilação e exaustão. A localização desses poços de acesso de per si já obedeceu a critérios em que evidentemente se buscou minimizar os impactos ambientais da fase de construção, tanto aqueles resultantes da segregação de parte do Parque ao lazer, como de possíveis danos ao ambiente físico e estético.

Em função dessa peculiaridade prestam-se bastante para serem os locais de implantação das torres de ventilação/exaustão. A exemplo de muitas soluções que foram dadas ao longo das linhas do Metrô, mediante tratamento arquitetônico adequado poderão cumprir a função que lhes é específica sem perderem a condição de apoio à valorização estética ou, pelo menos, sem se transformarem em elemento de agressão da paisagem.

Na eventual definição de implantação de mais uma torre

JNS

117

2364
11/12

8. PLANO DE MONITORAMENTO PROPOSTO

8.1. Introdução

O plano de monitoramento proposto foi apresentado de forma parcial para cada um dos aspectos do meio ambiente ou das atividades causadoras dos impactos no capítulo 7, quando se analisaram os diversos impactos ambientais esperados.

Neste capítulo, consolidam-se as informações contidas no capítulo 7, apresentando-se de forma destacada, por sua relevância o plano de monitoramento, nas fases de construção e operação do Corredor Viário.

Este plano está intimamente ligado às medidas mitigadoras indicadas, visando assegurar, de um lado o acompanhamento efetivo das ocorrências que descrevem as modificações ambientais que vier a se efetivar e de outro, assegurar a implantação das medidas destinadas a minorar os impactos esperados.

8.2. Fase de Construção

Deverá ser implantada uma malha de instrumentos de observação para acompanhar o comportamento do terreno, do subsolo e do seu lençol freático. Esta malha complementarmente, à malha já prevista em razão da execução das obras. Compreenderá medidores de nível de água para detecção da superfície freática e pontos de referência para medidas de recalques superficiais.

Para assegurar um monitoramento adequado, sugere-se que, durante a fase de construção, os relatórios expedidos pela empresa

Estas informações, prestadas com periodicidade pelo menos mensal, abordariam os seguintes aspectos:

- estágio em que se encontra a construção;
- níveis de água do lençol freático;
- registo de alterações em exemplares arbóreos;
- registo de movimentação de máquinas fora do canteiro de obras;
- verificações de que o transporte de material escavado se faz de acordo com as posturas municipais.

8.3. Fase de Operação

Durante esta fase o monitoramento previsto limita-se aos aspectos de qualidade do ar, especialmente no interior do túnel conforme já referido no item 7.3.3.

Atualmente a estação de monitoramento de qualidade do ar existente registra apenas concentração de material particulado e dióxido de enxofre, além de medir a velocidade e direção do vento, conforme já referido.

Recomenda-se que se implante, o quanto antes, registo de monóxido de carbono para se dispor de uma série histórica de suas concentrações deste poluente já antes da operação do Corredor, representativa das condições de qualidade do ar quanto a este poluente, no Parque.

Reitera-se ainda, a recomendação já feita no item 7.3.3.4, para implantação do sistema de detecção de CO, alarme e orientação dos motoristas, em caso de situações emergenciais.

244
123
118

9. MEDIDAS MITIGADORAS DOS IMPACTOS

9.1. Introdução

As medidas mitigadoras dos impactos já foram referidas no Capítulo 7 deste relatório, acompanhando a análise dos impactos esperados nos diversos componentes ambientais.

A exemplo do procedimento adotado para o Plano de Monitoramento, optou-se, pela importância das medidas propostas, por reapresentá-las neste Capítulo, de forma condensada, relacionando-as às fases de construção e operação do Corredor.

9.2. Durante a fase de construção

As medidas específicas essenciais para mitigar os impactos são as seguintes:

- controlar o rebaixamento do lençol;
- circunscrever as atividades externas de construção do túnel à área confinada do canteiro de obras;
- evitar a movimentação rotineira de maquinário e caminhões pelo interior do parque.

Essas obrigações devem constar de regulamentação formalizada, indicada pela EMURB às construtoras; o controle de seu cumprimento consta do Plano de Monitoramento sugerido.

tindo a exaustão de gases em níveis adequados indicados neste relatório;

- tratamento visual de tapumes;
- proibição e controle do acesso de vendedores ambulantes, seguindo as normas já estabelecidas pela Prefeitura.

Na fase de desmobilização dos canteiros, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- recomposição das áreas ocupadas pelos canteiros e de outras áreas eventualmente deterioradas;
- replantio das espécies arbóreas diretamente afetadas pelas obras.

9.3. Durante a fase de operação

O controle das repercussões dos gases de combustão, internamente ao túnel e dos gases de exaustão, ao nível do Parque, será obtido por um projeto adequado dos órgãos de ventilação/exaustão.

O acompanhamento das concentrações de poluentes está previsto no Plano de Monitoramento proposto.

As medidas mitigadoras possíveis ao nível do projeto limitam-se à implantação de um sistema de alarme e orientação dos usuários do túnel, acompanhado por medidas de reorientação do tráfego nas vizinhanças, no caso de ocorrência de situações de emergência.

246

JNS

123

10. CONCLUSÕES

10.1. Conclusão geral

As obras previstas de transposição do Ibirapuera por meio de túneis, tanto na fase de construção como de operação, não deverão provocar impactos ambientais que possam prejudicar a utilização do Parque para lazer ou seus outros usos habituais.

Para tanto, contribuirão, os critérios e especificações de projeto e construtivos e a implantação do Plano de Monitoramento e das Medidas Mitigadoras indicadas neste relatório.

A conclusão geral acima apresentada baseia-se sobretudo na opção de transposição por meio de túneis, dos quais já se possui experiência na capital paulista, em obras da SAESP e do Metrô, ao invés de utilizarem-se de métodos destrutivos de superfície e na análise prospectiva do tráfego e condições de qualidade do ar que surgirão com a operação do Corredor.

10.2. Situação durante a fase de construção

10.2.1. Impactos previstos

Na fase de construção, o principal problema a ser enfrentado é o de rebaixamento do lençol, com repercussões sobre o lago e a vegetação.

- perda temporária de área disponível para lazer -
- 1,5 ha, 1% da área total do Parque;
- perda de alguns exemplares arbóreos, substituídos após o término das obras.

10.2.2. Monitoramento e medidas mitigadoras

Indica-se a implantação de uma rede de piezômetros para acompanhamento do nível do lençol freático.

A gerenciadora do projeto deverá efetuar o acompanhamento ambiental da execução das obras, compreendendo atividades de registro periódico de informações relativas ao nível de lençol, subsidências do terreno, confinamento das obras às áreas dos canteiros de apoio, movimentação de máquinas e equipamentos e alterações na vegetação.

As medidas mitigadoras sugeridas compreendem:

- controle do nível do lençol;
- confinamento das atividades às áreas dos canteiros de apoio;
- movimentação controlada de equipamentos e maquinário, fora das áreas do Parque;
- construção de acessos provisórios junto aos portões 1, 2 e 8;
- projeto especial para os elementos de exaustão, de modo a garantir níveis adequados de poluentes e a ambientação das estruturas à paisagem do Parque;
- na fase de desmobilização, recomposição das áreas ocupadas pelos canteiros e replantio de espécies arbóreas afetadas pelas obras.

10.3. Situação após a implantação do projeto.

10.3.1. Impactos previstos

Na fase de operação do túnel, os problemas circunscrevem-se praticamente à poluição atmosférica, especialmente monóxido de carbono, localizado nos emboques da República do Líbano e nos órgãos de exaustão. Estima-se que não deverão ocorrer acréscimos de carga poluente para a hipótese mais provável de composição do tráfego do túnel. Na hipótese mais favorável (toda a capacidade do túnel ser utilizada pelo remanejamento do tráfego dos corredores superficiais locais), haveria uma redução da carga poluente de cerca de 10%. Na hipótese mais desfavorável (70% da capacidade do túnel utilizada por tráfego de corredores de outras regiões) a carga poluidora sofreria um acréscimo de 10%.

Os resultados acima decorrem do aumento da fluidez e velocidade média global de trânsito e à menor permanência dos veículos em trânsito na área do Parque.

Atenuarão esses impactos a não coincidência entre os picos horários de tráfego e os de utilização máxima do Parque e fatores externos como a progressiva substituição da frota de veículos a gasolina por veículos a álcool e a implantação do PROCÔNVE, seguindo deliberação do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Nestas condições, é de se prever que os níveis probabilísticos de ocorrência de situações indesejáveis seja extremamente baixo.

As repercussões sobre a vegetação, que dependem de continuidade e permanência a longo prazo de concentrações indesejáveis de poluentes como fluoreto, cloretos, etc. não se farão presentes. A não alteração, na prática, das atuais condições de qualidade do

246/A

135
A/P

· cujas concentrações deverão, a médio prazo, ser reduzidas em virtude dos mesmos condicionantes já sugeridos para o monóxido de carbono.

10.3.2. Monitoramento e medidas mitigadoras

As instalações existentes da estação de monitoramento da CETESB, acrescidas de equipamentos que permitam a detecção de CO serão suficientes para acompanhar as condições de poluição atmosférica.

Os projetos de ventilação/exaustão dos túneis deverão obedecer aos condicionantes de garantir concentrações adequadas de poluentes, especialmente monóxido de carbono, tanto no interior do túnel como ao nível do Parque, garantindo deste modo, a qualidade desejada do ar.



FOLHA DE DESPACHO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL - DPLAM

DATA 23 / 10 / 87

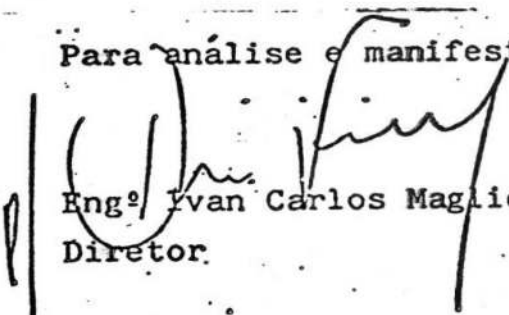
DOCUMENTO : Processo nº 189/87 - SMA

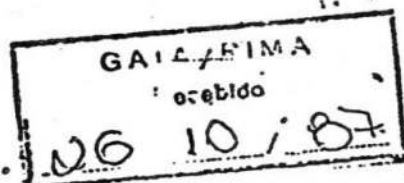
INTERESSADO : Prefeitura do Município de São Paulo

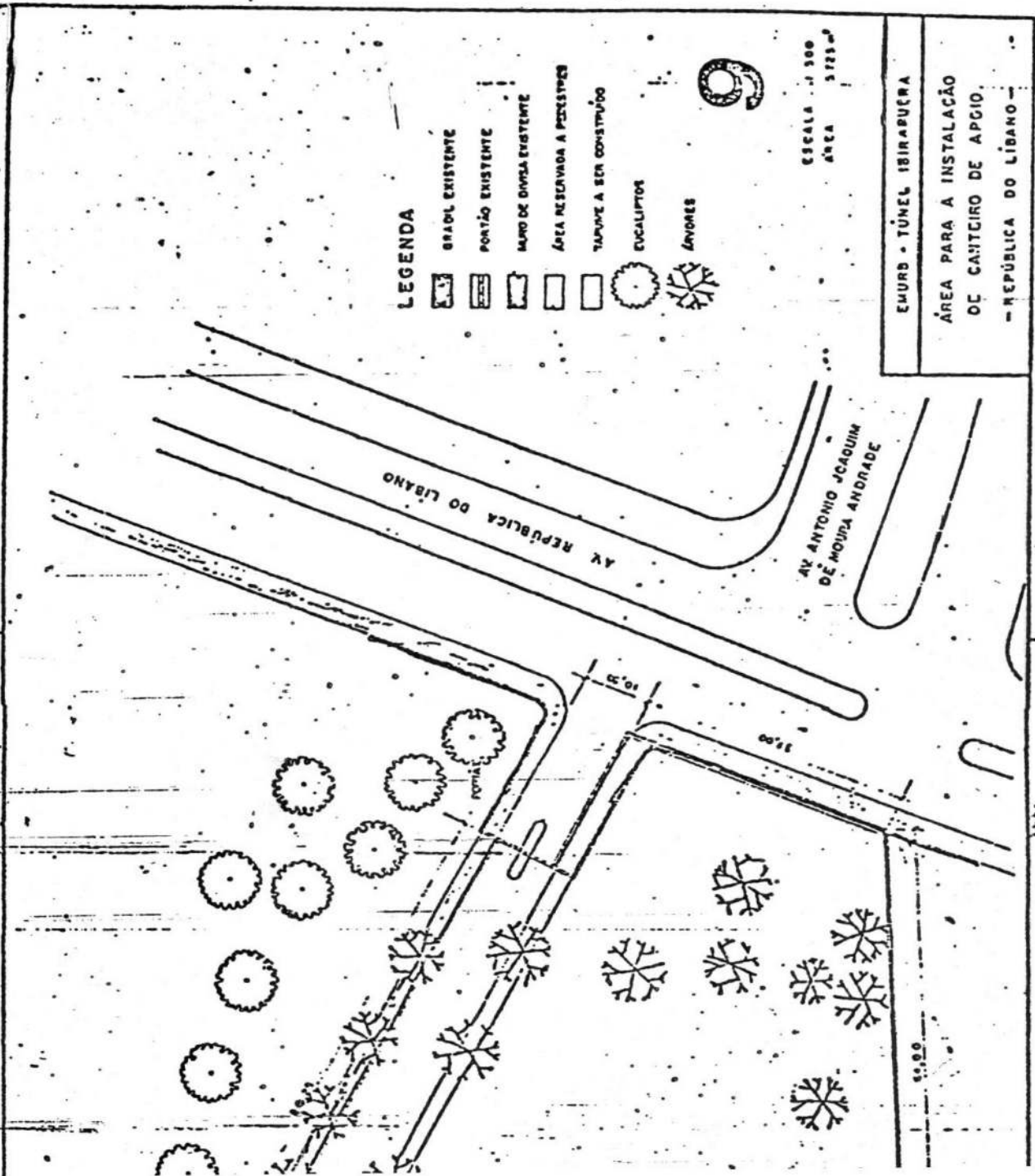
ASSUNTO : RIMA - para a apresentação do Parque Ibirapuera

À GAIA,

Para análise e manifestação.


Engº Ivan Carlos Maglio
Diretor







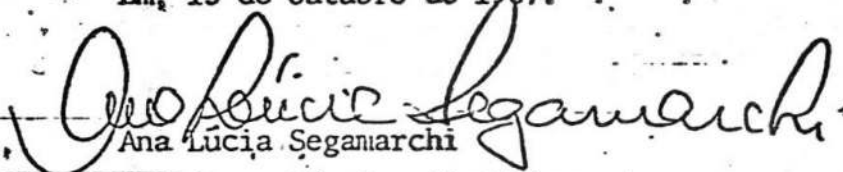
Do	Número	Ano	Rubrica
Gabinete do Secretário - SMA	Proc. 189/87	1987	

Interessado : Gabinete do Secretário e Assessorias

Assunto : RIMA - Relatório de Impacto do Meio Ambiente, para a preservação do Parque Ibirapuera

Tendo em vista o assunto de que tratam os autos, encaminhe-se o presente Processo ao Dr Ivan Carlos Maglio, Coordenador de Planejamento Ambiental, para que se proceda a análise do RIMA e demais providências cabíveis.

Em, 15 de outubro de 1987.


Ana Lúcia Segamarchi

Assessora Técnica de Gabinete

GETESB-DPLAM
N.º 066
Rec. 23.10.87
Flora H-6
Ass. 